



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

LETÍCIA PEREIRA BARRIGA

ENTRE LEIS E BAIONETAS: INDEPENDÊNCIA E CABANAGEM NO MÉDIO  
AMAZONAS (1808-1840)

Belém-PA  
2014

LETÍCIA PEREIRA BARRIGA

ENTRE LEIS E BAIONETAS: INDEPENDÊNCIA E CABANAGEM NO MÉDIO  
AMAZONAS (1808-1840)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em História Social. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Magda Ricci. (PPHIST/FAHIS/UFPA).

Belém-PA  
2014

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

---

**Barriga, Leticia Pereira** (1981)

Entre leis e baionetas: independência e cabanagem no médio amazonas (1808-1840) / Leticia Pereira Barriga. - 2014. Orientadora: Magda Maria De Oliveira Ricci.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2014.

1. Brasil - História - Cabanagem - I. Título.

*CDD 23. ed. 981.15*

---

LETÍCIA PEREIRA BARRIGA

ENTRE LEIS E BAIONETAS: INDEPENDÊNCIA E CABANAGEM NO MÉDIO  
AMAZONAS (1808-1840)

Data de defesa: 04/04/2014

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Magda Maria de Oliveira Ricci – Orientadora (UFPA).

---

Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto – Examinador Interno (UFPA).

---

Prof. Dr. André Roberto de Arruda Machado – Examinador Externo (UNIFESP).

---

Prof. Dr. Marcio Couto Henrique – Examinador Suplente (UFPA).

## **Ecuipiranga**

### Terra vermelha

O maior obstáculo  
Berço da anarquia  
Comando das ofensivas  
Cabanos. Cerne da luta  
Temor  
Mata fechada  
Altitude  
Dificuldade geográfica  
Resistência  
Cordão defensivo.

Dificuldades impostas  
Pela própria natureza.

Busco em minha memória de sentidos,  
As marcas de minha terra antiga  
Que guarda as sombras de um povo lutador  
Em sua essência.

O vento urbano dentro dessa loja  
De instrumentos musicais abandonados  
É o mesmo vento que me traz o cheiro do suor  
Daquelas mãos antigas.

De pau e palha  
As cabanas surgem em minhas telas interiores,  
Em suas frágeis e fortes lembranças.  
Preciso ir além dessas recordações  
De imagens e palavras duras,  
E me transportar mesmo no tempo daquele tempo,  
Onde os caboclos,  
Desprovidos de instrumentos velozes,  
Só tinham a força e a natureza a favor  
De seus ideais nativos e verdadeiros.

Todos eles sabiam  
Da proteção do mistério das águas,  
E do vento que balançava  
Seus cabelos de índio.

Havia uma legião de homens  
Com verde nas veias  
Que aprendiam naturalmente

Com o rio, a mata e  
A luta de suas sobrevivências.

Os homens  
Emprestavam seus pés às raízes das árvores  
Da floresta amazônica  
E as defendiam em seu potencial.

A floresta  
Sempre retribui ao respeito,  
Em qualquer época.  
E no momento de se defender  
Contra forças autoritárias externas de domínio,  
A floresta se entregou à defesa de seus homens.

Desde aqueles dias  
O ser humano invasor,  
Apoiado na força estrangeira do poder econômico  
Invade a floresta e seus homens.  
Mesmo ignorando suas ciências,  
O invasor autorizado sempre se impõe,  
E vence.

Até quando?

Meu poema,  
Última resistência  
Contra as palavras  
De uma honra estrangeira.

Minha cabana,  
Meu santuário  
De pensamentos defensivos.

Meu poema  
Maior obstáculo  
Contra minhas entregas  
Fáceis entregas  
Do que tenho por dentro.

Minha cabana  
Meu estar poético  
Cerne de minha luta  
Amazônica  
Na defesa  
De nossos recursos naturais  
Nossos recursos humanos  
Nossos olhos úmidos  
Nosso amor ancestral.

Um poema de mata  
Fechada  
Protege o âmago  
De minha poesia  
Meu coração caboclo  
Minha alma de onça  
Meu pensamento de peixe.

Meu poema íngreme  
Topa distante  
Próximo às estrelas  
Celestiais  
Tem o rio como margem  
Na correnteza de meus  
Flúidos ancestrais  
Onde distribuo canhões  
De tronco de árvores  
Em pé.

Meu poema caboclo  
Impõe respeito  
Pela natureza de sua  
Natureza

Pelo verde de sua  
Certeza  
Meu poema cabano

É semente  
De onde germinará  
Um cordão verde extenso  
Na defesa de nossos ideais.

Suas palavras têm a mesma bitola  
Das antigas embarcações  
Criadas  
Pelo saber de nossos furos.

Meu grito cabano  
Conclama  
Versos que relembrem  
Nossa luta  
Junta, justa, bruta.

Heliana Barriga  
28/08/2013  
4ª feira  
9h20min.

**À Edith Barriga, minha linda avó.  
Que mesmo sem saber me ensinou o espírito guerreiro de ser cabano.  
*In memorian.***

## AGRADECIMENTOS

*Agradecimentos*, momento difícil e especial da dissertação. Tanto a agradecer e muitos a lembrar. Começo pelas instituições que possibilitaram a realização deste trabalho. Agradeço a CAPES pelo financiamento do estudo e da pesquisa. Aos professores do PPHIST, por me possibilitarem o acesso a leituras e debates de textos tão importantes à minha formação acadêmica e à coordenação do programa por ter me concedido um alargamento do prazo para a conclusão da dissertação. Ao Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) tenho muito a agradecer. Primeiramente a todos os seus funcionários, sobretudo do atendimento, pela atenção dada no ato da pesquisa, e ao (meu) diretor Agenor Sarraf por sua sensibilidade à importância da formação acadêmica. Agradeço aos meus colegas de trabalho e companheiros na amizade, Leonardo, Nazaré, Marcelo, Henrique e Edérson. Às minhas lindas amigas, Fafá, Lílian e Roberta, obrigada pela compreensão em minhas ausências destinadas à dissertação.

Ainda no campo das amigadas, um especial agradecimento à *minha amiga* Cynthia, que me ensina no cotidiano de uma amizade como alimentar esta relação, tão cara nos dias de hoje. Obrigada amiga, você sabe o quanto foi importante nesta fase da minha vida. Aos meus queridos “esquemosos”, companheiros do mestrado, Wania, Anna Raquel, Bruno Mariano, Álik, Vitor e Cecília, que juntos trilhamos nossa formação acadêmica e a construção de uma bela amizade. Nós sabemos o quanto foi difícil a finalização desta etapa em nossas vidas. Ainda, aos queridos Josias, Marcão, Mara, Sílvia, Léo, Bruno e Brunão, que cada qual ao seu jeito, tornaram amenos os momentos difíceis da dissertação com boas risadas.

Um especial agradecimento aos amores da minha vida. Meus pais, Júlio e Heliana, por seu apoio incondicional às minhas escolhas, dentre elas o caminho do conhecimento, e por acreditarem em mim. Aos meus irmãos, Júlio, Nairama e Cecília, que me ensinam a importância do amor para a superação dos obstáculos que a vida nos impõe. Aos meus sobrinhos Maria Adélia e Daniel, *burugudugos* da minha vida, que me fazem insistir na esperança de uma sociedade melhor e na luta por justiça social. Ao meu compadre Isand, que com seu jeito simples me faz ver como a vida pode ser gostosa e engraçada. À vovó Nadir e sua doutrina franciscana, que me ensina a ver o mundo com simplicidade e solidariedade. À minha amada vó Edith que, com sua sabedoria, me mostrou uma visão de mundo ao mesmo tempo crítica e serena.

Agradeço também a família que estou construindo. Pessoas que entraram na minha vida, e dela não sairão. À Luiza, Helena, André e Nina, meus profundos agradecimentos. Edivania, minha linda e gostosa conquista. Companheira de estudos, de festas e de vida. Muito obrigada por seus ensinamentos diários e por me apoiar nos dias mais difíceis. A cada dia que passo a seu lado me torno uma pessoa melhor.

Por fim agradeço a Magda Ricci, minha orientadora. Nossa parceria se iniciou na graduação e consolidou no mestrado. Seus ensinamentos me ajudam a adquirir maturidade intelectual. Muito obrigada pelos momentos gratificantes da orientação, por acreditares em mim e, por confiares na potencialidade deste estudo como contribuição para uma leitura crítica da Cabanagem.

A todos, meu profundo agradecimento.

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas

Lista de Figuras

Resumo

Abstract

\*\*\*

**Introdução**.....17

**Primeiro Capítulo – Subindo o Amazonas – Santarém, Óbidos, Barcelos e Barra do Rio Negro na virada do século XVII para o XIX**.....26

**Segundo Capítulo – Integração, separação e liberdade: os diversos projetos políticos do Grão-Pará dos oitocentos (1808-1830)**.....55

2.1. Vanguarda Paraense – o Grão-Pará e o cenário político em 1808.....55

2.2. Exaltados *versus* moderados – a elite paraense e seus projetos políticos.....57

2.3. Politização da sociedade paraense – tapuios e negros e seus projetos de liberdade.....63

2.4. Integrar para não entregar – o projeto emancipacionista no Grão-Pará e os conflitos da pós-anexação.....69

2.5. A *Agostada* e a crise de representatividade no Grão-Pará de 1830.....75

2.6. Igreja, política e catequese: uma mistura conflituosa.....83

2.7. *Espírito de revolta e separação* – o Rio Negro e sua luta por uma nova província.....87

**Terceiro Capítulo – Espírito separatista e levantes sociais: outra Cabanagem para além de Belém (1832-1835)**.....101

3.1. As comoções e crises à beira do movimento cabano.....103

3.2. *Ecuipiranga* – o berço revolucionário do Amazonas.....119

3.3. Do Ecuipiranga às vilas – a efetivação das ações cabanas ao longo do Amazonas.....129

3.4. Das vilas ao Ecuipiranga - a contraofensiva aos cabanos na região e a derrota do *Ponto Maior dos Cabanos*.....142

**Quarto Capítulo – Depois da guerra cabana: João Henrique de Matos entre memória e as propostas para um novo Amazonas**.....158

4.1. Sem gado não tem consumo – as propostas de João Henrique de Matos para alavancar a pecuária no Rio Branco.....179

4.2. Entre terras, armas e munição: o pilar para a “paz” na fronteira norte.....184

<b>Considerações Finais.....</b>	<b>193</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>198</b>
<b>Referência Bibliográfica.....</b>	<b>204</b>

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 01:</b> <i>Divisão administrativa do Grão-Pará em 1833 em Comarcas</i> .....	26
<b>Tabela 02:</b> <i>Tabela das nomenclaturas dos núcleos urbanos (aldeias e vilas) no Grão-Pará (1754-1833)</i> .....	29
<b>Tabela 03:</b> <i>Tabela populacional – Baixo Amazonas: 1778 – 1820</i> .....	39
<b>Tabela 04:</b> <i>Tabela populacional do Rio Negro (ou alto Amazonas) entre 1778 e 1796</i> .....	40
<b>Tabela 05:</b> <i>Tabela populacional do Rio Negro em 1814</i> .....	40
<b>Tabela 06:</b> <i>Gêneros comercializados para exportação vindos de Santarém em 1828</i> .....	44
<b>Tabela 07:</b> <i>Oficiais, Oficiais Inferiores e Cabos das 2 Companhias Avulsas das Guardas Nacionais da Vila de Óbidos, que se achavam impedidos do serviço militar</i> .....	101
<b>Tabela 08:</b> <i>Relação de etnias indígenas e suas localidades no Alto Rio Negro (1841-1843)</i> .....	169

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 01: <i>Vista de Santarém de dentro da vila</i> .....	43
FIGURA 02: <i>Vista de Santarém na chegada pelo rio Tapajós</i> .....	47
FIGURA 03: <i>Atividades comerciais na entrada de Óbidos pelo rio Amazonas</i> .....	48
FIGURA 04: <i>Carta topográfica e administrativa do Grão-Pará e Alto Amazonas, 1850.....</i>	125

## RESUMO

O Grão-Pará na primeira metade do século XIX vivenciou um período de crise política e comoções sociais. Num espaço de tempo de vinte anos a província se viu emergida em dois processos revolucionários que agitaram suas vilas e provocaram mudanças significativas, sobretudo em suas estruturas políticas e representativas, a saber, a Independência e a Cabanagem. Ambos os processos se configuraram por uma variedade de discursos políticos e projetos sociais específicos, características estas que lhes imprimiram um caráter plural, de múltiplos significados e a ideia de um movimento heterogêneo. Estas particularidades no cenário político do Grão-Pará, da Independência e da Cabanagem, nos levam a compreender estes processos pela perspectiva da multiplicidade de projetos e das ações políticas envolvidas na região do médio Amazonas. Dentre estes projetos percebemos a relevância da luta pela separação político-administrativa do Alto Amazonas da província do Grão-Pará para a criação da província do Rio Negro. Este projeto foi sustentado tanto pelos discursos da elite local, como pelos anseios das camadas populares. Para a elite local a questão de separar-se ou não do Grão-Pará era tão importante quanto separar-se ou não de Portugal o era para a elite em Belém. Contudo, se as elites lutavam para ampliar seus poderes, as camadas populares, especialmente os tapuias, muitas vezes também disputavam mais espaços, poderes e direitos. Nesse sentido, este estudo propõe-se compreender como se desenvolveram estes discursos nos processos revolucionários da primeira metade do século XIX, analisando os projetos apresentados no cenário político do Grão-Pará tendo como pano de fundo deste cenário os processos de Independência e Cabanagem.

**Palavras-chave:** Independência, Cabanagem, Projetos Políticos, Tapuios, Médio Amazonas.

## ABSTRACT

The Grão-Pará, during the first half of the 19th century, had a period of intensive social disturbances and political crisis. During twenty years the province was emerged in two revolutionary processes which implied on significant changes, principally on political and representative structures, namely, the Independence and Cabanagem movement. Both processes can be represented as a variety of political ideas and specific social projects, creating a plural profile of multiple meanings and the idea of a heterogeneous movement. These particularities in the Grão-Pará's political scenario of the Independence and Cabanagem movement allow us to understand these processes through its multiplicity of projects and political acts on the médio Amazonas. From these projects we can see the importance of fight for the political-administrative separation of the Alto-Amazonas from the province of Grão-Pará to create the province of Rio Negro. This project was based on the local elite ideas and on the population interests. To the local elite the question of to separate or not from the Grão-Pará was as important as to separate or not from Portugal was to the elite of Belém. However, if the elites would fight to increase its domain, the population, specially the tapuias, often would also fight for more space, power and rights. Given this context, we propose on this study to understand how these ideas were developed during the revolutionary process of the first half of the 19th century, analyzing the presented projects in the political scenarion of the Grão-Pará considering on the background the Independence and Cabanagem movement.

**Keywords: Independence, Cabanagem, Political Projects, Tapuios, Médio Amazonas.**

## INTRODUÇÃO

O ano de 1835 foi singular para a história do Pará, da Amazônia e do Império do Brasil. Em 07 de janeiro de 1835 eclodiu em Belém, capital do Grão-Pará, o movimento cabano. Pessoas de diferentes esferas sociais pegaram em armas, depuseram e assassinaram as principais autoridades da província. O presidente Bernardo Lobo de Souza foi morto com um tiro disparado por Domingos, o *Onça*, e o comandante das armas José Joaquim da Silva Santiago, atingido por uma bala no peito pela arma do tapuio Filipe, conhecido como *Mãe da Chuva*<sup>1</sup>. O tom grave de morte às autoridades maiores que marcou o primeiro ataque cabano em Belém expressaria a tônica deste processo revolucionário que abrangeu toda a província do Grão-Pará entre os anos de 1835 e 1840, alcançando regiões de fronteira com a América hispânica e as Guianas (francesa, holandesa e inglesa)<sup>2</sup>. Diante disso, podemos afirmar que praticamente toda a região norte do Império sentiu o impacto do processo revolucionário ocorrido na primeira metade do século XIX, e que ficou conhecido como Cabanagem.

A Cabanagem não é um tema novo em minha vida acadêmica. Meu interesse em compreender o movimento cabano teve início em 2003, a partir de um trabalho de pesquisa e transcrição de documentos manuscritos do *Arquivo Público do Estado do Pará – APEP*, para o antropólogo escocês Mark Harris<sup>3</sup>. Sua pesquisa era sobre a Cabanagem no baixo e alto Amazonas, e as indicações do movimento para a formação de uma sociedade cabocla na Amazônia. Durante aproximadamente três anos de trabalho com Harris, tive contato com a vasta documentação sobre a Cabanagem na região do médio Amazonas, o que me despertou o interesse em estudar o movimento. Dando sequência à pesquisa – em monografia de conclusão da graduação – analisei a Cabanagem no Baixo Amazonas, pela perspectiva dos cabanos. Por meio da correspondência entre autoridades, procurei compreender a luta cabana

---

<sup>1</sup> RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos* – 1º volume. Universidade Federal do Pará – Coleção Amazônica, série José Veríssimo, Belém/PA, 1970.

<sup>2</sup> A época, a província paraense correspondia a toda a Amazônia legal brasileira, a exceção dos atuais Estados do Mato Grosso e Tocantins.

<sup>3</sup> Antropólogo da Universidade de St Andrews, Escócia. O autor realiza pesquisas sobre a região do baixo Amazonas há mais de 15 anos. Para sua pesquisa sobre os cabanos, Harris viveu um ano e meio em Óbidos, Baixo Amazonas, onde pôde ter contato direto com vestígios deixados pelo movimento de 1835-40 na região. Foi esta a pesquisa de que participei e que resultou em um livro. Ver "Rebelião no Amazonas - Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil". No original: *Rebellion on the Amazon, The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil, 1798–1840*. New York: Cambridge University Press, 2010.

em um ponto nodal na região, seu *quartel general*, denominado Ecuipiranga<sup>4</sup>. Na seqüência, trabalhei com uma problemática similar na especialização. Ampliando meu campo de leituras, nesta segunda pesquisa busquei compreender historiograficamente a resistência negra na Amazônia, analisando três problemas distintos, mas complementares: como vários autores e suas obras, ao longo dos séculos XIX e XX, percebiam em primeiro plano, os problemas das fugas escravas, em segundo lugar, a formação dos quilombos e finalmente, como entendiam a participação negra e escrava na Cabanagem<sup>5</sup>.

Em ambos os estudos procurei ampliar a compreensão do movimento cabano enquanto um processo revolucionário. Isso implica compreendê-lo como o desdobramento de uma conjunção de fatores sociais, políticos e econômicos, que vinham se delineando no Grão-Pará e criavam uma atmosfera de instabilidade política e de perspectiva de mudanças de grande porte. Demarcando a Cabanagem como um processo, passei a compreendê-la de forma contextual e não como vontades de lideranças que encabeçavam uma massa de caboclos inertes. Isso possibilita, para além do estudo do movimento em si, uma análise dos movimentos políticos e sociais que a precederam, e as implicações e problemas ocorridos ao longo dos cinco anos de conflitos civis. Outro ponto importante é o lócus de luta cabana. Distanciando-me da ideia de centro e periferia, percebi a Cabanagem como o estopim de uma conjuntura fortemente balizada por demandas sociais, pulverizadas em muitas regiões do Grão-Pará, e com a participação de diversos sujeitos sociais. Para demarcar estas ideias, pautei-me em estudos-chaves dos anos de 1990 e 2000 como os de Luís Balkar Pinheiro sobre os negros na Cabanagem, Eliana Ramos com as mulheres cabanas, e Ana Renata Pantoja sobre o movimento cabano no Acará e médio Amazonas. Evidentemente que os estudos de Magda Ricci também foram fundamentais.

Compreendendo a Cabanagem em suas multiplicidades de significados e significações, o leque de possibilidade em estudá-la se abre consideravelmente. Mantendo o interesse na região do baixo e alto Amazonas, proponho agora no mestrado entender a Cabanagem como

---

<sup>4</sup> BARRIGA, Letícia Pereira. *Ecuipiranga – O Berço Revolucionário no Baixo Amazonas (1835 – 1837)*. Trabalho de Conclusão de Curso; Faculdade de História; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Pará; Belém; 2007.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. *O negro na Amazônia, uma história de resistência: Fugas, Quilombos e Cabanagem*. Monografia (Conclusão de Curso). Especialização em História e Cultura da Afro-Brasileira e Africana – Faculdade Integrada Brasil-Amazônia (FIBRA), Belém, 2011.

um marco na construção histórica de vários discursos e na realização (mesmo com revezes) dos diversos projetos presentes na conjuntura política e social do Grão-Pará na primeira metade do século XIX. Relendo a documentação já pesquisada e acrescentando outras, observei a presença de diferentes discursos e ações políticas que conformavam uma rica conjuntura de conflitos e expectativas de mudanças, que delineavam um processo repleto de disputas, ora locais e particulares, ora recheados por ideias amplas e vindas muitas vezes de terras distantes como Portugal, França, ou mesmo Pernambuco ou Rio de Janeiro.

Ainda em minha monografia de graduação, minha pesquisa apontava para um universo político muito conturbado no médio Amazonas<sup>6</sup> durante o período cabano e nos anos anteriores. Percebi que não eram apenas os cabanos que lutavam contra as autoridades imperiais. Havia também disputas internas nos dois grupos. Percebi também que era impossível tratar o movimento de maneira dualista e simplificada. Embora na conjuntura da luta cabana os dois pólos estivessem presentes – cabanos e anticabanos, tinham muitos conflitos e projetos políticos e sociais em jogo. Agora, ampliando o raio de interesse, pude perceber que o cenário político da província, no alvorecer do século XIX, já se constituía de diferentes discursos e projetos políticos. Esta constatação me levou a rever o processo da Independência no Grão-Pará. Desconstruindo a ideia de uma sociedade polarizada em dois projetos centrais, brasileiros *versus* portugueses, procurei aqui ir para além destas forças.

Em minhas leituras e pesquisa deparei-me com documentos e depois com escritos historiográficos recentes, que percebem a relevância da luta pela separação político-administrativa da comarca do Alto Amazonas da província do Grão-Pará, e para a criação da província do Rio Negro<sup>7</sup>. O sentimento separatista se consolidou na região do médio

---

<sup>6</sup> Neste estudo entendo a concepção de *médio Amazonas* para a região que compreendida o baixo e o alto Amazonas. No decorrer deste estudo, perceberemos que a grande área correspondente ao médio Amazonas, apresentava coesão em sua constituição política, administrativa e econômica, além de identitária. Nos diversos eventos políticos ocorridos na história da região, sobretudo em início do século XIX, ambas as comarcas, Baixo e Alto Amazonas, se correspondiam entre si, e montavam ações conjuntas. Esta relação de proximidade é perceptível, inclusive, na atualidade, onde, a região de Santarém, mesmo pertencente ao Estado do Pará, tem relações mais estreitas com Manaus do que com Belém. Entretanto, mesmo pontuando, no decorrer dos capítulos, as similaridades recorrentes da região, faz-se necessário colocar uma diferença importante entre as comarcas do Baixo e do Alto Amazonas. Na região do baixo Amazonas, a presença e a influência lusitana era muito mais perceptível do que no alto Amazonas, que por sua vez, apresentava uma maior presença indígena, acarretando a esta região mais dificuldades de domínio territorial e controle comercial por parte da elite branca. Para além de uma coesão histórica, optamos por adotar o uso da expressão *médio Amazonas*, abarcando toda a extensão das duas regiões mencionadas, para facilitar a leitura, evitando uma repetição em excesso dos termos *baixo* e *alto Amazonas*.

<sup>7</sup> Sobre estudos sobre o movimento separatista no alto Amazonas, cf. GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828*.

Amazonas nos embates sobre a legitimação do processo de Independência iniciado nas províncias do sul. Dois anos após a efetivação da Constituição de 1824, a bancada paraense propôs no Parlamento Brasileiro o projeto de criação da nova província. Os argumentos usados pelos separatistas iam desde a importância econômica da região contestada, com seu potencial em recursos naturais, até a necessidade do fortalecimento de uma região com uma extensa área de fronteira, passando pela questão da colonização indígena com uma política de povoamento.

É interessante ainda esclarecer a opção adotada por parte significativa da elite local em eleger as vias institucionais para alcançar o projeto da criação de sua nova província já nos anos finais de 1820 e início de 1830. Na documentação esta opção é bem perceptível, ao ponto do presidente Machado de Oliveira em 1832, propor como alternativa aos constantes levantes sociais as vias institucionais para garantir a “ordem” na província<sup>8</sup>. Simultaneamente as camadas populares, que também tinham suas demandas sociais específicas, muitas vezes se contrapuseram aos interesses da elite local. A presença das camadas populares sempre foi constante nos conflitos civis que permearam a conjuntura do Grão-Pará na primeira metade do século XIX, principalmente Independência e Cabanagem. Indígenas, negros de origem africana e/ou crioula, lavradores mestiços e pobres, soldados, desertores, e, sobretudo, os tapuios, expuseram suas demandas e lutaram por projetos, numa sociedade fortemente caracterizada por debates políticos e discussões sobre noções de liberdade e legitimidade do poder. Temos hoje mais claro que a luta cabana, em que pesem as diferenças étnicas e culturais, foi marcada fortemente por disputas por terras e mudanças em condições de trabalho<sup>9</sup>.

---

Revista Almanack. Guarulhos, n.1, p.137-152, 1º semestre, 2011; MACHADO, André Roberto. *O fiel da balança – o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. Revista de História, São Paulo, n.164, p.195-241, jan./jun. 2011.

<sup>8</sup> *Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 29 de dezembro de 1832. Códice 901; documento 75; APEP.*

<sup>9</sup> Sobre os conflitos de terras no processo cabano, cf., RICCI, Magda. *A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840)*, In: MOTTA, Márcia Maria Menendes e ZARTH, Paulo (Orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1: *Concepções de Justiça e resistência nos Brasis*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p.153-170. LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Revoltas camponesas no vale do Acará – Grão-Pará (1822-1840)*. Dissertação (Mestrado). 154f. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.

Separar ou não se separar do Grão-Pará era tão importante para a elite do baixo e alto Amazonas quanto separar-se ou não de Portugal o era para a elite de Belém. Instâncias diferentes e problemas semelhantes. Contudo, se as elites lutavam para ampliar seus poderes, as camadas populares muitas vezes também disputavam mais espaços, poderes e direitos.

Estas particularidades no cenário político do Grão-Pará, da Independência e da Cabanagem, aguçaram nosso interesse em compreender estes processos pela perspectiva da multiplicidade de projetos e de ações políticas envolvidas na região do médio Amazonas. As fontes lidas possibilitaram evidenciar que a formação das comarcas do Baixo e Alto Amazonas nos anos de 1830 contribuiu para aumentar a variedade de demandas sociais. Contudo, estas demandas eram anteriores e muitas remontavam às profundas mudanças vivenciadas na Amazônia no final do século XVIII e início do século XIX.

No primeiro capítulo compreenderemos o médio Amazonas e sua reestruturação profunda nos campos econômicos e sociais. Fundamentando-nos especialmente na historiografia colonial amazônica, e num relatório oficial elaborado por um militar em serviço na região no ano de 1798<sup>10</sup>, trabalhamos mais detidamente com as condições encontradas em vilas e freguesias de outras comarcas do Grão-Pará (para além de Belém), em finais do século XVIII. A província de modo geral, na virada dos séculos XVIII e XIX, vinha sentindo os efeitos de uma política que visava o incentivo e a reorganização das atividades econômicas desenvolvidas na região sob as diretrizes de um *projeto político de base científica*<sup>11</sup>. Estas políticas tiveram origem em meados do século XVIII como *políticas pombalinas*<sup>12</sup> por terem

---

<sup>10</sup> BARATA, Francisco José Rodrigues. Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho. RHIGB primeiro trimestre de 1846 pp. 1-53 e RHIGB e segundo trimestre. pp.157-204.

<sup>11</sup> ALVES JÚNIOR, José. Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina. 2009. 427f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2009, p.98.

<sup>12</sup> As políticas pombalinas introduziram no Grão-Pará uma série de mudanças visando reestruturar a região para acompanhar e subsidiar os projetos de desenvolvimento econômico almejando fortalecer o reino português perante outras potências da Europa Ocidental, sobretudo Inglaterra e França. Dentre as mudanças empreendidas por Pombal, que vão incidir estruturalmente no cotidiano local, destacaram-se: a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, incorporando a região à colônia do Brasil, em 1751, com capital em Belém; a expulsão das ordens religiosas, principalmente os jesuítas; a criação de vilas com a mesma denominação de cidades lusitanas; o fomento da economia de monocultura, produzindo cacau, café e outras culturas, continuando com o estímulo da extração das drogas do sertão. Para a questão da carência da mão de obra, fator que causava constantes

tido dentre seus principais idealizadores o ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Contudo ampliaram-se e se adaptaram na nova conjuntura pós Revolução Francesa nos finais do mesmo século com homens como Azevedo Coutinho<sup>13</sup>.

Neste período inicial o povoamento europeu foi reforçado por uma política de casamentos mistos, reordenamento de terras e fomento de sua produção coletiva para o mercado colonial metropolitano. As tropas foram reorganizadas e as alianças com vários grupos indígenas e de mestiços reforçadas. A região parecia prosperar economicamente, mas era frágil elo e estava muito próxima de zonas fronteiriças que viviam em guerra. A riqueza local estava na mesma proporção de seu potencial mercado para trocas ilícitas (contrabando) e para trocas políticas e culturais com franceses, ingleses, holandeses e espanhóis, residentes nas fronteiras amazônicas.

Demarcando a pluralidade do cenário político e econômico do Grão-Pará no final do século XVIII, passaremos a entender as mudanças vindas com o novo século. Intitulado *Integração, separação e liberdade: os diversos projetos políticos do Grão-Pará dos oitocentos (1808 – 1830)*, no segundo capítulo analisaremos os diversos discursos presentes no Grão-Pará da primeira metade de 1800. Estes discursos geravam conflitos sociais dentro do próprio seio da elite local, tanto em Belém, como no interior do Grão-Pará. Um exemplo era a fissura nas esferas civil, militar e religiosa. Para além de disputas políticas tal qual as concebemos hoje, à época, os universos religioso e militar, estavam unidos ao Estado. Era difícil separar estes universos que viviam em guerra por melhores soldos, cômguas, ou por mais poderes no governo, e que, normalmente privilegiava os portugueses brancos.

O processo de Independência no Grão-Pará é analisado de forma a desconstruir as velhas diretrizes, como a ideia de “adesão” à causa brasileira e a polarização dos projetos somente nos eixos brasileiros *versus* portugueses. Referenciando-nos na teoria da integração e/ou anexação da província paraense ao projeto carioca de independência e formação do

---

preocupações aos colonos, foi pensado medidas em duas frentes: a introdução de braços africanos por meio da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1775; e, especialmente, a utilização do índio destribalizado e/ou amansado, denominado *tapuia*. Esta segunda frente estava diametralmente relacionada a integração dos índios ao projeto de colonização portuguesa na região, com a criação dos *Diretórios dos Índios*. Cf.: SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012; e, SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*. 2009. 427f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2009.

Estado do Brasil, passamos a entender como se processou o projeto emancipacionista no Grão-Pará, os conflitos civis e as disputas de interesses que ocorreram na pós-anexação, e nas disputas em torno de um mosaico de possibilidades e caminhos para a formação da identidade nacional no Pará. Esses conflitos imprimiram no cenário político da província um clima de instabilidade que implicou em problemas com a representatividade ao poder constituído, sobretudo nas recém-criadas instâncias políticas do Estado Imperial do Brasil. Estes problemas e as lutas em torno deles são o foco deste capítulo. Também, nele analisamos os conflitos existentes entre autoridades civis e religiosas, num paralelo entre política e catequese. Por fim, este segundo capítulo termina com o discurso separatista pela criação da província do Rio Negro.

O terceiro capítulo, intitulado *Espírito separatista e levantes sociais: outra Cabanagem para além de Belém (1832-1837)*, entra na temática cabana. Neste momento da dissertação compreendemos como o movimento cabano teve uma linha de continuidade dentro dos projetos idealizados pela elite local. Também significou uma derrota deste grupo em direcionar suas demandas dentro das vias institucionais. Esta temporária “derrota” (se podemos considerar assim) incitou uma forte presença popular no cenário político da época. Esta camada mais simples do povo apropriou-se dos discursos em prol da liberdade e externou suas demandas sociais. Percebemos a Cabanagem como um cenário das lutas separatistas, cuja origem esteve nos projetos anteriores. Os projetos populares apropriaram-se dos espaços de disputa política e imprimiram formas por eles adotadas de alcançar o êxito de seus projetos. Nesse sentido, a ideia deste capítulo é compreender o movimento cabano e suas estratégias, mecanismos de luta, recuos e problemas. Com isso, trabalhamos dentro de certa mobilidade analítica. Propomos analisar o movimento para além das tomadas das cidades, tradicionais espaços de defesa anticabana. Vamos para o interior, nas matas (onde eram orquestradas as principais ações cabanas). O interesse é deslocar o olhar para os espaços onde as estratégias de ataques cabanos eram elaboradas. E também, num movimento inverso, analisar a contraofensiva aos cabanos nas principais vilas do médio Amazonas. Na região, o território cabano mais conhecido por ambas as forças foi o Ecuipiranga. Eleger o Ecuipiranga como foco deste estudo nos leva a analisá-lo pela perspectiva cabana e anticabana. Qual significado tinha o Ecuipiranga para estas duas forças políticas? Esta pergunta permeia todas as quatro partes deste capítulo.

A primeira parte deste capítulo analisa as comoções sociais nos anos que precederam a Cabanagem e que levaram a constituí-la. Nela se estuda como as principais vilas da região se

levantaram contra seus governantes. Por meio da documentação trocada entre as autoridades anticabanas é possível observar neste processo alguns tópicos que se destacaram. É o caso do problema de desentendimentos entre as autoridades anticabanas, e o da radicalização das ações cabanas. Em seguida analisamos o Ecuipiranga para entender como os cabanos se organizaram e orquestraram suas ações. Através de documentos majoritariamente vindos das autoridades anticabanas, procuramos entender, mesmo que exogenamente, como se constituía o universo cabano. Conhecendo um pouco mais das estratégias e formas de lutas cabanas, passamos a analisar como aconteciam seus ataques às vilas. E, por conseguinte, analisamos como se processou a contraofensiva aos cabanos. A ideia proposta aqui é perceber a dinâmica das ações dos cabanos como se estivéssemos acompanhando-os. Num primeiro momento dentro do *Quartel de Ecuipiranga*, presenciando as táticas de lutas e estratégias de ações cabanas; depois deslocando-nos com os revolucionários em direção às vilas, visando o ataque. Finalmente, num terceiro momento, em sentindo oposto, confrontando-nos aos cabanos, ao acompanharmos a ofensiva anticabana e a derrota do Ecuipiranga.

Após cinco anos de conflitos, terminamos esta dissertação com a retomada, pela elite local, do discurso de separação do alto Amazonas da província do Grão-Pará, num contexto imediatamente após a Cabanagem, e agora, novamente, por vias “legais”.

Para este derradeiro capítulo, analisamos especialmente um relatório elaborado pelo tenente coronel João Henrique de Matos que, em missão oficial, deslocou-se à região do Rio Branco, área de fronteira com a Guiana Britânica, e ponto contestado por esta jurisdição. Em sua viagem, Henrique de Matos relatou sua impressão diante a realidade da região do médio Amazonas. Seu relatório tem um forte apelo subjetivo, pois este militar era filho da região, e havia nascido no final do século XVIII e vivido todas as turbulências sucedidas. Apontou problemas e propôs soluções. Altamente descritiva, podemos agregar um valor inestimável a esta documentação por sua riqueza de detalhes. Para o interesse deste estudo, nos detivemos no discurso separatista e legalista defendido por Henrique de Matos.

O cenário vivenciado pela província em inícios de 1840 configurava-se numa atmosfera de reformulações políticas e projetos de reflorescimento econômico para a região. João Henrique de Matos ao elaborar seu relatório de viagem, externalizou o pensamento da elite local de fazer retornar antigos projetos, como a criação da província do Rio Negro. Este militar, que comandou as forças militares do Baixo Amazonas contra os cabanos, esteve neste posto quando da derrota do Ecuipiranga. Os velhos argumentos separatistas retornaram na

defesa elaborada por Henrique de Matos. Era o potencial econômico da região em recursos naturais, a preocupação com a segurança territorial do Império, e, novamente, a preocupação com a política de povoação e o melhor aproveitamento da mão de obra indígena.

Este capítulo compreende o retorno do discurso separatista de criação da província do Rio Negro, desvinculando deste projeto as demandas das camadas populares, sobretudo os índios *mansos* ou *bravios*.

Políticas de colonização e de povoamento, da catequese e da introdução de novos produtos e riquezas se aliavam ao projeto separatista. Contudo, o trato com a antiga massa cabana foi duro e cruel. Suas demandas foram postergadas ou esquecidas. Mas este tema já está para além do espaço e tempo desta dissertação, que termina pela época imediata do extermínio dos últimos cabanos resistentes.

## Primeiro Capítulo

### 1.1. Subindo o Amazonas – Santarém, Óbidos, Barcelos e Barra do Rio Negro na virada do século XVIII para o século XIX.

Os movimentos revolucionários ocorridos na antiga província do Grão-Pará na primeira metade do século XIX agitaram a região amazônica brasileira como um todo. Esta imensa região tinha suas divisões tradicionais. Nos idos de 1820, a organização político-administrativa do Grão-Pará manteve uma estrutura muito ligada às suas bases coloniais. De forma geral, era dividida em três grandes regiões administradas por governadores e/ou capitães mores, dividida juridicamente em comarcas: a de Belém, a do Marajó e a do Rio Negro. Em cumprimento ao 3º artigo do Código do Processo Criminal, o governo, entre os dias 10 e 17 de maio de 1833, reestruturou a província do Grão-Pará em três novas comarcas, quais sejam a de Belém, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, incorporando a antiga comarca do Marajó à de Belém. Observemos na tabela a seguir, a composição administrativa da província composta pelo total de 03 Comarcas, 01 Cidade, 25 Vilas, 11 Lugares e 51 Freguesias.

TABELA 01

<b>Divisão administrativa do Grão-Pará em 1833 em Comarcas</b>			
Comarcas	Belém	Baixo Amazonas	Alto Amazonas
Cabeça de Comarca	Cidade de Belém	Vila de Tapajós (Santarém)	Vila de Manaus (Barra do Rio Negro)
Vilas	Turiassu; Bragança; Cintra; Vigia; Monsarás; N. S. da Conceição da Cachoeira; Mauná; Equador (antiga Chaves); Ourem; Camutá; Tocantins (antiga Baião); Oeiras e Melgaço.	Tapajós; Faro; Pauxis (Óbidos); Franca; Monte Alegre; Macapá; Porto de Mós e Gurupá.	Manaus; Luzia (Missão dos Maués); Mariuá (Barcelos); Tefé (Ega).
Lugares	Santarém Novo; Salinas;	Juruti; Aveiro; Curi;	

	São Caetano;	Capela de Uxituba; Outeiro; Carrazedo; Villarinho; Monte; Boa Vista;	
Freguesias	Periá; Guruí; Viseu; Maracanã; Monforte; Soure; Salvaterra; Conceição da Ponta de Pedra; Irituia; São Miguel da Cachoeira; São João do Araguaia; Portel; Benfica; Barcarena; Conde; Beja; Abaité; Igarapé-miri; Mojú; Acará; Bujarú; Capim e São Domingos da Boa Vista.	Alenquer; Alter do Chão; Faro; Boim; Pinhel; Regeneração (Mazagão); Veiros; Pombal; Souza;	Saracá; Aturiá; Amatari; Jaú (Airão); Araretama (Borba); Tupinambarans (Vila Nova da Rainha); Canumá; Jauari (Oliveça); Coari; Fonte Boa; Amaturá; Tabatinga; Itarendana (Moura); Bararuá (Thomar); Aracari (Carvoeiro); Caboquena (Moreira); Carmo; Santa Isabel e Marabitanas

Fonte: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1782-1850). Ensaio corográfico sobre a província do Pará. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 422-430.

As comarcas do Baixo e Alto Amazonas, tanto no processo de integração da região ao projeto de Independência do Brasil, quanto na Cabanagem, foram palcos dos conflitos revolucionários. Isso ocorreu, em grande medida, pela importância que estas duas comarcas vinham alcançando no cenário político-econômico do Grão-Pará. Importância esta, intensificada a partir da segunda metade do século XVIII, com o Tratado de Madri, a política pombalina na Amazônia<sup>14</sup>, e, posteriormente, com a guerra contra os franceses na virada do século XIX, entre 1809 e 1817.

<sup>14</sup> Para compreender com mais profundidade a Amazônia brasileira no período pombalino, e a própria política pombalina, conferir o estudo de José Alves Júnior, *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*. 2009. 427f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2009; e suas referências, dentre as quais destaco: ANTUNES, Manuel et al. Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte. 2 vols. Lisboa, Edições Brotária/Porto, livraria A. L., 1982; ARAÚJO,

O Grão-Pará da segunda metade do século XVIII abrangia uma extensa área que alcançava os limites fronteiriços com as Guianas e suas colônias francesa, britânica, e holandesa. Também eram limítrofes ao Grão-Pará muitas das antigas colônias espanholas que, nas primeiras décadas do século XIX, estavam em guerra pela independência. Especialmente com a França e a Espanha havia uma tradição de disputa de fronteiras que, na segunda metade do século XVIII, culminou na assinatura de tratados como os de Madri de 1750. Contudo, entre 1809 e 1817, a França esteve em guerra contra os portugueses e estes tomaram o território da Guiana Francesa, reascendendo disputas territoriais. Assim o alto Amazonas e seus afluentes, dentro de uma imensa bacia hidrográfica, eram locais de muita disputa internacional <sup>15</sup>.

As disputas internacionais pelo controle do Amazonas e da ampla fronteira norte mais litorânea, onde hoje se situa o Estado do Amapá, podem ser percebidas como um marco para as mudanças na política portuguesa para a região. Como de longa data identificava Arthur Cezar Ferreira Reis, este projeto pretendia um “vasto programa de criação de núcleos urbanos, que cobririam todo o território do Estado” <sup>16</sup>. Na segunda metade do século XVIII intensificou-se a colonização portuguesa na Amazônia, por meio de medidas elaboradas pelo

---

Renata Malcher de. “A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia”. Camões: Revista de Letras e Cultura Lusófonas, - Instituto Camões, Lisboa, n. 151-165, p. 53-74, jan./jun. 2003; ARNAUD, Expedito. “Os índios da Amazônia e a Legislação Pombalina”. Boletim de Pesquisa da CEDEAM – Universidade do Amazonas, Manaus, v. 3, n. 4, p. 75-125, jan./dez. 1984; AVELLAR, Hélio de Alcântara. História Administrativa do Brasil: a administração pombalina. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Editora da Universidade de Brasília, 1983; AZEVEDO, João Lúcio de. O Marquês de Pombal e sua época. Lisboa: Livraria Clássica, 1990; CAIERO, José. *Jesuítas do Brasil e da Índia na Perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII)*. Bahia: Escola tipográfica Salesiana, 1936; CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na Administração Pombalina: economia e política externa*. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1979 (Brasiliana; v. 192); CIDADE, Hernani. O marquês de Pombal. O Homem e a Obra na Metrópole e no Ultramar, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963; LOPES, Antônio. O Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. Correspondência inédita ao longo de 15 cartas (de 1743 a 1751). Cascais: Principia, 1999, PP. 21-23; TEIXEIRA SOARES, Álvaro. O Marquês de Pombal. Brasília: Editora da UNB, 1983, C 1961 (Coleção Temas Brasileiros), p. 51-58; PAIM, Antônio (Org.). Pombal e a Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982; etc.

<sup>15</sup> Sobre a disputa de fronteira entre França e Portugal na Amazônia, acirrada com a tomada de Caiena, cf: CARDOSO, Ciro Flamarion. *A tomada de Caiena vista do lado francês*. In *Revista Navigator*. Vol. 6, Nº 11, dossiê 7. 2011, pp.13-23. [http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11\\_dossie2.html](http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie2.html); e, LAPA E SILVA, Iuri Azevedo. *A ordem desejada e a desordem promovida: acordos, motins e mestiços na ocupação da Guiana Francesa (1809-1817)*. 2010. IX, 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Também, um estudo de Magda Ricci sobre o diário-relatório de Francisco José Rodrigues Barata (prelo), intitulado: *Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824)*. In ARRUDA, José Jobson e outros (org.). *De colonos a imigrantes: I(m)igração portuguesa para o Brasil*. SP: Alameda, 2013, pp. 289-309.

<sup>16</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b, p. 66.

ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, sistematizadas no instrumento legal conhecido como *Diretório dos Índios*. Dentre outros objetivos o diretório visou agregar melhor os vários povos indígenas ao Estado português na Amazônia, transformando-os em uma espécie de “súditos” da coroa real<sup>17</sup>. Dentre as medidas destacavam-se o incentivo de casamentos entre portugueses e lideranças indígenas locais; a proibição da denominação habitual de “negros da terra” aos indígenas, onde à eles era associada a cor dos escravos africanos; assim como a proibição da língua geral, estimulando a disseminação da língua portuguesa como o idioma oficial, e hegemônico<sup>18</sup>. Nesse sentido, todos os núcleos urbanos com nomes indígenas passaram a ter denominações portuguesas<sup>19</sup>, como podemos observar na tabela a seguir.

TABELA 02

<b>Tabela das nomenclaturas dos núcleos urbanos (aldeias e vilas) no Grão-Pará (1754-1833)</b>	
<b>Antiga denominação indígena</b>	<b>Nova denominação portuguesa</b>
Tapajós	Santarém
Pauxis	Óbidos
Tupinambarana	Vila Nova da Rainha
Coari	Alveolos

<sup>17</sup> Para o conceito de súditos como mecanismo para povoamento, cf.: SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 1998.

<sup>18</sup> A diretriz do *Diretório* referente a supressão da língua geral, sustentava três ideias para a defesa e aplicação do português como língua oficial. A primeira ideia era de que o uso do idioma local reforçava a prática dos costumes *nativos* vistos como selvagens pelo olhar europeu; a segunda percepção argumentava que a adoção de um idioma civilizado levaria a civilização destes costumes locais; e a terceira ideia de que a imposição da língua régia acarretaria a sujeição dos povos conquistados. Para uma leitura mais profícua deste estudo, cf. GARCIA, Elisa Frühauf. *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional*. Revista Tempo, 2007, p.23-38, p.23. A Língua Geral Amazônica (LGA), denominação utilizada por Bessa Freire, foi uma língua constituída a partir da junção do português, trazido pelos colonos, e as diversas línguas indígenas, como forma de estabelecer um nível razoável de comunicação no processo de colonização. A base inicial da língua geral foi a língua tupinambá, que, ao longo do processo de mudanças do período colonial, foi se metamorfoseando, até perder a originalidade tupinambá, e se transformar numa língua híbrida, com características lingüísticas diversas. Para um estudo mais aprofundado sobre a LGA e suas transformações, cf. BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese (doutorado). 241f. Instituto de Letras – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

<sup>19</sup> Posteriormente, na década de trinta do século XIX, com o Brasil já como uma nação em busca de uma identidade nacional, os antigos nomes de origem indígena voltaram a denominar as vilas, expressando forte marca nacionalista. Santarém voltou a ser Vila do Tapajós e Óbidos a denominar-se Vila de Pauxis. Para uma informação mais detalhada sobre a renomeação das vilas paraenses, cf. BAENA, *Op.cit.*, 2004.

Tefé	Vila de Ega
Caiçara	Alvarães
Maués	Luzia
Mariuá	Barcelos
Manaus	Vila da Barra do Rio Negro
Saracá	Silves
Jaú	Airão
Araretama	Borba
Jauari	Oliveira
Itarendana	Moura
Bararuá	Thomar
Aracari	Carvoeiro
Caboquena	Moreira

Fonte: BAENA, *Op.cit.*, 2004 p. 427-430.

Este “aportuguesamento” mostrava a mudança de perspectiva do Amazonas diante da coroa portuguesa. Com ela ficava mais evidente as mudanças dos limites administrativos que o governo lusitano criou neste período para a região. Ainda em meados do século XVIII, redimensionaram-se os limites dos Estados do norte da América portuguesa. Primeiramente emanciparam-se as capitanias do Ceará e do Piauí, que até então faziam parte do grande Estado do Maranhão e Grão-Pará. Neste ato o antigo Maranhão perdeu terreno e passou a se valorizar o Grão-Pará, já que a sede do novo governo deslocava-se de São Luís para Belém, no Pará. Em 1772, desmembrou-se o Pará do Maranhão, compondo-se cada um em unidade administrativa e politicamente independente<sup>20</sup>.

Além da mudança nos limites das antigas capitanias e nomes de vilas houve também mudanças no gerenciamento e controle das populações locais. O gerenciamento do novo Estado do Grão-Pará ficou a cargo do irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A administração de Mendonça Furtado estimulou a economia, intensificando a agricultura, o uso dos escravos de origem africana, sobretudo na produção de cacau. Houve ainda a inauguração de manufaturas e vários estabelecimentos régios foram

<sup>20</sup> Sobre a disposição político-administrativa do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII, cf.: NOGUEIRA, Shirley. “*A soldadesca desenfreada*”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). 341f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009; BAENA, *Op.cit.*, 2004.

criados e outros reestruturados. As salinas régias na região paraense do salgado foram valorizadas<sup>21</sup>. Por seu turno, promoveu-se um incentivo para o tratamento e salga de peixes, principalmente na região marajoara e no Baixo Amazonas. De acordo com Vicente Salles, em alguns casos, a prática da salga de peixes foi importada à moda européia, como o pirarucu, cortado em postas e salgado da mesma forma que o bacalhau<sup>22</sup>. Houve também o incentivo ao tratamento de madeiras amazônicas destinadas à construção civil e naval, que caminhava a largos passos em Lisboa, sobretudo depois do terremoto de meados do século XVIII. Também foi promovida a criação e o incremento da manufatura para tratamento do couro nas fazendas régias no médio Amazonas, bem como o estabelecimento de uma Olaria, autorizada a funcionar em Santarém no ano de 1776<sup>23</sup>.

A nova política para a região também sofreu novos reveses com a expulsão dos jesuítas, tradicionalmente os agentes colonizadores, que trabalhavam dentro de um modelo catequético que unia a Igreja ao Estado português. Com a saída dos padres da Companhia de Jesus, outras ordens religiosas ganharam destaque, mas também o clero secular foi reestruturado. Novas missões foram criadas e foi alterada a forma de se administrar a catequese e a povoação da região. Houve mudanças no comércio, com o incentivo à produção de produtos como o cacau, a criação de gado, a atividade pesqueira e a coleta e/ou a manufatura de óleos, madeiras, raízes e frutos locais, genericamente conhecidos como drogas do sertão. Para isso, foram concedidos financiamentos com os quais se criou uma companhia de comércio encarregada de comercializar os produtos locais e também de trazer – de forma

---

<sup>21</sup> A região do salgado paraense localiza-se no nordeste do Pará e compreende 11 municípios (Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia). É uma região muito rica em recursos hídricos. Sua economia fundamenta-se no extrativismo e na atividade pesqueira. Mais informação, cf.: [http://www.portal.ufpa.br/interna\\_minutodauniversidade.php?idMinuto=120](http://www.portal.ufpa.br/interna_minutodauniversidade.php?idMinuto=120).

<sup>22</sup> SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992, p. 62. Ainda de acordo com Salles, estas instituições reais mantiveram a população amazônica subjugada a um tipo de controle social direcionado pelo trabalho. Para uma percepção mais aprofundada das instituições reais como os pesqueiros e salinas régias, roças comuns e fábricas nacionais, conferir este mesmo trabalho de Vicente Salles, nas páginas 62 e 63.

<sup>23</sup> Sobre os impactos econômicos promovidos pelas mudanças político-administrativas da política pombalina na região, cf. NOGUEIRA, Shirley, *Op.cit.*, 2009. E, SPIX, Johann B. von; & MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Série: Coleção Reconquista do Brasil. 3º vol. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.

mais sistemática e direta – mais braços escravos de origem africana para trabalharem na região, incrementando e melhor sistematizando a produção local<sup>24</sup>.

Todo este processo conhecido como as *políticas pombalinas* para a Amazônia ocorreu em cerca de um pouco menos de meio século e serviu para solidificar a presença da colonização portuguesa na região amazônica, e especialmente no médio Amazonas. A política migratória foi novamente utilizada. Assim como no século XVII, colonos açorianos atravessaram o Atlântico e aportaram no Maranhão e no Pará, processo migratório esse fruto de um plano que reunia Estado português e a vontade de comerciante e colonos locais. De acordo com Alanna Souto Cardoso, neste segundo momento do movimento migratório, com a intervenção pombalina, a introdução de colonos portugueses visava atingir interesses mercantis e de posição geopolítica. Voltados fundamentalmente à agricultura e ao comércio, regidos pelos planos de povoamento da região, estes açorianos contribuíram por “miscigenar” e “urbanizar” o interior da Amazônia com o advento das vilas pombalinas<sup>25</sup>. Estes novos colonos incrementaram o comércio local e muitos se casaram com mulheres locais, indígenas ou mestiças, de famílias bem conceituadas, contribuindo assim para o processo de miscigenação. Alistaram-se nas tropas militares na região, participando da consolidação do projeto colonial com a criação de novas fortalezas como as de Macapá, e/ou reformas ou mudanças de lugar, como foi o caso da Fortaleza da Barra no rio Negro, consolidando-se também o poder régio português. Ao mesmo tempo em que esta política limitava a autonomia que se tinha localmente, fortalecendo a presença do Estado na região, ela também trazia outros personagens e gerava novos conflitos.

Nesta segunda metade do século XVIII na Amazônia foi ato comum a criação de vilas ou povoados. Muitas aldeias ou aldeamentos<sup>26</sup> foram emancipados. Quase sempre, como descrevia Arthur Reis, ocorria esta emancipação com a reunião de todos os habitantes locais,

---

<sup>24</sup> Para uma melhor compreensão dos efeitos ocasionados na economia local com a expulsão/extinção das ordens religiosas cf. ALVES JÚNIOR, *Op. cit.*, 2009.

<sup>25</sup> CARDOSO, Alanna Souto. *Apontamentos para a História da Família e Demografia Histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790)*. Belém: UFPA 2008. 151p. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém, 2008. p.38 e 39.

<sup>26</sup> De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, em seu *Metamorfoses Indígenas*, os termos aldeia e aldeamento se entrecruzam na medida em que o primeiro corresponde aos núcleos formados pelo projeto colonial português de contato com as etnias indígenas e da incorporação destas etnias ao projeto. Já o termo aldeamento remete a ideia de processo, ou seja, a *aldeia em formação*, distinguindo-o da noção de *aldeia de origem*. Cf.: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. RJ: Arquivo Nacional, 2003, p.41.

dentre indígenas e moradores brancos, em torno do pelourinho, erguido como símbolo do poder secular do Estado. Ali se declarava a criação oficial da Vila. Quem fazia esta declaração formal em geral era o capitão-general, o qual, conjuntamente aos seus auxiliares, nomeava, dentre os moradores locais, os membros para a constituição de um Senado da Câmara<sup>27</sup>. Como o contingente indígena era visivelmente superior aos habitantes brancos, as novas Câmaras normalmente eram compostas por indígenas ou mestiços, o que coincidia com política pombalina de aproximação e de promoção de casamentos mistos entre moradores locais e europeus dentro de um projeto colonial civilizatório e de ocupação portuguesa da região. Para declarar nos tratados internacionais que esta parte da Amazônia era lusitana, a política local buscou aproximar os nomes e controle administrativo direto desta região à economia e política estatal portuguesa.

Na região do rio Negro, os impactos da política pombalina foram perceptíveis. Uma alteração importante foi a criação da capitania do Rio Negro em 1755. Em 1756, o governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado aportou na aldeia *Mariué* onde, por meio de uma conferência com os comissários espanhóis de limites, elevou a aldeia à condição de vila, batizando-a *Barcelos*. Conferiu-lhe a importância de capital da capitania, “promovendo ativamente a imigração de portugueses e o aldeamento de índios”<sup>28</sup>.

Criada a capital da capitania, deslocou-se para lá seu primeiro governador em 1758, acompanhando-o o ouvidor e o vigário geral. Também se alocava na capital o comandante da tropa e o intendente do comércio, além dos demais funcionários. Shirley Nogueira atenta para edificações realizadas na vila por Mendonça Furtado, no sentido de estruturar a capital. Dentre os prédios, o capitão-general ergueu: um quartel, um armazém, uma olaria, uma ponte que ligava os dois bairros da vila, e um cais de madeira<sup>29</sup>. Continuando as obras estruturais para Barcelos, Nogueira expõe que, “em 1780, Pereira Caldas edificou um palacete e uma fábrica de tecer panos. Também transformou em palacete o convento dos carmelitas, onde, em cima, fundou uma casa de campo para seu uso”<sup>30</sup>. Além das edificações visando uma estrutura urbana, a preocupação com as fronteiras levou a criação de fortins, pequenos fortes

<sup>27</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História de Óbidos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a, p.31.

<sup>28</sup> SPIX, Johann B. von; & MARTIUS, Karl F. P. von. *Op.cit.*, 1981, p.156.

<sup>29</sup> NOGUEIRA, Shirley. *Op.cit.*, 2009. p.90.

<sup>30</sup> Idem, *Ibidem*.

militares, em locais estratégicos, como foi o caso do Forte de São Joaquim, na região do Rio Branco, fronteira com as guianas inglesa e holandesa. Na região limite com as colônias espanholas, foram criadas as fortalezas, também, de São Joaquim, e de São Gabriel, às margens esquerda e direita do rio Negro, respectivamente, e a de Marabitanas, subindo o *Negro*. A preocupação com as fronteiras da província também esteve presente no governo de Dom Francisco de Souza Coutinho, entre 1790 e 1803.

Quando Souza Coutinho assumiu o governo do Pará em 1790, o governador se deparou com uma realidade bastante tensa, especialmente quando relacionada aos problemas com as fronteiras. Principalmente com França e Espanha havia conflitos. Também existiam carência e extravios da arrecadação da fazenda real, e, sobretudo, carência de mão de obra, tanto de origem indígena quanto africana. Este último problema demarcará, de forma significativa, sua passagem pela Amazônia, de maneira que, suas denúncias e reflexões sobre a qualidade no trato com os indígenas, levaram a criação e aplicação de uma Carta Régia, a de 1798. De acordo com Patrícia Sampaio, no que tange as dificuldades de defesa de fronteira e de carestia de mão de obra, as estratégias de governo de Souza Coutinho para possíveis soluções, encaminharam-se pelos seguintes eixos: “incentivos ao tráfico africano; [...] ao contrato particular com índios residentes nas povoações; [e] à ação particular nos descimentos dos índios não-aldeados; [e] recrudescimento do recrutamento militar da população livre de cor”<sup>31</sup>.

Destes eixos estratégicos, observemos que, com exceção do primeiro, sobre o tráfico africano, que como foi observado não se traduziu nos resultados esperados, mas que fogem a esta dissertação compreender de forma mais argüida, os outros três relacionavam-se ao trato com a mão de obra indígena e/ou tapuia. Sampaio atenta para a primeira estratégia. Quando Souza Coutinho pensou a relação com *os índios residentes nas povoações*, deixou clara a existência de uma significativa parcela de índios vivendo nas antigas povoações pombalinas, mas destituídos da tutela de um diretor. Tratava-se de uma geração surgida no pós-Diretório, de 1755, que, assegurada pela Lei de Liberdade, possuía uma restrita liberdade, pois, “ainda que passassem por vexações, e grandes opressões nunca tiveram aquela tutela efetiva, mais livremente dispuseram de si, dos seus trabalhos, e do que adquiriam”<sup>32</sup>. Os tapuios foram um

<sup>31</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p.228.

<sup>32</sup> COUTINHO, Francisco de Souza. Plano para a civilização dos índios do Pará – 2.8.1797, apud, SAMPAIO, Patrícia. *Op. cit.*, 2012, p.229.

dos alvos preferidos da política de Souza Coutinho para solucionar a carência de mão de obra. Eles também eram uma alternativa para suprir a defasagem nos contingentes das forças militares, tão necessárias para a vigilância e o fortalecimento das áreas de fronteira. Nesse sentido, os tapuios foram os atores principais na política metropolitana de desenvolvimento da economia e fortalecimento da defesa da província do Grão-Pará, com o auxílio de um importante dispositivo legal como a Carta Régia de 1798.

Em linhas gerais, a Carta de 1798 dispunha suas diretrizes sob os princípios de garantia de ocupação territorial, mantendo assim, a prerrogativa da “estabilidade dos povoados e habitantes livres regularmente estabelecidos”<sup>33</sup>. Também, a Carta dava conta da ocupação das terras indígenas e seus recursos naturais, na medida em que liberava o acesso de moradores a negociarem diretamente com os índios, corroborando a isso, a extinção dos bens comuns das extintas povoações pombalinas<sup>34</sup>. Dentre os habitantes livres, estavam todos os súditos da coroa real, dentre brancos, mestiços, europeus, brasileiros e índios. Liberdade esta que garantia ao índio ser regido pela mesma norma jurídica que a de outros vassalos, com exceções para os que tinham títulos ou status de nobreza. Neste ponto a nova legislação se diferencia do *Diretório*, gerando ainda, sua extinção. O principal ponto de diferença relacionava-se com a tutoria do indígena aldeado. A figura do Diretor, tão amplamente criticada, inclusive por Souza Coutinho, foi suprimida, garantindo a este indígena sua propensa “liberdade”, perante a Carta. Tornando-se homem livre e súdito da coroa real, os tapuios, ou índios aldeados, poderiam ser alistados e/ou recrutados<sup>35</sup>, mesmo que involuntariamente, tanto para a defesa militar da região, quanto, e principalmente, para preencher as lacunas de mão de obra. Nesse sentido, foram criados corpos de alistamento, os chamados Corpos de Milícias, ou Corpo de Ligeiros, como ficou conhecida, e o Corpo Efetivo de Índios. O objetivo central destes corpos era incorporar toda a população ativa, transformando-a em permanente mão de obra disponível para os mais variados ramos da

---

<sup>33</sup> SAMPAIO, Patrícia. *Op. cit.*, 2012, p.230.

<sup>34</sup> *Idem*, p.236.

<sup>35</sup> De acordo com a pesquisa de Patrícia Sampaio os aptos a serem recrutados estavam entre os índios e mestiços, que não possuísem escravos, que estivessem alistados nos corpos de milícias, que não possuísem propriedades ou lavouras que lhes dessem rendimento suficiente para conservarem-se quites com os dízimos e as obrigações fiscais, e quem tivesse meios para conservarem-se sempre armados e fardados. A legislação de 06/12/1799 amplia a margem para o alistamento, podendo “todos os indivíduos que estivessem alistados nas milícias e na infantaria sem que possuísem os requisitos do estabelecimento próprio ou ofício para sua manutenção [...]”, *cf.* SAMPAIO, Patrícia. *Op. cit.*, 2012, p.237.

economia local, dentre braços para a agricultura, mas, especialmente, pernas para caminhar na floresta extraindo as *drogas do sertão*.

Esta medida do recrutamento compulsório ao trabalho dirigia-se aos tapuios (ou índios aldeados), que já estavam em convivência com os brancos nos núcleos urbanos ou antigas povoações pombalinas. Mas, para os índios não-aldeados, os chamados índios bravios, o encaminhamento político português para sua “integração” às povoações e à política para o trabalho de Souza Coutinho, continuava a ser *os descimentos*. A diferença era que neste 2º momento estes descimentos foram permitidos apenas aos particulares, isentando a Coroa a realizar tal atividade. A recomendação era que se evitasse o uso da violência, característica inata desta prática desde o início do processo colonial. A Carta Régia alertava para a obrigação dos comboieiros de levarem pequenos “mimos” aos sertões para serem entregues aos indígenas.

Diante disso, em finais do século XVIII era possível aos portugueses e suas tropas se deslocarem até os mais distantes sertões, como o fez o porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata. Nos anos de 1798/99, o militar português foi destinado à colônia holandesa do Suriname em diligência do serviço real por parte governador do Estado do Pará Francisco de Sousa Coutinho. Sua tarefa era levar ao destino de David Nassir, um judeu de origem lusitana residente na dita colônia, uma correspondência remetida pelo governador, cujo assunto condizia em

[...] agradecimento honroso dos socorros e despesas da passagem para Lisboa que os da nação judaica portuguesa ali domiciliados prestaram aos portugueses apresados pelos franceses e por estes descidos naquele país: e ao mesmo tempo um chamamento benigno, que os determinasse estabelecerem-se firmemente em Lisboa, aonde sem a mais mínima diferença gozariam da proteção das Leis, cujo fim é a conservação e harmonia entre os membros da Sociedade civil<sup>36</sup>.

Entretanto, diante da conjuntura e preocupação exposta acima, podemos ler nas entrelinhas desta tarefa que Souza Coutinho tinha interesses a mais do que uma simples entrega de correspondência. Podemos ler esta viagem como uma expedição observatória da região para a ciência da situação em que se encontrava esta área de fronteira. Tanto é que, Francisco Barata empreendeu uma jornada de dois anos pelo interior amazônico, descrevendo,

---

<sup>36</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, 1969, p.237.

relatando e registrando suas impressões acerca das vilas e povoados por onde passava, possibilitando-nos perceber alguns resultados práticos da intervenção metropolitana na região por meio de seu relatório de viagem.

Aportando em Santarém no dia 1º de maio de 1798, Barata logo observou a posição geográfica da vila e sua agradável situação, tanto no que diz respeito a seu terreno, quanto em relação à suas praias que ofereciam no verão “excelente vista e belos passeios”<sup>37</sup>. No que tange ao comércio e a agricultura, o militar evidenciava o aumento destes ramos, motivado, principalmente, “pela execução das ordens do dito Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Dom Francisco de Souza Coutinho, atual Governador, e Capitão General, que sem dúvida se pode dizer esta Vila oferece hoje o mais importante objeto de comércio depois da Cidade e Capital [...]”<sup>38</sup>. Na agricultura, seu principal produto cultivado era o cacau, além da mandioca e do feijão. Também comercializavam peixe seco, adquirido nas pescarias da vila, e exportado para Belém em grandes quantidades, além da manteiga extraída do mesmo. Permaneceu na vila até o dia 06 de maio. Ali, Barata ainda encontrou abundante mão de obra. Ele conseguiu substituir os índios que o acompanhavam na canoa e nos remos, e ainda pôde mandar calafetar e consertar sua embarcação. Por estes indícios percebemos a primordial importância da vila para a economia e para o bom funcionamento dos transportes de mercadorias e passageiros, especialmente os de origem europeia.

Em relação à Óbidos, Francisco Barata observou o comércio local, evidenciando o cacau como seu principal produto. Desde tempos do governo de D. Francisco de Souza Coutinho, na transição do século XVIII para o XIX, este gênero alimentício foi largamente estimulado. Somavam-se ao estímulo do governo, as excelentes condições naturais do solo de Óbidos, “as melhores terras do Baixo Amazonas para aquela espécie nativa”<sup>39</sup>. Os cacaos foram observados por Francisco Barata, e evidenciados pelas medidas governamentais expedidas por tal governador ao incentivo de plantações nas vilas de Santarém, Alenquer e Óbidos. Outras espécies também eram cultivadas, dentre as quais, café, algodão, maniva, feijão, milho e cana, além das tradicionais *drogas do sertão*, que ainda atraíam o interesse dos

---

<sup>37</sup> BARATA, Francisco José Rodrigues. *Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho*. RHIGB, 1846, Tomo VIII, p.7.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>39</sup> REIS, *Op.cit.*, 1979a, p. 96.

colonos e da coroa. Em relação aos rebanhos de gado, poderiam ser encontrados nas cercanias da vila, concedidos pelo governo desde meados do século XVIII.

Chegando a Barcelos no dia 18 de julho de 1798 por volta das 16 horas, Francisco Barata registrou em seu diário que a vila já não se encontrava como capital da província do Rio Negro, agora remetida para a Vila da Barra do Rio Negro. De acordo com seus escritos, residiam em Barcelos o Vigário Geral, o Provedor da Fazenda Real, o Escrivão da mesma com o respectivo Almojarife, e o Ouvidor interino. Na principal rua, margeando o rio, citada como *rua da praia*, localizavam-se as residências das autoridades, assim como a Igreja Matriz, e as ruínas do antigo palácio do governo onde residiam os governadores da Capitania. Paralelamente à rua da praia, por detrás dela, menciona uma praça, onde observa ruínas do que já foi o quartel das tropas, no momento abandonado, pela transferência da instituição para a nova capital. Também, menciona a existência em tempos passados de uma casa destinada às conferências das Reais Demarcações, mas que, agora não havia nem sinais. Ao lado direito das ruínas do quartel descreve um lugar aonde existia o Hospital Militar, e, ao lado esquerdo da praça, localiza-se o Armazém da Real Fazenda, “ótimo pelo seu bom arranjo; mas também oferecendo a mesma ruína que tem experimentado e estão experimentando todos os edifícios que ali há”<sup>40</sup>.

Em relação à sua população, Barata não nos informou dados estatísticos, mas deixou claro que a vila encontrava-se desabitada, e que em outrora já foi bem mais populosa, porém, com a migração de muitos moradores para a Vila da Barra, ou voluntariamente ou compulsoriamente, *hoje nada indica digno de atenção*.<sup>41</sup> Aqui é preciso lembrar que os quadros demográficos do baixo e do alto Amazonas se diferenciavam na virada do século XVIII para o XIX<sup>42</sup>. Observando os gráficos a seguir, elaborados por pessoas e contextos

---

<sup>40</sup> BARATA, Francisco José Rodrigues. *Op.cit.*, p.14.

<sup>41</sup> Os dados inexistentes no relatório de Barata podem ser observados no relatório de João Henrique de Matos, quando este militar realizou uma análise comparativa da região em sua viagem oficial de 1842. Matos, com muito pesar, apontava para um decréscimo populacional da vila no período que se estende de 1790 a 1840. Segundo suas informações, da década de 1790 Barcelos era composta por uma população de 640 *fogos*, distribuídos entre brancos, mamelucos, tapuias, mestiços e negros, e de 30 a 40 escravos. Em 1820, Spix e Martius constataram um número de 695 habitantes, sendo que 177 livres, 472 índios e 46 escravos. *Cf.*: SPIX, Johann B. von; & MARTIUS, Karl F. P. von. *Op.cit.*, 1981.

<sup>42</sup> Ao usarmos os dados estatísticos apresentados por Antônio Baena e Spix e Martius, sentimos a necessidade em problematizar uma questão importante em relação à estas fontes. No período analisado, havia uma variabilidade de censos, muita vezes desconhecidos entre si. José Maia Bezerra Neto constata esta variação, quando em sua pesquisa sobre a presença negra na Amazônia, observa um desencontro de dados censitários, utilizados pela historiografia, sobre a composição demográfica escrava; *cf.* BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001. Optamos por usar estes dados como

diferentes, chama a atenção um acréscimo populacional no Baixo Amazonas entre o último quartel de 1700 e os primeiros vinte anos dos *oitocentos*, confirmando a análise feita por Baena em *Ensaio Corográfico*. Segundo este autor, a região de Santarém e Óbidos, assim como Bragança e Cametá, apresentou um quadro excepcional, em relação ao restante da província, de crescimento demográfico<sup>43</sup>.

TABELA 3

<b>Tabela populacional – Baixo Amazonas: 1778 – 1820</b>			
<b>População em 1778*</b>		<b>População em 1820**</b>	
<b>Localidades</b>	<b>População</b>	<b>Localidades</b>	<b>População</b>
Santatém	476	Santatém	2.360
Óbidos	128	Óbidos	1.850
Faro	19	Faro	350
Alenquer	-	Alenquer	370
Vila Nova Rainha	-	Vila Nova Rainha	685
Alter do Chão	15	Alter do Chão	400
Vila Franca	5	Vila Franca	1.200
Boím	9	Boím	370
Pinhel	50	Pinhel	210
Aveiros	-	Aveiros	215
Outeiro	3	Outeiro	370
Monte Alegre	97	Monte Alegre	1.820
Total	802	Total	10.200

\*Fonte: IHGP, “Mapa das famílias, que a exceção das de índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitanias do Estado do Pará e de sua possibilidade e aplicação para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837, *apud*, NOGUEIRA, *Op.cit.*, 2009, p.89.

\*\*Fonte: SPIX e MARTIUS, *Op.cit.*, 1981, p.40.

É interessante salientar algumas ausências estatísticas, sobretudo na de 1778. Isso acontecia principalmente pela carência de trabalhos estatísticos, que repercutia na imprecisão dos dados demográficos. Não passa despercebida a preponderância populacional nas vilas de Santarém e Óbidos, mas também, Monte Alegre e Vila Franca às vésperas da *Independência*.

Situação diferente se encontrava a região rio Amazonas acima. A Capitania do Rio Negro, submetida político-administrativamente ao Grão-Pará, apresentava, no período correlato

---

base referenciada, mesmo sabendo da problemática variedade censitária existente no Grão-Pará do período estudado.

<sup>43</sup> BAENA, *Op.cit.*, 2004, p.21.

ao acima analisado, um tímido, e por vezes oscilante, acréscimo populacional. Observemos nas tabelas a seguir:

TABELA 4

<b>Tabela populacional do Rio Negro (ou alto Amazonas) entre 1778 e 1796</b>				
<b>População do Rio Negro de 1778-1796</b>				
<b>Anos</b>	<b>brancos</b>	<b>Índios</b>	<b>Negros</b>	
<b>Total</b>				
1778	898	9.575	337	10.810
1790	1.176	11.320	468	12.964
1793	1.365	11.798	574	13.737
1796	1.485	12.154	492	14.131

Fonte: BAENA. *Op.cit.*, 2004, p.30, *apud*, NOGUEIRA, *Op.cit.*, 2009, p. 91.

TABELA 5

<b>Tabela populacional do Rio Negro em 1814</b>			
<b>População do Rio Negro de 1814</b>			
<b>Fogos</b>	<b>Livre sem índios</b>	<b>Índios</b>	<b>Negros</b>
<b>Total</b>			
1.619	3.071	11.435	729
15.235			

Fonte: SPIX e MARTIUS, *Op.cit.*, 1981, p.41.

Os números apresentam várias possibilidades para análise. De início, observamos uma forte presença indígena. Contudo também percebemos uma nada desprezível participação de uma população escrava de origem africana. Tudo se relacionou na região do Rio Negro com as já citadas políticas pombalinas e da Carta régia de 1798 na Amazônia. Por outro lado, observa-se entre os indígenas do Alto Amazonas um decréscimo numérico entre 1796 e 1814, movimento contrário do que vinha acontecendo nos derradeiros anos do século XVIII.

Os motivos para este efeito podem ser compreendidos como resultado das políticas de incorporação do índio ao projeto colonial metropolitano, iniciado por Pombal e reforçado por Souza Coutinho, com foco no trabalho compulsório de índios e mestiços, que podem ter sido responsáveis pelo aumento das fugas e deserções indígenas. Com a desestruturação das ordens missionárias, e sua expulsão da região, mediante as políticas pombalinas, ocorre a concessão da “liberdade” ao indígena. Esta liberdade aspeada ocorre em decorrência de como ela foi pensada e aplicada aos povos indígenas. Como nos informa Carlos de Araújo Moreira Neto, eles teriam liberdade de “se autogovernarem por seus principais”, mas, devido sua “incapacidade” de realizar tal feito, na visão da coroa portuguesa, o monarca indicaria um

Diretor para governá-los, criando assim um *Diretório dos Índios*. A ideia central da política metropolitana era integrar o indígena ao novo projeto de colonização, transformando-o em súdito da coroa real, a priori sem nenhuma distinção com os demais súditos, mas dentro dos “muros” dos aldeamentos. Com a Carta Régia de 1798, esta propensa liberdade saiu de dentro destes “muros”, mas esbarrou-se nos limites da legislação lusitana e na necessidade de mão de obra para a região. Na prática, a ideia de igualdade entre súditos indígenas e súditos portugueses, inexistiu. Sob a chancela da lei contra a ociosidade, esta política contribuiu para o agravamento das condições indígenas na medida em que abriu para os colonos a utilização do trabalho compulsório indígena<sup>44</sup>. O Diretório pombalino e a Carta de 1798 permitiram a regulação e o controle do trabalho indígena, mas, o primeiro com a tutoria do Diretor, e o segundo dispositivo com o respaldo das autoridades civis, como os juízes de órfãos<sup>45</sup>.

Apesar do singelo acréscimo populacional na comarca do Rio Negro como observamos na tabela acima, sua capital, Vila da Barra somava-se em 1814 um significativo total de 1.352 habitantes, sendo 445 livres, 683 índios e 224 escravos<sup>46</sup>. Situação bem diferente da encontrada em Barcelos. Segundo os viajantes, suas condições eram lastimáveis nos idos de 1820. Assolada por intermitentes epidemias, “aquela vila, outrora florescente povoação principal da província do Rio Negro, hoje apresenta somente ruínas dos Edifícios pertencentes ao Estado”<sup>47</sup>. Os próprios números dimensionam esta situação. Em 1814, a antiga capital perfazia um total de 695 habitantes, distribuídos em 92 fogos, sendo 117 livres, 472 índios e 46 escravos. Francisco Barata quando passou por lá em 1798 registrou uma forte presença de moradores brancos habitando Barcelos, transferindo-se para a vila da Barra, assim como o comando político e administrativo. Nesta vila a maioria da população é de

---

<sup>44</sup> O fato de considerar as inúmeras desvantagens indígenas do contato com o europeu, inclusive de forma violenta, não suprime a ação indígena na construção de teias de sobrevivência, por base muitas vezes na resistência e negociação adaptativas, própria do período colonial. Por meio de revisões, a historiografia indígena vem em um movimento de desconstrução das velhas e rígidas análises da participação do índio na história do Brasil. Com a aproximação interdisciplinar da História com a Antropologia, a partir da etno-história, a participação indígena na construção histórica brasileira assume uma forma imperativa, deslocando o índio de uma posição de submissão e de reação a fatores externos, para um índio sujeito, agindo de acordo com suas experiências perante o processo que ajudava a construir. Para uma compreensão mais aprofundada da nova historiografia indígena cf. ALMEIDA, *Op.cit.*, 2003.

<sup>45</sup> MACHADO, André Roberto A. *Bajo La sombra de La independência: Gran Pará, La compleja red política em La crisis Del Antiguo Régimen português*, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online], Debates, posto online no dia 08 de fevereiro de 2013. Consultar site: <http://nuevomundo.revues.org/64781>.

<sup>46</sup> SPIX e MARTIUS, *Op.cit.*, 1981, p.41.

<sup>47</sup> Idem, p.264.

imigrantes portugueses recém-chegados e de descendentes de lusitanos miscigenados com sangue indígena.

Esta forte presença de brancos também foi percebida na vila de Santarém por Spix e Martius em 1819, sendo rara a presença de negros ou mulatos. De acordo com os registros dos viajantes austríacos a população de Santarém era estimada em 2 mil habitantes, segundo registros paroquiais, habitando uma área de 15 léguas quadradas. Somando-se aos moradores dispersos, como fazendeiros e indígenas, que viviam longe do centro urbano, o contingente populacional poderia elevar-se para 4 mil pessoas. Percepção também relatada por Hércules Florence, pintor francês que acompanhou a viagem expedicionária do Barão de Langsdorff à Amazônia. Causava estranheza em Florence o modo de falar dos habitantes locais, carregado com o sotaque lusitano, “é que os portugueses ali são numerosos, e a pronúncia europeia pode-se conservar em sua integridade sem sofrer a modificação brasileira”<sup>48</sup>. Segundo o pintor, a população de Santarém, em 1828, era composta de cinco classes distintas, dentre brancos, índios, mamelucos, mulatos e negros, totalizando um contingente de oito a dez mil almas. Ressalta que, entre os brancos, a metade é europeia, fator que compele a *paixões políticas* exacerbadas. Este sentimento conflitante entre portugueses e brasileiros vai permear o contexto político das três primeiras décadas do XIX.

Na década de trinta, observou-se um crescimento populacional em Santarém. Segundo Antônio Ladislau Monteiro Baena sua população estimava um total de 5.367 almas, sendo 3.985 brancos, 112 índios livres e mamelucos e 1.270 escravos<sup>49</sup>. De acordo com Shirley Nogueira, era o maior número de escravos e brancos do Baixo Amazonas. Óbidos acompanhava o crescimento demográfico de sua vizinha Santarém. Na tabela 1 observa-se um aumento significativo, passando de 128 habitantes em 1778 para 1.850 nos anos de 1820. Em 1832 alcança um total de 4.281 habitantes, distribuídos em 2.987 livres e 1.294 escravos<sup>50</sup>. Dentre os moradores, de acordo com impressão registrada pelo porta-bandeira Francisco

---

<sup>48</sup> FLORENCE, Hércules (1804-1879). *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p.263.

<sup>49</sup> BAENA, *Op.cit.*, 2004, p. 253.

<sup>50</sup> *Idem*, p.246.

Barata em 1798, e seguindo as percepções dos demais viajantes, a maioria é branca, “dos quais uns se aplicam à lavoura, e outros ao comércio do que lhes resulta grande utilidade”<sup>51</sup>.

Economicamente, a região vinha apresentando certo desenvolvimento. Santarém, nos dizeres dos naturalistas austríacos em 1819, “é a vila mais importante de todo o Amazonas, e a sua situação garante-lhe rápido florescimento e opulência, com o progressivo povoamento destas regiões”<sup>52</sup>. A estrutura física da vila compunha-se de casas, enfileiradas, com apenas um pavimento, ordenadas em uma rua principal, com outras laterais. Construídas de pau-a-pique, rebocadas com barro, e caiadas de branco, eram cobertas com telhas côncavas ou folhas de palmeira. Possuíam quintais com muros de barro, e um puxado de telhas que servia de senzala para a criadagem. A maioria das casas apresentava portas em suas salas substituindo as janelas, possibilitando a abertura de comércios, propiciados pelo intenso tráfego de pessoas na vila. Suas características urbanas imprimiam-lhe sua importância comercial. Centro do comércio da Amazônia lusitana ocidental, todo o produto exportado para a Belém passava por Santarém. Segundo Nogueira, “para lá convergiam diversas canoas das vilas de Óbidos, Faro, Alenquer, Vila Nova da Rainha, Alter do Chão, Vila Franca, Boim, Pinhel e Aveiro”<sup>53</sup>, carregando em seu convés toda a sorte de gêneros extraídos da floresta, tais como, salsaparrilha, cacau, cravo do Maranhão, algodão, borracha e café. A antiga aldeia de Tapajós foi considerada por Spix e Martius o “empório do comércio entre a parte ocidental da província do Pará e a capital”<sup>54</sup>. Hércules Florence faz da vila uma pintura muito significativa. Ao invés de retratá-la pela vista do rio Tapajós, ele a recupera do alto numa perspectiva lateral, que valoriza sua vocação interiorana e camponesa. Na pintura de Florence fica nítido o interesse do pintor em mostrar as roças locais que circundavam a cidade. Vê-se ainda uma cidade bem desenhada, com suas ruas principais mais largas e com muitas casas de telha portuguesa, que simbolizavam a presença colonial e europeia.

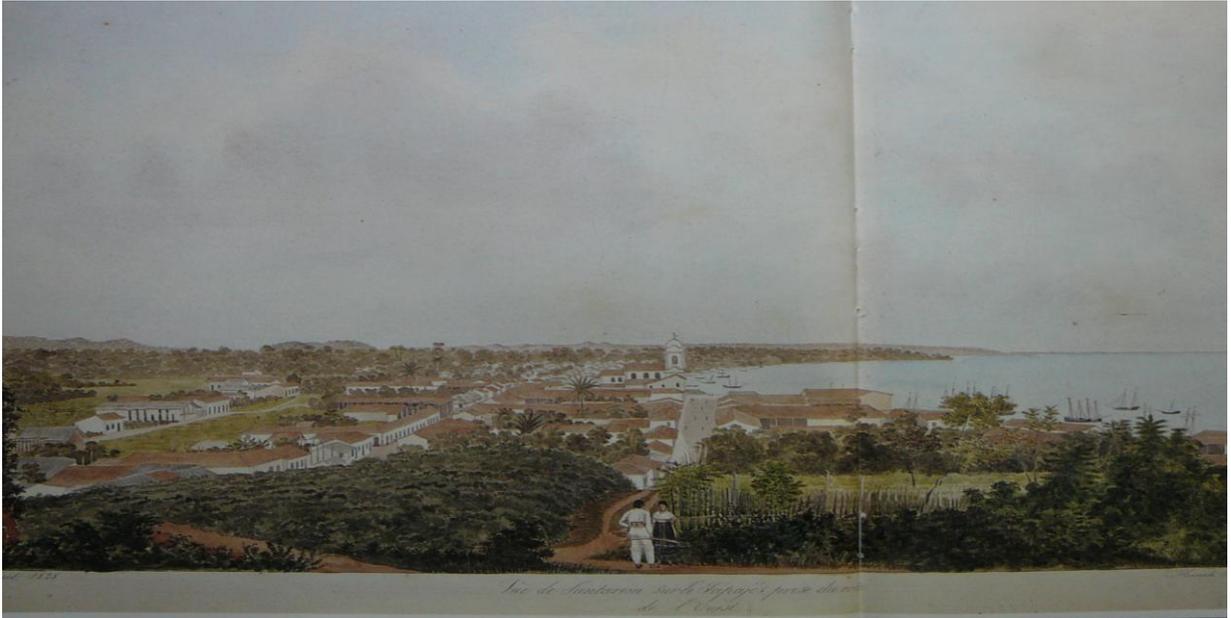
---

<sup>51</sup> BARATA, Francisco José Rodrigues. *Op.cit.*, p.8.

<sup>52</sup> SPIX e MARTIUS, *Op.cit.*, 1981, p.98.

<sup>53</sup> NOGUEIRA, Shirley. *Op.cit.*, 2009, p. 81.

<sup>54</sup> SPIX e MARTIUS, *Op.cit.*, 1981, p.99.



Fonte: Vista de Santarém sobre o Tapajós. View of Santarém on the river Tapajós: Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821 – 1829. Rio de Janeiro, Edições Alumbamento / Livroarte Editora, 1988. 3v. il, p, 90 e 91.

Retornando de Santarém, em 1828, à capital paraense, Hércules Florence registrou em uma tabela alguns produtos que estariam descendo o rio, rumo ao porto de Belém, onde seriam exportados. Os dados da tabela são interessantes, pois demonstram a diversidade de espécies produzidas e exploradas na província paraense, e sua significativa quantidade, resultando num dinamismo econômico.

TABELA 6

<b>Gêneros comercializados para exportação vindos de Santarém em 1828</b>	
<b>Produto</b>	<b>Quantidade/medida</b>
Barras de ouro	30 (no valor de 3:125\$220)
Cacau	190.452 arrobas
Salsaparrilha	5.744 arrobas
Cravos (especiarias)	5.646 arrobas
Breu	260 arrobas
Óleo de copaíba	167 potes
Óleo de copaíba	18 barris
Guaraná	89 arrobas
Urucu	06 arrobas
Castanhas doces	1.953 sacos

Fumo	7.380 arrobas
Café	5.725 arrobas
Algodão	126 arrobas
Estopa do país	317 arrobas
Amarras de piaçaba	253 arrobas
Piaçaba em rama	618 arrobas
Piaçaba em molhos	357 arrobas
Piaçaba em cordas	4.328 polegadas
Arroz	314 alqueires
Feijão	43 alqueires
Farinha de mandioca	1.256 alqueires
Carne-seca	4.271 arrobas
Cebo	215 arrobas
Chifres	730 (nada consta)
Couros	1.612 (n/c)
Pirarucu seco	48.718 arrobas
Manteiga de tartaruga	7.896 potes
Mixira	230 potes
Redes	30 (n/c)
Tábuas de itaúba	182 (n/c)
Tábuas de cedro	24 (n/c)

Fonte: FLORENCE, Hércule. *Op.cit.*, 2007, p.268.

Além do comércio dos produtos extraídos da floresta, os habitantes de Santarém comercializavam carne de gado vacum. O gado não era criado na vila, pois se tornava quase impossível em decorrência de intensa vegetação e o atributo de feras que se alimentavam da carne bovina. Era importado de outras regiões como Monte Alegre e Outeiro. Spix e Martius

lembravam que mesmo sendo de uma raça forte, o gado era vagaroso em sua multiplicação em decorrência da falta de bons pastos durante os meses de estiagem<sup>55</sup>.

Somando-se à sua importância econômica, nota-se uma relevante posição política para a vila de Santarém. Em 1816 é concedida à vila a criação de um juizado de fora por meio do Governo Provisional que governava a Amazônia<sup>56</sup>. Com isso, sendo agraciado com um juiz de fora significava que a vila tinha uma atenção especial por parte de Sua Majestade, e, “Santarém, beneficiando-se com a nomeação de um, crescia de importância. Sua ascensão política era evidente”<sup>57</sup>.

Santarém elevava-se em sua importância política com o título de sede da comarca do Baixo Amazonas. No início de 1830, uma reorganização administrativa foi decretada pelo presidente da província Brigadeiro Machado de Oliveira, mais precisamente em 25 de junho de 1833, para garantir o cumprimento do Código do Processo Criminal, decretado para todo o Império. Segundo este Código, as províncias deveriam constituir-se de distritos de paz, termos e comarcas<sup>58</sup>. Segundo Reis, esta reforma incidia nos antigos núcleos criados durante a política pombalina, no qual, muitos deles se encontravam em um crítico estágio de decadência e “não possuíam, dentre seus habitantes, quem pudesse exercer os cargos e funções decorrentes da graduação política do núcleo”<sup>59</sup>. Sendo a sede da comarca, Santarém centralizaria o governo e o judiciário de todo o Baixo Amazonas, além de sediar o Comando

---

<sup>55</sup> SPIX e MARTIUS, *Op. Cit.*, 1981, p.102.

<sup>56</sup> Para uma visão mais aprofundada dos cargos e da administração do Brasil colonial cf. SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Sobre a magistratura paraense, cf. MOURA, Silvio Hall de. *Elementos para a história da magistratura paraense*. Universidade Federal do Pará, Belém, 1974. Para receber tal instituição, eram necessárias condições que garantissem a atuação do juiz de fora. Este cargo era nomeado pelo Rei. Tinha dentre suas atribuições, proceder contra os que cometerem crime dentro de sua jurisdição (município) e fiscalizar a atuação do alcaide-mor e alcaides-pequenos, em se tratando dos serviços de polícia e segurança (SALGADO, 1985, p. 261 e 262; MOURA, 1974, p. 26), assim como procediam a devassas e sobre os feitos de injúrias verbais. Não sendo escolhidos pelos eleitores locais, os juízes de fora tinham a responsabilidade de fazer valer as ordens régias. Os juízes ordinários eram eleitos trienalmente para atuar no período de um ano. Suas atribuições garantiam a execução de penas pecuniárias aos oficiais de ordenança que faltarem com suas obrigações de posto; tomar conhecimento das descobertas de minas em seu distrito; dar apelação dos feitos que julgar nas vilas e povoações para o ouvidor-geral das capitânicas do Sul e dar apelação e agravo para o ouvidor-geral do Estado do Maranhão (SALGADO, 1985, p.207 e 208). Geralmente eram letrados, legitimando a aplicação das leis por eles em relação aos juízes ordinários, pois não era necessariamente exigido o domínio das letras por estes.

<sup>57</sup> REIS, *Op.cit.*, 1979b, p.72.

<sup>58</sup> Idem, p.108.

<sup>59</sup> Idem, *Ibidem*.

Militar e a Vigararia Geral, pela Provisão Régia de 17 de agosto de 1821<sup>60</sup>, esta instituída pelo Bispo D. Romualdo de Souza Coelho. Sua relevância política era incontestável, mantendo-se nela até os anos finais do Brasil colonial, e confirmando em sua efetiva e atuante participação nos processos da Independência e da Cabanagem que veremos adiante. De acordo com Arthur Cezar Ferreira Reis,

O rendimento do dízimo não era alentado. Devido, principalmente, porem, à desordem com que se fazia a cobrança, e não porque a vila não reagisse bem à taxaço. Seu progresso estaria condicionado ao desenvolvimento do comércio que se abria com Mato Grosso e com o Alto Amazonas. Não se mostrou dinâmico. Nem por isso queremos dizer que tivesse sido um progresso lento demais<sup>61</sup>.

A citação de Reis analisa a relação da região com a província do Mato Grosso. A junção da lentidão do crescimento com o problema do dízimo começa a revelar uma faceta importante da região. Já na virada do século XVIII para o XIX havia problemas administrativos e um constante desvio de rendas. Assim o comércio “oficial” ou legal não era dos mais relevantes, mas o contrabando escamoteava os reais lucros destas atividades comerciais locais<sup>62</sup>. Mais adiante, quando abordaremos o tema da Cabanagem, ficará clara esta relação (na maior parte à margem das normas legais) entre os cabanos e os comerciantes mato-grossenses. Outro ponto a destacar na citação é o desenvolvimento de Santarém, quando o autor adverte que, mesmo não se mostrando “dinâmico”, seu progresso não pode ser considerado “lento demais”. Reis prossegue seu parágrafo mencionando a impressão que Spix e Martius tiveram da vila na década de vinte do século XIX, encontrando-a com um *aspecto simpático*, afirmando sua proposição. Verifiquemos Santarém na imagem a seguir a partir de outro ângulo, em um olhar de fora pra dentro, vindo de quem chegava pelo rio. Em 1862, Santarém não parecia ter crescido muito.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. *D. Romualdo de Souza Coelho – Escorço Biográfico*. Belém-Pa, 1941, p.100.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. *Op.cit.*, 1979b, p.71.

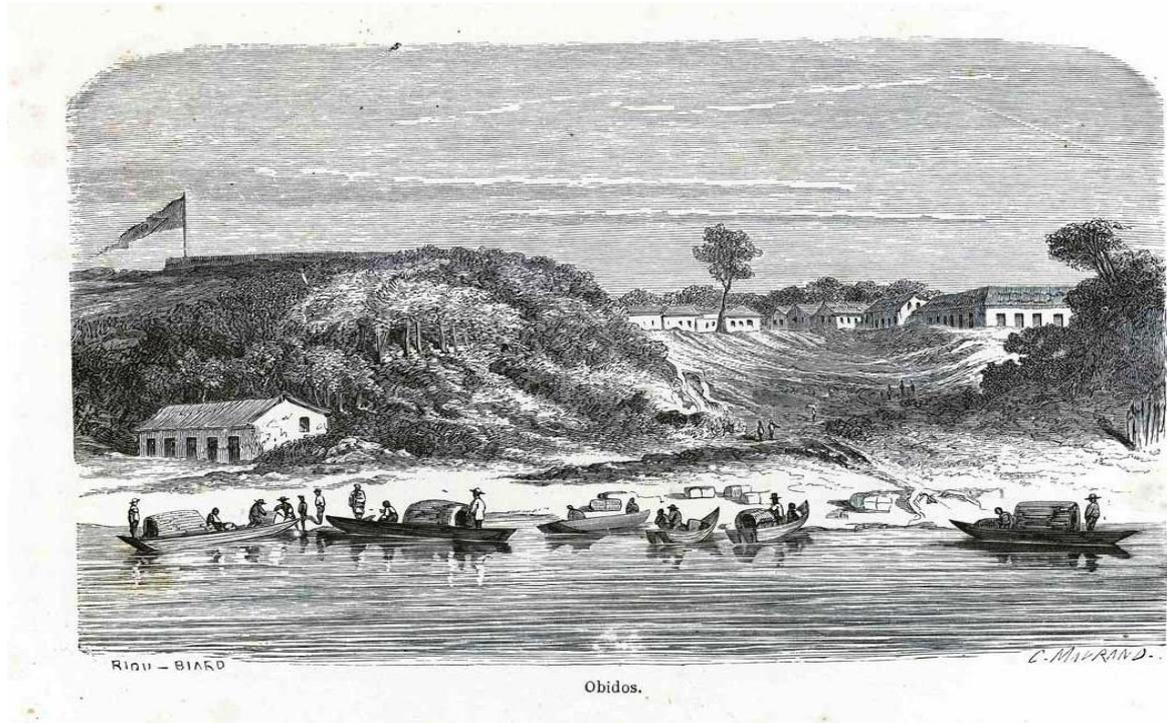
<sup>62</sup> Em viagem pelo Grão-Pará nos anos quarenta do século XIX, M. Sr. Conde de Suzannet menciona a prática do contrabando na região. De acordo com seus relatos, no curso do Tocantins até chegar a Santa Maria de Belém do Grão-Pará, os terrenos que margeavam o rio eram desvalorizados em decorrência da impossibilidade dos produtores transportarem seus produtos à capital, *exceto pelo contrabando*. Cf. SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. RJ: Ed. Casa dos Estudos do Brasil, 1957, p.218.



Santarem, dans la province du Para.

Fonte: BIARD, François. Deaux années au Brésil. Paris: Librerie de L. Hachete, 1862, p.391. Cf. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00285600#page/1/mode/1up>.

Óbidos, assim como sua vizinha Santarém, destacava-se como importante centro comercial do Baixo Amazonas. Por ter sido centro de apoio às expedições de descimento em seus primórdios, Óbidos adquiriu importância. Quanto as suas atividades comerciais, era rota de canoas de comércio, e *ponto de registro* dos produtos trazidos por estas embarcações. Óbidos também disputava com Santarém a patente de sede da comarca. A seguir uma imagem de Óbidos já nos anos de 1860. Nela notam-se os vários prédios e construções da arquitetura portuguesa, com destaque ao quartel e sua bandeira. A questão militar nesta localidade sempre foi forte.



Fonte: BIARD, François. *Op.cit.*, 1862, p.399.

Na época pombalina Óbidos tornou-se vila. Sua administração passou a ser composta por um corpo político formado pelos moradores locais, que assumiram o Senado de Câmara, além do Diretor, cargo criado por Mendonça Furtado, que centralizaria o poder de governar a vila, como já foi mencionado. Os *Diretores* eram nomeados diretamente pelos capitães-generais. Sua posição de comando permitia-lhe sua autonomia em relação aos outros poderes, inclusive subjugando-os. O que se percebia na estrutura administrativa desses novos núcleos urbanos nos moldes pombalinos, era a submissão das autoridades ditas “civis”, no caso os vereadores, perante o poder central do diretor. Não raramente ocorriam desentendimentos entre os vereadores com os diretores.

Não raras vezes, o Senado de Câmara queixava-se de posturas autoritárias e arbitrárias de seus diretores. Dentre estas posturas, destacam-se as adotadas por José Antonio Souto Maior, que dirigindo a Óbidos em 1769, excedeu-se, explorando demasiadamente os povos indígenas locais, e esquecera-se de suas obrigações para o desenvolvimento local<sup>63</sup>. Segundo Reis, a atuação dos diretores obidenses variava, delineando-se em oscilações de “maus” e “bons” procedimentos. Fator este que corroborou para um desenvolvimento relativamente

<sup>63</sup> REIS, *Op.cit.*, 1979a, p.34.

lento da vila até finais do período colonial, não lhe permitindo “uma situação singular no conjunto dos municípios amazônicos”<sup>64 65</sup>.

Reis afirma ainda que, as atenções por parte dos governos provinciais voltavam-se mais para Santarém, o que resultará, não poucas vezes, em queixas por parte das autoridades locais<sup>66</sup>. Quanto às suas características gerais, Óbidos é evidenciada por Spix e Martius por sua localização estratégica em decorrência do estreitamento que o rio Amazonas faz na frente da vila, destacando estar posicionada no “único estreito em todo o curso do Amazonas desde a fronteira ocidental do Brasil até o oceano”<sup>67</sup>. Acrescentava a esta importância sua localização geográfica, permitindo o elo com a comarca do Alto Amazonas, podendo ser considerada a porta para a Capitania de São José do Rio Negro, segundo Reis.

Em consonância com as políticas pombalinas na região, a economia das vilas do Rio Negro, no Alto Amazonas, baseava-se na produção agrícola, no gado e no extrativismo. Barcelos, quando ainda era capital da capitania, centralizava e expandia as políticas voltadas ao desenvolvimento econômico da região. Predominantemente voltada ao extrativismo das espécies nativas, a economia foi enriquecida com a introdução de técnicas agrícolas no plantio de gêneros como o café, o arroz, o anil, o cânhamo, entre outros. De acordo com a descrição de Barata, o solo da região de Barcelos é propício para o cultivo de anil e café, cujo seus habitantes o realizam em pequenas roças. Nogueira afirma que foram introduzidos dois pesqueiros para alimentar a população da vila, além do estímulo ao comércio da carne de tartaruga, muito consumida pela população local, quando em cinco anos (de 1780 a 1785)

---

<sup>64</sup> REIS, *Op.cit.*, 1979a, p.34.

<sup>65</sup> Podemos problematizar esta concepção de Reis quando relaciona a dinâmica da administração local entre bons e maus gestores. Tendo o conhecimento das dificuldades de relacionamento entre as principais autoridades locais e dos sentimentos desencontrados entre brasileiros e portugueses que começavam a se configurar, podemos estabelecer estes fatores como importantes para mensurar as oscilações entre os *bons* e os *maus* administradores. Soma-se a este adendo a posição política de Ferreira Reis, conceituado estadista, percebendo em suas obras a franca defesa do projeto de colonização português.

<sup>66</sup> Cabe uma ressalva sobre os estudos monográficos de Arthur Cezar Ferreira Reis sobre Santarém e Óbidos. Em decorrência da carência bibliográfica sobre a história política e social do Baixo e Alto Amazonas, a obra de Reis é de suma importância, pois além de seu caráter *oasístico*, ela está sedimentada em uma base documental significativa. Porém, é necessário que apreendamos os escritos de Reis com um olhar crítico e inquiridor, sabendo que, o período histórico em que ele produziu e sua posição política, como um estadista, incidiram sobremaneira no resultado de suas pesquisas. Assim as disputas que ele descreve sobre Santarém e Óbidos muitas vezes são exageradas e traduzem seus interesses do século XX em ver Santarém e Manaus (ou o Rio Negro) de forma mais grandiosa do que Óbidos.

<sup>67</sup> SPIX e MARTIUS, *Op.cit.*, 1981, p.282.

foram remetidos para eles cerca de 53 mil quelônios<sup>68</sup>. A economia voltada para a propriedade rural crescia na região. Estima-se que no final de 1700 constituam-se em Barcelos 87 propriedades rurais<sup>69</sup>.

Numa perspectiva mais abrangente, as vilas e povoados do Rio Negro, acompanhando Barcelos, comercializavam as espécies nativas extraídas, sobretudo, com o braço indígena. Vários povos indígenas tradicionalmente praticavam a agricultura de gêneros introduzidos ou recolhidos na região, mas esta produção local nem sempre tinha a constância e a regularidade que os portugueses desejavam, sobretudo pelas disputas entre o poder temporal e o clerical, ou o Estado e os jesuítas na posse da mão de obra indígena. O antigo governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, criou uma política de estímulo à economia local com a introdução de gêneros alimentícios intensificando a entrada de cativos africanos para dar suporte laboral às plantações. Nesta época, entre os anos 1772 e 1780, verificou-se a introdução da maior quantidade de escravos africanos. Manoel da Gama Lobo d'Almada prosseguiu neste mesmo sentido. Em seu governo estimulou-se a criação de gado bovino, principalmente na região do Rio Branco, com a formação de Fazendas Reais, sendo as primeiras a de São Mateus, São José e São Bento, em Barcelos. Dentre os gêneros produzidos nas vilas e povoados da Capitania podemos destacar: carne e óleo de tartaruga, cravo-do-maranhão, guaraná, peixe-seco, baunilha, madeiras para construção, favas de pixurim e piaçabeira, batata-doce, melancia, ananás, mandioca (da qual se faz a farinha, base alimentar da região). Esses gêneros eram exportados para o comércio do Grão-Pará, mas também aqueciam a economia local, suprindo a demanda de seus habitantes. Dentre os mais vendidos destacam-se: cacau, urucu, bálsamo de copaíba, borracha, favas Tonka, pisurim, salsaparrilha, algodão e café<sup>70</sup>.

O dinamismo da economia na região levou a necessidade de intensificar o comércio, principalmente com o Belém, por onde escoava a produção da província do Grão-Pará destinada à exportação para a Europa<sup>71</sup>. Diante disso ocorre, em 1809, a transferência da

---

<sup>68</sup> NOGUEIRA, *Op.cit.*, 2009, p.95.

<sup>69</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>70</sup> Idem, p.96; e, BAENA, 1969, p. 188 a 195.

<sup>71</sup> Muito do que se produzia na província era destinado ao abastecimento local. O estudo de Luciana Marinho Batista não constatou um estado de decadência na economia de subsistência no Grão-Pará, em detrimento da expansão da borracha, em meados do século XIX, como apontava a historiografia tradicional. Tendo como referência os dados censitários do primeiro censo realizado no Brasil Imperial, de 1872, Batista pode deduzir,

capital da capitania do Rio Negro de Barcelos para a Barra do Rio Negro, principalmente pela sua localização geográfica, mais próxima do rio Amazonas e da capital da província. Localizava-se à margem do rio Negro, numa superfície elevada e desigual que, em tempo de chuva formava um pequeno Istmo devido à cheia do dito rio, segundo observou Francisco Barata quando chegou à vila na tarde do dia 21 de maio de 1798. Em relação à sua estrutura física, de acordo com a observância de João Henrique de Matos em seu relatório, entre 1818 e 1821 a Vila da Barra do Rio Negro dispunha de,

Uma casa com a denominação de palácio para a Residência dos Governadores; uma dita na Fortaleza; uma dita Armazéns; uma dita Quartel da Tropa; duas ditas denominadas Ribeira; uma dita de Inspeção; uma dita da ferraria; uma dita Armazém de Pólvora; uma dita de Trem de Guerra; uma dita de corduaria de piaçabas; uma dita da Fábrica de pano do mesmo em rolo; uma dita de Hospital; uma dita construída para Olaria de fazer louça, telha e tijolos com dois fornos; e uma dita a Fábrica de fazer anil<sup>72</sup>.

É muito interessante nesta citação a quantidade de prédios públicos existentes na capital do Rio Negro, conotando-lhe um porte de importante centro urbano da região. Esta impressão é verificável nas palavras dos viajantes austríacos que aportaram na vila no dia 22 de outubro de 1820. A vila congregava as principais autoridades civis e militares da capitania, como também diversas famílias, estimando-se um total de habitantes, em 3.000 espalhados por toda a região, centro e interior da vila. Suas casas, dispostas em ruas irregulares, eram bem espaçadas uma das outras. As casas, maioria compostas de um pavimento, eram construídas de pau-a-pique e barro, e cobertas de folhas de palmeiras.

No que tange a sua economia, observaram os viajantes Spix e Martius fortes indícios de comércio, no entanto, a maioria da população comercializava seus produtos diretamente de suas fazendas. Comercializavam principalmente produtos extraídos de suas colheitas ou permutados com os indígenas, onde se destacam os derivados da tartaruga. Entre 1781 e 1788, a vila percebeu a fundação de fábricas por parte do governo de Lobo d'Almada. As de fiação de algodão com tecelagem e outra de potes de barro, ainda resistiam em 1820, como observaram os viajantes. O grosso da arrecadação da vila provinha de impostos cobrados dos

---

pelo acréscimo populacional deste período (decorridos 32 anos da Cabanagem), e pelo estudo dos hábitos alimentares da população local, a não ocorrência de uma crise de subsistência na província. Cf. BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870*. Dissertação (Mestrado em História Social). 383f. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004, p.82.

<sup>72</sup> MATOS, João Henrique de. Documento: Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Tomo 325, 1979, p. 143-180. , p. 148.

produtos naturais, como 10% pela farinha de mandioca. Segundo Spix e Martius, o total a arrecadação não ultrapassava os 12:000\$000 em toda a capitania.

Mesmo apresentando certa decadência em alguns setores da economia, como a fábrica de anil, considerado um dos piores da região, os naturalistas demonstraram certo otimismo em relação ao desenvolvimento da vila, sobretudo decorrente do crescimento populacional. Acreditavam que, em uma área de terras férteis, localização privilegiada, cortada por diversos rios, e habitada por variadas e numerosas nações indígenas, com um olhar mais interessado por parte das autoridades provinciais, ressaltando sua importância, certamente poderia a Vila da Barra do Rio Negro ser um promissor centro comercial do interior da Amazônia.

O alto Amazonas e sua Barra do Rio Negro era para o governo português o limite dos sertões. Sua fortaleza deveria ser povoada por portugueses e estar ligada a rota comercial acima citada. Por isso a necessidade de se estabelecer localmente mais homens e tropas, tanto com comandantes portugueses, como com homens mais simples e moradores locais. Assim, nestas paragens de fronteira, nasciam as tropas de ligeiros que foram descritas na viagem de Spix e Martius. Eles escreveram que no Grão-Pará havia uma significativa tropa de soldados da infantaria regular que se originou dos indígenas recrutados no século XVIII para formar um corpo de caçadores ligeiros nos anos de 1810. Os naturalistas descreviam os componentes destas tropas ressaltando que sua estatura era menor do que a dos homens que compunham os batalhões de mestiços e brancos. Todavia seu ponto forte era o deslocamento, pois superavam os mestiços e brancos em “mobilidade e resistência”, sendo que “um saquinho de farinha de mandioca, que o soldado raso leva consigo, assegura-lhe a subsistência por oito dias”<sup>73</sup>. Esta mudança nas tropas inseriu os antigos indígenas aldeados em vários batalhões de infantaria no baixo e, sobretudo, no alto Amazonas.

Para concluir o capítulo, vale ressaltar que, em resumo, as políticas destinadas à integração da região amazônica ao projeto de desenvolvimento do reino português, a partir de meados do século XVIII, repercutiram num fortalecimento do baixo e alto Amazonas, consolidando o domínio lusitano e realizando mudanças estruturais em suas vilas e povoados. Assim, a região iniciava o século XIX com uma economia já mais estruturada e uma vida política em formação. Foi fortalecida a presença indígena, sobretudo os aldeados, mas

---

<sup>73</sup> SPIX e MARTIUS, *Op.cit.*, 1981, p. 32.

também imperava na região o crescente temor pela instabilidade política e social nas fronteiras que rodeavam o Império Português em sua parte norte na América.

## Segundo Capítulo

### ***Integração, separação e liberdade: os diversos projetos políticos e lutas no Grão-Pará (1808 – 1830).***

#### **2.1. *Vanguarda Paraense – o Grão-Pará em 1808.***

O século XIX iniciou-se com uma conjuntura política peculiar para as colônias portuguesas na América. Depois dos marcantes momentos revolucionários europeus vieram as guerras nacionais e as independências na América inglesa, francesa e hispânica. Por fim, a era napoleônica transformou de vez as relações de poder no mundo colonial lusitano. Em 1808 a instalação da família real e sua máquina administrativa no Estado do Brasil significou mudanças administrativas e políticas não só no Rio de Janeiro.

A Amazônia foi percebida pelos governantes portugueses neste processo, principalmente no que diz respeito a sua estrutura militar e os problemas de fronteira. Em 1809, D. João autorizou a campanha para a tomada de Caiena em retaliação à apropriação de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte. Uma tropa de soldados paraenses composta de 600 homens, denominada de *Vanguarda Paraense*, ou *Voluntários Paraenses*<sup>74</sup>, foi enviada à colônia francesa, em condições precárias, provocando forte descontentamento perante os moradores locais, aprofundando a crise quando foi dificultado o retorno destes soldados à suas cidades<sup>75</sup>.

Para alguns historiadores, o contexto político pelo qual passava o Pará à chegada da Família Real, já indicava familiaridade com as ideias liberais que anos mais tarde colidiriam para a Revolução Constitucionalista do Porto. Souza Júnior argumenta que os acontecimentos

---

<sup>74</sup> BAENA, *Op.cit.*, 1969, p.275.

<sup>75</sup> Quando da tomada de Caiena, por uma decisão estratégico-militar luso-britânica, em 1809, a força era composta, contundentemente, por tropas paraenses, como mencionado no corpo do texto. E, dentre os paraenses, os soldados mestiços e indígenas predominavam. Acontece que, findada a guerra, com a capitulação do governador de Caiena, Victor Hugues, ao contrário do que esperavam estes soldados, eles não puderam retornar ao Pará. Somava-se a esta frustração as péssimas condições das tropas e o atraso de soldos, além da forte discriminação que sofriam por parte dos guianenses e dos setores “brancos” dos soldados. Todos estes ingredientes *entornaram o caldo*, e fizeram a “panela de pressão” explodir em dois momentos: em 9 de junho de 1809; e em início de março de 1811. No segundo momento, a repressão foi mais incisiva e violenta, sendo comandada pelo nosso conhecido Francisco José Rodrigues Barata. Nos dizeres de Ciro Flamarion Cardoso, a severidade da repressão se fez sentir, quando “quatro líderes da rebelião foram fuzilados sem processo formal” (p.21). Para maiores informações, *cf.*: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op.cit.*, 2011; e, LAPA E SILVA, Iuri Azevedo. *Op.cit.*, 2010.

decorridos da tomada de Caiena e a grande circulação de ideias liberais proporcionaram mudanças significativas nas relações políticas e de poder na sociedade paraense. Para o autor, a tomada de Caiena proporcionou o surgimento de um grupo social que se enriqueceu com o conflito, e também possibilitou o contato entre os principais núcleos urbanos da província com as ideias liberais trazidas pelo constante trânsito entre Guiana Francesa e Grão-Pará<sup>76</sup>.

De um lado havia uma crise nas bases militares que, mesmo expandidas, apresentavam grandes fissuras, mais perceptíveis no interior do Grão-Pará. Por ocasião da tomada de Caiena houve uma intensificação do recrutamento e a reestruturação de tropas. Já com a retomada da “paz” em 1817 brotou um descontentamento de muitos soldados e recrutas que esperavam ascensão de carreira e distribuição de terras após seu retorno. A maioria só teve as mazelas da guerra. A conjuntura política de 1820 trouxe mais disputas e brigas entre portugueses e brasileiros. Do outro lado da moeda estavam as velhas disputas de interesses entre os produtores e extrativistas (a maioria brasileiros) e os negociantes (majoritariamente portugueses), a questão da mão de obra ajudava a acirrar o clima de instabilidade política na região.

A presença de tapuios no cotidiano das vilas paraenses era comum. Tanto como engrenagem para o motor da economia, com a força de seu trabalho (compulsório, vale ressaltar), tanto nas forças armadas ditas “oficiais”, sobretudo compondo a Tropa de Ligeiros. André Machado chama a atenção para a conformação explosiva destes dois componentes. Ao passo que o indígena aldeado era forçado a trabalhar, externando toda a contradição da legislação indigenista, desde os tempos coloniais, e provocando constantes revoltas e contestações, o Estado armava seus descendentes tapuios quando os alistava igualmente de forma compulsória, para o serviço militar<sup>77</sup>. A participação de tapuios nos conflitos armados ocorridos, principalmente, na pós-anexação da província ao projeto de Independência, será um elemento importante e contornará com tons radicalizados estes conflitos como iremos observar um pouco mais adiante.

Como já foi analisado no capítulo anterior, nas regiões do baixo e alto Amazonas, mais precisamente nas vilas destacadas, havia uma forte presença de portugueses no comando econômico e administrativo. Esta posição demográfica e política vai se apresentar como um

---

<sup>76</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Op.cit.*, 1998, p.13 a 85.

<sup>77</sup> MACHADO, André Roberto A. *Op.cit.*, 2013, p.7/18. Consultar site: <http://nuevomundo.revues.org/64781>.

elemento importante no conturbado início dos *oitocentos*. Um dos ingredientes mais marcantes nos conflitos emancipacionistas foi o *sentimento antilusitano*. Este sentimento, presente em outras províncias do reino, acentuou-se ao norte da América lusitana em decorrência da estreita relação do Grão-Pará à Metrópole. Marcante mesmo, e inclusive, após a efetivação da independência, o antilusitanismo se radicalizará até a revolução cabana de 1835, transformando-se em ódio aos portugueses e de quem deles descendessem. Contudo este antilusitanismo desencadeou muitos estudos e versões historiográficas.

## **2.2. Exaltados *versus* moderados – a elite paraense e seus projetos políticos.**

Por muito tempo a historiografia tradicional sustenta que a participação do Grão-Pará no processo de Independência do Brasil teria ocorrido por uma “adesão” tardia ao projeto emancipacionista carioca<sup>78</sup>. O Pará foi percebido por esta historiografia como mais uma peça política diante os acontecimentos ocorridos desde a Revolução do Porto e Independência Brasileira. Os acontecimentos giravam em torno de figuras-chaves. Representando de forma mais radical a bandeira da emancipação de Portugal, contra os reinóis, esperançosos pela manutenção do jugo lusitano, temos a figura de Felipe Alberto Patroni e a do cônego Batista Campos. Para representar a defesa do Antigo Regime, esta historiografia elegeu a figura do comandante das armas, o brigadeiro José Maria de Moura. E, para agente da independência local, elegeram um polêmico comandante inglês, Lord Greenfel.

Entre 1820 e 1830 o antigo Grão-Pará viveu uma sucessão de motins, levantes e revoltas. A historiografia local mais tradicional, formada por nomes como Domingos Antônio Raiol e João de Palma Muniz, descreve pormenores do que julgam serem movimentos polarizados entre brasileiros (nacionalistas/patriotas, mas muitas vezes utópicos e despreparados politicamente) e portugueses (colonialistas, absolutistas, conquistadores). Esta visão polarizada hoje não se sustenta mais.

---

<sup>78</sup> Para esta perspectiva historiográfica cf. MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Coleção “História do Pará” – Série “Barão de Guajará”, Conselho Estadual de Cultura, Belém, 1973; RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos* – 1º volume. Universidade Federal do Pará – Coleção Amazônica, série José Veríssimo, Belém/PA, 1970; BAENA, Antônio. *Op.cit.*, 2004. A ideia de adesão ainda permanece nos dias de hoje no discurso de senso comum, tanto é que consta no calendário anual do Pará o feriado de 15 de Agosto como data da “adesão do Pará à Independência”.

Para o grupo de estudos mais tradicionais a atmosfera polarizada em dois projetos homogêneos e antagônicos, o projeto dos brasileiros *versus* o projeto dos portugueses, forjava as disputas da *Independência*, e o projeto das forças imperiais *versus* o projeto das forças rebeldes, entendamos até a Cabanagem, sendo ampliada pelas disputas dentro dos limites da elite paraense. Nesse sentido, traçou-se nesta historiografia, uma linha cronológica dos acontecimentos políticos no Pará, encadeando estes acontecimentos, desde o *Vintismo*<sup>79</sup> até a Cabanagem<sup>80</sup>.

Desde os anos de 1980 e 1990, com os pioneiros estudos de Geraldo Mártires Coelho e José Alves de Souza Júnior, esta linha de continuidade vem se tornando mais complexa. Para autores mais recentes como André Roberto Machado não haveria uma unidade agregadora e homogênea entre estes acontecimentos, mas elementos pertinentes que acompanharam estes eventos, que foram sendo erigidos a partir de um projeto político e econômico pensado para a região pelas autoridades lusitanas, consolidados no decorrer do processo colonial, e não suprimidos de forma clara com a *Independência*. Dentre estes elementos destacamos as divergências políticas regionais dentro dos limites do Grão-Pará, com destaque entre Belém e o baixo e alto Amazonas. Também chamava a atenção a desigualdade social e política na região, com os instrumentos coloniais de coerção e controle social, dentre os quais as Tropas de Ligeiros. Mesmo depois de 1823, negros e tapuios não melhoraram significativamente de vida, e muitos brancos portugueses continuaram no poder. O que propomos demonstrar aqui, por base na documentação pesquisada e tendo como referencial teórico os estudos mais recentes como os de André Machado, é que longe de ter sido um projeto rígido, homogêneo e definido, o que conformava a situação política e social no Grão-Pará era um mosaico de vários projetos, de variados significados sociais e diferentes leituras dos debates políticos que estavam acontecendo.

---

<sup>79</sup> Evento também conhecido como Revolução Constitucionalista do Porto ou Revolução Liberal Portuguesa, ocorrida em 1820, quando os portugueses, sob a legenda dos movimentos liberais e constitucionalistas, instalaram uma Assembléia Constitucional, intentando a criação de uma Constituição a qual todos deveriam estar subjugados, inclusive o rei, exigindo seu retorno a Portugal. Para uma compreensão mais apurada sobre o tema, cf. COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993, p.19-51; & SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Op.cit.*, 1998, p. 124-204.

<sup>80</sup> Este encadeamento cronológico dos fatos políticos ocorridos na primeira metade do século XIX foi elaborado historiograficamente por Domingos Antônio Raiol, ao escreveu *Motins Políticos*. Nesta obra, Raiol percebeu uma unidade entre a adesão do Pará às cortes lisboetas, em 1821, e a repressão à Cabanagem, em 1840. Esta leitura historiográfica da obra de Raiol foi feita por André Machado em seu ensaio: MACHADO, André Roberto de A. *O fiel da balança – o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. Revista de História, São Paulo, n.164, p.195-241, jan./jun. 2011.

André Machado avalia como fulminantes os impactos do *Vintismo* no Pará. Em sua análise dos textos produzidos pelos paraenses deste período, o que mais lhe chamou a atenção foi a proliferação da palavra “partido”, e que, pela primeira vez havia uma abertura para o debate político de posições antagônicas. Esta incipiente liberdade de expressão experimentada pela sociedade paraense, a partir do discurso da Regeneração de 1820 dialeticamente imprimiu e refletiu uma nova linguagem construída e relida nos reinos de Portugal e Brasil. Esta era a linguagem do liberalismo, o deslocamento dos ideais iluministas sobre o homem como a figura central, dos anseios a serem alcançados para garantir os direitos do homem português.

Entretanto o caráter iluminista do *Vintismo* estava acompanhado do tradicionalismo característico da mentalidade lusitana. Tradicionalismo este que fazia unir no mesmo projeto, o liberalismo e a monarquia, seria nas palavras de Geraldo Mártires Coelho, “construir uma ordem em que o novo, representado pelas conquistas sociais e mentais do tempo, repousasse sobre o velho, identificado com a tradição da constitucionalidade monárquica do país”<sup>81</sup>, esta seria a *Regeneração* portuguesa. No Grão-Pará esta nova linguagem, a linguagem vintista, teve uma fundamental importância no processo de “ideologização” a qual experimentava a sociedade paraense, e que exprimiriam as relações de imprensa e poder local, e uma nova concepção voltada ao exercício do poder. Havia uma falta de confiança no trato com a coisa pública. Inspirado nas ideias iluministas, homens como Felipe Patroni defendia em *alto e bom tom um governo de filósofos*.

Em consonância às análises de Machado, Coelho e Souza Júnior<sup>82</sup>, o que podemos perceber na construção deste processo político vivenciado pelos novos cidadãos do Grão-Pará é que, a princípio, não se constatava uma radicalização nos projetos políticos apresentados rumo a uma possível revolução ou, em menor escala, uma ruptura com o regime metropolitano. O que estava em jogo, naquele momento inicial, para o grupo alinhado ao jornal *O Paraense*, editorado por Patroni, e depois por Batista Campos, era garantir o Constitucionalismo na Província. Pretendia-se validar sua orientação política e ideológica, fundamentada no Iluminismo, dentre as quais se destacaram a abertura da imprensa e a igualdade perante o rei dos súditos portugueses e brasileiros.

---

<sup>81</sup> COELHO, Geraldo Mártires. *Op. cit.*, 1993, p. 36.

<sup>82</sup> MACHADO, André. *Op. cit.*, 2013; COELHO, Geraldo Mártires. *Op. cit.*, 1993; e SOUZA JÚNIOR. José Alves de. *Op. cit.*, 1998.

Souza Júnior organizou os projetos políticos da elite provincial paraense em três grandes facções políticas, os *absolutistas*, os *constitucionalistas* e os *independentistas*. De acordo com o autor, tornava-se tarefa difícil identificar, até meados de 1822, quem defendesse a bandeira independentista, na medida em que este grupo foi se delineando aos poucos, sendo conformado por ex-constitucionalistas a partir da conjugação de alguns fatores, dentre os quais, “a falência de um projeto político que igualizava súditos da Metrópole e da Colônia, do rompimento do sul com Portugal, da repressão movida pelo Brigadeiro Moura contra possíveis conspirações a favor do Rio de Janeiro e, sobretudo, a partir da vitória dos absolutistas em Portugal”<sup>83</sup>.

A leitura de Souza Júnior possibilita perceber as fissuras existentes dentre a elite paraense conformando-se em projetos políticos diferentes e opostos. Em seu estudo, este autor compreende as razões que levaram o Grão-Pará a alinhar-se ao projeto de Independência do Rio de Janeiro apenas um ano depois, como resultado da somatória de vários fatores. Havia as diferenças no seio da elite provincial, composta essencialmente por funcionários-negociantes-proprietários agrícolas, envolvida em constantes disputas por cargos, riqueza e mão-de-obra. A elite, fundamentada neste tripé, correspondia tanto a interesses da burguesia metropolitana e do próprio Estado português, mas também a interesses de um seletivo grupo de emergentes comerciantes que estavam lucrando com suas relações comerciais com Portugal e com o Rio de Janeiro. O outro fator determinante neste processo está relacionado às demandas da sociedade local, dos caboclos ou tapuios, cujos interesses eram associados pela elite como iminente risco de desordem e, reunindo-se às demandas dos escravos africanos, poderiam provocar sérios problemas à propriedade privada e a manutenção de seu *status quo*.

Outro ponto que merece destaque na análise de Souza Júnior, e que pode ser entrecruzado com o estudo de Machado, é uma percepção do crescente alinhamento dos súditos do Grão-Pará ao projeto de Independência carioca. Quando Souza Júnior alude os fatores que delinearão a conformação da facção independentista na Província, especialmente a afiliação de ex-constitucionalistas, ele nos leva a compreender que a integração do Pará à Independência carioca se deu de forma pragmática. Isto significa que, não estando na ordem do dia na Província, o projeto de emancipação só foi percebido pelos paraenses como uma das possibilidades perante a crise de representatividade do Antigo Regime, e depois, das crises do *Vintismo* no Porto e Lisboa. Esgotadas as outras possibilidades pensadas pela elite regional, a

---

<sup>83</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Op. cit.*, 1998, p.10.

solução mais plausível foi integrar-se ao Império do Brasil já constituído. Dentre as vias políticas alternativas que não se efetivaram, destacamos: o esperado apoio militar vindo de Portugal que nunca chegou; a provável inviabilidade de um regime constitucional vinculado à Lisboa, fragilizado pelos limites colocados ao Vintismo na província pelo brigadeiro Moura; a preocupação pela manutenção da ordem em uma região caracterizada pela insatisfação e questionamento social das classes populares; e o isolamento do Pará no posicionamento contrário à Independência, quando as províncias vizinhas (Maranhão, Goiás, Ceará e Piauí), suas possíveis aliadas, alinharam-se uma a uma ao Império do Brasil, frustrando assim o plano do brigadeiro Moura de uma unidade lusitana na região norte.

Esta falta de identificação ao projeto emancipacionista carioca pode ser o fio condutor para se entender a fragilidade da integração do Pará ao Império brasileiro nos anos subseqüentes ao alinhamento. A manutenção da ordem na província, preocupação latente dentre a elite paraense, não se confirmou com a integração, muito pelo contrário. A crise política no Grão-Pará agravou-se depois de 1823, especialmente com o advento da Confederação do Equador<sup>84</sup>, em 1824, que abriu “novas configurações de organização territorial do norte fora do alcance do Rio de Janeiro”<sup>85</sup>. Os conflitos armados sempre existiram na região, mas de forma pontual e específica. Após a anexação o que se observou foi uma generalização destes conflitos, resultando numa guerra civil entre os anos de 1823 e 1824, conhecidos pela historiografia tradicional por *Insurreição de Cameté*.

De fato, o clima de instabilidade política e econômica se manteve agudizando os conflitos na sociedade paraense. Dentre a elite paraense continuou a conhecida disputa por cargos, influências, negócios e, sobretudo mão de obra. Com o advento da anexação, se presenciou uma corrida por cargos chaves, outrora ocupados por portugueses, mas que, diante da nova ordem política, deveriam ser ocupados por brasileiros. Em decorrência do acordo feito com Greenfel, muitos funcionários-comerciantes<sup>86</sup> lusitanos permaneceram em seus

---

<sup>84</sup> Para um aprofundamento sobre a relação da Confederação do Equador e o cenário político do Grão-Pará, com seus impactos e desdobramentos, cf. BRITO, Adilson J. I. “*Viva a Liberté!*”: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008; & MACHADO, André Roberto de A. A quebra da mola real das sociedades – a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825). Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2006.

<sup>85</sup> MACHADO, André. *Op. cit.*, 2013, p.10.

<sup>86</sup> Conceito apropriado de Souza Júnior quando este se propõe a entender a formação da elite dirigente paraense, observando um alinhamento entre administração e negócios no decorrer da história colonial do Pará e Maranhão, que possibilitou a formação de um setor determinante na vida política e econômica da região, de uma elite

cargos públicos mantendo sua influência política. Era necessário aos homens que haviam ascendido socialmente durante as duas primeiras décadas do *Oitocentos* e que não tinham o prestígio político necessário para alguma influência, galgar estes cargos. Diante disso, foram-se tecendo uma rede de acusações contra os portugueses estabelecidos na Amazônia. Eram muitas as queixas: desde conspiração contra o Império brasileiro; de uma possível regeneração portuguesa; até de insuflarem levantes contrários à Independência. André Machado afirma que muito do que se considerou pela historiografia tradicional como sentimento de ódio ao lusitano, poderia ser visto como bandeira pela deposição deste lusitano dos cargos públicos em disputa. O autor demonstra que esta disputa não deve ser percebida de forma simplificada. Para ele, estas acusações muitas vezes se apresentaram de maneira duvidosa, na medida em que, em início de 1824 houve uma deportação em massa de portugueses para a Europa. Arthur Cezar Ferreira Reis nos informa que 215 patrícios foram extraditados para Portugal em doze navios mercantes pela Junta Provisória do Governo Geral da Província, e mais 800 lusitanos solicitaram sua retirada da província por se sentirem inseguros<sup>87</sup>. Na leitura de Reis, observamos que as solicitações de brasileiros com alguma influência política e econômica pela exoneração de portugueses dos cargos públicos e sua deportação para a Europa se intensificou já no alvorecer de 1824. De início, a Junta de Governo não acatou tal exigência, mas aos poucos foi exonerando figuras chaves da antiga administração, dentre as quais o Brigadeiro Moura, e efetivou de fato esta ação com a retirada da Província de aproximadamente mil lusitanos.

É preciso considerar que diante de uma conjuntura de indefinições a respeito do novo regime que tentava se consolidar, de conflitos armados relacionados a esta conjuntura e de disputas políticas, torna-se consideravelmente fácil compreender o jogo político que se presenciava na Província, com todas as armas necessárias disponibilizadas entre os envolvidos. No que diz respeito ao sentimento antilusitano, é importante a atenção chamada por Machado, mas acreditamos que este sentimento também se foi construindo de maneira mais concreta ao longo desses conflitos, tanto pelo advento de boatarias e acusações infundadas, mas também pelo ódio ao domínio político e econômico português, a aversão ao absolutismo, associado à exploração e ao domínio agrário dos brancos de origem portuguesa.

---

proprietária composta por funcionários-comerciantes. Na opção de um entendimento mais aprofundado conferir a introdução e o primeiro capítulo de SOUZA JÚNIOR. *Op. cit.*, 1998.

<sup>87</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Grão-Pará e o Maranhão*, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol.2, Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967, p.91.

E, percebendo o crescimento da intensidade deste ódio ao português, podemos compreender a participação efetiva das camadas populares nos conflitos estudados, que também foi se radicalizando dos anos de 1820 para os de 1830.

### **2.3. *Política da sociedade paraense – tapuios e negros e seus projetos de liberdade.***

A relação existente no Pará entre trabalho forçado e recrutamento compulsório para as Tropas de Ligeiros é uma questão central para entendermos a participação das camadas populares no cenário político que se configurava nas décadas de 1820 e 1830. Ao passo que o Estado, por meio do recrutamento às Tropas de Ligeiros, subjugava os tapuios a uma situação semelhante à escravidão (sem conceder-lhes opção de escolha diante as leis contra ociosidade, submetendo-os a condições precárias de sobrevivência), direcionavam-lhes às forças militares necessárias à defesa das urbes e fronteiras, e, neste momento específico, à manutenção da ordem. Como armar uma significativa parcela da população para defender um Estado e uma ordem que as submetia as piores condições sociais? Esta contradição foi percebida pelo governo provincial, que enfrentava um dilema nestes anos de conflito: como organizar uma força militar destinada a reprimir os que se levantavam, se estes eram formados em sua maioria por tapuios. André Machado reforça esta contradição quando revela que, “em várias ocasiões, a chegada de rebeldes às vilas levava a uma deserção de muitos tapuios e o aumento do contingente de rebeldes armados”<sup>88</sup>.

Primeiramente, as vexações sofridas por estes homens de baixa condição social por meio do trabalho compulsório, e as privações sociais passadas por eles, permitiam a criação de um cenário de levantes e conflitos armados. Nos anos vinte do século XIX, a agitação política e ideológica vivenciada no Pará abriu espaço para que estes homens se apropriassem da noção de liberdade que estava sendo amplamente discutida. Esta apropriação gerava uma preocupação pertinente dentre a elite que governava o Grão-Pará. A efetiva participação popular nos conflitos armados pós-integração do Pará ao Império do Brasil, levantando suas bandeiras e defendendo suas posições, como os escravos que lutaram pela abolição, e a população cabocla que lutou na Cabanagem conotando ao movimento um toque de

---

<sup>88</sup> MACHADO, André. *Op.cit.*, 2013, p. 10.

radicalismo, nos leva a deduzir que estas pessoas se identificavam enquanto setores desfavorecidos da sociedade, e que tinham demandas que se confrontavam com os interesses da elite dirigente paraense. E os objetivos de tapuios e negros (escravos ou libertos) giravam em torno da noção de liberdade<sup>89</sup>.

Gladys Sabina Ribeiro constatou uma multiplicidade de sentidos conotados à liberdade entre 1820 e 1830 para o Rio de Janeiro. Parece não ter sido diferente no Grão-Pará. No processo da Independência, as camadas populares, dentre negros – escravos e libertos, e brancos pobres, e no Pará muitos tapuios, se apropriaram do pensamento revolucionário vigente, de liberdade e autonomia, adequando-o às suas próprias reivindicações e construindo sua liberdade. Foi assim também no Rio de Janeiro tanto que, “com a Regeneração, livres pobres, cativos e libertos, ‘brancos’ e ‘de cor’, passaram a vislumbrar as possibilidades de um futuro promissor e a lutar passo a passo pela sua libertação”<sup>90</sup>.

No Grão-Pará, defender a liberdade pelo tapuio seria refutar a sua opressão, afirmando sua liberdade de ir e vir, o que tornaria compreensível o questionamento de seu recrutamento compulsório para às Tropas de Ligeiros depois de *libertado* o Grão-Pará do absolutismo português e de todas suas práticas despóticas contrárias ao direito de liberdade. As práticas de

---

<sup>89</sup> Pelo prisma da história cultural estabelecemos as matrizes para a compreensão da concepção de liberdade entre os tapuias. A história cultural, definida por Roger Chartier, é apresentada como a construção dos processos sociais através das representações e da apropriação de sentidos pelo homem. Ele refuta a idéia de as estruturas do mundo social existirem como algo dado, como algo pré-concebido. Segundo ele, estas estruturas “são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras”. As práticas evidenciam o sentido dado ao mundo pelo homem de acordo com seus significados e representações das formas simbólicas – signos e símbolos. Ele utiliza como fundamento de sua teoria três noções que constituem a história cultural: *representação, prática e apropriação*. A apropriação de sentidos se dá pelas interpretações, através da “variabilidade e pluralidade de compreensões (ou incompreensões) das representações do mundo social e natural”, juntamente com as práticas produzidas por estas interpretações. CHARTIER, Roger. *A História Cultural, entre Práticas e Representações*. 2ª edição. Lisboa: DIFEL, 2002 (Coleção Memória e Sociedade), p. 21 e 27.

<sup>90</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p. 300. Gladys Ribeiro embasa sua análise na compreensão do que seria a liberdade – diversificada pelos mais variados anseios, utilizando a teoria de Hannah Arendt. De acordo com a autora, Arendt trabalha duas idéias distintas, mas complementares, a libertação e a liberdade. A libertação era condição primordial da liberdade, mas não significa dizer que chegaria obrigatoriamente a ela. Em outras palavras, as conquistas obtidas em uma revolução seriam frutos da libertação, mas não necessariamente seria alcançada a liberdade em seu sentido pleno, plenitude esta, garantida pela *participação nas coisas públicas ou admissão no mundo político*. Para a teoria moderna, a idéia de liberdade (como um direito civil) está intrinsecamente relacionada a outros dois direitos civis, vida e propriedade.

recrutamento forçado e seus executores foram constantemente associados ao absolutismo português, tornando-se incabível a partir da integração do Pará ao Império brasileiro<sup>91</sup>.

Nas sociedades ocidentais modernas, quem, majoritariamente, constituía-se de direitos civis, e possuía liberdade de participação nas coisas públicas e no mundo político, era a elite branca. Na realidade amazônica no alvorecer do século XIX, às camadas populares era dificultado o acesso a participação da vida política, excetuando em situações pontuais, como por exemplo, a ascensão de indígenas e mestiços em regiões com pouca presença branca, algo bem caracterizado na região do alto Amazonas. Por conta disso, talvez se entenda como era difícil delimitar o conceito de liberdade na sociedade amazônica/brasileira do começo do século XIX, “onde terminava o mero desejo de libertação – de ser livre da opressão – e onde começava o desejo da liberdade, como opção política de vida”<sup>92</sup>.

A ideia de apropriação do sentido de liberdade adotado pelas camadas populares nos remete a uma questão fundamental para entender a participação de tapuios e negros nos conflitos do século XIX. Podemos considerar os tapuios e negros do século XIX enquanto classe social? Se partirmos da ideia de classe levantada por Edward Palmer Thompson, achamos que sim. Thompson não vê classe como um conceito pronto e acabado, fechado em uma estrutura ou categoria, e sim como um fenômeno histórico, construído num processo de experiências, que “evidencia-se pela identidade de interesses e valores de outros indivíduos que partilham uma experiência diversa em comum, que se contrapõem a interesses e valores de outros indivíduos que partilham uma experiência diversa”<sup>93</sup>. Thompson compreendia assim classe social enquanto um processo histórico, onde unificava uma série de acontecimentos diferentes e desconectados em torno do fenômeno da experiência e da consciência. Nesse sentido, argumentava Thompson, “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica”<sup>94</sup>, e nesta relação precisam constar pessoas e contextos reais, com interesses entre si, distintos de interesses de outros. Para Thompson,

---

<sup>91</sup> Sobre a crítica às ações das autoridades imperiais, e a relação destas autoridades com e as posturas absolutistas cf. RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary, e GOMES, Flávio. Os senhores dos rios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

<sup>92</sup> RIBEIRO, *Op.cit.*, 2002, p.301.

<sup>93</sup> NICOLAZZI, Fernando. *A narrativa da experiência em Foucault e Thompson*. Porto Alegre: Revista Anos 90, v. 11, n. 19/20, p.101-138, jan./dez. 2004, p.112.

<sup>94</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.9.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.<sup>95</sup>

Alinhando-se a noção de classe elaborada por Thompson, acreditamos que os tapuios, assim como os negros oitocentistas, escravos ou libertos, poderiam ser vistos como classe social, na medida em que se encontravam na mesma realidade de exclusão e vexação social, em que pesem suas diferenças, apresentando experiências em comum por estarem estabelecidos em relações de produção que, se não são idênticas, também vivenciam alto grau de exploração. Quanto à consciência de classe vemos elementos possíveis de conformar a atuação destes setores nos processos políticos da primeira metade do século XIX como produtos de uma tomada de consciência.

Nesse mesmo sentido aponta Vicente Salles ao compreender as ações caboclas (ou ações tapuias) na Cabanagem, como *ações revolucionárias*. De acordo com autor, o pensamento político do Grão-Pará nas décadas de 1820 e 1830 se configurava como um pensamento político-revolucionário, constituído principalmente pelos oprimidos. Este pensamento era externalizado pelas camadas populares quando de seu esforço para romper com as velhas amarras coloniais. Para Salles, “esta força ativa [das camadas populares], mesmo não sendo percebida com muita clareza [...] ganhava[va] expressão na ação organizadora, mobilizadora e transformadora, isto é, na ação revolucionária”<sup>96</sup>.

As ações desenvolvidas coletivamente pelos tapuios para galgar uma liberdade, durante os conflitos armados dos anos de 1820 e 1830, podem indicar um refinamento e amadurecimento em suas formas de resistência, resultantes de um aprendizado de suas experiências, num processo de *politização da sociedade paraense*, como caracterizou Geraldo Mártires Coelho<sup>97</sup>. Mesmo os tapuios não definindo plenamente o significado de classe, eles

<sup>95</sup> THOMPSON, *Op.cit.*, 1987, p.10.

<sup>96</sup> SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos*. Capítulos da História do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 13.

<sup>97</sup> A participação popular foi uma constância nos conflitos sociais que se pulverizaram pelo recém-constituído Império do Brasil, sobretudo na primeira metade do século XIX. Assim como no Grão-Pará, províncias como as de Pernambuco e Bahia, para termos como exemplo, sentiram a forte presença de setores oprimidos, sobretudo, escravos de origem africana, e um refinamento político em suas ações no decorrer do processo histórico, e um recrudescimento por parte da elite destas províncias, consequência do medo que as *classes infames* a elas

poderiam assimilar a consciência de classe de acordo com Thompson, uma vez que partilhavam interesses e identidade em comum. E assimilaram ao ponto de participarem ativamente nos conflitos pós-anexação que se pulverizaram em todas as regiões do Grão-Pará. A comarca do Baixo Amazonas, com sede em Santarém, foi cenário destes conflitos armados. Como foi exposto no primeiro capítulo, o médio Amazonas há muito despontava como uma região de extração de drogas do sertão e celeiro de mão de obra indígena, além de rota do comércio com o Mato Grosso, rede esta estimulada no governo de Souza Coutinho.

Nos princípios do século XIX apresentavam-se bem as contradições relativas ao modelo de desenvolvimento pensado para a região, uma elite comercial restrita e branca, enriquecida principalmente com o cacau, uma gama de indígenas aldeados de diversas etnias, convivendo nas vilas e suas proximidades, mão de obra nas atividades econômicas, e muitos povos indígenas tidos como “bravios” espalhados pelo sertão, alvo dos interesses mercantis dos homens de negócio. Mesmo com o incremento da agricultura, a aposta econômica na região foi a coleta de produtos da floresta, sobretudo o cacau bravo<sup>98</sup>. O interesse por este produto aumentava a concorrência por mão de obra e, conseqüentemente, agravava as condições de recrutamento do indígena aldeado, propiciando a dispersão dos povos indígenas e tapuios para o interior das matas, que por sua vez, fazia crescer a expansão das tropas de resgate em busca de novos braços e de expedições a caça de desertores e negros fugidos<sup>99</sup>. A carência de mão de obra indígena foi sentida pelo porta-bandeira Francisco Barata quando precisou de práticos para sua expedição e teve dificuldade em encontrar<sup>100</sup>.

---

representavam. Para uma leitura mais arguida desses processos, cf. CARVALHO, Marcus. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. Revista Tempo, Vol. 3 - nº 6, Dezembro de 1998 ([http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg6-5.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-5.pdf)); e SILVA, Eduardo & REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na Independência da Bahia, In: *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.

<sup>98</sup> De acordo com estudo de Patrícia Sampaio, até 1744 o cacau despontava com 90% do total de exportações registradas em Belém. Em 1753 correspondia a 61%, apresentando uma relativa queda, mas ainda soberano. A autora, analisando pesquisa de Dauril Alden, ainda nos informa que havia uma predominância da extração do cacau bravo durante o século XVIII, pois as expedições de coleta acarretavam outras atividades importantes como as expedições de resgate para o apresamento indígena. Cf. SAMPAIO, Patrícia. *Op.cit.*, 2012, p. 153 e 154; e, ALDEN, Dauril. *O significado da produção do cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, 1974.

<sup>99</sup> SAMPAIO. *Op.cit.*, 2012, p.154.

<sup>100</sup> BARATA, Francisco. *Op.cit.*, 1846, p.08. Nos chama a atenção no relatório do porta-bandeira a constância que ele trocava de índios para compor suas tropas em cada paragem que fazia. Quando aportou na vila de Óbidos, no dia 09 de maio de 1798, Francisco Barata teve de passar o resto do dia esperando que se lhe aprontassem dois índios para substituir os que haviam fugido para o interior das matas.

Também, os conflitos locais constantes nesse período davam-se entre os que estavam no poder: *funcionários-negociantes-proprietários* agrícolas. Contudo, os governantes no Pará de 1820 e 1830 estavam polarizados entre as duas esferas distintas e agora separadas, a civil e a militar – pelo controle da mão de obra indígena. As disputas de jurisdição administrativa entre civis e militares pelo comando das Tropas de Ligeiros se personificaram nos anos de 1820 nas figuras da Junta Provisória de Governo Civil e do Governador das Armas o Brigadeiro José Maria de Moura. A troca de correspondências entre autoridades nos ajuda a entender o patamar destas disputas. André Machado nos fornece a informação de uma dessas correspondências, ao analisar uma carta escrita pelo presidente da Província em 1828, o Barão de Bagé ao ministro de Guerra, onde atestou o absurdo das tropas de ligeiros ficarem sob o controle militar, subordinados a sua autoridade máxima, o governador das armas. O mesmo defendeu logo em seguida a transferência do comando deste braço para o controle civil. Ainda o Barão de Bagé, agora orientava o ouvidor da Comarca do Rio Negro a buscar como alternativa para a carência de mão de obra, o controle de índios não subjugados às Tropas de Ligeiros, pois, lembrava o presidente que nem ele não podia interferir neste corpo militar. Em 1825, o sacerdote de Óbidos denunciou ao governo da Província que, por recusa dos comandantes dos índios da região em fornecer mão de obra necessária, a construção da Igreja não pôde ser finalizada <sup>101</sup>.

A conformação social do médio Amazonas acompanhava um padrão na Província em geral, estabelecido pela dinâmica das políticas sobre o uso do trabalho indígena e dos tapuios, que traçavam uma relação entre acumulação de riquezas e apropriação do trabalho indígena. De acordo com análise feita por Sampaio, o acesso à mão de obra nativa se dava por investimento de alto custo e de risco constante. Os descimentos eram empresas custosas e demoradas. Em contrapartida, o recrutamento de índios aldeados era acompanhado de um depósito por ressarcimento em caso de fugas, uma prática mais que recorrente. Neste caso, tornava-se restrito o acesso aos índios povoados por parte da maioria dos colonos. Em outras palavras,

[...] aqueles que possuíam maiores fazendas eram os maiores consumidores do trabalho dos índios e, por seu turno, apenas o acesso ao trabalho dos índios permitia uma maior acumulação de capital. Fundando sobre estas

---

<sup>101</sup> MACHADO, André. *Op.cit.*, 2011, p.210.

bases, o sistema ajudou a reforçar a concentração de riqueza das famílias estabelecidas<sup>102</sup>.

As *famílias estabelecidas* eram formadas, via de regra, por portugueses e, sobretudo, ingleses que tinham altos investimentos na região. Cabia ao caboclo amazônico a fatia mais custosa do projeto de desenvolvimento da região, o trabalho compulsório e fastio, e a *extrema pobreza* a que lhes estava destinada. Diante desta conformação, não é estranho entender a participação efetiva do tapuio amazônida nos conflitos políticos, da Independência e da Cabanagem, em defesa e luta por sua liberdade, nos mais variados significados, e o temor da elite local pelo alastramento destas lutas. Em face desta conjuntura, esta elite, de maioria branca e lusa, se afinou ao plano orquestrado pelo Governador de Armas, José Maria de Moura, para a manutenção do Norte ao jugo português. Segundo Ferreira Reis, Santarém era peça importante neste plano como ponto de contato com Mato Grosso.

#### **2.4. Integrar para não entregar – o projeto emancipacionista no Grão-Pará e os conflitos da pós-anexação.**

Ao contrário do que se delineava na província paraense no que tange a falta de uma definição aos projetos políticos da elite paraense de 1820, o projeto de Moura estava bem definido. A ideia central do plano elaborado pelo brigadeiro era organizar uma frente de resistência ao projeto emancipacionista do centro sul, com a unidade das províncias do Pará e Maranhão, assegurando a fidelidade à Portugal. Contaria esta frente com o apoio das províncias vizinhas de Goiás, Mato Grosso, Ceará e Piauí, e pretendia assim, manter “o domínio português sobre uma vasta área da América portuguesa, independentemente do que aconteceria no Rio de Janeiro”<sup>103</sup>. O que se sucedeu mostra que o projeto de Moura malogrou na medida em que as províncias vizinhas foram uma a uma alinhando-se com o projeto carioca, quando da supressão e neutralização de grupos políticos simpatizantes a união com o Pará pelas tropas cariocas, e o esperado apoio de tropas lusitanas que não ocorreu, eliminando qualquer possibilidade de êxito ao plano. Ao invés das esperadas tropas lusitanas, que deveriam rumar da Bahia para o Pará, o que chegou à província, em julho de 1823, foi a notícia da ordem dada por D. João VI de dissolver as cortes portuguesas, restituindo assim, o

<sup>102</sup> SAMPAIO, Patrícia. *Op.cit.*, 2012, p.161.

<sup>103</sup> MACHADO, André. *Op. cit.*, 2013, p. 08.

poder absolutista em Portugal. Este fato fez fragilizar a base de apoio à manutenção da região como colônia portuguesa, que defendia uma autonomia política à região, garantida pelo projeto constitucionalista das cortes de Lisboa.

De acordo com Machado, houve após o alinhamento de Goiás ao Rio de Janeiro, uma intensa troca de correspondências entre o governador Moura e a Junta Civil, no início de 1823, sobre a chegada de uma grande força militar no Maranhão, desconhecendo, porém, se fora destinada de Portugal ou do Rio de Janeiro. O interessante nesta preocupação por parte das autoridades paraenses sobre a importância de um reforço militar externo é o fato de que, mesmo sendo insuficientes as tropas sozinhas impuserem um projeto político sem o apoio de simpatizantes, sua presença no Pará era vital, numa sociedade marcada por estruturais conflitos políticos. Nesse caso, o apoio externo seria o *fiel da balança* “para desequilibrar o jogo político a favor de uma das facções que se haviam enfrentado na província”<sup>104</sup>. A respeito dos diversos significados sociais dos acontecimentos liberais ocorridos no alvorecer de 1820, a ideia de subversão da ordem estabelecia uma preocupação a parte nos governantes locais. Nesse sentido, a presença de tropas significava uma segurança à ordem estabelecida.

O que podemos observar perante tais acontecimentos é que a opção por integrar-se ao projeto emancipacionista do Rio de Janeiro não se deu simplesmente, ou como única opção, por uma pressão imposta por Grenfell<sup>105</sup>. As autoridades paraenses ao passo que se viam destituídas do apoio das províncias vizinhas e do apoio das forças militares lusitanas, culminando com a invalidação do projeto constitucionalista das cortes lisboetas, presenciavam o crescimento do grau de politização na sociedade paraense, com diferentes significados sociais, sobretudo com a participação tapuia. Numa atmosfera política que se configurava pela heterogeneidade, as autoridades do Grão-Pará estavam numa situação em que não se podia controlar, de forma isolada e hegemônica, toda a sociedade. Neste sentido, a integração do Pará ao Império do Brasil ocorreu diante da necessidade de se evitar a “subversão” da ordem. Seria a opção de *integrar* a província ao Império, para não *entregá-la* às *mãos indesejadas*, fossem elas estrangeiras, mas também negras e/ou indígenas.

---

<sup>104</sup> MACHADO, André. *Op. cit.*, 2013, p.09.

<sup>105</sup> O capitão e mercenário inglês John Pascoe Grenfell foi enviado ao Pará pelo também comandante inglês Cochrane, que estava no Maranhão, para garantir a integração do norte à Independência, com o uso de força militar.

E o antigo Grão-Pará era gigantesco. Suas comarcas e regiões eram microcosmos de conflitos. Santarém e Óbidos foram palcos dos conflitos sociais pós-anexação. Precavendo-se o levante de tapuias e soldados desertores, as autoridades locais não tardaram em elaborar planos defensivos para a região em unidade a comarca do Alto Amazonas. Acreditamos que o que fez levar estas autoridades a tomarem uma atitude de desaprovação ao movimento que se pulverizava nos quatro cantos da Província (de Cametá à Gurupá), foi o rumo cada vez mais radicalizado das ações populares.

É ainda necessário perceber que, no desenvolver dos acontecimentos, houve certa mobilidade de posicionamento dentre os atores sociais destes processos. Em um determinado momento eles se encontraram defendendo a mesma causa, qual seja, a *independentista*, e, num momento subsequente, poderiam estar em lados opostos. Tomemos por exemplo os irmãos Sanches de Brito, que defenderam e propagandearam o projeto de integração da região ao Império do Brasil, mas que, nos desdobramentos políticos da anexação, com os conflitos civis que se espalharam pela Província, posicionaram-se contrários ao movimento. A mobilidade nas posições adotadas pode ser explicada pelas particularidades encontradas no Grão-Pará nestes anos de debates e mudanças políticas. Dentre estas particularidades discutidas neste estudo, a questão por disputas internas, de cargos e *status*, concomitantemente a emergência de uma parcela que enriqueceu nos vinte primeiros anos do século XIX, podem ajudar a entender o fator da flexibilidade de lados. André Machado nos informa que com a exoneração de portugueses de cargos chaves, e a conseqüente deportação lusitana em massa, criou-se um vácuo na administração local, abrindo espaço para ascensões rápidas. Por exemplo, para galgar um posto de capitão que levava décadas, com o vazio deixado pela expulsão dos portugueses, este cargo poderia ser alcançado em pouco mais de um mês, como aconteceu com Félix Clemente Malcher, que à época da Independência era apenas um porta-bandeira, mas que logo se tornou capitão<sup>106</sup>.

Instaurado o movimento e acirrando-se os conflitos, o comando militar e a Câmara de Santarém rapidamente agiram para conter os ânimos da vila e disciplinar a liberdade requerida pelos populares. Comunicando-se com a Junta Governativa do Rio Negro, acordou a formação da Junta Defensiva do Baixo e Alto Amazonas, composta por militares, civis e religiosos. Firmando-se a Junta, Santarém solicita do Rio Negro o apoio com equipamento de guerra com embarcações armadas. Foi atendida com o envio de uma barca artilhada,

---

<sup>106</sup> MACHADO, André. *Op.cit.*, 2013, p.10.

guarnecida com 40 soldados sob o comando do Capitão Bibiano José do Carmo, militar que assumia o comando de Parintins. O trabalho em conjunto dentre as vilas da região era de fundamental importância, sobretudo no apoio bélico. A carência de armamento era um problema muito comum que as vilas do interior da Amazônia enfrentavam.

De Gurupá e Monte Alegre, as autoridades da Junta souberam que a ocupação da região por parte dos levantados tornava-se invasiva. Segundo relato de Reis, em Monte Alegre, três habitantes de posição social privilegiada, o qual não cita os nomes, tinham sido amarrados a cavalos e arrastados pelas ruas até morrer<sup>107</sup>. Diante desses fatos, a Junta concluiu que não bastava só proceder na defensiva. A ofensiva aos rebelados era mais que necessária. Dessa maneira, organizou-se uma Junta Militar Provisória e Defensiva de Santarém com o objetivo de planejar estratégia de ataques às vilas dominadas pelos “rebeldes”, impedindo assim, seu avanço a sede da comarca. Dentre as estratégias destacavam-se o fortalecimento da base militar com a organização de

[...] dois batalhões de infantaria, um campo de artilharia, um piquete de cavalaria, [colocando] vigia em todos os sítios por onde os rebeldes poderiam penetrar na vila, rondas ao longo do Amazonas, em pequenas embarcações, sentinelas atentas na própria vila, e duas barcas que foram convenientemente equipadas para qualquer operação.<sup>108</sup>

No dia 29 de março de 1824, uma força composta por 80 homens armados e 50 remeiros sob o comando do Tenente de Milícias Francisco Caetano da Silva rumou em direção a Alenquer, empreendendo assim, a contraofensiva. Após violenta batalha, a Junta Defensiva conseguiu êxito, derrotando os chamados “insurretos”. O mesmo não aconteceu com Monte Alegre. De acordo com a documentação utilizada por Reis, contida no códice 776, chegou às mãos do comandante militar de Santarém uma correspondência remetida pela Junta Governativa de Belém, datada de 16 de abril de 1824, apresentando propostas de rendição aos rebeldes, caso estes entregassem as armas. Seguiu também uma proposta orientando a prisão dos responsáveis por assassinatos, além do retorno dos escravos fugidos aos seus donos. As armas seriam arrecadadas e enviadas à Santarém.

As autoridades de Óbidos tomam conhecimento dos acontecimentos que sacudiam a capital da província e, temendo o descontrole dos tapuias e soldados desertores da região,

<sup>107</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1979b, p. 78.

<sup>108</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1979b, p.80.

reuniram-se na Câmara para deliberar providências, concretizadas na formação de uma comissão composta por seis membros, sob a presidência de Martinho da Fonseca Seixas<sup>109</sup>. Esta comissão, discutida a situação, elaborou um plano de ação contendo 21 artigos, condizendo em linhas gerais que,

[...] os moradores seriam alistados em três terços, que de quinze em quinze dias se revezariam na guarnição da vila, de modo a não desfaltar os sítios, evitando a paralisação do trabalho e o despovoamento dos distritos do Município. [...] Nenhum colono devia ausentar-se, fosse por que pretexto fosse, de sua propriedade ou da vila, mais de doze horas. Os vereadores ficavam proibidos de residir fora da vila durante a conjuntura alarmante. Ficava proibido o comércio dos mascates que frequentavam os sítios criando dificuldades aos comerciantes matriculados da vila. Ficava proibida a venda de aguardente de cana, tanto na vila como nos sítios. A Câmara devia providenciar para que reinasse toda cordialidade entre os brasileiros natos e os reinóis, atribuindo-se-lhes poderes para punir aqueles que transgredissem essa deliberação. Os senhores de escravos vigiassem cuidadosamente esse pessoal, no sentido de evitar que tratassem, em conversa, dos sucessos do momento. [...] Duas canoas, devidamente equipadas pela Câmara, estariam em constante movimento entre Óbidos e Santarém, estabelecendo contato necessário a qualquer eventualidade [...]. Dessa vila [Santarém], solicitasse a Câmara 400 alqueires de farinha e dos moradores o peixe necessário ao pessoal em armas. [...] a Câmara, finalmente, responsabilizava-se por que ninguém ousasse erguer a voz, perturbando a harmonia reinante em face da situação.<sup>110</sup>

O plano de ação apresentou alguns pontos que merecem destaque. É importante observar que a preocupação, por parte da Junta local, estava distribuída em dois focos: a defesa da região e a preservação da economia local. Era necessário em tempo de instabilidade política e econômica precaver-se em relação às principais atividades econômicas e a manutenção da ordem. Nesse sentido, quando as autoridades reunidas em comissão decretaram a permanência dos moradores em seus sítios, devendo servir ao alistamento de forma alternada; a proibição de atividades econômicas com embarcações externas e dos vereadores residirem fora de suas vilas; e a solicitação de alimentos e armamentos entre as vilas envolvidas, podemos extrair destes artigos uma possível resposta das autoridades locais à questão da carência de mantimentos, algo tão recorrente e perigoso em tempos de crises também percebemos a preocupação com a disciplina da população na medida em que, o controle do direito de ir e vir garantia um certo domínio da elite dominante aos setores insurgentes, especialmente os trabalhadores tapuias.

<sup>109</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1979a, p.43.

<sup>110</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1979a, p.44. [Este plano encontra-se registrado na Ata da reunião extraordinária da Câmara, organizada no código 783 (numeração antiga)].

Óbidos também alinhou-se à Junta Defensiva. Num primeiro momento, enviou à Santarém um reforço de 32 homens, sob o comando do Alferes Gaudêncio Augusto de Abreu. Para a contraofensiva a Monte Alegre mobilizou uma força com 40 praças e, para Alenquer, um contingente de 30 soldados, mais o apoio de 60 índios mundurucus da missão de Juruti, sob o comando de seu missionário o padre Antônio Manoel Sanches de Brito. Este recrutamento e sua movimentação de tropa resultou na vitória da *Junta* em Monte Alegre, consolidada e afirmada no acordo assinado a 9 de junho de 1824, *pondo termo à resistência e aos lutosos acontecimentos*<sup>111</sup>. Este termo de paz foi escrito em cinco artigos que, em linhas gerais, fazia afirmar que, em ambas as vilas, ficava proibido o uso de armas para agredirem-se mutuamente; exigia a retirada da esquadra de bloqueio defronte de Monte Alegre; a captura pelas vilas de escravos fugidos; assim como a apreensão de soldados desertores e/ou que se negavam a se apresentar ao indulto do perdão geral<sup>112</sup>.

Pontuamos aqui alguns aspectos que permitem compreender o estado de guerra civil que se encontrava o Grão-Pará nos anos que se seguiram à sua integração ao Império brasileiro. O primeiro se deu pela permanência de muitos dispositivos legais remanescentes da legislação colonial, dentre eles as diretrizes da Carta Régia de 1798, que reduzia os tapuias à situação similar a escravidão com o trabalho compulsório, as péssimas condições de trabalho e o trato violento a eles dispensado. A presença de tapuias convivendo nas urbes e arrabaldes era mais perceptível nas regiões do interior da província. Nesse sentido, nas vilas do interior a presença e a participação política de índios e mestiços era algo mais comum, sobretudo com a política de hierarquia de Souza Coutinho, disponibilizando títulos e patentes aos Principais.

No médio Amazonas a conjuntura nas décadas de 1820 e 1830 era essa, uma atmosfera de tensão social, com ingredientes suficientes para a explosão a qualquer momento de levantes e revoluções populares. No mesmo compasso que destinava ao grosso da população da região uma forma de tratamento socialmente desigual, o Estado vendia a ideia de que todos os cidadãos livres. Simultaneamente, no Império independente, todos os brasileiros (nativos ou adotivos) eram igualizados sob a Carta Magna de 1824. Permitia-se assim, um espaço de questionamento popular a respeito das diretrizes legais, criando, dessa

---

<sup>111</sup> Idem, p.47.

<sup>112</sup> *Termo de Paz feito entre os povos de Monte Alegre e Vila de Santarém*, escrito e assinado por suas principais autoridades em 09 de junho de 1824. Códice 789; documento 05; APEP.

forma, um clima de instabilidade política. Somava-se a estes elementos, a concessão de armas aos tapuias no ato do recrutamento forçado para comporem as milícias da região.

Nesse cenário, tornava-se para a elite local uma tarefa difícil a manutenção da ordem. Acreditamos que a preocupação da Junta Governativa local em disciplinar a liberdade, entendida por ela para salvaguardar seus interesses econômicos, levou a que as autoridades das vilas do baixo e alto Amazonas organizarem-se em uma força militar, visando conter os ânimos dos habitantes locais, ávidos por garantirem seus direitos e sua liberdade em uma sociedade moderna e liberal que se planejava.

Com a vitória da unidade da elite local, aparentemente selou o acordo de “paz” na região. *Aparentemente* porque os ânimos extremados mantinham as autoridades locais sempre alertas, e também porque esta unidade se deu de forma momentânea. Como vem sendo dito, não havia na Província um projeto homogêneo entre a elite. Mesmo os que defendiam o projeto *independentista*, a existência de vários projetos paralelos não permitia uma unidade de fato entre os negociantes-funcionários. Sob os grandes eixos, *absolutistas*, representados principalmente pelo comandante e vereador Martinho da Fonseca Seixas, versus *independentistas*, representados pelos irmãos Raimundo e Antônio Manoel Sanches de Brito, as disputas internas e locais criavam um mosaico de interesses que exigia certa dose de astúcia de quem viesse governar a Província. Foi o caso do presidente José Félix Pereira de Burgos que, bombardeado de queixas de ambos os grupos, precisou agir com muita cautela na maioria das vezes, e de Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana e seu conturbado governo que se encerrou tragicamente com sua deposição em uma “Agostada”.

### **2.5. A Agostada e a crise de representatividade no Grão-Pará de 1830.**

No alvorecer da década de trinta do século XIX a atmosfera política do Grão-Pará se configurava ainda mais instável que nos anos de 1820. Decorridos quase uma década do alinhamento da Província ao Império brasileiro, a disputa política entre projetos diferentes ainda se apresentava, porém com elementos novos, como os espaços institucionais criados pela nova ordem imperial, especialmente o Parlamento. Os grupos que se disputavam nestes espaços agrupavam-se em torno de dois eixos, os considerados liberais mais radicais, sob a liderança do cônego Batista Campos, também conhecidos como *Filantrópicos*, e os liberais

mais moderados, conhecidos como *Caramurus*, onde se destacava a figura de Marcos Antônio Rodrigues Martins<sup>113</sup>. Acusações eram trocadas por estes dois grupos, algumas infundadas, que objetivavam justificar suas ações desqualificando as ações contrárias.

Visconde de Goiana assumiu a presidência do Grão-Pará neste clima de instabilidade política, em 19 de julho de 1831. Em 07 de Agosto, vinte dias após sua nomeação na Corte, foi deposto através de um golpe de Estado orquestrado pelo grupo político dos liberais moderados, organizado pelo comandante das armas José Maria da Silva Bittencourt e Marcos Antônio Rodrigues Martins. Esta instabilidade condicionava a gestão dos que assumiam a presidência da Província, na medida em que, qualquer passo dado pelo gestor poderia ser interpretado de maneira diferente pelos grupos divididos. Logo após sua posse, o presidente foi visitado por uma comissão de doze membros da Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, a fim de recepcioná-lo, oferecendo-lhe uma celebração do *Te-Deum* na igreja do Carmo, levantando suspeitas caramurus. Simultaneamente às rivalidades políticas, que muito dificultavam qualquer administração, o presidente também encontrou outro obstáculo tão pertinente quanto, qual seja a carestia em que os cofres públicos se encontravam. A seguir um trecho, extraído de *Motins Políticos*, de uma comunicação entre o próprio presidente ao ministro do Império, dando conta da péssima situação da província:

Com a minha chegada, diz ele, e com a do Comandante das Armas os partidos se acalmaram. Mas não tem cessado de todo a indisposição que havia de parte a parte, e seguramente posso afirmar que de todas as províncias do império é esta talvez a única em que mais se tem retardado a fundação do sistema brasílico o qual só com muito jeito e arte se poderá fazer prevalecer. [...]

Muito se tem concorrido para tais desordens o descontentamento da tropa por causa das muitas dívidas atrasadas, que são de cento e setenta contos, setecentos setenta e um mil duzentos e cinco réis, como nesta data acabo de

---

<sup>113</sup> O partido filantrópico, como ficou conhecido surgiu nas bases de uma sociedade secreta, a *Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica*, e tinha dentre suas lideranças o Cônego João Batista Gonçalves Campos e o padre Jerônimo Roberto da Costa Pimentel. Conhecidos como *filantrópicos*, mantinham uma postura mais radicalizada, propondo reformas mais efetivas no cenário político, se aproximando em muitas vezes a ideais republicanos. Dentre suas diretrizes, objetivavam “instruir nas verdades políticas e sociais; defender as liberdades públicas e particulares e debelar o despotismo”, protestando “não se opor à ordem social, e sim mantê-la.” (RAIOL, 1970, p.198). Opunham-se aos caramurus, liberais mais moderados, que agregavam a elite dirigente mais abastada da província e temiam reformas que possibilitassem a apropriação destes direitos pelas camadas populares ansiosas por ascensão social. Acusavam os liberais mais radicais de “ultra-liberais” e de propagarem a abolição da escravidão africana. Em contrapartida eram acusados pelos filantrópicos de serem reduto reinol e defenderem a restauração lusitana. No auge das disputas políticas o exagero no tom e conteúdo das acusações eram compreensíveis. Para uma leitura mais aprofundada do cenário político do Grão-Pará na década de 1830, cf. MACHADO, André. *Op.cit.*, 2011.

participar ao ministro da fazenda pedindo o remédio de que tanto carece esta província, que parece não pertencer ao império do Brasil.<sup>114</sup>

No documento, podemos observar que à instabilidade política, somavam-se as condições precárias em que se encontrava a região, que resultava em dificuldades da consolidação em integrar a Província ao sistema político imperial. Também observemos que a carência financeira, alinhada às leis contra ociosidade e as de liberdade, contribuía categoricamente para a insatisfação das tropas, formadas em sua maioria por mestiços e tapuias, uma das bases principais das convulsões sociais desse período. Como já vimos, as revoltas militares foram constantes na primeira metade do século XIX. Dentre elas destacou-se uma ocorrida na comarca do Alto Amazonas com forte sentimento separatista nos anos de 1832, demarcando a participação da região na conturbada conjuntura política da região.

Em decorrência de tais ações, não tardou para o Visconde de Goiana angariar a insatisfação dos caramurus, levando ao golpe que culminou em sua deposição no dia 07 de agosto de 1831. A seguir, a ata da sessão de deposição do presidente, transcrita por Domingos Raiol:

Às onze horas e meia do dia 7 de agosto de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império, e nesta cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, na sala das sessões do conselho presidencial, reunido extraordinariamente pelo Excelentíssimo Presidente Visconde de Goiana, e sendo ele presente e os Conselheiros Doutor Marcelino José Cardoso, Dom Romualdo de Souza Coelho, Bispo de Diocese, José Batista Camecram, Doutor Antônio Correa de Lacerda e o cônego Vigário Francisco de Pinho de Castilho, faltando sem causa participada o Arcipreste João Batista Gonçalves Campos, e estando para abrir-se a sessão a fim de se tratar dos meios de pacificar o povo, atentas as comoções que tinham tido lugar nas noites antecedentes, compareceram os Juízes de Paz João Ferreira Muniz e Luís Antônio Malato de Castro Peruvino declarando que por *parte do povo* vinham representar ao Excelentíssimo Senhor Presidente o que o mesmo povo exigia a prisão do Arcipreste João Batista Gonçalves Campos e dos outros sequazes constantes [...].

Depois disto compareceu uma deputação por parte da tropa, representada por um oficial de cada corpo, sendo órgão dela Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Comandante das Armas, o qual disse o que tinha ouvido aos Comandantes dos corpos em presença da comissão – que era o dar-se ele por deposto da Presidência: – que a tropa assim o queria, reclamando também a prisão do Arcipreste Batista Campos e de mais algumas outras pessoas, dando causa a isto o ter-se *o mesmo Presidente manifestado a favor do partido liberal* [...].

---

<sup>114</sup> Ofício do presidente da província ao ministro da fazenda datado de 20 de julho de 1831, apud, RAIOL, *Op.cit.*, 1970, p. 200.

Separou-se a comissão, mas daí a pouco voltou dizendo: – que não apresentava fato algum; que a tropa o mandava depor de via voz; ao que respondeu o Excelentíssimo Presidente: – que tendo muito em vista evitar a efusão de sangue, fazia-lhes a vontade, porque lhe era mais glorioso não governar do que governar contra a Constituição do Império [...] <sup>115</sup> [grifo nosso].

Observemos que a ata da sessão alega vontade popular para a deposição do presidente, assim como para a prisão de Batista Campos e a própria deposição do presidente. Este é um ponto importante para adentrarmos numa discussão sobre representatividade e legitimidade. Naquela altura, era necessário garantir legitimidade ao movimento de deposição, demarcando apoio e, mais que isso, vontade popular. Mas, aí se encontra uma contradição. Como garantir representatividade sobre um evento político que feria às instancias constitucionais criadas pelo jovem regime imperial, como é o caso dos Conselhos Provinciais e Imperial, e do próprio Parlamento? Até que ponto um ato autoritário, qual seja a deposição de um presidente, poderia significar um risco para o processo de consolidação de um sistema representativo? Estas questões merecem reflexão na medida em que as facções políticas existentes no Grão-Pará, em que pese toda a dificuldade, geográfica e identitária, mantinham a crença nas instituições do Império, especialmente o Parlamento, como guardiães da lei e representantes da nação.

De acordo com Machado, a *Agostada* pode ser considerada como um marco importante na relação entre liberais paraenses e a Corte carioca, no sentido em que, a postura do Parlamento de não punição aos envolvidos na deposição do Visconde de Goiana, com a concessão de anistia a todos, foi vista por Batista Campos e seus partidários, como falha em sua função de *guardião das leis* e da *legalidade*. Nas palavras de Machado, o golpe significou a inoperância e a incapacidade das “instituições de manterem os conflitos políticos no Pará dentro dos limites impostos pela legislação”, e que a partir de então, a semente de uma possível guerra civil foi semeada, na medida em que qualquer intervenção do poder central na vida da província passava a ser vista com olhar de desconfiança para uma avultada gama de pessoas, não só os liberais <sup>116</sup>.

Em outro artigo seu, *O fiel da balança...*, Machado analisa a relação existente entre a política na Corte e as disputas na Província, levantando a teoria que era fundamental para a

<sup>115</sup> RAIOL, Domingos Antônio. *Op.cit.*, 1970, p. 215-216.

<sup>116</sup> MACHADO, André Roberto de A. *O papel do Parlamento nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza-CE, 2009, p.1-11, p. 2.

sobrevivência política dos grupos políticos paraenses garantirem influência no Parlamento. Nesse sentido, foi-se construindo a ideia de o Parlamento ser a instituição máxima para resolução de conflitos políticos, observando uma “crescente canalização das disputas políticas na Província para os canais institucionalizados”<sup>117</sup>, nos anos, imediatamente, anteriores ao golpe. Quando ocorre a *Agostada*, como o golpe foi batizado pela historiografia, a capacidade das instituições representativas de solucionar e controlar os conflitos provinciais sob os limites da legislação foi questionada. Por outro lado, este questionamento foi feito dentro das instâncias institucionais, inclusive no próprio Parlamento, concedendo-lhe o papel de *fiel da balança*. Interessante perceber a importância dos canais institucionalizados para a solução de disputas políticas regionais quando, a elite e autoridades da Comarca do Alto Amazonas acionaram, para além dos embates armados, os dispositivos legais para conseguir a desvinculação política e administrativa do Grão-Pará.

Diante do estudo de Machado, o que podemos demarcar é que, os conflitos políticos do Pará de 1830 não se limitavam, numa visão simplista, à disputa por cargos e a querelas domésticas, apesar de sua importância. O que podemos compreender é uma relação bilateral entre as divergências internas com os debates nacionais. Os grupos políticos que se defrontavam, além do objetivo de galgar espaço no cenário político local, demarcavam o território de seus projetos em consonância com os debates ocorridos na Corte, e que delineavam a conjuntura política do Brasil entre os liberais mais radicais, que defendiam reformas efetivas na política nacional, e os liberais moderados, receosos de uma iminente revolução popular, que defendiam mudanças pontuais para evitar a radicalização.

O processo de radicalização política na Província se acirrou com a abdicação de D. Pedro I em 07 de abril de 1831. A abdicação abriu um caminho para que liberais exaltados (como se costumava denominá-los e que depois eles mesmos já se autodenominavam), dentre eles Batista Campos, pressionassem por reformas mais efetivas que levassem a um ponto final a qualquer resquício do absolutismo na política regional/nacional, como a exigência da deposição do governador de armas. Em contrapartida aos radicais, os liberais moderados, que agregavam em certa medida os portugueses que permaneceram no Brasil sob o juramento da Constituição do Império, temiam que radicalização política desse espaço para as aspirações sociais de diversas bandeiras levantadas pelas camadas populares, impulsionando uma revolução, não mais garantindo a manutenção da ordem. Foi sob esta justificativa que os

---

<sup>117</sup> \_\_\_\_\_. *Op.cit.*. 2011, p.197.

golpistas da *Agostada* depuseram o presidente da Província, legitimando para si, seu feito, além de defenderem que o golpe alinhava a Província ao movimento de moderação que percorria a Nação, rebatendo a onda revolucionária.

Algumas pretensas medidas levantadas por Visconde de Goiana na direção, segundo o próprio presidente, de desfazer a “servidão indígena”, contribuíram por acirrar as disputas dos grupos políticos e fragilizar sua relação com os liberais moderados, dentre elas, a extinção das *roças dos comuns*, das *fábricas nacionais* e do *pesqueiro*, destino de muitos indígenas ao trabalho compulsório<sup>118</sup>. Lembremos que a administração destas instituições estava nas mãos de comandantes militares. Souza Júnior enfatiza que, com a expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII, suas propriedades foram distribuídas entre os colonos com o objetivo régio da consolidação de uma elite econômica laica na Capitania do Pará, tendo como setor significativo desta elite, os militares<sup>119</sup>. A extinção destas instituições lucrativas provocou a ira desta elite, principalmente dos militares, agregando mais um elemento na disputa jurisdicional entre civis e militares. O exíguo tempo em que Goiana assumiu a presidência não deve ter permitido a efetivação de tais medidas, mas, como avalia Machado, a simples notícia da intenção de efetivá-las provocou transtornos para a ordem estabelecida, e desconfiança entre a elite local, sobretudo a que girava em torno dos liberais moderados. Do interior da Província, chegavam ao presidente correspondências de ouvidores e juizes com reclamações que não conseguiam recrutar índios para o trabalho nos serviços públicos porque esses se recusavam a trabalhar sob a alegação da extinção das fábricas nacionais<sup>120</sup>.

Todavia o que, de fato, provocou o maior descontentamento dos liberais moderados e que decidiu a favor do grupo de Batista Campos, foi uma polêmica decisão de Goiana. O presidente destituiu a atribuição do recrutamento dos tapuias para o serviço compulsório, das mãos dos comandantes militares, demarcando as atribuições desses comandantes a assuntos meramente militares. Mesmo provocando contestação por boa parte dos liberais moderados, o presidente estava amparado legalmente, na medida em que esta resolução acompanhava um debate nacional que estava ocorrendo no Parlamento Brasileiro. Batista Campos, um ano

---

<sup>118</sup> Segundo Shirley Nogueira, as roças dos comuns pertenciam a uma elite lusitana, portugueses estes que permaneceram no Brasil sob o regime imperial, considerados brasileiros-adotivos, onde era empregado, compulsoriamente e sem remuneração, o trabalho indígena na produção de feijão, arroz e outros gêneros comestíveis. Cf. NOGUEIRA, Shirley. *Op.cit.*, 2009, p. 238.

<sup>119</sup> SOUZA JÚNIOR. José Alves de. *Op.cit.*, 1996, p.74.

<sup>120</sup> MACHADO. *Op.cit.*, 2011, p.216.

antes, em fevereiro de 1830, apresentou ao Conselho Provincial do Pará uma proposta de representação sobre a questão da mão de obra indígena. Em linhas gerais, sua proposta não extinguiu a Tropa de Ligeiros nem os serviços por ela prestados, mas sim defendia a retirada da instituição do comando militar, passando para o governo civil. A aproximação da proposta do cônego Batista Campos e da resolução do presidente explicava porque os liberais moderados acusaram Visconde de Goiana de estar alinhado ao grupo dos liberais radicais, e a justificativa deste grupo ao golpe de 07 de agosto de 1831.

A proposta apresentada por Batista Campos permite compreender o patamar das discussões políticas entre a elite dirigente do Pará. Sua preocupação voltava, sobretudo para a questão da mão de obra indígena. A questão não era a moralidade ou legitimidade do recrutamento forçado para os serviços públicos e particulares, mas sim a quem caberia a competência de comandar esta tropa. Alguns meses após a representação do cônego circulou no Parlamento no Rio de Janeiro, em novembro de 1830, uma proposta de extinção completa das Tropas de Ligeiros, sob a autoria do deputado eleito pelo Maranhão Odorico Mendes. O processo de tramitação e discussão durou aproximadamente um ano e, em 22 de agosto de 1831 tornou-se lei.

Interessante pontuar, em linhas gerais, como se desenvolveu a discussão e o dispositivo legal para a extinção das Tropas de Ligeiros. Havia uma conexão entre esta segunda lei com a posição adotada por Batista Campos. Esta junção ajudou a construir uma imagem positiva de Campos no interior da Província, contribuindo para sua propagação política no pós *Agostada*. Apesar de não ter proposto a extinção das Tropas de Ligeiros, Batista Campos fez uso político da Lei de 22 de agosto de 1831 em benefício próprio, quando alegou um duro golpe a seus opositores com a sua promulgação. Na fuga a caminho da prisão em Crato<sup>121</sup>, nas Cachoeiras de Santo Antônio, limite com o Mato Grosso, Batista Campos foi acolhido em Juruti, distrito da Vila de Faro, pelos irmãos Sanches de Brito que iniciam campanha na região para o seu reconhecimento como vice-presidente. Nesta campanha, Batista Campos e seus partidários vendiam a ideia da autoria da Lei para o cônego. As atas da Câmara de Alenquer, em 1832, sob orientação do próprio cônego, fez divulgar a extinção dos

---

<sup>121</sup> Crato surge enquanto povoação em finais do século XVIII no projeto pensado por Souza Coutinho para um sistema comercial entre o Pará e o Mato Grosso. Seria, na ideia inicial do governador, uma *povoação-laboratório*, na medida em que nela seriam aplicadas as diretrizes pensadas por ele para o desenvolvimento econômico da região sem a interferência de Diretores nem as instabilidades dos índios recém-aldeados. Diferentemente do que projetou Coutinho, para o Crato foram enviados degredados e condenados, e de povoação modelo, tornou-se *destino de exílio político*. Conferir, SAMPAIO. *Op.cit.*, p.171.

Corpos de Ligeiros, correlacionando à pessoa de Batista Campos<sup>122</sup>. Outra evidência da alusão do vice-presidente à Lei foi no periódico *A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará*, de outubro de 1834, sob redação de Lavor Papagaio. O jornal liberal divulgava o cônego como autor das propostas de extinção dos comandantes militares e das Tropas de Ligeiros<sup>123</sup>.

O Baixo Amazonas posicionou-se contrário ao golpe e favorável a posse de Batista Campos como presidente. De acordo com a pesquisa de André Machado no *Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados*, das mais de vinte cartas e atas enviadas denunciando a deposição, todas foram remetidas pelas Câmaras Municipais desta região. No que tange ao reconhecimento de Batista Campos como presidente, a exceção foi Santarém, vila com uma forte presença lusitana, que negou aceitar o convite de reconhecimento. A marca comum entre as correspondências foi de desaprovação ao golpe, de não reconhecimento da autoridade do governo de Belém, da punição aos golpistas e do retorno do Visconde de Goiana. A disseminação por Batista Campos da ideia de que todos seriam escravizados pelos portugueses se não o seguissem, como escreveu em seu livro o ex-presidente Machado de Oliveira, pode ter dado um toque a mais na desaprovação da região ante o golpe e no reconhecimento do cônego como presidente. Em leitura de Leandro Mahalem Lima a um opúsculo político anônimo<sup>124</sup> editado em Londres em 1832, denominado *O Pará em 1832*, podemos compreender, sob uma perspectiva contemporânea à época, (e parcial, cabe a ressalva), dos acontecimentos e desdobramentos da *Agostada* e a atuação de Batista Campos em suas andanças pelo Baixo Amazonas. De acordo com os dizeres do opúsculo,

O padre caminhava de lugar em lugar como um séquito semelhante ao dos antigos *roitelets* da idade média, composto d'imundos negros e de sinceros índios enganados, a quem se falava d'um atentado contra sua liberdade, que eles com razão queriam disputar. Nem uma só pessoa de consideração ou que tivesse que perder ornava esta cruzada de bárbaros nômades.<sup>125</sup>

<sup>122</sup> MACHADO, André. *Op.cit.*, 2011, p.214.

<sup>123</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>124</sup> Mahalem Lima adenda que, de acordo com o historiador Moreira Neto a autoria do opúsculo correspondia ao professor e poeta português José Soares de Azevedo, partidário do golpe de 7 de Agosto. Cf. LIMA, Leandro Mahalem. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008.

<sup>125</sup> OPÚSCULO ANÔNIMO, *O Pará em 1832*, *apud*, LIMA, Leandro Mahalem. *Op.cit.*, p.113.

Podemos observar a preocupação do presidente da província em ofício remetido ao ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império, José Lino Coutinho, em 25 de fevereiro de 1832,

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor – Na presente ocasião nada de notável ocorre na província que possa comunicar a V. Ex<sup>a</sup>. senão que o Arcipreste Campos, refugiando-se no lugar de Juruti, distrito de Faro, tem conseguido fazer-se reconhecer Vice-Presidente da Província pelas Câmaras de Faro, Óbidos e Alter do Chão, vilas situadas nas margens do Amazonas [...] <sup>126</sup>.

À comarca do Alto Amazonas, acrescentou-se a esta marca o desejo de separação da província, desejo este reforçado pelo sentimento de indignação perante o golpe. Alegavam que não poderiam continuar subjugados a um governo tirano que se constituía em Belém. Os acontecimentos da Agostada adicionaram ingredientes ao projeto de emancipação do Rio Negro, causando uma indignação a mais ao sentimento separatista da região <sup>127</sup>.

Como anfitrião de Batista Campos no Baixo Amazonas em 1831, Antônio Manoel Sanches de Brito decidiu por apoiar e propagar o cônego como presidente, sendo que a esta altura poderia ser considerado um refugiado político, tendo sua nomeação como um ato inconstitucional. O envolvimento político do padre Sanches de Brito leva a necessidade de se fazer um adendo neste momento da dissertação. É fundamental identificarmos e compreendermos a atuação da Igreja Católica e seu corpo clerical nos conflitos políticos ocorridos no Grão-Pará na primeira metade de século XIX, na medida em que o clero correspondia a uma parcela importante da elite provincial, principalmente no interior, assumindo posições de autoridades públicas como o caso do posto de juiz de paz.

## **2.6. Igreja, política e catequese: uma mistura conflituosa.**

Os conflitos entre autoridades também foi percebido no seio da Igreja Católica, acompanhando os debates políticos dos anos vinte e trinta do século XIX, de modo que os projetos para a Igreja brasileira organizavam-se em torno dos eixos maiores: o catolicismo liberal *versus* catolicismo em processo de Romanização. A Carta Magna de 1824, homologada por D. Pedro I, possibilitou a união e mistura entre o clero secular e a vida

<sup>126</sup> RAIOL, Domingos Antônio. *Op.cit.*, 1970, p.242-243.

<sup>127</sup> MACHADO, André. *Op.cit.*, 2011, p.195-241, p.230.

política imperial, ampliando a participação de religiosos seculares na vida política do Império. Os projetos católicos se diferenciavam, sobretudo, no direcionamento que as reformas na Igreja deveriam seguir. Representados respectivamente pelo padre Antônio Diogo Feijó e Dom Romualdo de Seixas, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, estes *padres-políticos*<sup>128</sup> protagonizaram o que ficou conhecido na história o movimento de Reforma Eclesiástica<sup>129</sup>.

Destacamos a Reforma Eclesiástica na medida em que a prelazia do Grão-Pará teve participação especial neste processo. D. Romualdo de Seixas era sobrinho do oitavo bispo do Pará, D. Romualdo Coelho que, assumindo o bispado em 1820, iniciou uma reforma eclesial na Amazônia, em decorrência de uma realidade crítica pela qual passava a Igreja na região. Sendo assim, ao assumir, D. Romualdo Coelho empreende uma viagem às vilas e povoados interioranos para obter o conhecimento necessário da situação dessas freguesias. Percorrendo quase toda a província constatou que as duas Vigararias existentes (Belém e Rio Negro) compreendiam um imenso território, de habitantes dispersos, e com efetiva carência de párocos para cobrir-lhes<sup>130</sup>. O problema da carência eclesial era uma constante na realidade brasileira, tanto em relação a bispos quanto a padres. É neste ponto que os *romanizados*<sup>131</sup>, dentre eles o precursor bispo paraense, irão tocar por muitas vezes.

<sup>128</sup> Termo apropriado do estudo de Françoise Jean de Oliveira Souza em *Religião e política no primeiro reinado e regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial Brasileiro*. Almanack Braziliense; versão On-line ISSN 1808-8139; Alm. braz. n.8, São Paulo. Nov. – 2008. Sobre a participação de padres na política do Brasil Império, cf., RICCI, Magda. Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT-IFCH, 2001.

<sup>129</sup> Os liberais defendiam a extinção gradual das ordens religiosas, a proibição da entrada de padres estrangeiros, a abolição da obrigatoriedade do celibato clerical, a criação de uma caixa eclesial para gerir o patrimônio e o pagamento dos clérigos e um maior respeito às decisões sacerdotais em âmbito regional. Já os romanizados defendiam uma aproximação maior da Igreja brasileira com as diretrizes de Roma, na centralização papal e restrições à interferência do Estado (e em especial o brasileiro) nos assuntos da Igreja. Preocupavam-se sobremaneira com a heterogeneidade do corpo clerical brasileiro e a frágil formação episcopal de seus párocos, propondo a criação de seminários visando a formação do clero sob a égide das doutrinas romanas. Para uma leitura mais acurada, cf. HAUCK, João Fagundes, et.al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – Segunda época – A Igreja no Brasil no século XIX*. Edições Paulinas: Vozes, 3ª edição. Petrópolis/RJ, 1992.

<sup>130</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1941.

<sup>131</sup> Os *romanizados* defendiam uma reforma geral na Igreja brasileira no pós-independência, ou seja, uma instituição formada por religiosos, vinculada às doutrinas romanas. Esta reforma teve início justamente com D. Romualdo de Souza Coelho, Bispo do Pará, tendo o apoio de D. Romualdo de Seixas, arcebispo de Bahia, e do bispo do Maranhão, D. Marcos Antônio de Souza. O programa por eles defendido correspondia a “formação de um clero ilustrado e santo, verdadeiros homens da Igreja, e instrução religiosa do povo pela catequese” (HAUCK, 1992, p.83), e para tal formação, a criação de seminários era fundamental. Esta ideia pode ser encontrada e melhor analisada em, HAUCK, João Fagundes. “A Igreja na Emancipação (1808-1840)”, In, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – Segunda época – A Igreja no Brasil no século XIX*. Edições Paulinas: Vozes, 3ª edição. Petrópolis/RJ, 1992.

No Grão-Pará, as medidas adotadas por Coelho convergiam no objetivo de expansão da Igreja, abarcando regiões mais longínquas da província. Para isso, iniciou seu projeto visitando suas paróquias em 1829, fundando postos missionários e estação de catequese, e uma rede solidária que contava com catequistas espalhados pelas freguesias, dentre eles, Raymundo Sanches de Brito, irmão do padre Antônio Manoel Sanches de Brito, e Frei José dos Santos Inocentes. Coelho fundou e reanimou núcleos missionários no interior, provavelmente como o de Juruti, missão dirigida pelo padre Antônio.

O projeto iniciado em 1829, idealizado e coordenado por D. Romualdo Coelho, propunha a difusão da Igreja Católica pela província do Grão-Pará, enfatizando a formação de religiosos seculares para a propagação da doutrina cristã, e romana, subordinados diretamente ao bispado. O projeto de Coelho demarca a constituição efetiva de um clero secular, voltado para a sua função religiosa e pastoral com o homem amazônico, sobretudo o indígena. Diante disso, é possível supor que a gama de religiosos que participou ativamente e politicamente dos conflitos políticos da primeira metade do século XIX (dentre eles, muitos liberais), tenha sido formada na escola de D. Romualdo, sob a lógica de uma reformulação eclesiástica na Amazônia e no Brasil, como bem atenta Ferreira Reis,

Chefiando uma igreja que deu menos missionários e mais tipos políticos, da estatura heróica dos Batista Campos, dos Sanches de Brito, dos Prudêncio das Mercês, dos Frei José dos Santos Inocentes, D. Romualdo esforçou-se por manter o equilíbrio no seio da família eclesiástica.<sup>132</sup>

O clero liberal tinha uma relação mais próxima com seu rebanho, na medida em que defendia diretrizes para a Igreja a partir da experiência de seus párocos no cotidiano de suas tarefas. Atuando diariamente e diretamente com os fiéis e os futuros catequizados, estes padres, muito provavelmente, identificavam-se com o povo e seus revezes. Desse modo, podemos deduzir que estes padres assumiram uma postura imperativa nas relações conflituosas construídas pelo projeto colonial e que permaneceram no Brasil imperial. Posicionaram-se assim, nos processos da Independência e da Cabanagem, assumindo em muitas ocasiões, postos de lideranças. Por outro lado, em contraposição ao radicalismo clerical, posicionava-se o clero conservador, em defesa da ordem estabelecida, tanto no período colonial, quanto no Império.

---

<sup>132</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *D. Romualdo de Souza Coelho*; Ed. Esforço Biográfico; Belém; 1941, p.145.

Diante disso, presencia-se uma disputa interna na Igreja dentro das conflituosas décadas de 1820 e 1830. É nesse contexto que padre Antônio Manoel Sanches de Brito se destaca na vida política do médio Amazonas.

\*\*\*

Em 1824, padre Sanches de Brito e uma tropa de 60 índios munduruku de sua missão em Juruti, se deslocaram, para lutar pela defesa de Monte Alegre. Nesta ocasião eles estavam ao lado do governo brasileiro. Podemos compreender a participação munduruku na guerra civil dos anos de 1820 não de forma reduzida como simples enxerto das tropas de apoio à Junta Defensiva. Num contexto mais amplo, de descontentamento e questionamento dos grupos indígenas às velhas instituições coloniais de trabalho compulsório, como as Tropas de Ligeiros, mantidas mesmo após a integração da região ao sistema imperial, podemos perceber a afirmação de seus projetos de reconhecimento e participação na construção do Estado nacional, com o exercício da apropriação da noção de liberdade por estes grupos, em sua atuação nos conflitos civis<sup>133</sup>.

Após o êxito da *Junta*, padre Sanches de Brito se indispôs com a Câmara de Óbidos<sup>134</sup> quando esta ordenou a prisão de elementos considerados suspeitos, enviando-os para o Lugar da Barra, hoje Manaus. O religioso, revoltado com tais ordens, abriu luta contra as autoridades locais, acusando-as de estarem a serviço da causa europeia. O padre alegou que estas autoridades estavam perseguindo aqueles que lutaram em prol do projeto emancipacionista, afinal, a base daquela guerra civil, iniciada em Cametá, era composta de homens que haviam lutado pela independência. Ele decidiu por retirar-se com sua tropa munduruku. Por esta atitude foi acusado pela Câmara de ter mandado desertar seus índios, sendo considerado agente dos insurretos. Receoso que, se continuasse a relutar, poderia sofrer

---

<sup>133</sup> Para uma compreensão mais apurada sobre a participação de etnias indígenas no processo de construção do Estado nacional, cf. MONTEIRO, John Manuel. *Entre o gabinete e o sertão. Projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil imperial*. In: \_\_\_\_\_. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo. Tese de livre docência. IFHC/Unicamp. Campinas, 2001, p.129-169; SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2006. Cap.1; SLEMIAN, Andréa. 'Seriam todos cidadãos?' Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2005, p. 829-847.

<sup>134</sup> Ferreira Reis cita este fato referindo-se a Câmara de Óbidos, mas rastreando suas informações, o documento encontrado faz alusão à Câmara de Faro, não percebendo no código 790 qualquer indício sobre intimação ao padre Antônio pela Câmara de Óbidos.

penalização mais grave, padre Antônio regressou à Juruti, deixando seu protesto em um longo discurso contra a Câmara<sup>135</sup>.

Intimado pela câmara de Faro a esclarecer tal posicionamento, assim como fazer o juramento à Constituição do Império, um claro indício de desconfiança por seu posicionamento, padre Sanches de Brito se recusou a comparecer<sup>136</sup>. Em ofício à Junta Provisória de Governo, a vereação de Faro solicitou providências por parte do poder central sobre a atitude de desrespeito do missionário às autoridades constituídas, alegando preocupação pelo fato da grande popularidade que o religioso tinha dentre a população local. A preocupação ganhou conotação política quando, num cenário de instabilidade política e comoção social, a atitude de uma *referência popular*<sup>137</sup> de desrespeito e contestação às autoridades, responsáveis por garantir o poder do Estado, poderia alcançar proporções de um conflito social muito mais amplo, como de fato aconteceu nos anos subseqüentes. O sentimento de desconfiança e antipatia ante o poder representativo provincial também emanava de setores da elite, especialmente de regiões distantes de Belém. Na região do alto Amazonas, este sentimento era visivelmente observado, fundamentando o projeto separatista de criação da província do Rio Negro, o que nos leva a analisá-lo no próximo subtópico.

## **2.7. Espírito de revolta e separação – o Rio Negro e sua luta por uma nova província.**

Assim como o cônego, um grupo de presos políticos enviados ao presídio de Marabitanas também conseguiu empreender fuga, refugiando-se na missão religiosa do frei carmelita José dos Santos Inocentes, na Barra do rio Negro. Este *padre-político*, semelhante aos irmãos Sanches de Brito, lutou pela causa da *Independência*, radicalizando sua bandeira em prol da emancipação do Alto Amazonas da província do Grão-Pará. O sentimento separatista entre os habitantes do Rio Negro intensificou-se no processo independentista. A

---

<sup>135</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1979a, p. 47.

<sup>136</sup> *Ofício da Câmara de Faro à Junta Provisória de Governo*, em 21 de janeiro de 1824. Correspondência de diversos com o governo. Códice 790; documento 05; APEP.

<sup>137</sup> Esta característica dispensada ao padre foi evidenciada pelo próprio ofício da Câmara de Faro. Acreditamos que a popularidade do padre pode estar relacionada a forma de catequese imprimida pelo clero secular de aproximação e convívio direto entre os fiéis. Outro fator que merece atenção é a familiaridade do religioso com a região, na medida em que ele vinha exercendo seus sacerdócios já há algum tempo, especialmente entre os indígenas.

elite regional, insatisfeita com a vinculação político-administrativa da região a província do Pará, que, segundo suas queixas, atravancavam seu desenvolvimento econômico, tanto pela distância geográfica, mas também pelo abandono político, ansiavam por sua autonomia com a criação da Província do Rio Negro. Uma das justificativas de Dom Romualdo de Seixas que, em 1826 apresentou à Câmara dos Deputados o primeiro projeto para a criação da província do Rio Negro, era de que a agricultura e as indústrias da região se encontravam em ruínas por dois motivos centrais: o primeiro pela dificuldade do governo paraense em administrar uma região tão remota, e o segundo, deste mesmo governo, propositalmente, dificultar medidas benéficas adotadas pelos administradores da comarca, por ciúmes ou questões pessoais<sup>138</sup>.

O processo de ruptura do Antigo Regime português e o alinhamento do Grão-Pará ao projeto independentista carioca possibilitou a abertura de um espaço para discussão sobre uma *indefinição de ordem administrativa*: como ficaria a situação da Comarca do Alto Amazonas na nova ordem política instaurada, ou seja, “o território do Rio Negro seria, uma vez declarada a independência, uma província autônoma, com administração e finanças próprias, ou uma comarca submetida à autoridade do governo recém instalado em Belém?”<sup>139</sup>.

O Rio Negro já vinha experimentando o sabor da autonomia administrativa desde o período colonial. A região, elevada à capitania, no governo de Mendonça Furtado, em 1755, possuía administração própria, ainda que estivesse subordinada à província do Grão-Pará. Anos mais tarde, em outubro de 1821, por decreto foi-lhe concedido maior autonomia, sendo elevada a categoria de província, em consonância às demais capitanias brasileiras, no auge dos debates constitucionalistas, quando as cortes lisboetas objetivavam um ordenamento no novo sistema político. Quando instaurados os conflitos emancipacionistas e, posteriormente, a integração do Pará ao Império brasileiro, não se estranhava a expectativa do alto Amazonas tornar-se uma província imperial, sobretudo quando, na Constituição de 1824, outorgou-se que o Império do Brasil seria organizado em províncias, tal qual já se configurava. Porém, para frustração da elite do Rio Negro isso não se confirmou. Por decreto de 26 de março de 1824, com o objetivo de definir a representatividade política das províncias no novo regime, delimitou-se o número de deputados de cada unidade administrativa para compor o Poder

---

<sup>138</sup> GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828*. Revista Almanack. Guarulhos, n.1, p.137-152, 1º semestre, 2011, p.143.

<sup>139</sup> GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Op.cit.*, 2011 p.139.

Legislativo central, ficando o Rio Negro de fora, compreendendo-o assim, subjogado a Junta Provisória de Governo do Pará<sup>140</sup>.

Os acontecimentos de 1831, com a deposição de Visconde de Goiana e o acirramento das rivalidades políticas entre liberais radicais e liberais moderados, proporcionaram à região condições favoráveis a retomada de seu objetivo de emancipação. Isso se deu, em grande medida, pela forte circulação de ideias liberais, agregando-se às demandas específicas, evidenciadas nestes anos de conflito, assim como a presença de muitos presos políticos que, remetidos às fortalezas-presídios como Marabitanas e Crato, fugiram e refugiaram-se na região. De acordo com Leandro Lima, as deportações desses presos políticos, os *patriotas*, para a região, assim como suas fugas pelo interior adentro, possibilitaram a “ampliação de uma rede de aliança para o combate, promovidas entre cidadãos dissidentes e índios, tapuias e suas misturas”<sup>141</sup>. Sob esta conjuntura, ocorreu o levante separatista na Barra do Rio Negro em abril de 1832.

Iniciado como uma revolta militar da tropa de 1ª linha com algumas praças de 2ª linha insatisfeitas com o atraso do pagamento de seus soldos, em 12 de abril de 1832, o movimento logo assumiu proporções maiores. Os levantados apoderaram-se do Trem de Guerra e tomaram para si o armamento e as munições, e assim ganharam as ruas em toque de rebate. Visando conter os insurgentes, o comandante militar do Rio Negro, o coronel Joaquim Filipe dos Reis, correu ao quartel, ordenando que a tropa depusesse as armas e findassem a revolta. Sua ordem não obteve o êxito desejado, e o comandante acabou assassinado pelos levantados. Com a morte de Joaquim dos Reis, assumiu o comando em seu lugar o coronel de origem italiana Francisco Zany. Este coronel tomou certas providências que não agradaram a tropa levantada, dentre elas, o recolhimento ao trem de Guerra das armas e munições, e a despesa dos milicianos, considerados desnecessários ao serviço militar. Alvo de um frustrado atentado, Zany se viu obrigado a retirar-se para sua fazenda, assim como os moradores brancos que debandaram da vila. Os soldados vitoriosos, liderados pelo soldado Joaquim Pedro da Silva, voltaram a apoderar-se das armas e das ruas, tomaram o cofre público e dividiram o dinheiro entre si como pagamento dos soldos atrasados. Também tomaram alguns

---

<sup>140</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>141</sup> LIMA, Leandro Mahalem de. *Op.cit.*, 2008, p.249.

armazéns, sem constar roubo a moradores <sup>142</sup>. Ao que parece, o foco do levante era mais voltado a questões práticas do cotidiano das tropas, como o pagamento e revide aos maltratos. Por outro lado, a rápida ascensão social, especialmente entre os cargos militares, provocada pelos desdobramentos dos conflitos pós-integração, pode ser lida como um dos elementos presentes nos levantes militares das décadas de 1820 e 1830, no intuito das tropas de 1ª linha galgar patentes superiores, situação de Félix Malcher, evidenciada anteriormente.

De levante militar por insatisfação de pagamentos atrasados, o movimento ampliou-se e assumiu um caráter separatista. Os levantados reuniram-se no dia 22 de junho em um Conselho Extraordinário, para deliberarem providências necessárias, a fim de responder às queixas contra as autoridades da capital da província. Dentre as providências o Conselho deliberou,

1. Que a comarca do Rio Negro ficasse desligada da província do Pará e do seu governo, estreitando-se em todo o caso as suas relações comerciais;
2. Que se elegeisse um governo temporário assim como um secretário, para dar direção aos negócios civis e políticos da comarca, prestando juramento perante a câmara municipal de bem cumprir e guardar os seus cargos, pelo que se receberia ordenados dos cofres da fazenda nacional;
3. Que se estabelecesse uma ou duas alfândegas onde melhor conviesse para impedir os extravios dos direitos nacionais e cuidar da arrecadação dos dízimos que dali em diante deveriam ser cobrados à boca do cofre da nova província;
4. Que se nomeasse temporariamente um comandante militar, a quem ficaria pertencendo o regime da força armada com o soldo da sua patente e com a gratificação do costume;
5. Que se submetesse esta deliberação à decisão da assembleia geral legislativa e da regência;
6. Enfim que se enviasse quanto antes à Corte um procurador com plenos poderes para tratar a aprovação destes atos<sup>143</sup>.

É relevante observar que as providências deliberadas pelo Conselho Extraordinário em muito se assemelhavam às competências do Conselho Provincial de Belém. Interessante ponderar aqui que, a esta altura, era recorrente nos debates políticos no Império a importância das instâncias deliberativas provinciais sobre assuntos até certo ponto polêmicos, como o papel do índio no recente Estado brasileiro. Em São Paulo, nos anos de 1830, os debates

---

<sup>142</sup> Trecho do periódico *Correio do Amazonas* de 26 de maio de 1832, nº60, extraído da transcrição feita por RAIOL, Domingos Antônio. *Op.cit.*, 1970, p. 256.

<sup>143</sup> RAIOL, Domingos Antônio. *Op.cit.*, 1970, p. 257. Em nota, página 258, Raiol transcreveu a ata do Conselho Extraordinário.

circundavam sobre novas formas de tratamento dispensado às nações indígenas, especialmente às localizadas no oeste da província. As velhas políticas ofensivas das cartas régias de 1808 eram valorizadas sob as insígnias das guerras justas, autorizavam a escravização e a matança de índios, assim como o uso de sua mão de obra à vontade do colono, por um período de dez anos. Por outro lado, as políticas de assimilação indígena sob uma nova perspectiva ante o indígena, considerando-o nem bom nem mau, apenas autômato, que merecia ser educado e ensinado instauram-se com a fundação da Sociedade de Catequese e Civilização.

No Grão-Pará, o cerne das discussões também correspondia à questão indígena, especificamente à questão da mão de obra tapuia, os braços e pernas que sustentavam a economia e a defesa da região. Os debates institucionais deste período discutiam acerca da extinção ou manutenção das Tropas de Ligeiros, principal instrumento do Estado para o recrutamento forçado desta mão de obra. Apesar de alcançar o púlpito do Parlamento, os *ringues* que se apresentavam para estas querelas políticas eram os Conselhos Provinciais. Pela postura liberal em voga, discutiu-se no Parlamento que deveriam ser os Conselhos Gerais das Províncias os responsáveis por “encaminhar projetos relativos às demandas de suas regiões para que, sejam contemplados pela Assembleia Legislativa”<sup>144</sup>. Diante disso, as questões indígenas deveriam e foram tratadas como um assunto provincial, garantindo a autonomia das províncias sobre a política indigenista.

Em relação às deliberações elencadas acima, fica evidente o traço liberal em suas prerrogativas, especialmente quando lemos a 5ª providência. A respeito dos cargos, para presidente da nova província foi nomeado Manuel Bernardino, professor de primeiras letras; para comandante das armas, o tenente Boaventura Ferreira Bentes; e para procurador do Conselho Provincial, o frei José dos Santos Inocentes. Os dois últimos nomeados atuaram ativamente nas lutas pró-independência, sendo Ferreira Bentes membro do partido filantrópico.

De acordo com Shirley Nogueira, provavelmente a presença de Bentes na região tenha se dado em ato punitivo por parte do partido *caramuru* “por [ele] ter deixado o cônego Batista

---

<sup>144</sup> SPOSITO, Fernanda. *Liberdade para os índios no Império do Brasil. A revogação das guerras justas em 1831*. Revista Almanack, Guarulhos, n.01, p.52-65, 1º semestre, 2011, p.63.

Campos fugir, quando o levava para o exílio na prisão do Crato no rio Madeira”<sup>145</sup>. A autora complementa, levantando a possibilidade de Bentes, juntamente a Joaquim Pedro da Silva, serem os líderes do levante e colaboradores da morte do Coronel Joaquim Felipe dos Reis, descartando, porém, a alcunha de mentor do motim. Isso porque, mesmo o tenente exercendo papel significativo para as fileiras do movimento, não poderia ser considerado influência principal para a eclosão da revolta, pois, as tropas já vinham descontentes de longa data. Corroborou para o assassinato de Joaquim dos Reis sua origem lusitana, sobretudo quando ele, sendo português, assume cargo tão importante como o de Comandante das Armas.

A essa altura, o sentimento antilusitano já se configurava como um elemento *sine qua non* nos conflitos regionais. Este sentimento agregou diferentes sujeitos nas lutas políticas, colorindo de várias etnias e culturas as fileiras e bandeiras do movimento. Uma característica importante encontrada nas revoltas que eclodiam de vila em vila, era a efetiva participação de vários povos indígenas. Quando o levante da Barra do Rio Negro foi debelado pelas forças do governo imperial e/ou provincial, os sublevados dispersaram-se pelo interior. Muitos procuraram apoio junto aos Mura, para uma futura retomada da capital da comarca.

Habitantes originalmente das margens do rio Madeira, os índios da etnia Mura despontam no processo de colonização da região como povos “ferozes” e “corsários”, especialmente nas palavras de cronistas e dos militares e/ou colonos envolvidos em tal processo. A política de expansão do território para o oeste aproximou o contato entre dois universos, o colonial com o Mura. Este contato foi por muito tempo emergido em violentos combates, com mortes a ambos os lados, obviamente que pendendo mais ao lado indígena; subjugação deste indígena ao projeto colonial pelas Leis de Liberdade e contra ociosidade, com o objetivo maior de seu controle; e de diáspora desta nação a outras regiões, intensificada em meados do século XVIII, pelo acirramento dos conflitos que embasavam a relação *colonizador/Estado x Mura*. Em região próxima do Madeira, encontrava-se a nação indígena Munduruku, às margens do rio Tapajós. Estas duas nações habitavam uma região inserida na grande área Tapajós-Madeira que ficou conhecida pelos contemporâneos do século XVIII

---

<sup>145</sup> NOGUEIRA, Shirley. *Op.cit.*, 2009, p. 242.

como *Mundurucânia*, ou país dos Munduruku, habitando além delas, diversas outras, como os Apiaká, Jumas, Maués e Parintins<sup>146</sup>.

Para problematizar a imagem criada pelo Estado aos índios Mura, de “ferozes”, “ladrões” e “perigosos” tomemos as palavras de Rolim de Moura, primeiro governador do Mato Grosso. Em 1756 este governador afirmava que os Mura não apresentavam ameaça significativa, e a imagem de perigo construída a sua volta constituía-se em uma função estratégica de justificar o aparato bélico do projeto colonizador português em terras indígenas para garantia da posse territorial. Realmente se compararmos a logística bélica dos portugueses, ultrapassava a mais reduzida dimensão do aparato bélico indígena<sup>147</sup>.

As ações Mura também podem ser lidas como formas de resistências que esta nação imprimiu ante o projeto colonial destinado aos indígenas, especialmente seu destino às Tropas de Ligeiros. Marta Amoroso nos aponta para uma situação observada nos meandros das Leis de Liberdade denominada “exceção de liberdade”, mecanismo criado ante a necessidade em se controlar etnias de difícil controle. A autora pontua este mecanismo nos escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira onde argumentava que as nações Mura, Munduruku e Karajá poderiam, a revelia da Carta Régia de 1798 que os tutelava sob a competência dos juízes de órfãos, ser recrutados para os serviços dos colonos com a garantia que seriam educados e batizados<sup>148</sup>. Ao que parece, os Mura, mesmo vindo sofrendo os revezes do projeto colonial, com diminuição substancial de sua população e a dispersão da nação a outras regiões da Amazônia, não deixaram de atuar nos espaços de contestação a este projeto, participando dos conflitos civis nas primeiras décadas do Império brasileiro.

Estabelecidas as providências que deveriam ser tomadas a fim de consolidar a emancipação do Rio Negro e transformá-lo em província, frei José dos Santos Inocentes rumou pelo rio Madeira em direção ao Rio de Janeiro com o intento de levar à Corte as deliberações do Conselho Extraordinário. Quando alcançou a província de Mato Grosso sua viagem foi interceptada. Por ordem do presidente, viu-se obrigado a retornar, sofrendo

<sup>146</sup> MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, 281-296, p.286.

<sup>147</sup> AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial – os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, 298-310, p.302.

<sup>148</sup> AMOROSO, Marta Rosa. *Op.cit.*, 1992, p.306.

censura por parte do governo imperial por ter assumido tal responsabilidade, como podemos observar a seguir,

Aviso de 15 de junho de 1833:

II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. – Tendo chegado ao conhecimento da Regência um ofício, de 27 de fevereiro do corrente ano, em que *Frei José dos Santos Inocentes* participa achar-se constituído procurador das câmaras municipais da comarca do Rio Negro, da Província do Pará, a fim de solicitar a aprovação, de que elas precisam, sobre a deliberação de formarem uma província separada; sendo ele igualmente o portador dos respectivos ofícios, que por motivo de dificuldade entregara ao secretário desse governo, Antônio Luís Patrício da Silva Manso, a quem substabelecera os seus poderes para sua pronta remessa e segura entrega: Cumpre que V. Ex.<sup>a</sup> faça saber a esse religioso que *o Governo Imperial, não podendo aprovar um ato de rebelião e um atentado tal*, como foi o que cometeram algumas câmaras do rio Negro, desligando-se da capital e constituindo-se em província separada com escandalosa infração da constituição do império, ato que já se acha desfeito, como cumpria sê-lo governo da província: *Manda estranhar-lhe severamente, por se haver encarregado de uma tal missão, da qual, como religioso e por conseguinte respeitador da constituição e das leis, só se deveria ter encarregado, se ela fosse feita antes de cometido o crime, e para pedir pelos meios competentes à assembleia geral a criação da comarca em província*. E que, outrossim, V. Ex.<sup>a</sup> lhe faça constar que este negócio se acha afeto à mesma assembleia, para deliberar o que julgar conveniente; devendo aqueles povos esperar pelas suas decisões, as quais são sempre tendentes ao bem geral. – Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. – Palácio do Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1833. – Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho. – Sr. Antônio Correia da Costa<sup>149</sup>. [grifo nosso].

A insatisfação e as queixas ante o descaso do governo provincial em Belém era uma tônica nos sentimentos dos habitantes da região do médio Amazonas como um todo, não só na região do rio Negro. Assim, a comarca do Baixo Amazonas também depositava suas inquietudes em correspondências e relatórios de autoridades locais. Em 1832, um relatório redigido pelo vereador da Câmara de Óbidos, Martinho da Fonseca Seixas, dava conta do sentimento de insatisfação das autoridades e comerciantes locais ao estado de subordinação da região do baixo, médio e alto Amazonas à província do Grão-Pará. Alegava prejuízo na expansão da produção agrícola, sobretudo do cacau, devido à distância da região aos portos e alfândega em Belém. Isso encarecia o valor da arroba e desencorajava o investimento em seu cultivo. Também criticava o comércio local, afetado pela concorrência desleal dos regatões. O comércio realizado pelos regatões favorecia, na maioria das vezes, os negociantes estrangeiros, na medida em que, os produtos comercializados nesta atividade eram adquiridos

<sup>149</sup> Documento extraído de *Motins Políticos*, de Domingos Antônio Raiol, 1º volume, 1970, p. 259.

de comerciantes em Belém que, por sua vez, os compravam de estrangeiros. Nogueira trabalha um trecho deste documento compreendendo bem este descontentamento, vejamos:

[...] para nutrir a cinquenta, ou sessenta Negociantes da Capital, que sendo a maior parte deles estrangeiros, e Brasileiros adotivos, estes quando lhes parece se mudam, para a sua verdadeira Pátria, levando consigo, o produto fundo de seus bens, como frequentemente se observa na Capital, e no interior [...] fica, portanto demonstrado, que esta forma de comércio, é em grandíssimo prejuízo não só destes lavradores, como do Estado [...]<sup>150</sup>.

É interessante perceber que o sentimento antilusitano assumia várias faces. Aqui ele era caracterizado pelos conflitos regenciais no Grão-Pará e no Brasil, e construído não só pelo anseio da emancipação política da elite paraense, mas também pelo anseio de emancipação social das camadas populares e em torno de questões econômicas. Mesmo alcançando a *Independência*, os principais ramos da economia local atendiam aos interesses de uma parcela da elite local composta principalmente por brancos de origem lusitanos e outros estrangeiros, ingleses principalmente, inclusive o comércio dos regatões. Diante disso, não é difícil estranhar as queixas do vereador obidense às atividades dos regatões, estendendo-as ao controle econômico português, assim como também não é de se estranhar que, com o envio de reforço militar pelo governo central ao alto Amazonas, muitos agentes da sublevação de 1832 se dispersaram pela região, se refugiando entre os Mura e/ou alcançando as vilas da comarca vizinha, o Baixo Amazonas.

Após intenso ataque da expedição militar enviada por Belém para derrotar os levantados do Rio Negro<sup>151</sup>, dos que não morreram em combate, muitos foram presos e outros fugiram e se dispersaram pelas vilas do médio Amazonas. Há notícias que o soldado Joaquim Pedro da Silva, líder do levante, e mais um grupo de 30 pessoas, depois de empreenderem ações no alto Amazonas, desceram o rio e tentaram ocupar Óbidos, encontrando resistência dos moradores da vila, o que fez desviarem-se em direção à Santarém, onde foram interceptados pelas tropas do governo de Belém. Após estes episódios, há indícios que

---

<sup>150</sup> APEP, FSPP, Conselho Geral da Província, ofícios, indicações, pareceres e posturas, série 13 ofícios, anos 1830-1832/1834, caixa 35. Seção da Câmara de Óbidos, 10 de setembro de 1832, *apud*, NOGUEIRA, Shirley. *Op.cit.*, 2009, p.240.

<sup>151</sup> De acordo com informações colhidas em *Motins Políticos*, uma expedição foi remetida pelo presidente da Província contando com 50 homens do batalhão de caçadores de primeira linha e do corpo de artilharia, com dois canhões. Levaram aproximadamente três meses para alcançarem a região do rio Negro. Cf. RAIOL, Domingos Antônio. *Op.cit.*, 1970, p.264.

Joaquim Pedro continuou a andar pelo alto Amazonas, matando *brasileiros adotivos*, até 1833 quando foi preso <sup>152</sup>.

Assim como aquele soldado, muitos outros desertores, e tapuias, andavam pelas vilas propagandeando seus projetos e fundindo-se com as demandas específicas de cada vila. Nogueira nos mostra a figura de Jacob Borges, conhecido como Jacob Patacho que, com seu braço direito o tapuia Maurício Saraiva e sua tropa formada majoritariamente por índios, percorreram o interior do sertão, ocupando espaços, matando *brasileiros adotivos*, e galgando apoio de lideranças indígenas. Em ofícios de José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província, à Secretaria de Negócios de Justiça no Rio de Janeiro, ao longo do ano de 1832, observamos a ratificação destas ações cometidas contra os *brasileiros adotivos*. Consoante a Nogueira, percebemos nos dizeres de Machado de Oliveira certo temor existente entre as autoridades locais de uma possível união entre Joaquim Pedro e Jacob Patacho, unidade esta que não se confirmou, mas que preocupou boa parte da elite local, além de conotar uma ideia de articulação política entre as ações *subversivas*. Esta possível unidade entre as lideranças dos rebeldes gerava o clima de intranqüilidade e insegurança nas vilas da região, tão evidenciado nos ofícios presidenciais <sup>153</sup>. Boa parte dessas ações foi vinculada ao projeto político dos *liberais exaltados*, o que explica a posição contrária das vilas do médio Amazonas à Agostada e o temor da elite dirigente a estes levantes mais radicais.

Diante dos desdobramentos do levante de 1832 com a dispersão e o alargamento de ações mais radicalizadas e, especialmente a consolidação do sentimento separatista dentre os habitantes da região, o governo provincial adota uma postura cada vez mais comum dentre a elite dirigente no Grão-Pará, recorrer às vias institucionais para solucionar e controlar conflitos sociais e políticos. O então presidente Machado de Oliveira solicitou ao governo imperial no Rio de Janeiro posicionamento e solução para a crise enfrentada no Rio Negro.

Em ofícios presidenciais de final de 1832 observamos uma correlação entre a situação em que se encontrava a região e os discursos de separação da região do rio Negro do Grão-Pará, com a criação da província do Alto Amazonas. Em 29 de dezembro, informava uma

---

<sup>152</sup> NOGUEIRA, Shirley. *Op.cit.*, 244.

<sup>153</sup> Esta documentação está compilada no códice 901, no acervo do APEP. A documentação deste códice, no geral, refere-se aos ofícios remetidos pelo presidente do Grão-Pará José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, sobre a situação política e econômica da província em 1832-33.

possível unidade entre os rebelados dos levantes com os índios Mura, com a intenção de retomarem a Vila da Barra do Rio Negro, e que, devido a intervenção do comandante da expedição que rebateu os levantados, enviando *pessoas de confiança* dos índios, conseguiu evitar tal pretensão. Observemos novamente a presença Mura nos conflitos civis da região, e a disputa pelo apoio desta etnia entre os grupos conflitantes. Com a despersuasão de soldados refugiados e índios Mura, houve a evasão do reduto indígena de cerca de trinta pessoas, que se dispersaram pelas vilas demarcando suas posições, com *roubos e violência* de acordo com o presidente. Eles pretendiam alcançar o Ecuipiranga para se juntarem a outros fugitivos que ali se encontravam, fortalecendo suas ações nas tomadas das vilas. Notadamente podemos perceber a preocupação do presidente em relação a uma possível rede de solidariedade e articulação entre os insurgentes, como apontado por Nogueira. A violência enfatizada no ofício, com o incêndio de casas, por exemplo, era atribuída ao *espírito de revolta e separação* da Comarca, que as forças do governo provincial não conseguiam extinguir, inclusive com o apoio de algumas autoridades civis que alegavam sua participação nos conflitos com a justificativa terem sido coagidos pelos levantados<sup>154</sup>.

Para coibir tais conflitos e retomar o estado de tranqüilidade e paz, para as elites locais (cabe a ressalva), Machado de Oliveira propõe, em 1833, como alternativa aos embates armados, os canais institucionais, repassando a tarefa de solucionar tais conflitos para as mãos do governo imperial no Rio de Janeiro. Propõe uma autonomia restrita da Comarca do Alto Amazonas ante a província do Grão-Pará, com sua em província de 2ª Ordem. Isto quer dizer que a região do rio Negro teria uma administração pública independente do governo em Belém, mas continuando subalterno ao presidente do Grão-Pará, sendo este responsável por nomear a primeira autoridade do Alto Amazonas no Conselho Provincial. Sustentava sua proposta o fato desta comarca apresentar uma extensa faixa territorial, constando em seu território áreas de fronteiras com *nações estrangeiras* e uma população fundamentalmente indígena, que possuía uma lógica própria de viver, além de uma distância de quatrocentas léguas da capital, levando em média três meses de viagem, o que dificultava a administração da região centralizada em Belém. Em sua perspectiva, estes elementos corroboravam para a situação de crise em que se encontrava a região, além da falta de investimentos que o Alto Amazonas vinha sentindo, o que o levou a propor que o “governo central tome em especial

---

<sup>154</sup> *Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 29 de dezembro de 1832. Códice 901; documento 75; APEP.*

consideração o melhoramento que convém dar aquela Comarca”, considerando as “abundantes e preciosas produções do seu solo, e pela disposição de suas localidades”<sup>155</sup>. Em decorrência de tais prerrogativas, era fundamental para Machado de Oliveira que as instituições representativas do Império discutissem, se posicionassem e apontassem soluções ante a crise instalada.

Vimos em parágrafos anteriores que transferência para o Parlamento em Belém e no Rio de Janeiro dos embates pela emancipação do Rio Negro vinha se configurando desde 1826, com a exposição do projeto separatista apresentado pelo deputado paraense Dom Romualdo de Seixas em 27 de maio. Na ocasião, a principal dificuldade encontrada pelo deputado e sua base aliada em conseguir apoio para o projeto foi convencer o plenário da importância de uma medida fundamentalmente regional. Era necessário apontar que a separação traria vantagens para toda a nação. E assim procedeu dom Romualdo na defesa de sua emenda. Dentre as necessidades levantadas por ele, a preocupação com a defesa do território nacional, pelo fato da região possuir uma extensa área de fronteira, a questão da escassez populacional, e, por fim, a situação precária da agricultura e indústria da região, penosa por falta de investimentos vindos de Belém<sup>156</sup>.

A preocupação pelo incremento populacional estava na ordem do dia nos debates políticos do Império. Condiçionava-se o enriquecimento de qualquer país ao aumento de seus habitantes, tanto destinados a mão de obra, ou como produtores agrícolas, ou como mercado consumidor. A Amazônia não sentia uma carência de braços para as diversas atividades econômicas que desenvolvia. A mão de obra indígena supria as necessidades mais imediatas. A questão central que se colocava para a região estava relacionada à necessidade de direcionar esta população indígena, boa parte ainda *bravia*, à “civilização”, integrando-os ao projeto imperial de cidadão, que naquela época era o mesmo que dizer aptos ao trabalho.

Porém, as preocupações levantadas não foram suficientes diante os custos que o Império teria na criação de uma nova província, onerando os já desvalidos cofres públicos, como argumentavam os deputados contrários à separação. Entre leituras e releituras, o projeto tramitou na Câmara, por várias comissões avaliativas, até ser aprovado em primeira discussão

---

<sup>155</sup> *Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 21 de fevereiro de 1833. Códice 901; documento 85; APEP.*

<sup>156</sup> GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Op.cit.*, 2011, p.141-142.

(modificado de sua proposta original) na sessão de 17 de maio de 1828. A partir daí, seguiu para o processo da análise artigo por artigo, espaço este destinado a discussão de alterações e debates do projeto, o que foi feito na sessão de 2 de junho de 1828. Após estes debates, o projeto foi remetido às comissões da fazenda e de guerra para que se discutisse e solucionasse os últimos impasses. Nestas comissões o projeto permaneceu por um bom tempo, significando seu temporário abandono, ficando a proposta de criação da província do Rio Negro esquecida até 1839, quando foi retomada com um novo projeto, desenrolando os debates até 1843<sup>157</sup>.

A retomada dos debates se deu após os conflituosos anos da Cabanagem. O movimento cabano incidiu de diferentes formas nos debates de independência do Rio Negro. Nos últimos anos que precederam o conflito, a elite dirigente elegeu as vias institucionais para se debater a proposta, ante o perigo de uma possível revolução social proporcionada por uma parcela significativa dos habitantes da região, soldados desertores e tapuias, em ações armadas de combate. Podemos deduzir que entre os anos de 1835 e 1840, período correspondente a Cabanagem, as vias escolhidas para o embate dos projetos políticos existentes na Amazônia, foram as da luta armada. As demandas sociais, que também conformavam o projeto de separação e criação da província do Rio Negro, foram externalizadas e confrontadas nas lutas entre rebeldes e forças do governo provincial/imperial nos campos de batalha da Cabanagem que, para além das tomadas das cidades, protagonizaram-se nas matas e rios amazônicos.

Observemos que o projeto de criação da província do Rio Negro, nas duas fases aqui expostas, em 1828 e 1832, apresentava pontos em comum, especialmente quando apontavam as necessidades para sua implantação. Independente dos contextos em que o debate pela criação da província do Rio Negro se apresentava, encontramos a preocupação com o domínio do território, fortalecendo as áreas de fronteiras existentes na região; a inquietação referente ao fomento da agricultura e indústria da comarca que, mesmo com grandes potencialidades, se mostrava tímida e retraída; e a questão do acréscimo populacional, com um olhar mais atento às etnias indígenas, base da mão de obra das atividades econômicas da região. Nos anos cabanos, estas preocupações vão agudizar na medida em que a participação efetiva da população indígena e mestiça, nos conflitos armados, e as próprias ações em si, vão desestruturar a organização econômica da região, além de possibilitar o enfraquecimento nas

---

<sup>157</sup> Foge ao estudo desta dissertação um estudo mais aprofundado da tramitação do projeto de criação da província do Rio Negro. Para uma análise mais argüida deste tema, cf. GREGÓRIO, *Op.cit.*, 2011.

áreas de fronteira, já que toda a atenção do Estado estaria direcionada às batalhas. Findando os conflitos armados e desmobilizando os últimos focos cabanos, já adentrando a década de 1840, a defesa pela separação da região do alto Amazonas da província do Pará se apresenta entre a elite local sob um novo panorama – uma região assolada pelos conflitos do período cabano, que se encontrava diante de projetos que visavam o desenvolvimento da região com o reflorescimento de sua economia. É neste contexto que o militar João Henrique de Mattos elaborou seu relatório, em uma viagem expedicionária que realizou por ordem do governo provincial para o Rio Branco, região de fronteira e de pontos contestados com o governo britânico, onde enfatizou a necessidade da criação da nova província.

Sendo assim, para compreendermos como o discurso local em prol da emancipação do alto Amazonas se apresentou após os conturbados anos da Cabanagem, e quais desdobramentos a revolução cabana proporcionou à região, é necessário entender como ela se processou no médio Amazonas, sob a perspectiva anticabana ao universo cabano em torno de suas ações e sua organização com o Ecuipiranga. Ainda, tentaremos perceber e traçar um paralelo entre a efetiva participação das camadas populares nos conflitos da região, colorindo e radicalizando o movimento, e a postura da elite dirigente ante o velho projeto separatista de criação da província do Alto Amazonas no período imediatamente após a Cabanagem, adentrando a década de 1840. Diante disso, faz-se necessário compreender a Cabanagem numa região que vinha se configurando em um quadro de conflitos específicos, especialmente o sentimento de separação do Grão-Pará, mas também em constantes desentendimentos entre autoridades locais, sobretudo entre a esfera civil e a militar.

Passaremos, então, a analisar o processo revolucionário na região para além das tomadas cabanas nas cidades, apesar de não desconsiderá-las, analisando o universo cabano em sua zona de conforto, no espaço onde eles planejavam suas ações, organizavam suas estratégias e, viviam. No caso do médio amazonas, este espaço era o famoso ponto do Ecuipiranga, considerado pelos cabanos como *Quartel do Ecuipiranga*. Prossigamos aos dois últimos capítulos.

### Terceiro Capítulo

#### **Espírito separatista e levantes sociais: outra Cabanagem para além de Belém (1832-1835).**

Sabemos pelos ofícios enviados pelo presidente da província Machado de Oliveira que, em 1832, o clima de instabilidade política e temor de um novo levante social configuravam a mentalidade da elite que governava o médio Amazonas<sup>158</sup>. Com a chegada da expedição organizada em Belém para rebater o levante, muitos levantados dispersaram-se pelo interior, dilatando suas bandeiras e angariando apoio, especialmente dos diversos povos indígenas. A presença deste segmento nos conflitos civis era uma preocupação a parte entre as autoridades provinciais. O próprio presidente Machado de Oliveira alertava sobre o aliciamento de indígenas, a maioria da população do Rio Negro, e a retomada de um novo levante protagonizado por índios.

A ideia da participação das camadas populares por derivação dos conflitos e motivações dos civis brancos, especialmente a Cabanagem, vem sendo rebatido pela historiografia mais recente. Luis Balkar Pinheiro sustenta que o discurso historiográfico deve abandonar a ideia de que os escravos entraram no movimento em busca da liberdade por “derivação”, ou seja, que a ideia de liberdade só passa a incorporar a mentalidade do escravo com o “propagandismo liberal” trazidos para cá por seus defensores<sup>159</sup>. O autor afirma que há muito os escravos adquiriram a consciência de que apenas por iniciativa própria eles poderiam conseguir sua emancipação, questionando a ordem escravocrata. As fugas e formação de quilombos, desde muito cedo empreendidas na região, conotam esta afirmativa. Consoante a teoria de autonomia política e demandas próprias dos setores populares, Magda Ricci enriquece esta teoria ao apontar para um aprendizado de luta cabana. De acordo com sua tese, este aprendizado se deu por meio da experiência de luta em que os agentes da Cabanagem iam adquirindo no decorrer do processo revolucionário. Para Ricci,

---

<sup>158</sup> Os ofícios remetidos pelo presidente Machado de Oliveira à corte carioca sobre a situação política do Grão-Pará estão compilados no códice 901.

<sup>159</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos Subterrâneos da Revolta: Trajetórias, Lutas e Tensões na Cabanagem*. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 276 e 277.

Estes revolucionários fugitivos abriram outras frentes de luta, ampliaram suas bandeiras e alteraram as formas de guerrear. Aprenderam a usar a natureza a seu favor, envenenando rios, queimando a mata, espantando os animais e dizimando plantações de alimentos básicos para a subsistência das tropas inimigas, como a mandioca e o milho.<sup>160</sup>

Da mesma forma o documento de Machado de Oliveira nos ajuda a perceber a autonomia na participação indígena e mestiça nos acontecimentos de 1832/33 no baixo e alto Amazonas. Em dezembro de 1833, o presidente Bernardo Lobo de Souza comunicava ao governo imperial um levante Mura, causando intranquilidade e temor na região do Rio Negro<sup>161</sup>. O medo de um novo levante indígena era eminente. O clima de comoção social era estimulado, segundo o presidente, por escritos incendiários lançados por *homens frustrados* com a retomada da situação pelas tropas do governo da província, e que faziam apologia ao movimento “sedicioso”. Era necessária então a captura e prisão destes “escritores”<sup>162</sup>.

Diante desta crise é que o presidente lançou sua proposta ao Parlamento brasileiro. No entanto, os indícios de ações revolucionárias na região, mesmo após sua dispersão pelas tropas do governo, nos levam a perceber que nem todos os habitantes do Rio Negro que depositavam suas demandas específicas no projeto de criação da nova província adotariam a posição de recorrer aos meios institucionais para alcançar tal objetivo. E, empreendendo suas próprias estratégias de ação, por meio de um processo de aprendizado de resistência, estes homens e mulheres, indígenas e tapuias em sua maioria, lançaram-se interior adentro confrontando o projeto da elite dirigente e angariando posições e apoio, conformando-se na revolução cabana. A documentação entre as autoridades locais e com o governo central na capital neste período constantemente relatava o clima de instabilidade vivido na região, principalmente a partir dos levantes de 1832, e acirrados nos anos de 1835 a 1837. Observaremos a seguir estes conflitos pela tônica dos desentendimentos entre autoridades, e como esta situação contribuiu por agravar o clima de tensão às vésperas da Cabanagem e que se acirraram nos conflitos cabanos.

---

<sup>160</sup> RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista Tempo, 2006, p. 11, 27 e 28. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf> acesso em 10/11/2010.

<sup>161</sup> NOGUEIRA, Shirley. *Op.cit.*, 2009, p.247.

<sup>162</sup> *Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça*, em 25 de setembro de 1832. Códice 901; documento 54; APEP.

### 3.1. As comoções e crises à beira do movimento cabano.

O clima de instabilidade política na região no decorrer da década de 1830 exigia uma guarnição reforçada e sempre alerta a qualquer indício de movimentos sociais e políticos. Sendo assim, em 1833 o major comandante Manoel Pedro Marinho, em ofício ao presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira, solicitava esclarecimentos sobre a duplicidade de cargos na composição dos guardas nacionais, onde havia a posse simultânea de cargos civis e militares. Alegava que, a maioria dos “cidadãos” com patente nas Guardas Nacionais, possuía cargos de juízes, promotores e vereadores, ficando uma vacância nos postos de oficiais, oficiais inferiores e cabos, enfraquecendo deste modo, a força militar da vila. Dispondo de um mapa de oficiais da Guarda Nacional da vila de Óbidos que se encontravam nesta duplicidade, Pedro Marinho denunciava esta ambiguidade, afirmando que estas pessoas, valendo-se do indulto de seus empregos públicos, “esquivam-se de prestar os seus serviços [militares]”<sup>163</sup>. A seguir, observemos o mapa anexado no ofício do major:

TABELA 7

<b>Oficiais, Oficiais Inferiores e Cabos das 2 Companhias Avulsas das Guardas Nacionais da Vila de Óbidos, que se achavam impedidos do serviço militar</b>	
<b>1ª Companhia</b>	
1 Tenente	Vereador da Câmara
1 Alferes	Vereador da Câmara
1 2º Sargento	Juiz de Paz Suplente
6 Cabos	Fiscal da Câmara
<b>2ª Companhia</b>	
1 Capitão	Juiz de Paz
1 Alferes	Vereador da Câmara
1 1º Sargento	Delegado do Juiz de Paz
1 2º Sargento	Vereador da Câmara
1 2º Sargento	Eleito Juiz Ordinário
1 Furriel	[Ininteligível] fora do município

<sup>163</sup> Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, remetido de Óbidos em 12 de janeiro de 1833. Códice 888. Documento 57. APEP.

4 Cabos	Diversos empregos
20 Total,,	
Óbidos, 12 de janeiro de 1833. Manoel Pedro Marinho Major	

Fonte: Documento 57, códice 888, APEP.

Manoel Pedro Marinho voltava a remeter queixas e providências de solução ao presidente da província meses depois. Em 14 de agosto, o major denunciava a Machado de Oliveira que pouca coisa havia mudado, mesmo após o ofício de Sua Excelência, esclarecendo alguns dos pontos em questão. A principal queixa girava em torno da incompatibilidade de possuir duplicidade de cargos aos oficiais e sargentos que são juizes de paz, suplente, juiz ordinário e delegado. De acordo com o major, este esclarecimento foi repassado ao juiz de paz que nenhuma providência tomou. Nas palavras do próprio major, tudo está como no *antigo estado*, podendo ele contar com apenas dois *oficiais desembaraçados*, pois,

[...] o Juiz de Paz e o Suplente são os Capitães; um Tenente e dois Alferes, vereadores; e um Alferes Promotor Público: Os Sargentos, um é Juiz Municipal, outro Vereador, outro, Fiscal Suplente, outro Secretário, e outro está criminoso; fora Cabos e Guardas, que se acham também empregados, e todos eles /menos um Tenente; e um Sargento/ nem querem fazer serviço, como quem são, nem deixarem os seus postos, para poderem ser ocupados por cidadãos desembaraçados.<sup>164</sup>

No documento, Pedro Marinho também expunha uma queixa contra o juiz de paz João da Gama Lobo Bentes que, segundo ele, estaria convocando, armando e municiando guardas nacionais, sem seu conhecimento e/ou consentimento. Também, o mesmo juiz tinha recolhido a sua casa todo o armamento que estava em poder da antiga Companhia de Milícias, de que era capitão, mais as armas que Sua Excelência enviou para armarem as Guardas Nacionais. Finalizando o documento, expunha ao presidente a carência de uma casa forte para concentrar e guardar as armas da guarnição, acarretando com isso, que os guardas, em sua maioria, lavradores residentes nas áreas rurais da vila, levassem consigo o armamento.

No documento subsequente, o major apresentava uma proposta à Machado de Oliveira, sobre a organização e a gestão do serviço ordinário de policiamento para a vila de

<sup>164</sup> Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, remetido de Óbidos em 14 de agosto de 1833. Códice 888. Documento 93. APEP.

Óbidos realizado pelas duas Companhias de Guardas Nacionais. Em linhas gerais, este serviço constaria de um destacamento permanente para policiarem a vila às ordens das autoridades civis, e seria composto por um oficial, um oficial inferior, dois cabos, quinze guardas e um tambor. O destacamento seria revezado e alternado pelas duas companhias, e poderia ser reforçado toda vez que as autoridades civis assim o julgassem necessário. As revistas deveriam ser feitas sempre próximas ao período do Natal, pois é o momento em que os guardas vêm de seus sítios e fazendas para a vila passarem a festividade.<sup>165</sup> É interessante observar nas palavras de Manoel Pedro Marinho a iminente preocupação com a segurança de Óbidos, evidenciando assim, o clima de instabilidade política por qual passava a província como um todo.

A querela entre estas duas personagens alcançou o ano de 1834. Em extenso ofício ao presidente Bernardo Lobo de Souza, datado de 06 de março, Manoel Pedro Marinho alertava sobre o estado conflituoso em que se encontrava a vila, responsabilizando por boa parte desta instabilidade ao juiz de paz João da Gama Lobo Bentes. Às acusações já mencionadas acrescentam-se atitudes suspeitas do dito juiz visando sua satisfação particular, protegendo seu irmão, [ilegível] Rodrigues Lobo Bentes, conhecido como Sertanejo, que, de acordo com a denúncia, aterrorizava os habitantes obidenses. Ele teria mandado invadir suas casas, revistando-as sem nenhuma formalidade da lei, com a desculpa de buscar armamentos. Alegava que os “crimes” cometidos pelos rebeldes teriam o apoio de autoridades como apontou o exemplo do juiz de paz, e que a representação que fez à Câmara Municipal propiciou a abertura de cinco devassas, sendo duas de crimes de morte. Demonstrava preocupação com a impunidade por parte das autoridades competentes aos atos subversivos gerar revolta nos habitantes, colocando em prova o sistema constitucional, *ignorando suas vantagens*, ao passo que não se sentindo seguros em suas casas, observavam a *violação da Constituição Política do Império*. Garantia que os moradores desaprovavam o clima de revolta e desordem, acusando “uma certa roda de parentes e aderentes do juiz de paz” de serem os “perturbadores do sossego público”.

Dirigindo-se a conclusão de suas queixas, Pedro Marinho assegurava que “não são os naturais desta vila os que incomodam os cidadãos, e fazem a desordem, e sim os d’outras

---

<sup>165</sup> Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, remetido de Óbidos em 14 de agosto de 1833. Códice 888. Documento 94. APEP.

partes que para daqui tem vivido”<sup>166</sup>. Observa-se neste caso uma crença em que os problemas sociais seriam causados por *agentes externos*. Ideia contrária à levantada pelo juiz de direito de Santarém Joaquim Rodrigues de Souza que enfatizava que o perigo viria dos *agentes internos*. Decorrido um mês do ofício-denúncia, Manoel Pedro Marinho em nova correspondência a Bernardo Lobo de Souza, remetia um comunicado sobre sua conciliação com o João da Gama Lobo Bentes, intermediada pelo vigário geral do Baixo Amazonas Raymundo Antônio Fernandes na Igreja Matriz<sup>167</sup>. Tratava-se, entretanto, de um acordo que não duraria muito tempo.

Analisamos anteriormente a delicada relação entre as esferas militares e civis, sobretudo após a desvinculação do poder militar e do poder civil na administração das províncias. Os conflitos de autoridades nos anos trinta do *Dezenove* acompanhará e/ou efetivará os antagonismos dos dois projetos políticos centrais, *liberais exaltados* versus *liberais moderados*. Vimos com Souza Júnior que à época dos debates liberais pós-constitucionalismo os militares geriam as propriedades das antigas ordens religiosas, assim como as roças dos comuns, os pesqueiros reais e outras instituições estatais lucrativas. As reformas propostas pelos liberais se contrapunham aos interesses destes militares. Paralelamente a isto, os postos de juízes de paz eram exercidos majoritariamente por partidários dos *filantrópicos*<sup>168</sup>. Diante disso, podemos deduzir que os conflitos de autoridades, especialmente no interior, não se davam apenas por disputas de cargos, ou querelas pessoais, apesar de existirem. O que estava em jogo era a disputa por posições para ambos os projetos. E em Santarém a situação de *conflitos de autoridades* não fugia à regra.

---

<sup>166</sup> Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, Bernardo Lobo de Souza, remetido de Pauxis [Óbidos] em 06 de março de 1834. Códice 888. Documento 103. APEP.

<sup>167</sup> Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, Bernardo Lobo de Souza, remetido de Pauxis [Óbidos] em 06 de março de 1834. Códice 888. Documento 105. APEP. O juiz de paz, João da Gama Lobo Bentes também remeteu um ofício acerca de sua reconciliação com o major Pedro Marinho, documento 107, códice 888.

<sup>168</sup> De acordo com André Roberto de Machado a criação do cargo de juiz de paz, considerado a primeira conquista dos liberais no Império do Brasil, foi peça fundamental para medir o equilíbrio das forças que polarizavam o contexto político do Pará, liberais *versus* restauradores. Este cargo tinha funções bem específicas, sobretudo em processos criminais, e com o advento do novo Código de Processo Criminal, de 1832, passou a assumir a decisão de penas de detenção. Machado percebe em seus estudos que a ocupação destes cargos ocorre, em sua maioria, por membros da facção atingida pela *Agostada*, ou seja, dos partidários de Batista Campos. Empreende-se a partir daí, uma perseguição por vias legais, dos autores do golpe, levando ao Parlamento se posicionar favorável a anistia. Cf. MACHADO. Op.cit., 2009.

Em 1833, o então tenente coronel comandante das Guardas Nacionais em Santarém, Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, remeteu um ofício ao presidente da província do Pará José Joaquim Machado de Oliveira solicitando esclarecimento sobre as corretas posturas das autoridades civis. Segundo ele, os Juízes de Paz e Ordinário da vila, no qual não mencionava os nomes, exigiam continência do batalhão de guardas subordinados ao remetente, assim como ordenam que “lhes mandem todos os dias o Santo”, passando ordens a revelia do dito comandante<sup>169</sup>. Alguns dias mais tarde, em 24 de março, Raposo reforçava seu descontentamento perante os juízes ordinários. Sua queixa afirmava que tais juízes continuavam a dar ordem a seus soldados, passando por cima de sua autoridade, resultando numa situação confusa. Os soldados não sabiam a quem obedecer, contribuindo-se assim, para a intranquilidade pública<sup>170</sup>.

Em *ordem do dia* publicada a todo o batalhão das guardas nacionais em 19 de abril de 1833, Manoel Raposo esclarecia as determinações vindas do próprio presidente da província. Por elas, o não cumprimento das ordens do tenente coronel comandante Raposo por parte de seus guardas, acarretaria punição, conforme a lei respectiva do Conselho de Disciplina. Sofreria penalidades o oficial que, “destacado [e/ou] empregado no serviço da ronda”, se afastar das mesmas. Destacava que nem juízes de paz, nem ordinários teriam autoridade competente sobre o destacamento e patrulhas e que, quando necessitarem dos serviços destes guardas, estas autoridades deveriam primeiramente dirigir-se ao tenente coronel comandante. No documento, Raposo transcrevia o esclarecimento de Sua Excelência, o qual explicava quais homenagens e distinções caberia a um Juiz de Paz,

Tenho presente o seu ofício de 13 de fevereiro próximo passado, em que procura saber qual a continência militar que compete ao Juiz de Paz, ordinários dessa Vila visto que eles a exigem do Destacamento de Guardas Nacionais, portanto nessa Vila, e bem assim se deve dar a eles o Santo e Senhor do dia: devo, pois em resposta dizer-lhe que nenhuma continência militar compete aos juízes por tais cargos se é que não forem eles oficiais militares porque então terão que responder a sua patente; assim como que o Santo só deve ser distribuído por aquelas autoridades que tem obrigação, o rondarem as guardas e patrulhas. Deus guarde a Vossa Mercê. Palácio do

---

<sup>169</sup> *Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo ao presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira, datado de 13 de fevereiro de 1833. Códice 888; documento 59; APEP.*

<sup>170</sup> *Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo ao presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira, datado de 24 de março de 1833. Códice 888; documento 63; APEP.*

Governo do Pará, 11 de março de 1833. José Joaquim Machado de Oliveira.  
171

A relação entre o tenente coronel comandante e os juízes, de paz e ordinário, voltou a se tornar crítica em abril de 1833, levando Manoel Raposo a remeter, no dia 26, um ofício à Machado de Oliveira denunciando práticas “que alteram o sossego público deste município”, insufladas pelos ditos juízes. Segundo a denúncia, desde as “festividades do natal passado”, de 1832, havia ocorrências de espancamentos noturnos em portugueses adotivos. Os espancamentos estenderam-se a *cidadãos natos*. Estes atos têm levado ao hábito dentre os portugueses de recolherem-se em suas casas a partir das seis horas da tarde. Raposo era categórico em afirmar que os autores de tais espancamentos eram conhecidos pelas autoridades judiciais, mas nenhuma punição policial era aplicada a eles, por conivência de tais autoridades. Nas ruas, o clima de divergências entre brasileiros e portugueses se agudizava, distinguindo-se os primeiros com o grito em público de “lusto e mais lustro”. Atentava-se para a composição da Guarda Nacional sob seu comando estar dividida entre os que condenavam atitudes radicais de revolta, os “bons cidadãos” como frisa Raposo, e os que se inclinavam a ações de “revolta” e “sublevação”, “guiados pela ignorância”, como alegava o militar.<sup>172</sup> Esta série de desentendimentos entre as autoridades constituídas levou a abertura de várias partes circunstanciadas, visando a apuração das denúncias comuns a ambos os lados. Em linhas gerais as acusações giravam em torno da incitação de guardas nacionais à revolta e ao questionamento de ações providas pelo presidente da província<sup>173</sup>.

Os *insultos e injúrias* contra autoridades provinciais estavam dentre as principais queixas das autoridades locais aos presidentes de província. Notadamente que as ofensas e desrespeitos de que se queixavam estas autoridades, avaliando o contexto político deste período, podem ser compreendidas como questionamento a uma ordem estabelecida, próprio das ações rebeldes. Quando, em 02 de maio de 1833 o mesmo tenente coronel comandante Coutinho Raposo remeteu um ofício denúncia ao presidente contra o major do batalhão de seu comando, Antônio de Mello Garcia, por andar embriagado pelas ruas, “de casa em casa insultando aos cidadãos pacíficos”, forçando sua entrada nas residências, levando muitas

---

<sup>171</sup> *Ordem do dia publicada aos guardas nacionais de Santarém em 19 de abril de 1833 por Manoel de Azevedo Coutinho Raposo*. Códice 888, documento 65, APEP.

<sup>172</sup> *Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo ao presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira, datado de 26 de abril de 1833*. Códice 888; documento 64; APEP.

<sup>173</sup> Informação encontrada entre os documentos 66 e 68 do códice 888, APEP.

famílias a fugirem de seus lares, desqualificando-o por apoiar os feitos do líder rebelde da região, Jacob Patacho, é perceptível que a atitude do major acusado não se limitava a uma ação isolada de um bêbado tumultuando a tranquilidade pública, mesmo que as palavras do denunciante levem também a este entendimento. É de conhecimento por meio da documentação que, Mello Garcia andava pelas ruas, munido de *armas da Nação*, alardeando que usaria esta arma contra os portugueses, principalmente o alferes secretário Antônio Joaquim de Miranda <sup>174</sup>.

A dissonância entre autoridades, como podemos perceber, fazia-se ressoar aos ouvidos do presidente que, por muitas vezes, tinha de se preocupar em solucionar tais querelas. Um dos limites mais recorrentes encontrados pelo marechal Soares d'Andréa em efetivar seu plano para controlar e reorganizar o Pará foi, justamente, esta divergência de discursos e práticas entre as principais autoridades locais (padres, juízes e militares) que deveriam auxiliá-lo em seu objetivo maior, derrotar os cabanos. De certa autonomia gozavam os agentes do Estado no interior da província. Esta autonomia poderia ser garantida tanto pelo federalismo<sup>175</sup>, uma das bases políticas de sustentação do Império brasileiro, quanto pela extensa dimensão territorial que possuía a província do Grão-Pará e Rio Negro. De acordo com Danielle Figuerêdo Moura, Soares d'Andréa, a despeito de seu poder, “sua margem de ação dependia dos poderes locais” <sup>176</sup>, mesmo contando com toda a abertura que o governo imperial lhe concedeu, inclusive a supressão dos direitos individuais e constitucionais, necessitando ele de muitos ouvidos e acordos às queixas destas autoridades.

Em resposta a uma série de questionamentos, Raposo alegava que as medidas por ele ordenadas de acautelar o depósito de armas e reforçar o destacamento eram necessárias, na medida em que, o clima de alteração de ânimos aos guardas subordinados ao militar, incitado pelo próprio juiz ordinário, exigia tais providências <sup>177</sup>. O tenente coronel reforçava a

<sup>174</sup> *Ofício de João Pedro da Silva Barreto, alferes e comandante, a Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, tenente coronel comandante das Guardas Nacionais de Santarém, datado de 04 de junho de 1833. Códice 888; documento 86; APEP.*

<sup>175</sup> Sobre federalismo no Brasil, cf.: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>176</sup> MOURA, Danielle Figuerêdo. *Liberdade em Autos: Histórias de liberdade no Pará 1835 a 1840*. Trabalho de Conclusão de Curso; Faculdade de História; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Pará; Belém, 2002, p. 63.

<sup>177</sup> *Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, tenente coronel comandante das Guardas Nacionais em Santarém à João Caetano de Souza Barreto, juiz ordinário e tenente, remetido de Santarém em 04 de maio de 1833. Códice 888; documento 75; APEP.*

acusação de participação do juiz ordinário nos eventos de sublevação dias mais tarde quando, em ofício ao presidente Machado de Oliveira, justificava sua ordem de distribuir, entre os capitães e comandantes de companhias do batalhão de seu comando, os armamentos e as munições disponíveis no quartel onde está alocado o destacamento, receoso de que os integrantes do “partido desorganizador” se apossassem delas em situação de rompimento de revolta, insuflados pela “influência do ilegal juiz ordinário”<sup>178</sup>.

Neste caldeirão de conflitos políticos e sociais, as divergências entre brasileiros e portugueses apresentava-se como mais um ingrediente, dificultando, inclusive, a formação de uma força militar concisa para assegurar tranqüilidade a ordem estabelecida em tempos de revoltas. O sargento ajudante do batalhão das guardas nacionais em Santarém, José Antônio da Silva, remetia ao tenente coronel Coutinho Raposo, um ofício informando a insatisfação da tropa pela nomeação de Antônio Joaquim de Miranda para alferes secretário do batalhão. Alegava que ele era “bicudo”, ou seja, português. De acordo com o documento, o alferes Lourenço Antônio da Silva, que entregava o destacamento, justificava que havia no batalhão muitos brasileiros para assumir o posto, repugnando a indicação de tal guarda.<sup>179</sup> Em ofício ao presidente Machado de Oliveira, este alferes denunciava os abusos de autoridade cometidos por Manoel Raposo, o qual, segundo ele, mandava prender despoticamente guardas nacionais, conduzindo-os “violentamente [sob] a força de baionetas”. O desentendimento entre as partes se dava pela nomeação e defesa feita pelo tenente coronel ao alferes Antônio Joaquim de Miranda, acima citado. Nas palavras do denunciante, o alferes Miranda era uma pessoa de “pouca confiança e conhecido por homem de má fé, e inimigo capital da Constituição do Império, mentiroso e conhecido agente dos inimigos”. Corroborava a acusação com a denúncia de este militar consentir que portugueses andem às ruas armados de pistolas, e que em troca recebe *mimos* destes vários inimigos da causa brasileira.<sup>180</sup>

Em contrapartida, Coutinho Raposo justificava a nomeação do alferes português alegando nele, qualidades favoráveis ao sistema brasileiro. Garantia que jamais nomearia

---

<sup>178</sup> *Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, tenente coronel comandante das Guardas Nacionais em Santarém a José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província, remetido de Santarém em 09 de maio de 1833. Códice 888; documento 76; APEP.*

<sup>179</sup> *Ofício do sargento ajudante do batalhão José Antônio da Silva ao tenente coronel comandante Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, datado de 01 de maio de 1833. Códice 888; documento 73; APEP.*

<sup>180</sup> *Ofício de João Lourenço da Silva, alferes da Guarda Nacional a José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província, remetido de Santarém em 09 e 10 de maio de 1833. Códice 888; documentos 78 e 79; APEP.*

alguém que colocasse em risco a Constituição do Império e que não via nenhum problema em consentir adesão a causa nacional de brasileiros adotivos que se fazem dignos da estima de *bons brasileiros*, acusando os juízes de parcialidade com a *vil canalha* de os quererem privar de um direito garantido na constituição <sup>181</sup>. Ainda seguindo a linha em defesa dos brasileiros adotivos, Coutinho Raposo enfatizava, em ofício remetido ao presidente da província, que em Santarém não existia facção lusitana e que os portugueses que ali vivem estão sob o manto da constituição brasileira. Alegava que, a insatisfação ante estes lusitanos provinha de poucas pessoas, *influentes aventureiros*, que incitam alguns habitantes santarenos à revolta, sob a conivência do juiz de paz <sup>182</sup>.

Entretanto a leitura do tenente coronel de perceber que o sentimento de revolta, oriundo do antilusitanismo, fazia parte de uma pequena parcela dos santarenos se mostrou um pouco distante da realidade na medida em que os focos de rebeliões aumentaram no decorrer do ano de 1834, não só em Santarém, mas em toda a comarca do Baixo Amazonas, assim como na do Alto Amazonas. O acirramento das tensões políticas e sociais foi acompanhado das intrigas e acusações entre autoridades, algo recorrente na região. O diferencial desta característica se dá no momento em que as ações de revolta e de questionamento a ordem estabelecida exigia reações concisas e articuladas por parte das forças do governo provincial. Na medida em que isso não era alcançado, espaços foram abertos aos ideais revolucionários, amplamente ocupados pelos levantados, especialmente tapuios e indígenas.

Os ânimos se apresentaram alterados durante todo o ano de 1834. Na madrugada do dia 31 de março deste ano, Pauxis (antiga Vila de Óbidos) preparava-se para o domingo de Páscoa. A vila estava movimentada para a celebração religiosa, com a presença de muitos guardas que chegavam de suas fazendas e sítios. Como de costume, estava marcada para este período a eleição de novos oficiais de uma das companhias de Guardas Nacionais. Reunidos no destacamento, um clima de tensão se instalou entre os guardas e seu superior, o major Manoel Pedro Marinho. Segundo a acusação dos soldados, o referido major andava pelas ruas, fardado e armado, desafiando a todos. Encaminhando-se até a casa do juiz de paz,

---

<sup>181</sup> *Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, tenente coronel comandante da Guarda Nacional, a José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província, remetido de Santarém em 10 de maio de 1833. Códice 888; documentos 80; APEP.*

<sup>182</sup> *Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, tenente coronel comandante da Guarda Nacional, a José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província, remetido de Santarém em 10 de junho de 1833. Códice 888; documentos 88; APEP.*

exigiam deste a deposição e a expulsão do major. O juiz de paz, por sua vez, conseguiu acalmar os ânimos, prometendo que ao amanhecer tomaria as providências necessárias, conseguindo assim, dispersar os guardas revoltosos. Este evento está explicitado numa *Pública Forma* lançada pela Câmara Municipal de Óbidos para explicações dos envolvidos

183

A preocupação iminente por parte do escrivão, e que, provavelmente, pertencia a todo o corpo legislador, era que a desunião entre os brasileiros acarretasse o enfraquecimento do sistema político imperial. O escrivão sentencia na mesma frase as palavras *paz e liberdade*, alegando que, se não houvesse medidas para garantir a tranquilidade na vila, a liberdade de seus habitantes seria cerceada. A falta de estrutura da Guarda Nacional da vila também é levantada no documento, quando questiona ao major Manoel Pedro Marinho sobre a não aplicação da lei de 18 de agosto de 1831 acerca da criação da Guarda Nacional. Ao passo que a Câmara faz esta cobrança ao major, as dificuldades encontradas na região para o não cumprimento da legislação eram imperativas. A dois anos da criação do corpo das Guardas Nacionais, ao destacamento de soldados não havia fardamento suficiente, apresentando-se com farda apenas um oficial e um oficial inferior. Somava à carestia estrutural, a má organização dos guardas nacionais de Óbidos, o que contribuía contundentemente a insubordinação da base.

Em Santarém, a 04 de agosto de 1834, Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, ainda como comandante das Guardas Nacionais da vila, remeteu um ofício preocupante ao presidente Lobo de Souza. Diz o comandante que, na madrugada do dia 02 para o dia 03 do corrente mês, um grupo de pessoas assaltou o Trem de Guerra da vila, arrombando-o e se apoderando do armamento e munição que lá encontraram. Estacionaram as artilharias nas ruas próximas ao Trem, dirigindo-se depois à sua residência. Lá chegando, perpetraram insultos a ele, invadindo sua casa e levando o armamento que se encontrava ali. Encaminhando-se a casa do capitão Lizardo Antônio Loureiro, a multidão conferiu a ele o mesmo procedimento. Voltando ao Trem de Guerra, ficaram reunidos ali, realizando as quatro e às cinco horas da madrugada o toque do arrebate. Receberam o apoio de mais gente, e, ao amanhecer, já contavam em número de 200 pessoas aproximadamente. A principal exigência dos insurretos era a expulsão dos portugueses, e que não recuariam enquanto sua exigência não fosse

---

<sup>183</sup> *Pública Forma lançada pela Câmara Municipal de Óbidos, escrita e assinada pelo escrivão do Juízo e Paz e de Órfãos desta vila, Matheus de Pina Printes. Óbidos, 22 de abril de 1834. Códice 888; documento 114; APEP.*

cumprida, assinada e fixada publicamente. Coutinho Raposo solicitou reforço o quanto antes para a aplicação da lei, pois, segundo ele, a falta de punição tem “dado asas a que os *malvados* tenham devastado esta rica província”, além de constatar a superioridade numérica dos levantados<sup>184</sup>.

A maioria dos envolvidos nos eventos arrolados acima vinha das bases da Guarda Nacional. Como foi dito, vários motivos colidiram para que um sentimento de revolta e questionamento surgisse dentro das forças (mal) armadas da província. Falta de estrutura, de pagamento de soldos, de arbitrariedade de superiores, pela convocação compulsória e, muitas vezes arbitrária, dos soldados, enfim, vários elementos que contribuíram por formar uma das bases da revolta popular. Não é a toa que, constantemente, era solicitado às autoridades militares das vilas da província, os mapas de soldados que compunham a Guarda Nacional.

No alvorecer de 1835 o clima de instabilidade dentro da elite local não havia amenizado, nem tão pouco as denúncias mútuas entre as autoridades militares e civis, com a participação de guardas nacionais. Em 9 de janeiro deste ano, o tenente comandante do destacamento Antônio [Macedo] Bulhões, em ofício ao comandante das armas da província, Joaquim José da Silva Santiago, foi categórico em afirmar que as principais autoridades da vila, dentre o juiz de direito, o juiz de paz do 2º distrito e o major da Guarda Nacional, estavam envolvidos na tentativa de emboscada contra ele e o juiz de paz do 1º distrito, em Desuzá, no dia 21 de dezembro passado, sendo eles os responsáveis por tal tentativa e pelas *desordens* ocorridas na vila, *como é público dizerem*<sup>185</sup>.

Retomando o documento 121, analisado no início do capítulo, também é observado o clima de instabilidade e tensão no corpo da Guarda Nacional de Santarém no início de 1835. De acordo com as palavras do remetente, José Ferreira Rego, capitão da 3ª Companhia do batalhão, o Conselho de Qualificação da vila tem se posicionado pela expulsão dos portugueses da composição da Guarda Nacional, ao passo que tem qualificado homens de conduta duvidosa, “que vivem na maior indigência”, uns abastados outros não, e outros menores de idade incapazes de defender a Pátria. Queixa-se que o dito conselho tem

---

<sup>184</sup> *Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, comandante das guardas nacionais em Santarém, à Bernardo Lobo de Sousa, presidente do Grão-Pará, datado de 04 de agosto de 1834. Códice 888; documento 109; APEP.*

<sup>185</sup> *Ofício de Antônio [Macedo] Bulhões, tenente comandante do destacamento em Santarém, a Joaquim José da Silva Santiago, tenente coronel e comandante das armas da província do Grão-Pará, datado de 09 de janeiro de 1835. Códice 888; documento 119; APEP.*

convocado filhos únicos, contribuindo por agravar a vida de famílias que dependem destes filhos para o provimento na lavoura e em outros negócios. Reforça que não está sendo efetivado pelo conselho o que diz a lei sobre a convocação para a Guarda Nacional, da qual dispõe entre os requisitos, a *sã conduta* e a *boa moral*. Situação semelhante presenciava a comarca do alto Amazonas, com as sublevações envolvendo guardas nacionais na Vila da Barra, entre os meses de abril e junho de 1832. Este acontecimento foi relatado pelo então presidente Machado de Oliveira em ofício ao ministro de estado e negócios da justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, em 29 de dezembro de 1832, e analisado no capítulo anterior.

\*\*\*

O que podemos deduzir destes desentendimentos entre autoridades locais, é que as trocas de acusações e as denúncias de participação nas ações levantadas eram recorrentes aos ouvidos do governo provincial em Belém. Constantemente chegavam até o presidente de província ofícios com estes conteúdos, levando à autoridade maior a agir, ao mesmo tempo, com bastante cautela e pronta agilidade. No decorrer do códice 888, vários documentos tratam de querelas deste tipo e, ao passo da consolidação do movimento cabano na região, as denúncias vão adquirindo um caráter mais explícito e direto. Também é pertinente no teor destas acusações mútuas a defesa da causa nacional e a preocupação da demarcação entre quem era brasileiro e quem era português, e, em seqüência, quem se posicionava pelos brasileiros ou pelos lusitanos. Também, observamos uma preocupação recorrente das autoridades locais de uma saída legal aos constantes distúrbios na região. Posição oposta adotada pela maioria da população, formada de índios, negros, tapuios e desertores, que recorreram ao conflito armado para dar vazão às suas demandas específicas.

Neste período de instabilidade política e comoção social, as acusações mútuas de sublevação ao governo constituído, podem ser compreendidas tanto como uma estratégia visando confundir as ações governamentais, quanto, e aí problematizando a questão, o sentimento de pertencimento a uma causa, de uma ideia de nação e de sistema político que ambos os lados acreditavam serem legítimos. Na documentação da Cabanagem é notável a autoidentificação – tanto entre os cabanos quanto por parte dos anticabanos – de serem os defensores do Império, da causa nacional e do Imperador menino<sup>186</sup>. Em nenhum momento da

---

<sup>186</sup> Sobre a força da imagem de D. Pedro II, cf., SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

pesquisa constata-se um sentimento separatista por parte dos cabanos. Expressões como “cidadão brasileiro”, “filhos da pátria”, “gritos da pátria”, “feliz sistema constitucional”, “em defesa da ordem pública”, são encontradas em documentos de ambos os lados. Por isso os termos *legais* e *imperiais* que por muito tempo foram utilizados pela historiografia para designar as forças do governo da província e da corte carioca, ao passo que os termos *malvados*, *facinorosos* e *bandidos*, eram inclinados para configurar os sublevados, vêm sendo desconstruídos, na medida em que se torna mais apropriado considerar as posições antagônicas do movimento como *cabanos* e *anticabanos*. Podemos perceber também nas falas das autoridades locais o reforço de um sentimento de indignação ante o governo central em Belém, acirrando o sentimento de diferença e separação entre Amazonas (lê-se aqui o baixo e alto Amazonas) e Grão-Pará.

A indignação por parte das autoridades locais, sobretudo nos anos da Cabanagem, correspondia a falta de apoio e recursos por parte do governo provincial, muitas vezes dando a entender que seria proposital. É recorrente na documentação dos comandantes anticabanos ao governo da província, solicitação de armamentos, munição, pagamento de soldos aos soldados, fardamento, ou seja, condições mínimas para as tropas lutarem nas batalhas. Dentre os entreveros das autoridades com o governo da província, destacamos os desentendimentos entre o padre Antônio Manoel Sanches de Brito, liderança anticabana do baixo Amazonas, com o presidente Francisco José Soares d’Andréa. Em artigo publicado pelo periódico *Aurora Fluminense*, o religioso, defendendo-se de acusações feitas pelo próprio presidente, retrucava acusando Andréa de omissão de ajuda as forças antirrevolucionárias da região, e que, por falta de apoio do governo investiu recursos próprios nas ações empreendidas por suas tropas<sup>187</sup>.

Nos documentos enviados entre as autoridades locais e/ou remetidos para a presidência da província dando conta dos acontecimentos ocorridos na região, o pedido de socorro e de apoio era recorrente. Pedidos estes que iam de armas e munições, mas também embarcações e reforço militar. Por conta da geral falta de estrutura de guerra, a prática dos comboios era presente, em ambos os lados, utilizado como importante arma, na medida em que as embarcações comboiadas transportavam gêneros alimentícios, como farinha (base da alimentação local), armas e munições e, principalmente, comunicação de planos e estratégias entre as forças envolvidas no conflito.

---

<sup>187</sup> Artigo de Antônio Manoel Sanches de Brito publicado no periódico *Aurora Fluminense* de 20 de junho de 1839, nº 15, caderno Interior, p.1.

A carestia de gêneros alimentícios e bélicos também proporcionava outro elemento interessante na guerra cabana, qual seja a constituição de comissões para incidir em áreas visando este propósito. Este desvio das ações anticabanas, se assim pudermos considerar, por vezes atrasava as investidas em pontos cabanos de importância já constatada pelas autoridades, mas como, sem alimento para suprir as tropas, impossível seria alcançar êxito em qualquer que fosse a ação, as expedições em busca de suprimentos se tornavam imprescindíveis, como observemos nas palavras de Agnelo Petra Bittencourt a seguir,

Esta vila [Santarém] não tem mantimentos alguns, e por isso não pode dispor da força para um lugar proposto crescendo que ali ficasse exposta a toda a força dos rebeldes, e não seria socorrida por Pauxis, o que se prova por não ter até hoje ido a prometida força atacar o Lago Grande e mesmo porque convém mais empregá-la na Comissão do rio Tapajós para se conseguirem mantimentos<sup>188</sup>.

Em ofício remetido ao dito comandante, padre Antônio Sanches de Brito alertava a situação de falta de armamento e alimento, alegando que se devia evitar o ataque ao Ecuipiranga com uma munição contendo menos de 10 mil cartuchos.

Em conseqüência da falta deste apoio, observa-se a necessidade em destacar a participação da própria população nos conflitos. Em junho de 1836 Santarém estava sendo palco de ações cabanas. Segundo o juiz de paz, o qual não consta seu nome, e o vigário interino João Antônio Ferreira, as investidas cabanas à vila já duravam 11 dias, assim como a tentativa de defesa por parte de seus habitantes, já que a maioria das famílias se encontrava sitiadas em duas embarcações em frente à vila. Sob fogo cruzado, um grupo de pessoas conseguiu rebater um número aproximadamente de 200 cabanos. Alertam ainda, que os cabanos pediram uma paz paliativa, para recomporem-se, e a libertação de seus líderes e partidários que se encontravam presos. Ambos finalizam seus ofícios pedindo apoio de munição e embarcação, para justamente poder realizar um comboio até Óbidos já que, sem estrutura, não poderia lutar contra os cabanos e nem permanecer na vila<sup>189</sup>.

O desconhecimento da região em seus aspectos naturais para que recursos bélicos apropriados pudessem ser usados foi outro complicador na contraofensiva aos cabanos, ao

---

<sup>188</sup> *Ofício de Agnelo Petra de Bittencourt, comandante das Forças Expedicionárias ao Amazonas, a Francisco José Soares d'Andréa, presidente da província do Grão-Pará, remetido da Escuna Rio da Prata ancorado em Santarém, em 31 de janeiro de 1837. Códice 1052; documento 30; APEP.*

<sup>189</sup> Códice 888; documentos 127 e 128; APEP.

contrário destes que sabiam utilizar muito bem a natureza em benefício próprio. No início das investidas anticabanas, embarcações grandes como as escunas de guerra, foram enviadas pelo governo, mas logo se observou que elas não conseguiam locomover-se por meio dos furos e braços dos rios que interligavam toda a Amazônia, além de dependerem de fortes correntes de vento para poderem se deslocar. Esta observação foi feita no ofício de Joaquim Rodrigues de Souza analisado anteriormente.

Alertava este juiz de direito ao presidente Jorge Rodrigues, em março de 1836, que, se o apoio necessário do governo não chegasse a contento, com tropas, embarcações artilhadas, armamento e munições, a força do “partido anarquista” se alastraria, impondo seu império a todas as vilas do alto e baixo Amazonas. Argumentava sobre a força dos *rebeldes*, pois teve conhecimento que as câmaras de Monte Alegre e Santarém, tomadas pelos cabanos, fizeram desembarcar da escuna que iria transportar o corpo municipal impedido de evadir-se, muito armamento e munição. Também, tinha a certeza de que os cabanos saberiam muito bem utilizar as várias embarcações que estavam ancoradas nos portos destas vilas, armando-as para as batalhas. Temia caso os cabanos alcançassem o Alto Amazonas, pois teriam enormes vantagens, encontrando destacamentos de fronteiras bem guarnecidos de artilharia, armas e munições, além de um povo propenso à revolta. O temor de Rodrigues de Souza não era infundado, pois realmente se concretizou. A Cabanagem se consolidou na maioria das vilas e os cabanos alcançaram as regiões mais longínquas da Amazônia. O impulso a amplitude do império cabano, como considerava Rodrigues de Souza, se deu por esta proclamação feita aos habitantes de Santarém pelo comando cabano do Amazonas,

Honrados cidadãos Tapajoenses: Sossegai vossos Espíritos. A *Reunião de Ecuipiranga não vos há de ofender, antes pelo contrário há de fazer garantir aos vossos Direitos* que quase se iam devorando, pelo Déspota Juiz de Direito desta Comarca Joaquim [Rodrigues] de Souza, o que já por intermédio desta Câmara se vai conciliar dando as mãos com aquela Reunião reconhecendo na pessoa do [Excelentíssimo Senhor] Eduardo Francisco Nogueira Angelim a Presidência desta Província para que de todo fique pacato obedecendo todas as suas deliberações na defesa dos direitos individuais dos cidadãos desta Comarca. Viva a Santa Religião Católica e Apostólica Romana; viva o Jovem Brasileiro o Senhor Dom Pedro 2º e a Regência em seu nome e *Vivam os nossos Irmãos do Ecuipiranga na Defesa e Manutenção da Ordem Pública* e vivam os honrados Tapajoenses. Dado e passado nesta Villa de Tapajós em sessão extraordinária de 9 de março de 1836 – Décimo Quinto da Independência e do Império.”<sup>190</sup>. [grifo nosso].

<sup>190</sup> *Proclamação escrita por João de Deus Leão, Secretário da Assembléia. Assinada assinado pelos vereadores do Senado da Câmara de Santarém, mais 234 pessoas. Códice 1006. Documento 94. APEP.*

Esta proclamação legitimava o governo cabano em Santarém sob o comando militar de Bonifácio Nunes de Arruda, fazendo-o compreender para todo o Baixo Amazonas, na medida em que, esta vila era sede política e administrativa da comarca. É interessante observar em suas palavras a menção ao Ecuipiranga em dois momentos importantes. O primeiro deixa claro que as diretrizes das ações cabanas emanavam dele, quando a *Reunião do Ecuipiranga há de fazer garantir aos vossos direitos*, e o segundo momento, finalizando a proclamação, exaltando aos *Irmãos do Ecuipiranga* que garantiriam a defesa e a ordem pública da região, pois os cabanos consideravam-se os responsáveis em manter a segurança pública e a defesa da vila contra os *déspotas* anticabanos, sob o manto da santa religião católica e do imperador D. Pedro II.

A Cabanagem na calha do rio Amazonas se deu de forma efetiva e eficaz, imprimindo grandes esforços por parte das forças do governo para debelá-la. De acordo com informações do padre Antônio Manoel Sanches de Brito, calculava-se que o número de cabanos nesta região tenha alcançado a bagatela de mais de 20 mil pessoas. Os números da Cabanagem não são muito precisos por falta de um estudo estatístico no período. Mas, tendo por base, principalmente com Domingos Antônio Raiol, calcula-se que mais de 30 mil paraenses perderam suas vidas no, e em decorrência do conflito. Avalia-se este impacto demográfico na sociedade paraense nas próprias palavras do missionário. Este dado foi publicado num periódico fluminense de nome *Aurora Fluminense* em 20 de junho de 1839. Nesta publicação padre Antônio nos fornece informações preciosas do movimento cabano na região, sobretudo da reação anticabana. O tom de suas palavras é de defesa por parte de um processo em que estava sofrendo de conspiração de assassinato contra o presidente da província Francisco José Soares d'Andréa. Na carta enviada ao editor do jornal, ele lança mão de alguns documentos que registram os acontecimentos na contraofensiva aos cabanos nas principais vilas e freguesias e no Ecuipiranga.

A esta altura Óbidos centralizava a reação anticabana na comarca. Sob a liderança do próprio missionário Brito, que vinha se destacando como importante liderança contra os cabanos, as ações contrarrevolucionárias começam a ser colocadas em prática, estimuladas pelas notícias que chegavam do alto amazonas sobre o êxito das tropas de Ambrósio Pedro Ayres Bararúá que vinham tendo contra os cabanos. Assim estabelecendo, segue-se com a análise da contrapartida anticabana, coordenadas por padre Antônio, objetivando a retomada das principais vilas da região e a derrota da Cabanagem, passando necessariamente pela

destruição do Ecuipiranga. Nesse sentido, torna-se imprescindível a compreensão desta fortaleza cabana e os acontecimentos que culminaram efetivamente em sua ruína.

### **3.2. Ecuipiranga – o berço revolucionário do Amazonas.**

Ecuipiranga. Ou Cuipiranga. Nome indígena. Pó vermelho. Etimologicamente o termo Cuipiranga vem do tupi, *Cuí* igual a pó, farinha; e *Piranga* correspondente a vermelho<sup>191</sup>. Em seu estudo sobre a comunidade do Cuipiranga, Ana Renata Lima Pantoja estabelece uma conotação simbólica do prefixo “E” adicionado ao nome pelas forças anticabanas. Este prefixo condiciona a idéia de inferioridade, sinônimo de algo pequeno, diminuto. Na documentação emitida pelos comandantes anticabanos locais, a nomenclatura usada para se referir ao ponto era Ecuipiranga<sup>192</sup>. Em seu estudo, Pantoja levanta a sugestão que o incremento do prefixo pela contrarrevolução cabana possui, para além de uma simples mudança etimológica, um claro interesse em criar uma memória de inferioridade ao ponto, em contraposição ao valor real que a ele depositavam.

Na história da região, as referências ao Ecuipiranga são bem pontuais e dispersas. Amparando-se em estudos mais recentes, tais como o a tese de Ana Renata Pantoja e o livro de Marc Harris, pretendemos recuperar alguns indícios da origem do lugar, para melhor compreender sua escolha como principal fortaleza cabana na calha do Amazonas. De acordo com as informações dos próprios moradores da comunidade e com dados reunidos do texto “Dupla História do Cuipiranga”, Pantoja compreendeu a história do lugar com a construção da capela local. Segundo o texto a Capela do Cuipiranga foi construída por padres jesuítas da Missão dos Cumarus, onde hoje é Vila Franca. Provavelmente, como analisa a autora, a missão caiu em abandono com a expulsão dos jesuítas em 1757. Terra de bastante índio, como bem sinaliza os depoimentos dos interlocutores e as arguições da autora, as ruínas da antiga

---

<sup>191</sup> BUENO, Silveira. Vocabulário Tupi-Guarani – Português. Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda., 5ª edição, 1987.

<sup>192</sup> Sem desconsiderar esta ideia, adotaremos a nomenclatura Ecuipiranga devido o interesse e o objetivo deste estudo ser a Cabanagem pela perspectiva de duas lideranças anticabanas.

capela acabam por corroborar esta ideia, na medida em que se presume a instalação de uma missão religiosa no local <sup>193</sup>.

Podemos deduzir que em início do século XIX o Ecuipiranga poderia ser considerado uma comunidade rural como tantas espalhadas às margens dos rios amazônicos. De população tapuia, em decorrência do processo de miscigenação da região, provavelmente viviam da agricultura (pois consta que a terra da região é fértil), da pesca (por ser uma região cercada de rios), e da extração de seus recursos naturais, como especiarias e madeira. Lembremos que em 1832 a presença do Ecuipiranga como lugar de refúgio e conspiração política já era relatado pelas autoridades da província. No ofício de Machado de Oliveira de 29 de dezembro, já analisado, ele menciona a região como zona de refúgio dos desertores do levante da Fortaleza da Barra em 1832. A época da Cabanagem, a fama da localidade de encontro de conspiradores se confirmou. Em sumário crime analisado por Pantoja, no ano de 1838, há uma denúncia contra Luiz da Rocha por *ações contrárias à ordem*. Segundo as testemunhas, ele incitava os moradores vizinhos a reunirem-se em sua casa, no Ecuipiranga, para organizarem ações de luta contra os portugueses e maçons, que há tempos os estão escravizando <sup>194</sup>.

A memória cabana vem sofrendo uma série de releituras no decorrer dos seus quase 180 anos. A imagem do cabano se apresenta na historiografia em um movimento de contínua mudança, numa mobilidade que acompanha as transformações contextuais e teóricas de cada leitura de época <sup>195</sup>. Neste sentido a percepção da Cabanagem vem se movendo do século XIX

---

<sup>193</sup> PANTOJA, Ana Renata. *Terra de Revolta: Campesinato, Experiências Sócio-culturais e Memórias Cabanas entre a voz e a letra*. Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFPA, 2010, p.118.

<sup>194</sup> Idem, p.123.

<sup>195</sup> A imagem negativa dos cabanos foi sedimentada no século XIX pela obra de cinco tomos intitulada de *Motins Políticos*. Ela foi escrita por Domingos Antônio Rayol, o Barão de Guajará, entre os anos de 1860 a 1890. Quatro décadas depois, podemos observar um momento transitório da narrativa cabana. Pautado nos estudos de Henrique Jorge Hurley, inicia-se um movimento de positividade do cabano, sem, entretanto, destinar-lhe ideais e bandeiras próprias. Neste momento a luta cabana foi atrelada ao processo mais geral da história da formação de uma identidade regional paraense e dentro dos limites da formação de uma identidade nacional e brasileira nos anos de 1930. Continuando com a historicidade do estudo da Cabanagem, temos entre a década de 1960 e 1980 autores que pensaram o movimento durante o período repressão militar no Brasil e nos anos da redemocratização, especialmente em 1985, quando a Cabanagem completava 150 anos. Estes autores foram bastante influenciados pelos movimentos de esquerda que se fortaleciam com o final da ditadura. Elenco dois desses autores: Vicente Salles e Pasquale di Paolo. O primeiro percebe a Cabanagem como movimento de classe e o segundo como um movimento que envolveria classes sociais e lutas mais amplas pela terra e poder, em um quadro mais sociológico. Contudo os autores deste período passaram a perceber o cabano como agente de sua própria história. No alvorecer do século XXI, os estudos de Magda Ricci, Danielle Moura (2002), Luis Balkar Pinheiro (1998), Eliana Ramos (2011), e no campo da antropologia-histórica as obras de Mark Harris (2010) e Ana Renata Lima Pantoja (2010), apontam para a solidificação da positividade do cabano, porém, não mais sedimentados numa perspectiva dicotômica – vencedores e vencidos, elite e povo, capital e interior. Há nesta nova geração a abertura de múltiplas possibilidades na narrativa da história cabana. Do presente para o passado

para o XX e XXI de um olhar negativo a uma visão positiva do cabano. Leandro Mahalem de Lima analisa esta trajetória interpretativa do movimento polarizada em dois campos, o dos *vencedores* e o dos *vencidos*, em “uma disputa que consiste na afirmação de atributos negativos ou positivos ao cabano”<sup>196</sup>. Segundo Lima, esta polarização cristaliza-se na forma de dois marcos cronológicos distintos. O primeiro, referente à memória dos vencedores, o qual está associado à retomada de Belém pelas forças anticabanas, em 13 de maio de 1836. O segundo destina-se à memória dos vencidos, fundamentando seus estudos na eclosão da Cabanagem em 07 de janeiro de 1835, com a tomada da capital paraense pelos cabanos. Para além de “vencedores” e “vencidos” o ponto central desta dissertação é a percepção da Cabanagem como um movimento dinâmico e heterogêneo.

A historiografia da Cabanagem, desta forma, apresenta em sua construção mudanças teórico-metodológicas correspondentes aos contextos históricos distintos em que foram produzidas. A percepção da Cabanagem fundamenta-se pela perspectiva do estudioso, e seu olhar sobre o passado cabano. Assim esta percepção será sempre exógena, no sentido pensado por David Lowenthal, para quem o *passado é um país estrangeiro*<sup>197</sup>. E essa distância aumentará com o avanço dos anos. Quanto mais distante cronologicamente, maior é o espaço entre o historiador e seu objeto de estudo. Diante disso, torna-se compreensível as diferentes leituras e a politização que os historiadores vêm fazendo da Cabanagem<sup>198</sup>.

---

os cabanos são entendidos por suas relações antropológicas como o mundo das populações ribeirinhas em estudos como o de Harris, ou ainda como antepassados de conflitos fundiários e camponeses como os percebe Lima Pantoja. Há ainda aí o surgimento de novas abordagens como as de Moura e Ramos que respectivamente recuperam a visão da repressão aos cabanos e da participação feminina na Cabanagem.

<sup>196</sup> LIMA, Leandro Mahalem de. *Op.cit.*, 2008, p.24.

<sup>197</sup> LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. Tradução: Lúcia Haddad, e, Marina Maluf, Revista da PUC, Projeto História, São Paulo, nº17, Novembro, 1998, p.73. O passado como um país estrangeiro, algo diferente do que somos e do que vivemos no presente, um fenômeno que não mais existe, sendo impossível compreendê-lo tal qual como ele foi, veio intensificar-se e ser amplamente reconhecido dentre os historiadores na virada do século XVIII para o XIX, quando, citando Raphael Samuel, “‘uma muralha da China entre o passado e o presente’ foi levantada” (p. 140).

<sup>198</sup> Para David Lowenthal o passado nunca pode ser totalmente conhecido pelo estudioso no presente. Os relatos que o historiador dispõe para seu estudo, não conseguem recuperar o que realmente aconteceu no passado, pois o passado não é um relato, e sim um conjunto de acontecimentos e situações. O conhecimento histórico para Lowenthal é *invariavelmente subjetivo*, e variavelmente modificável no tempo e no espaço. A narrativa histórica depende do olhar de quem as conta, do olhar de quem as recebe, e, sobretudo, do olhar do passado, que deixa seus fragmentos para serem analisados pelo olhar subsequente. “Tudo o que vemos é filtrado por lentes mentais do presente (...) as perspectivas do presente nos tornam mais propensos a desvirtuar o passado, pois a distância multiplica seus anacronismos” (p.114). E, continuando Lowenthal, “qualquer distância – no tempo, no espaço, na cultura, no ponto de vista – alarga a distância entre o narrador e seu público” (ibidem).

A época revolucionária, o Ecuipiranga foi considerado pelas forças anticabanas como o maior obstáculo ao sucesso de suas operações, e a construção da imagem cabana estava diretamente relacionada a imagem que as autoridades anticabanas tinham da fortaleza rebelde. Observemos na fala de João Henrique de Mattos, comandante militar do Baixo Amazonas, em ofício ao presidente Soares d'Andréa, quando informou,

A completa derrota de Ecuipiranga, o maior, e mais Fortalecido Ponto dos facciosos, onde estavam reunidos todos os recursos e Forças comandadas pelos principais chefes; onde tinham as ultimas esperanças de salvação [...] o berço da Anarquia em todo o Amazonas <sup>199</sup>.

Necessário destacar aqui a importância da memória coletiva<sup>200</sup> tanto no processo de negatização do cabano, quanto no movimento de positização de sua imagem. Em um primeiro momento as autoridades imperiais e as locais perceberam o movimento de 1835-40 como uma *fúnebre* herança ou memória. Os anos que se seguiram ao fim da revolução cabana tiveram uma especial atenção por parte do governo e elite local, no sentido de se procurar esquecer e apagar sistematicamente os *funestos* acontecimentos do período chamado de *cabanal* e restabelecer a ordem e a economia da província.

Esse processo de “esquecimento” coletivo era fundamental. De um lado ele buscava colocar uma pedra por cima das lembranças de mortes, conflitos, fomes, moléstias, e destruição de espaços físicos como de cidades, vilas e fazendas. Também era central apagar qualquer *faísca* de possíveis *labaredas* revolucionárias, especialmente as mais interioranas, recolocando Belém como capital política e principal centro social e econômico da região hoje conhecida como Amazônia. Foi assim que, a imagem do cabano foi paulatinamente sendo construída, repleta de conotações negativas, enfatizando a leitura que as autoridades anticabanas tinham de seus algozes. *Malvados, facínoras, bárbaros, assassinos, selvagens,*

---

<sup>199</sup> Ofício de João Henrique de Mattos ao presidente Francisco José Soares d'Andréa, remetido de Santarém em 18 de Julho de 1837. Códice 888; Documento 202; APEP.

<sup>200</sup> Analisando o conceito de *memória coletiva* formulado por Maurice Halbwachs, Micheal Pollak ressalta o que denominou de “diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória, e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos”. Dentre eles destacam-se, os monumentos, os lugares, os patrimônios, as datas e personagens históricas, as paisagens, as tradições, os costumes, e a cultura. Halbwachs percebia a memória coletiva como um processo espontâneo de um grupo social alcançar pontos identitários em comum, partindo de uma adesão afetiva e não de uma coerção para alcançar coesão social. Para ele, o ápice da coesão social alcançado por um grupo seria a Nação, e, para a memória coletiva seria a memória nacional. Cf: POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15. Lowenthal, compreendendo o valor do conhecimento da memória, argui sobre o caráter pessoal e coletivo desta memória, percebendo como a lembrança sustenta nosso sentido de identidade, e, questionando, até onde a “verdade” das lembranças pode ser confirmada, uma vez que, o passado pode ser distorcido e transformado de acordo com as necessidades e interesse do presente (Lowenthal, 1998, p. 77).

entre tantos outros adjetivos pejorativos contribuía para a construção de uma imagem negativa de cabano na memória coletiva.

No segundo momento, já com uma imagem positiva de seus feitos, a memória cabana remete a uma percepção de bravura e coragem a povos que ousaram pegar em armas para defender seus projetos de liberdade. Presente na memória dos mais antigos, os feitos do movimento cabano, sobretudo na região onde adquiriram um caráter mais radical e violento, dão um significado histórico ao termo. Além de seu significado geológico, como bem argüi Harris. Houve tantas mortes que o sangue derramado dos cabanos jamais conseguirá ser lavado, como consta em depoimentos dos próprios moradores locais<sup>201</sup>. Observemos aqui uma preocupação por parte da comunidade local, remanescentes dos rebeldes de outrora, em demarcar no campo da memória, a proeminência das batalhas travadas no lugar. O termo Ecuipiranga adquire uma conotação mais simbólica pelos próprios moradores fazendo alusão à Cabanagem. Cuipiranga – terra vermelha – terra encharcada de sangue.

Pantoja, em seu estudo pela memória cabana no *Cuipiranga*, por meio das falas dos moradores atuais, sobretudo os mais velhos, e de pistas encontradas na documentação, encontra no cabano local, o homem da terra, agricultor, posseiro<sup>202</sup>, e conhecedor da região. Este homem apresentava em seu universo cultural uma forma de ver o mundo e de se inserir e interferir nele e, segundo Pantoja, “elaboravam visões próprias sobre o campo e a floresta, bem como formas de se relacionar e interagir com a natureza e a sociedade no seu entorno”<sup>203</sup>.

Longe de entrar na discussão de um *perfil* do cabano, optamos por pontuar aqui a visão da autora para termos uma ideia, mesmo que distante, da conformidade social da região. Obviamente que, o estudo de Pantoja coloca o camponês amazônico como um setor importante da Cabanagem. Para a autora, o cabano também era camponês, e enfrentava as

---

<sup>201</sup> HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: the Cabanagem, race, and popular culture in the North of Brazil, 1798-1840*. New York, Cambridge University Press, 2010.

<sup>202</sup> Em seu estudo, Pantoja faz uma análise conceitual sobre *posseiro* dialogando com Márcia Maria Menendes Motta. Para uma compreensão mais apurada sobre o diálogo conceitual e a perspectiva do conceito por Motta, cf. PANTOJA, Ana Renata Lima. *Op.cit.*, 2010, p. 150-151; e, MOTTA, Márcia Maria Menendes. “Posseiros no Oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850)” In: MOTTA, Márcia Maria Menendes e ZARTH, Paulo (Orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1: Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, PP.99-100.

<sup>203</sup> PANTOJA. *Op.cit.*, 2010, p.152.

contradições de uma economia caracterizada pela expropriação da terra<sup>204</sup>. O trabalho de Pantoja enriquece a historiografia da Cabanagem, na medida em que ela encontra mais um rosto cabano, conferindo importância à participação do camponês da Amazônia, sem homogeneizar este cabano<sup>205</sup>.

Magda Ricci também critica a homogeneização do cabano. Ao analisar o trabalho de Ítala Bezerra Silveira, onde esta autora lê a luta cabana centrada em uma disputa dualista pela posse da terra por cabanos do interior (camponeses). Ricci alerta que, mesmo sendo um trabalho *inestimável*, ele não consegue sair da rigidez da historiografia tradicional, ao perceber o cabano como uma “massa homogênea em guerra por liberdade social e política contra a ação imperial (estatal)”<sup>206</sup>. Consoante a Ricci, acreditamos na dificuldade em estabelecer e/ou identificar um perfil do tipo cabano, social ou étnico. A multiplicidade de significados da Cabanagem permite compreender que estavam em jogo diversos projetos políticos e sociais, que, dialeticamente, conviviam e se chocavam, e se transformavam<sup>207</sup>. Projetos estes, decorrentes das ações empreendidas por seus sujeitos, que indubitavelmente contribuíram para diluir as ideias centrais e acrescentar demandas específicas, como a luta pela terra e pela liberdade política e social. Desse modo, percebemos as ações empreendidas pelos cabanos, centradas em experiências de classe, constituídas por meio de práticas culturais herdadas e partilhadas, numa dinâmica de aprendizado da luta<sup>208</sup>.

---

<sup>204</sup> Em sua dissertação de mestrado, Ana Renata Lima Pantoja analisa o movimento cabano sob a ótica dos conflitos de terra no interior da província, na região do Acará. A autora questiona se as expressões de liberdade, recorrentes a época, teriam relações com os conflitos de terra, perceptíveis, sobretudo, no interior. Suas pesquisas levaram a perceber que, dentre as origens da Cabanagem, para além de seu marco oficial, 1835, as dificuldades de controle da terra, experimentada historicamente, contribuíram contundentemente para o fomento dos conflitos sociais nas primeiras décadas do Brasil Império. Diante disso, Lima entende o movimento cabano como, também, o “resultado da expropriação da terra de camponeses”, nascido das “dificuldades históricas vividas por ‘pessoas comuns’, homens e mulheres pobres, pequenos proprietários, arrendatários, agregados índios e negros libertos ou escravizados” (p.14 e 15). LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Revoltas camponesas no vale do Acará – Grão-Pará (1822-1840)*. Dissertação (Mestrado). 154f. Programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido (PDTU) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.

<sup>205</sup> LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Op.cit.*, 2002.

<sup>206</sup> RICCI, Magda. *A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840)*, In: MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo (Orgs.). *Op.cit.*, 2008, p.153-170, p.155.

<sup>207</sup> \_\_\_\_\_. *Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos*. In: Anais do Arquivo Público do Pará, Belém, Secretaria de Cultura / Arquivo Público do Estado do Pará, 2001, v. 4, T. 1, p. 243.

<sup>208</sup> RICCI, Magda. *Op.cit.*, 2008, p.156.

Conformavam estes projetos pessoas de diferentes origens, dentre brancos, negros, índios, caboclos, em posições antagônicas entre proprietários de terras e escravos; cativos e libertos; soldados e desertores. Mark Harris ressalta esta composição multicolor do movimento cabano, sendo que, a efetiva participação de todos os segmentos da sociedade paraense é mais evidenciada no interior da província. Segundo o autor, os conflitos não se reduziram simplesmente entre os *brasileiros e reinóis*. Acirrando-se na Cabanagem, estes conflitos “tomam conta do interior, com cada cidade em sua própria batalha envolvendo índios e camponeses mestiços, escravos, artesãos urbanos, sacerdotes e comerciantes”<sup>209</sup>. Esta legião de pessoas foi se agrupando e constituindo núcleos de resistência, mencionados na documentação antirrevolucionária como *pontos*, apresentando-se em muitos nesses núcleos, uma organização militar, com a conformação de exércitos. Ainda de acordo com Harris, estes exércitos possuíam uma organização militar bem fundamentada, prática esta trazida pelos soldados desertores de sua experiência nas forças armadas e aplicadas nas ações cabanas.

A experiência militar de muitos cabanos de fato corroborou para o caráter militar que adquiriu muitos destes núcleos de resistência. Porém, nas entrelinhas destes núcleos, podemos observar e pontuar que a estrutura militar tinha um sentido para além de uma simples organização logística. A conotação simbólica do Ecuipiranga enquanto uma fortaleza cabana, enquanto o *Quartel General*<sup>210</sup> do movimento era fundamental para demarcar a força rebelde na região. Estando organizados em uma estrutura militar reconhecida socialmente, assegurava-lhes uma legitimidade representativa, no momento em que os rebeldes identificavam-se como soldados em luta pelos múltiplos interesses locais. Por outro lado, a leitura que as forças anticabanas faziam destes núcleos, denominando-os *pontos*, parecia uma clara intenção de reduzi-los a uma simples demarcação cartográfica, apesar de que com o Ecuipiranga, sua proeminência imprimia uma inevitabilidade aos destaques dados a ele pelas forças anticabanas.

Mark Harris aponta para uma conexão entre soldados, rebelião e o Ecuipiranga. Assim como abordamos anteriormente, uma das principais bases do movimento cabano era composta de soldados, sobretudo tapuios. Constata Harris que a maioria das lideranças cabanas veio dos

---

<sup>209</sup> HARRIS, Mark. *Op.cit.*, 2010.

<sup>210</sup> *Ofício de Bernardo Pereira de Mello Jenipapo, remetido ao comandante da força expedicionária no Ecuipiranga, Antônio Maciel Branches, onde o remetente assina e se auto-define como comandante do Quartel de Ecuipiranga; Códice 888; Documento 200; APEP.*

batalhões da Guarda Nacional. O comandante do Ecuipiranga, Miguel Apolinário Maparajuba serviu à primeira infantaria de ligeiros de Santarém, fazendo, inclusive, juramento de lealdade a nova nação brasileira. Defendiam, além da expulsão dos portugueses e maçons, a causa nacional e a defesa da região de mãos estrangeiras. Consideravam-se a si próprios como os defensores do Império. Maparajuba era um exigente comandante militar. Consta na documentação que ele impunha aos seus soldados estrita disciplina e obediência. Em carta aberta do líder cabano a seus companheiros, extraída da obra de Bernardino de Souza, Harris nos dá a dimensão de sua postura, no trecho em que diz, “Bem aventurados os mansos. E o que dizer do manso, senão obediência?”<sup>211</sup>.

Calcula-se que o número de pessoas comandadas por Maparajuba e que moravam no Ecuipiranga em seu apogeu era de, aproximadamente, mil e constituíam-se, em sua maioria, de moradores de regiões próximas que procuraram refúgio no lugar. Ou também pessoas que migraram para lá para incorporarem-se ao movimento. Distribuíam-se entre agricultores, pescadores, vaqueiros, artistas, soldados desertores, escravos fugidos e índios locais ou de nações próximas, como as do Mundurucu, mas, sobretudo, as dos Maués e Mura. Mark Harris observa um aumento contingencial no ponto com a queda cabana em Belém pelas tropas de Soares de Andréa em maio de 1836. Para ele, muitos cabanos evadiram-se da capital com a derrota, migrando-se rio Amazonas acima, alcançando a região. As ações cabanas de fato se intensificaram e se radicalizaram nos combates do interior da província. Mas, atentemo-nos em esquivarmos de uma visão reducionista de centro x periferia, ao condicionarmos a intensificação do movimento no interior a partir da queda cabana na capital. O processo de radicalização e intensificação do movimento cabano nas vilas e freguesias no interior já vinha se consolidando há muito tempo e por motivos que vêm sendo analisados nesta dissertação.

Uma particularidade evidenciada e reforçada nas lutas interior adentro é o cenário de guerra, onde as batalhas se deram nos rios, nas várzeas, nas margens e na floresta. As cidades eram o objeto de desejo dos cabanos, na medida em que se constituíam local de moradia das principais autoridades e da maioria da elite dirigente. As ações cabanas geralmente intencionavam a tomada dos principais núcleos urbanos. Entretanto, é necessário pontuar que a maioria das, aproximadamente, 30 mil mortes ocorreu longe das urbes, emaranhando-se entre matas e rios. Nestes lugares, os cabanos utilizaram-se dos conhecimentos da floresta, e

---

<sup>211</sup> Carta aberta de Miguel Apolinário Maparajuba extraída da obra de Bernardino de Souza, Comissão do Madeira, parte 3, p.23-24, *apud*, HARRIS, Mark. *Op.cit.*, 2010, p. 226.

montaram suas estratégias de ataque. Os conhecimentos da natureza da região eram fundamentais para o êxito ou insucesso de uma ação, cabana ou anticabana. Vivemos numa região de condicionantes naturais, como o regime das marés, com suas enchentes e vazantes. Este regime está diretamente relacionado ao calendário das chuvas, fenômeno constante em território amazônico. Marés e chuvas *ditavam o ritmo da luta*, imprimindo um obstáculo a mais nos já exaustivos embates, facilitando ou dificultando as batalhas.

Os cabanos do Ecuipiranga utilizavam-se dos obstáculos naturais em benefício próprio. Localizado no antigo distrito de Vila Franca, entre os rios Arapiuns (que banhava a vila), Tapajós (também conhecido na época como rio Preto) e Amazonas, o *Quartel do Ecuipiranga* encontrava-se estrategicamente centralizado, próximo das maiores cidades da região, como Santarém e Óbidos, mantinha acesso às demais vilas da Comarca. Todo o comando das ofensivas cabanas era planejado neste ponto. Contribuía para seu difícil acesso a mata fechada e a sua altitude. Segundo o padre Antônio Manoel Sanches de Brito, a única maneira de alcançá-lo seria pelo rio Preto, apesar de que por esse lado os cabanos montaram forte entrincheiramento, com fossos e estrepes, pois pelo Rio Amazonas era impossível devido à altitude <sup>212</sup>. A dificuldade geográfica contribuiu para sua resistência. No mapa a seguir podemos ter uma noção de sua localização:



Fonte: Carta topográfica e administrativa do Grão-Pará e Alto Amazonas, 1850. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

[http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia\\_pr&db=cartografia&use=ti&rn=2&disp=card&s](http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=ti&rn=2&disp=card&s)

<sup>212</sup> *Ofício do padre Antônio Manoel Sanches de Brito a João Henriques de Matos, Tenente Coronel e Comandante Militar do Baixo Amazonas, remetido de Pauxis em 13 de Junho de 1837; Códice 888; Documento 142; APEP.*

ort=off&ss=22728641&arg=carta%20topographica%20e%20administrativa%20das%20provincias%20de%20gram%20p.

Além dos obstáculos da mata fechada, de sua altitude e dos rios que o circundavam, os cabanos montaram vários pontos inferiores ao redor do Ecuipiranga, formando um cordão defensivo. Esses pontos, tais como, Santana, Luzia, São Vicente, São Lourenço, Lago Grande, Lago do Viado, Curuá, Maicuru, Paricatuba, Arapiri, e muitos outros, serviam para sua proteção e para a extensão de seu poderio, mantendo a comunicação com as cidades. Localizavam-se geralmente a margem de rios ou furos. Através deles, como por exemplo, o Rio Luzia, o Ecuipiranga era abastecido de armamentos, pólvora e escravos fugidos, vindos principalmente de Mato Grosso<sup>213</sup>. Serviam também como auxílio à mobilidade dos rebeldes, e sua comunicação com outros grupos. Esta faceta dos pontos menores logo foi percebida pelas forças da repressão. Com isso, o uso de bloqueios foi expandido, considerado uma das armas mais importantes da contraofensiva cabana, na medida em que dificultava o acesso de alimentos, armamentos e munição, assim como minava a rede de comunicação rebelde, fundamental para a organização de suas tomadas, como para a cooptação de apoio. Esses pontos tiveram papel decisivo na contraofensiva ao Ecuipiranga, pois, assim como ajudaram a retardá-las, foi através de suas derrotas que as forças anticabanas conseguiram adentrar na fortaleza. Observemos no mapa a seguir, elaborado por informações contidas na tese de Ana Renata Lima Pantoja, a disposição dos lugares cabanos no Baixo Amazonas e sua localização em relação ao Ecuipiranga.

Todas essas adversidades levaram a criação de um mito em volta do Ecuipiranga. Em decorrência da força cabana na defesa de seu Quartel, constantemente retornavam às vilas tropas anticabanas desmoralizadas e desfalcadas pelas batalhas<sup>214</sup>. Esta quase que impenetrável fortaleza, onde tantos estragos e desfalques fez às tropas provinciais, imprimia um temor aos soldados anticabanos. Tanto é que freqüentemente era descrito pelas autoridades como o *temível* ponto do Ecuipiranga, o “maior, e mais fortalecido ponto dos facciosos, onde estavam reunidos todos os seus recursos e forças comandadas pelos principiais chefes; onde tinham as últimas esperanças de salvação [...] o berço da Anarquia em

---

<sup>213</sup> *Ofício de Antônio Firmino Coelho ao Presidente Andréa, remetido a Bordo do Patacho Januária em Santarém, em 06 de Julho de 1837. Códice 1052; Documento 238; APEP.*

<sup>214</sup> *Termo referenciado pelo vigário Raimundo Sanches de Brito em ofício remetido a seu irmão, o juiz de paz Antônio Manoel Sanches de Brito, do ponto de Santana, em 25 de setembro de 1836; Códice 1013; Documento 85; APEP.*

todo o Amazonas”<sup>215</sup>. Nele se encontrava os principais líderes do movimento, como o próprio Maparajuba e Bernardo Pereira de Mello Jenipapo, comandantes do local. Também servia de refúgio para perseguidos, como o líder cabano Saraiva, que migrou para lá, juntamente com seus homens, acossado pela fome e falta de armamentos, com o intuito de recuperar-se<sup>216</sup>.

O Ecuipiranga se apresentava assim, como o principal núcleo de resistência da Cabanagem n Amazonas, tanto nas palavras de autoridades anticabanas, o “mais fortalecido pontos dos facciosos”, quanto entre os próprios cabanos considerando-o seu *Quartel General*. Garantindo sua fortificação e defesa, os cabanos poderiam montar suas estratégias de ação e planos de ataque às principais vilas da região. E assim, fizeram. Há indícios, pelas autoridades locais, que as ações cabanas já se faziam sentir na região em início de 1835.

### 3.3. Do Ecuipiranga às vilas – a efetivação das ações cabanas ao longo do Amazonas

Em 14 de janeiro de 1835, José Ferreira Rego, capitão da 3ª Companhia do Batalhão de Guardas Nacionais em Santarém, remeteu um ofício ao presidente Lobo de Souza, sem conhecimento de sua morte e a eclosão cabana em Belém em janeiro de 1835. Nele, queixava-se de algumas medidas orientadas pelas autoridades de Santarém que estavam por alterar a *ordem e a tranqüilidade local*. Segundo ele, o Conselho de Qualificação de Santarém, provavelmente da Câmara Municipal, teria deliberado a expulsão de todos os brasileiros adotivos da Guarda Nacional, ao passo que teria qualificado para ocupar tais postos, “homens que vivem na maior indulgência”. O oficiante alega que, de acordo com a Lei, todos os brasileiros de *sã conduta e boa moral*, além de poder sustentar sua decência, podem compor a Guarda Nacional<sup>217</sup>. Sabemos que a conformação das tropas militares do Pará era fundamentalmente tapuia, por meio do recrutamento compulsório às Tropas de Ligeiros, principalmente no médio Amazonas. O questionamento feito pelo capitão Rêgo das medidas tomadas por algumas autoridades santarenas, presumivelmente civis, em decorrência da

---

<sup>215</sup> Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Souza Soares d’Andréa, Presidente e Comandante das Armas da Província, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837; Códice 888; Documento 202; APEP.

<sup>216</sup> Ofício do padre Raimundo Sanches de Brito, Reverendo e Capelão, à Agnello Petra de Bittencourt, remetido de Pauxis em 02 de novembro de 1836; Códice 1013; Documento 103; APEP.

<sup>217</sup> Ofício de José Ferreira Rego, capitão da 3ª Companhia do Batalhão de Guardas Nacionais ao presidente da província, Bernardo Lobo de Souza, remetido de Santarém. Códice 888. Documento 121. APEP.

disputa entre as duas esferas já discutida nesta dissertação, aponta para duas situações bem comuns à época: o conflito étnico fundamentado no sentimento antilusitano e na disputa por cargos e patentes dentro da esfera militar, e o amparo e a confiança nas leis para a defesa de posições e projetos políticos.

As autoridades de Óbidos, palco de constantes investidas rebeldes e embates armados, um pouco antes da tomada de Belém pelos cabanos assumem posição ante os acontecimentos. Em resposta à Lobo de Souza, o major Manoel Pedro Marinho, informava com grande satisfação a notícia da dispersão dos revoltosos de Antônio Clemente Malcher, na insurreição do Acará, em finais de 1834. Neste mesmo ofício, Marinho garantia ao presidente que os habitantes de Óbidos estariam, em sua maioria, contrários aos revoltosos do Acará, mesmo que se encontrando na vila alguns adeptos de Batista Campos, dentre eles, o juiz de paz suplente Antônio Francisco de Souza.

O Baixo e o Alto Amazonas tinham uma importância incontestável no cenário político e econômico da província paraense, sendo uma região relevante no movimento cabano e que atraía a preocupação das autoridades constituídas. Logo no início da tomada de Belém pelos cabanos, as autoridades de Santarém e Óbidos trataram logo de se organizarem para que as providências necessárias à manutenção da ordem e do *status quo* fossem garantidas, e, como há onze anos, reuniram-se em torno de uma liga defensiva para rebater os rebeldes. Também, assim como no passado, procuraram apoio com o Alto Amazonas, onde, “[...] deram-se as mãos, mais uma vez, para perseguir o objetivo da paz oficial”<sup>218</sup>.

Em 20 de março de 1836 é realizada a primeira reunião para a criação da Liga Defensiva. Organizadas em três artigos, as medidas visavam a articulação de ações com o intuito de bloquear as investidas cabanas e neutralizar qualquer foco insurreto nas imediações. Primeiramente, a Liga deixava claro a legitimidade de um presidente nomeado pelo poder competente à Constituição, deslegitimando a qualquer governo considerado “intruso”. Em seguida elenca uma série de medidas práticas, efetivando o plano defensivo. Dentre elas destacam-se a formação de uma força de sessenta homens composta por guardas nacionais e homens comuns; a guarnição de um barco ou uma escuna de guerra para ficar aportado em frente à vila [Santarém]; que se convocasse para compor as tropas, homens que dispusessem de meios para sua sobrevivência, dispensando os que necessitavam trabalhar em suas lavouras

---

<sup>218</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1979b, p. 113.

para sobreviver. Outra medida que cabe destaque é a criação de um corpo de cavalaria com quarenta membros, para patrulhas noturnas e diligências rápidas. Caso houvesse a carência de cavalos, ficaria intimado cada cidadão dispor de uma ou mais montaria<sup>219</sup>. Segundo Ferreira Reis<sup>220</sup>, “a vigilância era grande [por parte das autoridades regionais]. Todos os indivíduos que entravam e saíam das vilas e povoados sofriam uma fiscalização particular”.

De acordo com um documento datado desse período, as autoridades e os habitantes pauxienses estavam sempre alertas às incursões dos cabanos na vila, e que estavam cientes e satisfeitos com a notícia da derrota e dispersão dos revoltosos que Malcher reuniu em sua fazenda. Prosseguindo, o remetente informa sobre a presença de um partidário de Batista Campos, juntamente com seu filho, na cidade, onde demonstra preocupação, e também com a existência de *papagaios*, o mesmo que espiões<sup>221</sup>. A estreita relação do Baixo Amazonas com Batista Campos, a grande quantidade de insatisfeitos, sobretudo indígenas, com a ordem econômica vigente, e um número significativo de desertores que procuravam a região, corroboraria para a efetividade do movimento cabano em suas cidades e vilas, mesmo com os esforços das autoridades locais para impedi-los. Novamente, de acordo com Reis,

A insatisfação das multidões nativas que se julgavam esbulhadas nos seus direitos desde o momento da Independência, [...], que continuavam naquela mesma condição de inferioridade social e econômica que vinha dos dias da colonização, que viam nos antigos dominadores os mesmos poderosos de sempre, mantidos nos postos, [...], tinham chegado ao clímax de suas desesperanças<sup>222</sup>.

O alvorecer de 1836 já despontava com a preocupação por parte de autoridades locais das tentativas cabanas de domínio de Santarém. Joaquim Rodrigues de Souza, juiz de direito e chefe de polícia, por meio de vários ofícios remetidos ao presidente da província Marechal Manoel Jorge Rodrigues, informava sobre os planos cabanos de tomar Santarém e Monte Alegre na noite de natal de 1835. Por um conjunto de fatores, os cabanos não obtiveram êxito. Somadas às medidas adotadas pelo juiz de direito [reforço de defesa com os guardas nacionais e habitantes locais], a chegada à Santarém de uma escuna de guerra comandada pelo tenente

<sup>219</sup> *Sessão extraordinária da Câmara Municipal de Santarém*, em 20 de março de 1836. Códice 1010; documento 03; APEP.

<sup>220</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1979a, p. 69.

<sup>221</sup> *Ofício de Manoel Pedro Marinho, major comandante, a Bernardo Lobo de Souza, presidente da província do Grão-Pará, remetido de Pauxis (Óbidos), em 27 de fevereiro de 1835*. Códice 888, Documento 123, APEP.

<sup>222</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1979b, p.111.

Felipe Pereira Leal, vinda de Cametá, para comboiar embarcações de comércio, mais uma tropa de 60 soldados vinda de Bararuá sob o comando de Ambrósio Pedro Ayres, impediram – ou retardaram – a conquista cabana em Santarém, prendendo, inclusive, alguns de seus líderes. Este episódio motivou Rodrigues de Souza a criar um Corpo Municipal pago, comandado por Ambrósio Pedro Ayres, objetivando “uma força regular, obediente, e pronta para qualquer diligência, requisitos que faltavam nos Guardas Nacionais”<sup>223</sup>. Atuaria em conjunto ao corpo de artilharia composto por negociantes os “cidadãos da maior confiança”.

Entretanto, estas medidas não foram suficientes para deixar Santarém distante das investidas cabanas. Na concepção de Rodrigues de Souza, a dificuldade na relação com os juízes de paz dos distritos e vilas da região, ou por ignorância ou pelo propósito dos próprios juízes em atravancar as ações anticabanas, acabaram por determinar o insucesso das medidas de defesa. Também, obstou-se ao êxito das ações a capitulação de muitos guardas nacionais e oficiais a causa cabana, além de intrigas e rivalidades entre as autoridades constituídas. Com a ineficiência de uma fiscalização e vistoria mais incisiva, o espaço para o avanço das investidas cabanas foi dado.

Em meados de fevereiro de 1836, o juiz de direito obteve informações de que os cabanos, dentre eles os que participaram da ação na noite de natal e que foram presos e fugiram, estavam se organizando no rio Surubiu-mirim.

Diante disso remete para lá uma expedição contando com 80 praças e uma escuna de guerra, sob o comando do tenente Joaquim Rodrigues Collares. Não conseguindo sucesso, envia um apoio de 30 soldados comandados por Ambrósio Pedro Ayres. A nova expedição contaria com a tropa de Ayres embarcadas em duas igarités conjuntamente à escuna de guerra. Por falta de vento, a embarcação maior saiu com horas de atraso em relação às igarités. A falta de embarcações adequadas à hidrografia regional – furos e igarapés – dificultou muito as investidas anticabanas. Emparelhando à escuna de guerra Nazareth, sob o comando dos cabanos, as tropas de Ayres, despercebidamente, apossaram-se da escuna e dominaram-na. Em terra firme, não conseguiram ter o mesmo desempenho por desvantagem numérica.

---

<sup>223</sup> *Ofício de Joaquim Rodrigues de Souza, Juiz de Direito e Chefe de Polícia de Santarém, ao presidente da província Marechal Manoel Jorge Rodrigues, remetido de Macapá em 23 de março de 1836. Códice 1000; documento 69; APEP.*

Simultaneamente a estes eventos, em Santarém, Rodrigues de Souza solicitava apoio às autoridades de Monte Alegre e Pauxis, pois, deslocando todo seu esforço para minar os cabanos nos arrabaldes, temia-se que a vila ficasse vulnerável. Porém, o reforço solicitado não chegou ao tempo desejado e, aproveitando-se desse atraso, os cabanos ocuparam Alenquer apoderando-se de todo armamento e munição e assassinando alguns moradores. Neste caso, Rodrigues de Souza levanta a possibilidade dos cabanos contarem com desvios de informações proporcionados por *agentes internos*. O próprio juiz alerta ao Marechal Jorge Rodrigues que, mais perniciosos que os agentes externos, ou seja, cabanos que vêm de fora, são os agentes internos, isto é, os próprios moradores, que requerem maiores cuidados.

Neste ínterim, chegava o reforço solicitado de 40 soldados de Monte Alegre e de Alenquer. Imediatamente foi enviada uma força de 120 homens para bater os cabanos nas imediações de Santarém. Travada a batalha, os cabanos logo se evadiram para os matos para alcançar o Ecuipiranga, sua fortaleza no Amazonas, como diz o relator, *onde fizeram ponto forte*. Uma força foi deslocada para bater os cabanos do Ecuipiranga. Lá chegando, deparara-se com as dificuldades em alcançar o ponto, pois o lugar se encontrava num terreno “*bastantemente* alto, e cerrado de mato, e trincheiras donde fizeram vivíssimo fogo a nossa gente [que] sofrendo grande estrago foi obrigada a retirar-se”. Além das vantagens naturais, os cabanos tinham superioridade numérica.

Inteirado de tais dificuldades, a solução encontrada pela contrarrevolução foi fazer um bloqueio ao Ecuipiranga com duas escunas de guerra, não tanto para privá-los de alimentos, pois não careciam dessa necessidade, mas, sobretudo, para impedir sua comunicação e seu deslocamento para os sítios e lugares da região onde recrutavam adeptos, em sua maioria tapuias. Mais uma tentativa anticabana frustrada. Novamente, beneficiando-se da natureza local, os cabanos burlavam o bloqueio pelos diversos furos e braços de rios que cortavam a região, além de que as escunas não conseguiam cruzar as revoltosas águas do rio Amazonas. Por estas vias alternativas de fugas, os cabanos tomavam diversas embarcações de comércio. O documento citado na página anterior dá conta da apropriação dos cabanos de um barco que transportava para as autoridades do Alto Amazonas, 300 arrobas de peixe e 200 alqueires de farinha, mais nove desertores da capital.

Os assaltos às embarcações era uma prática recorrente adotada pelos cabanos. A importância da interceptação de barcos de comércio, que transportavam principalmente gênero alimentício, era fundamental para garantir a sobrevivência e a resistência das tropas

cabanas, além de minar as forças inimigas. Na documentação, a preocupação por parte das autoridades provinciais quanto a necessidade de comboios a estas embarcações, confirma esta dedução. Antônio Manoel Sanches de Brito, em ofício à Agnello Petra Bitencourt, informa que destacou a escuna de guerra Guajará para comboiar a escuna Carolina, sob o comando de Ambrósio Pedro Ayres, que transportava provimento de arroz, farinha e feijão<sup>224</sup>. Outro interesse nos assaltos às embarcações eram as correspondências trocadas entre as autoridades anticabanas. Uma excelente estratégia era interceptar e prejudicar a comunicação entre as autoridades, minando qualquer planejamento de defesa e/ou ataque. Os comboios também foram utilizados pelas tropas provinciais às embarcações dos correios.

A carestia de alimentos era um mal que assolava ambos os lados da guerra cabana. A maioria dos homens que lavravam a terra e produziam alimentos, para consumo próprio e para o comércio, foram deslocados como soldados para a guerra cabana. Por isso a importância dos assaltos aos mantimentos, inicialmente adotados pelas forças cabanas, e em seguida pelas tropas anticabanas. Os ataques as fazendas de gado também era uma forma de garantir alimentos às tropas cabanas. Entretanto, esta estratégia de ataque tinha um significado que ia além desta necessidade fisiológica. Atacar, destruir e roubar o gado de uma fazenda significava nos anos de conflito, demarcar uma posição contrária a um sistema político e econômico do latifúndio, que expropriava e excluía as significativas parcelas de indígenas e tapuias, em benefício de uma elite majoritariamente branca e lusitana, mesmo que encontrando a presença de Principais compondo esta elite. Além do gado vacum, fonte de alimentos, o gado cavalari era igualmente importante para o auxílio de transporte terrestre às tropas.

Novamente, a troca de correspondências entre padre Antônio Sanches de Brito e Petra Bitencourt nos possibilita compreender a preocupação entre as autoridades em garantir integridade das fazendas e privar o acesso dos cabanos a elas. O juiz de paz ressalta a necessidade de proteger o mais rápido possível as fazendas de gado da região de Pauxis, tanto para privar os cabanos de montarias, como de alimentação, prejudicando-os assim com a fome. Caso isso não ocorresse, e os cabanos por ventura alcançassem primeiramente as

---

<sup>224</sup> *Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, a Agnello Petra Bitencourt, comandante da força expedicionária ao Amazonas, remetido de Pauxis (Óbidos) em 04 de novembro de 1836. Códice 1013; Documento 100; APEP.*

fazendas, eles teriam facilidade com a cavalaria em ocupar todo o distrito<sup>225</sup>. A invasão de fazendas e o roubo de gado eram tão recorrentes nas ações cabanas que levou o comandante militar do Baixo Amazonas João Henrique de Matos, visando cessar estas práticas, a ordenar as autoridades competentes a suspender as compras de gado de produção, inclusive para os açougues (excetuando para o consumo próprio dos donos), com o objetivo de inibir a comercialização de carne de gado roubado<sup>226</sup>.

As plantações, sobretudo de farinha, base da alimentação local juntamente com o peixe seco, eram disputadas por ambas as forças. Muitas estratégias de ataques a redutos cabanos menores e mais fáceis de alcançar tinham por objetivo os roçados de mandioca e as fábricas de farinha. Padre Sanches de Brito informa a Petra Bitencourt que, nos intervalos das investidas ao Ecuipiranga, as tropas deveriam deslocar-se aos pontos menores, como os de Juruti, Aicurapá e Audeza, no distrito de Tupinambarana, para conseguir farinha e armamento, e consertar as armas quebradas e velhas<sup>227</sup>. Em outro documento, agora remetido ao padre Antônio, o comandante da força militar da vila de Faro, Ignácio Egídio dos Santos informa, entre outras coisas, que suas tropas se sustentam à custa dos rebeldes e sendo assim, pretende se apossar de uma roça de mandioca dos cabanos para ali construir uma fábrica de farinha, utilizando-se para isso a mão de obra das mulheres cabanas, que foram deixadas para trás como forma de impedir e/ou retardar o avanço das tropas do governo no encalço dos foragidos<sup>228</sup>.

Dos documentos analisados desmembramos a questão da precariedade das tropas em armamento e munição. É recorrente na documentação dos comandantes das forças locais a seus superiores, e destes ao presidente da província, a solicitação de apoio bélico como armas, munição e embarcações, além do pagamento aos soldados, problema crônico enfrentado pelas

---

<sup>225</sup> *Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, a Agnello Petra Bitencourt, comandante da força expedicionária ao Amazonas, remetido de Pauxis (Óbidos) em 09 de novembro de 1836. Códice 1013; Documento 159; APEP.*

<sup>226</sup> *Ofício de João Henrique de Matos, comandante militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, presidente da província e comandante das armas, remetido de Santarém em 8 de junho de 1837. Códice 888; Documento 138; APEP.*

<sup>227</sup> *Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, a Agnello Petra Bitencourt, comandante da força expedicionária ao Amazonas, remetido de Pauxis (Óbidos) em 23 de dezembro de 1836. Códice 1052; Documento 32; APEP.*

<sup>228</sup> *Ofício de Ignácio Egídio Gonçalves dos Santos, tenente e comandante da força militar, a Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, a bordo do barco Santo Antônio aportado na vila de Faro, em 30 de outubro de 1836. Códice 1013; Documento 161; APEP.*

forças armadas do Grão-Pará desde o século XVIII. A carência de recursos bélicos levava as queixas de abandono das autoridades locais ao governo central em Belém. É perceptível nas palavras destes comandantes a inviabilidade de planos e estratégias de contra-ataque aos cabanos por falta de condições mínimas. Em correspondência ao presidente Soares d'Andréa, o comandante militar do Baixo Amazonas, João Henrique de Matos, solicitava em tom de súplica o socorro de “armamento, como *cartuxame* de mosquetaria, e alguma pólvora fina com chumbo que se faz tão preciso para *cartuxame* de *Lazarina*”. Continuando, alegava que não teria colocado em prática a organização de um corpo policial, como havia exigido Sua Excelência, por não ter armamento suficiente para municiá-la<sup>229</sup>. Comunicava também as péssimas condições das tropas, desuniformizadas e descalças, há um ano sem pagamento e saldo, solicitando que sejam pagos pelo menos alguns meses e enviados alguns fardamentos<sup>230</sup>.

A deficiência bélica fazia surgir uma estratégia de ação bem comum na Cabanagem, os bloqueios. As forças anticabanas não poderiam correr o risco em investir o pouco armamento, munição e contingente que tinham em ações que não lhes trariam êxito. Os comandantes alegavam que não entrariam em uma batalha quanto observassem uma desvantagem significativa em relação às tropas inimigas. Desse modo, o uso dos bloqueios era fundamental. Bloqueando um ponto específico e estratégico as forças anticabanas poderiam, além de interceptar embarcações com alimentos, comunicação e tropas cabanas, estudar o ponto que ansiavam ocupar. Esta tática foi muito utilizada no Ecuipiranga, como iremos analisar no subtópico subsequente.

Após diversas frustrações, em desvantagem numérica, com precariedade bélica, e observando o aumento da exaltação dos *agentes internos* ao passo do desânimo das tropas anticabanas, Joaquim Rodrigues de Souza envia um correio a presidência da província solicitando providências o quanto antes. Suas esperanças aproximaram-se do fim quando, no dia 23 de fevereiro de 1836, chega de Gurupá uma solicitação de apoio de Santarém com armas e soldados, pois o ponto de Breves se encontrava novamente sob o domínio das forças cabanas, e as autoridades daquela vila temiam a aproximação dos cabanos. Neste mesmo

---

<sup>229</sup> *Ofício de João Henrique de Matos, comandante militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Souza Soares d'Andréa, presidente da província e comandante das armas, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837. Códice 888; Documento 143; APEP.*

<sup>230</sup> *Op.cit.* Códice 888; Documento 138; APEP.

correio Rodrigues de Souza fica sabendo que não há notícias de remessa de reforço da capital para a região. Somados a isso, chegam à sua frente os guardas nacionais de Bararuá solicitando que o dito juiz autorizasse seu retorno a seu local de origem, pois além de indispostos com a radicalização dos cabanos da vila, encontravam-se desvalidos em doenças e ferimentos de batalha. Sem alternativa, acabou tendo de conceder tal pedido.

O golpe final à sua total falta de esperança veio no dia 26 do corrente mês, quando soube por um negociante que acabara de chegar de Alter do Chão, que esta freguesia, muito próxima de Santarém, fora atacada por cabanos, que prenderam o Juiz de Paz, o Comandante de Guardas Nacionais, e assassinaram dois portugueses adotivos. Temendo ocorrer o mesmo desfecho consigo, principalmente pelas mãos dos cabanos santarenos, Rodrigues de Souza resolveu por evadir-se da vila, embarcando na escuna de guerra Nazareth. Antes de sua saída, foi intimado à Câmara Municipal para esclarecer sua evasão, o qual expôs o estado em que Santarém se encontrava e as medidas, sem sucesso, coordenadas por ele. Comunicaram-lhe as autoridades que, a partir de então, toda ação ao Ecuipiranga ficava sob o comando da Câmara, e que enviaria uma expedição a fim de dar cabo aos cabanos do temido ponto. O juiz de direito argumentou que considerava muito difícil que, a esta altura, qualquer expedição conseguisse êxito contra os cabanos, pois estes já dominavam Alenquer, Alter do Chão e Vila Franca, distrito que comportava o Ecuipiranga, êxito este, corroborado pela radicalização das ações cabanas, ao passo do afrouxamento da aplicação das penalidades devidas, consolidadas no Código Criminal.

Eximindo-se do comando das operações ao Ecuipiranga e sentindo-se ameaçado pela radicalização dos santarenos cabanos, os *agentes internos*, Rodrigues de Souza embarcou definitivamente na escuna Nazareth, conjuntamente ao comandante do corpo municipal e a maior parte do contingente, assim como vários moradores a quem ele havia concedido autorização para deixar a vila. Entretanto, no ato do embarque, por resolução da Câmara Municipal, os passaportes dos moradores foram revogados. Esta resolução pode ser compreendida num contexto de carência contingencial nas tropas anticabanas. Permitindo que moradores deixassem a vila entregue à própria sorte seria, na concepção das autoridades constituídas, entregá-la de *bandeja* aos anseios cabanos. Permanecendo ainda 24 horas no porto, o juiz de direito da sede da comarca do Baixo Amazonas, despede-se dela em 27 de

fevereiro de 1836<sup>231</sup>. Interessante demarcar aqui os conflitos entre as autoridades civis e judiciárias

A evasão de moradores e autoridades, como a exposta acima, gerava controvérsias entre as autoridades constituídas anticabanas. Ao mesmo tempo em que pode ser lida como uma forma de sobrevivência ante o caos em que as vilas se encontravam, era vista como um ato de covardia e fraqueza, e traição. O comandante Agnello Petra de Bittencourt expõe ao Presidente Soares d'Andréa o desinteresse coletivo dos habitantes perante as batalhas. Segundo ele, está cercado de “aduladores e traidores”, que só defendem interesses próprios, com exceção dos marítimos. Quando já muito pressionados, só se deslocam a lugares próximos.<sup>232</sup>

O objetivo de Joaquim Rodrigues de Souza era alcançar Belém, passando primeiro em Monte Alegre. No caminho, antes de chegar à segunda vila, seu comboio foi surpreendido por uma igarité transportando 12 a 20 pessoas. Dando ordem para examiná-la, qual foi sua surpresa a fuga de todos que estavam a bordo, permanecendo apenas um português adotivo, que disse ser prisioneiro dos cabanos que haviam assaltado Monte Alegre. Relata ainda constar a bordo uma correspondência endereçada ao Ecuipiranga dando conta do ataque à dita vila. Segundo as palavras do juiz de direito, constava na dita correspondência,

[...] ter no dia 28 tomando a Vila com a sua gente, auxiliada pelo partido interno, e haver assassinado o Capitão Mor, principal chefe dos Maçons e nove Bicos / são formais palavras/ Para prova deste horroroso atentado iam enfiadas em um cordão as orelhas do infeliz, e benemérito Capitão Mor /Nicolau da Gama Lobo/ a [quem] havia nomeado Comandante Geral das Forças da Villa desde a época em [que] ela se pôs em atitude de defesa.<sup>233</sup>

Interessante observar neste trecho a radicalização das ações cabanas. Assim como aconteceu com as principais autoridades da província no ataque de 07 de janeiro, em Belém, onde, ao contrário do que se esperava, elas foram mortas de forma brutal, os ataques às vilas, interior adentro, eram marcados pela expressiva revolta dos cabanos às autoridades

<sup>231</sup> Todo este evento de tomada de Santarém pelos cabanos e dificuldade das forças anticabanas estão relatados no documento 69 do códice 1000, salvaguardado do APEP.

<sup>232</sup> *Ofício de Agnello Petra de Bittencourt à Andréa, remetido da Escuna Rio da Prata em Santarém, em 12 de Novembro de 1836.* Códice 1013; Documento 107; APEP.

<sup>233</sup> *Ofício de Joaquim Rodrigues de Souza, Juiz de Direito e Chefe de Polícia de Santarém, ao presidente da província Marechal Manoel Jorge Rodrigues, remetido de Macapá em 23 de março de 1836.* Códice 1000; documento 69; APEP. É importante observar que o trecho do documento foi transcrito com o português atualizado.

constituídas que personificavam o poderio branco/estrangeiro. Analisando a morte de Nicolau da Gama Lobo por outra fonte documental, um sumário crime, Magda Ricci também pontua a radicalização das ações cabanas nesta fase da Cabanagem, quando o movimento se agudiza no interior. Com sua leitura deste documento podemos perceber os pormenores do assassinato de Nicolau. Soubemos que, antes de sua morte, este capitão-mor viu seus filhos perseguidos e mortos pelo grupo dos cabanos de Monte Alegre. Como prisioneiro, foi retirado da prisão, juntamente com seus parceiros, e levados a um igarapé da vila. No caminho foram sendo aos poucos assassinados. O último a morrer foi o capitão Nicolau sendo sua morte o *ápice de uma orgia festiva*, com pancadas, mutilação do corpo, com orelhas e boca cortadas, como podemos perceber no relato do juiz de direito. O sumário crime instaurado pela viúva de Nicolau foi lido como “a morte mais cruel que se pode conceder”<sup>234</sup>. Em outro ofício, remetido no dia 18 de abril de 1836, Joaquim Rodrigues de Souza informa aterrorizado que, nos dias 22 e 23 de março os cabanos que haviam tomado Santarém mataram quase todos os portugueses que residiam na vila, deixando alguns presos para serem imolados no Sábado de Aleluia<sup>235</sup>.

Mudando de rota, Rodrigues de Souza desembarcou em Gurupá. Lá chegando recebeu notícias de um correio vindo de Tapajós, quando ficou sabendo que, após sua saída, a Câmara Municipal destituiu Ambrósio Pedro Ayres do comando da escuna de guerra, empossando para o posto um oficial de guardas nacionais. Ordenou ainda, que Ayres se retirasse juntamente com sua tropa para Bararuá, proibindo que moradores da vila fizessem o mesmo. O juiz de direito constata ao presidente da província que a própria Câmara havia capitulado aos ideais cabanos. Provavelmente, havia membros na Câmara que defendiam os interesses cabanos, mas não que necessariamente haviam capitulado. A ideia de capitulação leva a compreender que a Cabanagem se deu na região por adesão, num movimento de fora para dentro. Esta discussão é interessante ao passo que vem sendo desconstruída pela historiografia mais recente a teoria que o movimento se origina na capital, Belém, e se projeta para o interior<sup>236</sup>.

<sup>234</sup> RICCI, Magda. Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto (org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, 519-544, p.523.

<sup>235</sup> *Ofício de Joaquim Rodrigues de Souza, Juiz de Direito e Chefe de Polícia de Santarém, ao presidente da província Marechal Manoel Jorge Rodrigues, remetido de Macapá em 18 de abril de 1836*. Códice 1000; documento 96; APEP.

<sup>236</sup> Para uma leitura mais acurada desta teoria, cf. LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Op.cit.*, 2002.

O extenso documento, de sete páginas digitadas, oficia ainda que as vilas de Tapajós (Santarém), Monte Alegre, e Villa Franca, e as Freguesias de Alenquer, e Alter do Chão se encontravam em mãos rebeldes. A comarca do Alto Amazonas também foi alcançada pelos cabanos. Segundo informações obtidas por Joaquim Rodrigues de Souza, no dia 19 de março de 1836, as tropas cabanas tomaram Manaus, capital da comarca, sendo morto o juiz de direito interino e o juiz de paz. Para Rodrigues de Souza, facilitava a expansão do domínio cabano a propagação de boatos, uma das armas mais potentes neste período de guerra. As autoridades anticabanas nomeavam aos cabanos de pessoas com “inclinação à anarquia”, sobretudo os indígenas. Óbvio que problematizando o pensamento do juiz de direito, podemos deduzir que esta “inclinação” do povo da Amazônia seria vista pelos cabanos como lutas por novos direitos e conquistas.

Ainda se encontravam em poder do governo anticabano as Vilas de Pauxis (Óbidos) e Faro e as Freguesias que margeavam o rio Tapajós, mas não por muito tempo. Quando Santarém foi tomada pelos cabanos, sendo a sede política e administrativa da comarca, as demais vilas se levantando e tornando-se cabanas.

Óbidos também era um dos pontos mais ambicionados pelos cabanos. Como já foi dito, ela era um centro comercial importante e local geograficamente estratégico pelo estreitamento que o rio Amazonas faz naquele ponto. Desta forma, quem detivesse seu controle, tinha em mãos um local central à guerra. Assim como Santarém, as investidas cabanas à vila de Óbidos se dão antes mesmo de alvorecer o ano de 1835.

Em 04 de dezembro de 1834 a tranqüilidade de Manoel Pedro Marinho, major comandante das duas Companhias Avulsas de Guardas Nacionais, encontrando-se em seu sítio, foi interrompida com a chegada de um ofício remetido pelo juiz de paz interino Antônio Francisco de Souza. No documento, o remetente solicitava a presença do major o quanto antes em Óbidos para que se pudesse dar providências acerca da segurança pública. O mesmo juiz lembrava que ele já havia solicitado o reforço de seis praças, o que, para o militar seria um número insuficiente ante uma “crise de tanta comoção”. Com isso, assegurava ao juiz um reforço de mais alguns soldados e que o corpo de seu comando estaria pronto a atender qualquer sinal de “rebelião”. Esta preocupação por parte das autoridades anticabanas não era infundada na medida em que havia chegado a esta vila, poucos dias antes, dois homens (um branco e um preto) suspeitos de serem “partidários de Batista Campos”. O major Marinho ordenou que estes homens fossem vigiados, pois, em suas palavras, “nesta vila não faltavam

peças da parcialidade do mesmo Arcipreste”, ainda mais quando estes mesmos “partidários” andavam a “ler papéis incendiários”, chamando de “déspotas” e “tiranias” às primeiras autoridades da província. O mesmo documento também alertava sobre a vinda de pessoas de Santarém “suspeitas de aderirem à revolução”<sup>237</sup>.

Em resposta ao ofício do major Marinho, o juiz suplente Antônio Francisco de Souza, rebateu algumas argumentações. Sob ordens do próprio presidente da província Lobo de Souza, de que se empregassem todos os meios possíveis para impedir que eventos semelhantes aos ocorridos em Belém não fossem cometidos em Óbidos, o juiz atestava todo seu esforço para cumprir tal determinação. Com isso, recomendava ao major que o corpo de oficiais de seu comando ficasse atento a qualquer chamado, ao “primeiro grito da Pátria”. Alegava causar estranheza que o dito major lançasse proposições vagas e destituídas de fundamentos contra os dois sujeitos recém-chegados à vila. Se por acaso considerava-os criminosos, que o major lhe imputasse acusação formal, para que, como juiz de paz, procedesse com as formalidades legais. Quanto à relação amigável de moradores da vila com Batista Campos, alegava que a lei não qualificava como crime a amizade, e, assim como agiu com os dois sujeitos acusados pelo major, agirá em relação às pessoas vindas de Santarém. Finalizava a resposta afirmando que atua sempre debaixo da lei e que o major se responsabilizasse por qualquer procedimento seu “contrário às determinações legais”<sup>238</sup>.

O major, de posse da resposta do juiz de paz, o considerou adepto dos ideais ditos “subversivos”. Remetendo um ofício ao presidente Lobo de Souza em 27 de janeiro de 1835, ainda desconhecendo seu assassinato, denunciava Antônio Francisco de Souza como “pessoa do Arcipreste Campos”, acusando-o de dar guarida aos “rebeldes”. Em contrapartida, Pedro Marinho, felicitava aos habitantes obidenses por terem desenvolvido o patriotismo no intuito de defender Óbidos das investidas rebeldes. Em meio à celebração de uma missa na igreja matriz, sob o discurso do vigário, saldaram os representantes da “Grande Nação Brasileira, a sustentação da lei e do legítimo governo”<sup>239</sup>. É perceptível nas palavras do major o entusiasmo patriótico perante a mais alta autoridade da província. Era necessário em época de

---

<sup>237</sup> *Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao juiz de paz suplente de Óbidos Antônio Francisco de Souza, remetido de Óbidos em 10 de dezembro de 1834. Códice 888. Documento 124. APEP.*

<sup>238</sup> *Op.cit.* Códice 888. Documento 124. APEP.

<sup>239</sup> *Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, Bernardo Lobo de Souza, remetido de Pauxis [Óbidos] em 27 de janeiro de 1835. Códice 888. Documento 123. APEP.*

conflitos e mobilidade de cargos, demonstrar lealdade e prontidão ante o seu superior, além de reforçar o sistema representativo do Império, ainda em processo de formulação e consolidação.

Observa-se nesta troca de correspondência entre duas autoridades obidenses sinais de desentendimentos entre elas. Além de ser uma fonte considerável para o entendimento do interesse cabano na vila, as entrelinhas do documento permitem perceber as nuances das relações estabelecidas entre as autoridades anticabanas, marcadas, em sua maioria, por desentendimentos e falta de comunicação. Estes desentendimentos corroboraram em muito para vários insucessos das ações contrarrevolucionárias e comprometeram muitas estratégias de ataque aos cabanos, sobretudo ao Ecuipiranga.

De mito a principal alvo dos esforços anticabanos. Liderada pelo padre Antônio Manoel Sanches de Brito, a derrota da maior e mais importante fortaleza cabana de todo o Amazonas se deu pela convergência de ações e pelo recuo, mesmo que incipiente, das desavenças entre autoridades locais. A seguir, tomaremos nota de como se efetivou a contraofensiva aos cabanos com a derrota de seu baluarte de resistência, o Ecuipiranga, provocando um duro golpe ao movimento, sua conseqüente dispersão e uma mudança no discurso dos dirigentes locais acerca de velhas questões, como o movimento separatista.

#### **3.4. Das vilas ao Ecuipiranga - a contraofensiva aos cabanos na região e a derrota do *Ponto Maior dos Cabanos***

A derrota do Ecuipiranga resultou do esforço conjunto de todas as cidades da região e seus respectivos comandantes. Centralizada na cidade de Óbidos, e sob a liderança de seu juiz de paz, padre Antônio Manoel Sanches de Brito, a contraofensiva ao ponto só pôde alcançar êxito em 1837, após várias incursões e observações, à distância, cabe ressaltar, realizadas no decorrer do ano anterior. Frequentemente eram enviados às proximidades do ponto escunas com o intuito de vigiar e estudar o quartel general dos cabanos. De modo geral, a contraofensiva cabana de efetivou de fato no ano de 1837, sobretudo quando a atenção das forças anticabanas se volta para dentro da floresta, num movimento da cidade para o interior. Até então, as batalhas se davam, majoritariamente, nas vilas, com o objetivo de recuperar e/ou manter estes núcleos urbanos sob o controle, tanto de cabanos quanto de anticabanos. Com o

advento do Ecuipiranga, sua força e fama levaram as estratégias de ataque da elite a se dirigirem para os refúgios cabanos, para os lugares onde eles se reuniam e planejavam suas ações.

Este deslocamento de ação é interessante quando pensado numa mudança de lógica da guerra. Como foi dito, as batalhas se davam geralmente em torno das vilas. Quando dominadas pelos cabanos, o conflito se dava pelo objetivo das forças do governo a reavê-las. Ou, quando objetivada pelos cabanos, as forças provinciais davam o suporte aos habitantes contrários aos cabanos para garantir a vila. Desse modo, a mudança de direcionamento das batalhas, conota uma mudança na própria lógica da guerra. Esta lógica não era desconhecida das forças da elite local, pois em muito se assemelhava às investidas aos mocambos que pulverizavam a região<sup>240</sup>.

Demarcando a necessidade da inversão das ações, e ponderando os desentendimentos entre si, e que em muito dificultavam suas estratégias, as autoridades anticabanas dão início a contrarrevolução, focando suas investidas no famoso ponto do Ecuipiranga e nos núcleos menores que complementavam o poderio cabano na região. E é por meio destes núcleos menores que a contraofensiva alcançou o Ecuipiranga. Esta estratégia foi pensada pelo padre Antônio Manoel Sanches de Brito, liderança religiosa e autoridade judiciária, que comandou as investidas anticabanas na região, e no próprio Ecuipiranga. Padre Brito percebeu que por meio do dismantelamento desses pontos, suas forças obteriam êxito. Antes de analisarmos as ações que resultaram na derrota do Ecuipiranga, faz-se necessário compreender a participação deste religioso e autoridade judiciária nos acontecimentos da Cabanagem na região.

Nascido na região e contando com aproximadamente 45 anos<sup>241</sup>, o religioso contava com experiência missionária no trabalho junto aos índios mundurucu em Juruti, e também experiência de estadista, pois vinha galgando cargos na administração pública, como juiz de

---

<sup>240</sup> Em *O negro no Pará*, Vicente Salles analisa a resistência do negro à escravidão, como as fugas e a constituição de quilombos, e a preocupação por parte dos senhores de escravos. Em uma citação analisada por Salles, mas não referenciada, observemos a exigência de um senhor às autoridades competentes de promoverem expedições às florestas para dismantelar os quilombos. No meio da citação, o senhor exige que a polícia “mande sem demora alguma, assaltar o dito quilombo, com gente armada de pólvora e bala, fazendo apreender todos os que nele se acharem, destruindo e arrasando para nunca mais ter serventia alguma [...]” (p.244). Para uma leitura mais aprofundada, cf. SALLES, Vicente. *O negro no Pará – sob o regime da escravidão*. – 3.ed. rev. ampl. – Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

<sup>241</sup> Informações deduzidas a partir do artigo publicado pelo próprio missionário no periódico *Aurora Fluminense* de 20 de junho de 1839, nº 15, caderno Interior, p.1.

paz de Faro, e neste momento de Óbidos. Anos de atuação na região, proporcionaram ao padre um grande conhecimento da área que cercava o Ecuipiranga, e o reconhecimento dos moradores dos lugares pelos quais passou<sup>242</sup>. Seu currículo possibilitou que ele se tornasse a pessoa mais indicada para assumir o posto de comando no combate ao ponto. Ele mesmo tinha ciência de seu prestígio. Em seu relatório publicado na *Aurora Fluminense*, o padre mencionou o pedido de ajuda feito a ele, pelo ex-comandante cabano Manoel Aragão Bastos, quando reforçava a importância do padre para a defesa de Óbidos, pois sem a chegada dele, no dia seguinte todos os habitantes da vila, teriam visto *correr o sangue* de suas autoridades, e suplicava-lhe, “pelo amor de Deus e em nome do Imperador” que vossa reverendíssima não os desamparasse<sup>243</sup>.

Para podermos dimensionar a popularidade e o prestígio que padre Antônio vinha galgando, recuaremos alguns anos em nossa linha cronológica. Nos últimos meses de 1836, ano significativo para as ações cabanas na região, com a tomada de suas principais vilas, padre Sanches de Brito já alcançava seu prestígio como líder político. Em outubro deste ano, Ambrósio Pedro Aires, comandante anticabano de Bararuá, vila do Alto Amazonas, remete à Sanches de Brito cópia do Termo onde, juntamente as demais autoridades locais constituídas declaram o referido padre como *Chefe Civil* do Alto Amazonas, responsável por dirigir os negócios públicos desta comarca, “ficando desde já as forças do comando do referido capitão Ambrósio, essencialmente obedientes ao referido juiz de paz”<sup>244</sup>. De acordo com os argumentos das autoridades que assinaram este Termo, tal decisão se dava pela necessidade em se escolher um líder, de *qualidades precisas na presente crise*, que centralizasse as ações contra os rebeldes, visando uma unidade contrarrevolucionária. Ambrósio Pedro Ayres, em ofício ao padre Antônio na mesma data da solicitação coletiva, reafirma o prestígio da

---

<sup>242</sup> Lembremos o incidente entre ele e as autoridades da câmara de Faro, analisado anteriormente, onde o religiosos recebeu apoio popular.

<sup>243</sup> Artigo de padre Antônio Manoel Sanches de Brito redigido para o periódico *Aurora Fluminense*, na data de 15 de junho de 1839, n.15, p.2.

<sup>244</sup> *Termo lavrado pelas autoridades constituídas da comarca do Alto Amazonas declarando o padre Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, chefe político do Alto Amazonas. Lavrado e assinado em 19 de outubro de 1836.* Códice 1013; documento 92; APEP.

liderança religiosa, solicitando ao juiz de paz que atenda a vontade de sua tropa e se torne não só seu dirigente militar, mas chefe civil do Alto Amazonas<sup>245</sup>.

Diante do que vem sendo analisado nesta dissertação, o pedido oficial de Bararuá e sua tropa para que padre Sanches de Brito se torne o chefe civil, ou seja, a maior autoridade civil, além da militar, conota claramente a ideia de separação da região do rio Negro, com o projeto de criação da província do Alto Amazonas. Esta dedução se confirma por meio de um ofício remetido, quase um ano após a solicitação de Ambrósio Ayres e sua tropa, pelo já mencionado tenente comandante Antônio Firmino Coelho, ao capitão de mar e guerra, comandante naval Frederico Mariath. O comandante Firmino Coelho informa que interceptou correspondências secretas e descobriu a intenção de separação do Alto Amazonas, liderada pelo padre Antônio Sanches de Brito. Logo em seguida pondera que esta intenção foi desmantelada a tempo, mas que as autoridades deveriam ficar em alerta, pois há uma *grande força armada* na região coadjuvada para este fim. Ainda em relação ao padre, informa ao remetente que o religioso solicitou seu apoio logístico para investir contra o Ecuipiranga no próximo dia 18 de junho de 1837, mas como ele não o informou sobre o ataque, receava-se em atendê-lo com uma força militar, provavelmente temendo as intenções do padre descobertas pelo tenente<sup>246</sup>.

O que podemos extrair destes documentos, e sustentamos neste estudo, é que o projeto de emancipação da região do médio Amazonas da província do Pará, e aí se inclui o baixo e o alto Amazonas, continuou a vigorar mesmo em tempos de guerra cabana, ou, inclusive nos anos do conflito. Ponderamos que a intenção da elite local em alcançar este objetivo pelas vias institucionais falhou com o desenrolar da Cabanagem. No cenário dos conflitos cabanos entraram em cena desejos e anseios de atores sociais que seriam impactados pelo projeto de separação, mas que não estavam no projeto político da elite local, a qual destinava a eles, a permanência de formas de tratamento dos anos que vigorava a política colonial. Estes atores eram os indígenas, os tapuias, os negros e toda uma gama de homens pobres e descontentes com o projeto que estava se consolidando na província.

---

<sup>245</sup> *Ofício de Ambrósio Pedro Ayres, capitão e comandante dos bararuenses, à Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, remetido do barco Bararuense, em 19 de outubro de 1836. Códice 1013; documento 93; APEP.*

<sup>246</sup> *Ofício de Antônio Firmino Coelho, capitão tenente comandante, à Frederico Mariath, capitão de mar e guerra, comandante da fragata naval do Pará, remetido do patacho Januária aportado em Santarém, em 15 de junho de 1837. Códice 1052; Documento 249; APEP.*

Outro ponto que podemos destacar das palavras de Firmino Coelho é sua insegurança em enviar apoio bélico e contingencial ao padre Antônio Sanches de Brito. Ao longo da leitura dos documentos, observamos a dificuldade de relacionamento do religioso com as demais autoridades anticabanas. Desse modo, podemos deduzir que o prestígio concedido ao padre, se assim podemos considerar, não era unísono dentre as autoridades anticabanas da região. Vimos no decorrer desta dissertação pontuando as dificuldades de entendimento entre as autoridades anticabanas como um obstáculo importante das ações contra os cabanos. E, assim como o padre Sanches de Brito angariava popularidade, da mesma forma agregava-se ao seu nome várias queixas e acusações, especialmente com o presidente da província Soares d'Andréa. Veremos mais adiante alguns destes desentendimentos envolvendo padre Sanches de Brito, inclusive com a intervenção de seu irmão, o vigário Raimundo Sanches de Brito, na tentativa de apaziguar a situação.

Retomando a contraofensiva aos cabanos, a partir das expedições no alto Amazonas comandadas por Ambrósio Pedro Ayres, quando este passa a utilizar pequenos barcos, como já faziam os rebeldes, as ações anticabanas começam a tomar uma forma mais definida. Dá-se início então a derrocada cabana. Descendo o rio Amazonas, a força sob o comando de Ayres restaurou vilas como Marinã, Tefé, Olivença e Manaus, e, em ofício à Antônio Sanches de Brito, precaveu que estas vilas estão entregues a sua própria sorte sem a figura de um dirigente que as *dirija com energia*<sup>247</sup>. As tropas de Bararuá, em conformidade com os reforços chegados ao baixo Amazonas, sob o comando de Petra Bittencourt, empreendem a contraofensiva cabana. Vila Franca, Faro, Alenquer e Santarém, que sediará as ações anticabas, conjuntamente à Óbidos, também são realocadas ao domínio anticabano. Para os cabanos ainda restava o Ecuipiranga.

Comandando as tropas, o missionário montou um plano de ataque aos pequenos pontos, pois, além de cercar aos poucos o Ecuipiranga, impediria a fuga de cabanos deste ponto a outros, logo que, não era de sua intenção “mudar rebeldes de um ponto ao outro, o que é ainda mais perigoso”<sup>248</sup>. Garante ao comandante Agnelo Petra Bittencourt que de posse do armamento e munição recebida por ele, com cerca de quatro mil cartuchos e 200

---

<sup>247</sup> *Ofício de Ambrósio Pedro Ayres à Antônio Manoel Sanches de Brito, remetido da Barca Bararuaense em 19 de outubro de 1836. Códice 1013; Documento 93; APEP.*

<sup>248</sup> *Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, à Manoel Gomes Bentes Pereira, comandante das forças legais do Tapajós, remetido de Pauxis em 5 de janeiro de 1837. Códice 1052; documento 36; APEP.*

pederneiras, somadas as que ele já tinha conjuntamente aos 600 homens (500 de suas tropas e 100 vindos de Santarém), teria condições suficientes para ocupar e fazer força contra o Ecuipiranga, pois segundo sua análise, seria muito arriscado investir qualquer ação contra o ponto com menos de 10 mil cartuchos. Reforça a importância das escunas de guerra que havia solicitado ao comandante, mais algumas embarcações menores, para que se possa fazer o bloqueio ao quase impenetrável ponto cabano.

Em ofício destinado à Petra Bittencourt, ele informou sobre um incidente ocorrido no Paranamirim, rio Arapari, com o comandante da força de Tapajós, Manoel Gomes Bentes Pereira, onde, solicitou ao dito comandante para deslocar sua tropa ao Paranamerim antes do ataque ao Ecuipiranga, pois se fazia necessário derrotar primeiro este ponto adjacente, para impedir, justamente, possíveis fugas dos cabanos quando atacado seu ponto maior. Alegando fugir as instruções que havia previamente recebido, Bentes Pereira não seguiu as determinações, provocando a indignação do padre, que percebia a importância em isolar o Ecuipiranga cercando suas ramificações, qual sejam os pontos menores. Acusou a atitude de Bentes de ter provocado

[...] a morte de vinte a tantos legais, a destruição impune de muitas casas, queimadas, e roubadas toda a Escravatura conduzida que já hoje faz corpo com os rebeldes, e o massacre de famílias brancas, que foram arrastadas entre tormentos pelos rebeldes, o que tudo se teria evitado a não ser preciso obedecer literalmente aquelas Instruções<sup>249</sup>.

E questionou Petra Bittencourt em relação à rigidez das instruções a seus subordinados, não podendo ele alterá-las ou desviá-las, pois acarretava prejuízos nas ações contra os cabanos, uma vez que, “os acidentes de guerra variam de momento a momento”, necessitando de flexibilidade nas ordens dadas. Padre Antônio prossegue o documento avisando sobre uma estratégia de atacar o Ecuipiranga pelos rios Amazonas e Preto, com a tomada do ponto do Lago do Viado, e pelo Lago Grande, com uma tropa de 400 a 500 homens, onde a essa altura já terá destruído o Arapirí e Santana, com o objetivo de salvar o resto de gado das fazendas da região<sup>250</sup>.

---

<sup>249</sup> *Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito à Agnelo Petra de Bittencourt, remetido de Pauxis em 05 de Janeiro de 1837. Códice 1052; Documento 39; APEP.*

<sup>250</sup> *Documento de Antônio Manoel Sanches de Brito à Agnelo Petra de Bittencourt, remetido de Pauxis em 05 de Janeiro de 1837. Códice 1052; Documento 38; APEP.*

Como já vimos, os desentendimentos entre as autoridades anticabanos configuravam importante obstáculo para o êxito da contrarrevolução. Como as batalhas se tornavam cada vez mais difíceis e duradouras, levando-se em consideração as dificuldades impostas pela própria natureza e pelos contratemplos cabanos, o presidente da Província constantemente substituía seus comandantes, o que ocasionava disputa por cargos e patentes, inspirados também na vaidade de muitos deles. Essas disputas impediam estratégias de ataque a esconderijos cabanos, fortalecendo-os. Elas também contribuíam para a falta de armamento e munição, grave problema da época, visto que dificultavam suas remessas a tropas de comandantes que estivessem na disputa. No documento acima citado, percebe-se a indignação do padre Antônio à Agnelo Petra Bittencourt, pelas consequências negativas acarretadas com o não cumprimento de Pereira Bentes, com o atraso da Escuna que deveria bloquear o Ecuipiranga pelo rio Preto para impedir a fuga dos cabanos, e por não ter sido atendido no socorro de armas e munições, ocasionando a morte de muitas famílias e soldados, a destruição de casas, fazendas e plantações<sup>251</sup>.

O próprio padre Antônio era alvo de muitas críticas dentre os comandos oficiais no baixo Amazonas. O capitão Antônio Firmino Coelho queixa-se dele ao Presidente Andréa, denunciando sua insubordinação, assim como uma disputa pelo poder sobre a expedição. Adverte ao presidente que para o êxito do governo, era preciso concentrar o comando militar nas mãos de uma só pessoa, onde todas as autoridades seriam subordinadas, no caso ele.<sup>252</sup> Em contraposição, Padre Antônio destina seu descontentamento a Petra Bitencourt, exigindo respeito às autoridades locais e que suas solicitações sejam atendidas, caso contrário eles correrão o risco dos cabanos de juntarem aos índios, se comunicando do Tapajós até o Alto Amazonas. De temperamento forte, não era difícil encontrar insatisfeitos com o método do Juiz de Paz de Óbidos. Seu irmão já o alertava em relação a isso. Em um documento, o Vigário Raimundo Sanches de Brito, mostra-se preocupado com atitudes do padre em mandar embarcações sob seu comando para Faro onde já havia lá uma expedição liderada por Diniz Marcelino, alegando que esse comandante se sentia ofendido com tal situação. O aconselha a agir com mais prudência para evitar desentendimentos e calúnias, e que retorne com sua escuna.

---

<sup>251</sup> *Documento de Antônio Manoel Sanches de Brito à Agnelo Petra de Bitencourt, remetido de Pauxis em [ilegível] de Janeiro de 1837. Códice 1052; Documento 39; APEP.*

<sup>252</sup> *Documento de Antônio Firmino Coelho, Capitão Tenente e Comandante das Forças Navais no Amazonas, ao Presidente Andréa, remetido do Pataxo Januária em Santarém em 06 de Junho de 1837. Códice 1052; Documento 238; APEP.*

Outra dificuldade encontrada pelas tropas anticabanas de chegar até esses pontos estava na incompatibilidade de suas embarcações aos furos, braços de rios e igarapés, que cortam a Amazônia. Devido à falta de conhecimento da região apresentada pelo próprio governo regencial, incluindo os comandantes enviados para cá, utilizavam grandes embarcações que não conseguiam adentrar a floresta e chegar aos esconderijos cabanos.

Dirimindo parte das *complicações de autoridades*<sup>253</sup>, a contraofensiva ao Ecuipiranga começa a agir. Após muitas tentativas, vitoriosas e fracassadas, com uma força militar organizada, vindas de várias vilas, de Belém e de várias partes do Império, dominando quase todos os pontos que faziam o cordão defensivo, o cerco começa a se fechar ao Ecuipiranga. Em documentos datados de junho de 1837, percebe-se a ansiedade do padre Antônio em intensificar as incursões. Constantemente ele pede apoio de tropas, armamentos, munições e pequenas embarcações. Interessante que esses documentos são de cunho informativo e não consultivo. O padre Antônio não tinha interesse em construir com os comandantes os ataques, e sim informar-lhes, no intuito de solicitar apoio.

Depois de acirradas batalhas, e fogo pesado, os comandantes cabanos do Ecuipiranga enviam um documento, em 28 de junho de 1837, em nome de Bernardo Pereira de Melo Jenipapo ao comandante anticabano Antônio Maciel Branches, informando sobre já terem conhecimento do destacamento de tropas enviadas para lá sob a rege do “poder Absolutista que tanto nos tem massacrado”<sup>254</sup>. Prossegue Jenipapo solicitando um prazo de dois meses para dar resposta às exigências do governo, pois será necessário tempo para comunicar-se com o resto das autoridades cabanas existentes na extensão do rio Preto até as campinas, para assim evitar derramamento de sangue entre os seus, assim como, que o mesmo comandante recolha suas forças militares existentes nos Distritos.

No dia seguinte, em resposta a Branches sobre o pedido de trégua de Jenipapo, João Henrique de Matos, então comandante militar do baixo Amazonas, percebendo que esse pedido seria mais uma estratégia dos cabanos para ganhar tempo, ordena que sejam mantidas e cumpridas suas instruções em sua plenitude. Que Branches comunique a Jenipapo sobre as

---

<sup>253</sup> Termo utilizado por João Henrique de Matos para se referir as suas indisposições com Antônio Firmino Coelho. Códice 888, documento, 156, APEP.

<sup>254</sup> Ofício de Bernardo Pereira de Melo Jenipapo, Comandante do Ecuipiranga, a Antônio Maciel Branches, Comandante Militar, remetido do Quartel do Ecuipiranga em 28 de Junho de 1837. Códice 888; Documento 200; APEP.

providências ordenadas por ele, de que através de um golpe decisivo, todos os inimigos sejam rechaçados, e ainda, que ele estaria de braços abertos a todos que se entregassem, e seriam perdoados pelo Presidente, ou seja, seria concedida anistia<sup>255</sup>.

A concessão da anistia foi uma das medidas adotadas pelo general Soares d'Andréa em seu projeto de *pacificação* da província do Grão-Pará. Era dado aos cabanos que desistissem da luta e retornassem aos seus sítios a garantia de anistia. Na documentação entre as autoridades locais, a importância da Anistia era recorrentemente reforçada. Em ofício, já analisado anteriormente, do vigário de Óbidos, Raimundo Sanches de Brito ao seu irmão, Antônio Manoel Sanches de Brito, reforça a importância de se enviar o quanto antes um *correio a capital*, informando o estado em que se encontravam, e que era indispensável a concessão de anistia, pois caso contrário, não sabia o que iria acontecer. Conclui pontuando que na Assembléia Provincial, não havia um só deputado que olhasse por esta província<sup>256</sup>.

O mesmo vigário de Óbidos, em ofício a Agnello Petra Bitencourt, continua com sua preocupação em pacificar a região, agora levantando a importância da religião católica. Informou sobre seu esforço em percorrer as vilas de região, indo pessoalmente em Vila Franca e Santarém, com o objetivo de derrotar os cabanos por meio da doutrina evangélica, encaminhando-os à obediência e a submissão às leis imperiais.

Pontuemos nestas correspondências duas questões pertinentes nesta dissertação. A primeira refere-se a importância da concessão de anistia na luta contra os cabanos, e como as autoridades locais compraram esta ideia de Soares d'Andréa, mesmo sabendo da existência de posturas destoantes entre o presidente e os comandantes regionais, analisado por Danielle Moura. Entretanto, parece que a ideia de anistia chegou com certa desconfiança aos cabanos. Em resposta a proclamação de Agnello Bitencourt, que prometeu anistia aos habitantes do rio Tapajós que desistissem de seu “louco intento”, e respeitassem a lei e ao Imperador, vindo acolherem-se a sombra da legalidade<sup>257</sup>, os habitantes de Alter do Chão alegam que só desistirão das armas e de sua luta por meio da garantia de uma Anistia Geral, assinada pelo

---

<sup>255</sup> *Ofício de João Henrique de Matos a Antônio Maciel Branches, remetido de Santarém em 29 de Junho de 1837. Códice 888; Documento 201; APEP.*

<sup>256</sup> *Ofício de Raimundo Sanches de Brito, vigário de Óbidos, a Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, remetido de Vila Franca em 10 de setembro de 1836. Códice 1013; Documento 86; APEP.*

<sup>257</sup> *Proclamação assinada por Agnello Petra Bitencourt, capitão de fragata e comandante da expedição ao Amazonas, aos habitantes de Alter do Chão, estendida à Vila Franca e seus distritos, a bordo da escuna Rio da Prata, em 15 de outubro de 1836. Códice 1013; Documento 73; APEP.*

“legítimo punho do Senhor Dom Pedro II”, e que, precisariam de uma trégua de vinte dias para poderem, em articulação com os demais pontos, retornarem com uma decisão<sup>258</sup>.

Analisando o relatório de Soares d’Andréa de 1838, e confirmado pelo relatório de Souza Franco, em 1840, constatamos que a desconfiança dos cabanos de Alter do Chão não era infundada. De acordo com a política de Andréa, aos anistiados caberia o destino de evadirem-se do Grão-Pará para outras províncias, culminando num movimento de desterritorialização aos cabanos presos, sendo estes apreendidos ou apresentados.

Outra questão que se desmembra da resposta dos habitantes de Alter do Chão, é a noção de legitimidade concedida ao Imperador e às leis do Império, demarcando assim, o respeito ao sistema representativo do Brasil, assim como seus espaços institucionais. Nas palavras de Raimundo Sanches de Brito, a importância dada por ele a Assembleia, reforça esta representatividade. Cabe atentarmos às palavras do vigário de Óbidos, pois em sua conclusão, quando ele se volta à Assembleia, não deixa expressamente escrito de qual esfera ele estava se referindo, se a provincial ou a imperial. É importante evidenciar esta lacuna, pois ela pode ser analisada em duas discussões importantes. Se o vigário estiver se referindo a Assembleia Imperial, sua crítica aos deputados pelo abandono da província do Pará em meio a crise da Cabanagem revela o distanciamento da região com o centro-sul do país, conjuntura que se apresenta desde o processo de integração ao projeto carioca de emancipação do Brasil, e que parece ter-se acirrado nos anos cabanos. Mas, se ele estiver se referindo à Assembleia Provincial, o discurso muda de sentido. Caso a crítica tenha sido feita à Assembleia Provincial, fica claro o sentimento separatista em suas palavras, sobretudo no momento em que ele fala “não haver um só deputado na Assembleia que ore por essa Província afim de se evitarem estas calamidades”, estabelecendo um apartamento da região do médio Amazonas, com a região da capital e cercanias, corroborando às queixas de seu irmão e de outras autoridades locais ante o abandono do poder central em Belém às ações anticabanas no baixo e alto Amazonas.

A concessão de anistia está intrinsecamente relacionada a mobilidade de posturas de comandantes cabanos, pois se apresentava como excelente meio de convencimento, ao apelar ao perdão para angariar o reforço de lideranças rebeldes. Ao analisarmos a documentação

---

<sup>258</sup> *Resposta dos habitantes de Alter do Chão, a Agnello Petra Bitencourt, remetido do Ponto de Alter do Chão em 16 de outubro de 1836. Códice 1013; Documento 74; APEP.*

percebemos a mudança de lado de algumas lideranças cabanas ao assumir o comando de ações anticabanas. Dentre eles, podemos destacar o comandante Dinis Marcelino de Souza, liderança militar em Vila Franca. Comandante cabano na região, Dinis Marcelino vinha sendo abordado por Raimundo Sanches de Brito para que convertesse suas armas para lutar contra os rebeldes. Na mesma correspondência em que faz alusão à Assembleia, o vigário Sanches de Brito garante a seu irmão, Antônio Manoel Sanches de Brito, que não havia se enganado em acreditar em Dinis Marcelino, pois este comandante “tem palavra, é firme, e sinceras demonstrações tem dado de querer o sossego, esforçando-se para de uma vez desterrar o espírito de partido”<sup>259</sup>.

A forma como o vigário se reportou a seu irmão, presume que padre Sanches de Brito estivesse desconfiado de Dinis Marcelino. Já vimos destacando neste estudo que o juiz de paz de Óbidos parecia ser uma pessoa difícil e de personalidade forte, fazendo com que não cause estranheza sua atitude de desconfiança. Raimundo Sanches de Brito ainda reforça com seu irmão que a conformação de um povo heterogêneo e “sem perfeita subordinação”, dificulta o caminhar destas pessoas no “trilho do dever”, sendo a conquista de ex-comandantes cabanos fruto de “bem refletidas e prudentes ideias em tempo aturado”, e desse modo, fazia-se mais que indispensável seu irmão agir com prudência e moderação.

Ao que parece, padre Antônio Manoel Sanches de Brito atendeu aos conselhos de seu irmão, pelo menos em partes. Em parte porque, mesmo no auge das investidas ao Ecuipiranga, as queixas a ele continuavam. Mas, tudo indica que as autoridades anticabanas, em um dado momento da ação contrarrevolucionária, percebe que uma unidade entre as forças do governo tornava-se imprescindível para a derrota do Ecuipiranga e, conseqüentemente, a derrota da Cabanagem no Amazonas. Colocando em prática os planos de ação elaborados pelo próprio padre, a partir das observações obtidas pelos constantes bloqueios feitos defronte ao ponto maior, a ação ao Ecuipiranga se efetiva<sup>260</sup>.

Em 15 de Julho de 1837, Antônio Manoel Sanches de Brito remete um documento ao comandante Henrique de Matos sobre o sucesso da expedição ao Ecuipiranga. Em suas

---

<sup>259</sup> *Ofício de Raimundo Sanches de Brito, vigário de Óbidos, a Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, remetido de Vila Franca em 10 de setembro de 1836. Neste documento, o remetente anexou a cópia de um ofício assinado por Dinis Marcelino de Souza em que atesta sua nova postura pelo “partido da lei”, enviando cópias a vários pontos cabanos. Códice 1013; Documento 86; APEP.*

<sup>260</sup> A documentação acerca destas ações é rica, detalhando as estratégias de ataque, e se concentra, fundamentalmente, no códice 888, no APEP.

palavras, *ao destroço do grande Ponto de Ecuipiranga*. Informa sobre a batalha, com números de mortos e feridos de ambos os lados, assim como, números de negros. Também sobre a existência, ainda, de cabanos escondidos nos matos, onde ele afirma que em breve irá fazê-los se render, devido à medida adota por ele de se servir de cabanos influentes para atraí-los. Três dias depois, no dia 18, Henrique de Matos remete ao Presidente Andréa um documento oficializando a derrota do Ponto<sup>261</sup>.

De início destaca-se no documento a unidade das forças de ação, convergindo tropas de Pauxis, as de Ambrósio Pedro Ayres e as embarcações de guerra enviadas por Belém e pelo Império, como a escuna Rio da Prata, o barco Santo Antônio, o iate 5 de Outubro, este com uma força *de cento e tantos paisanos*. Estas embarcações maiores eram destinadas a bloqueios aos pontos menores que circundavam o Ecuipiranga. Os bloqueios eram estratégias muito utilizadas por ambos os lados. Nesse caso, as forças anticabanas utilizavam-nos para impedir comunicações entre os pontos, e interceptar embarcações cabanas a fim de capturá-los. Apoiando e coadjuvando as embarcações de guerra, grandes e por vezes lentas, havia as igarités pequenas e ligeiras. Percebendo sua agilidade posteriormente aos cabanos, que já as utilizavam, elas tiveram singular contribuição ao sucesso das ações anticabanas, por serem, segundo Henrique de Matos, as mais apropriadas para a região.

Este comandante também expõem em seu ofício críticas a dois comandantes, ratificando a tensão recorrente que existia entre as autoridades anticabanas. Para ele, as ações contra o Ecuipiranga teriam tido êxito com menos sacrifício se os comandantes Petra Bittencourt e Felipe José Pereira Leal, “não esquecessem inteiramente do bem público tratando somente do particular”. Sacrifício esse, principalmente no que diz respeito a destruição de plantações e fazenda de gado, como consta da matemática de cinco a seis mil cabeças de gado reduzindo-se a doze vacas, “ficando esta rica porção da província reduzida a fome, e miséria, que atualmente tanto flagela seus habitantes”. No sentido oposto a sua opinião sobre os dois comandantes citados, Matos é só elogio a Antônio Manoel Sanches de Brito que, graças a seu *patriotismo e zelo incansável* se deve a derrota do Ecuipiranga, e com a vitória sobre este ponto, poder-se-ia considerar “a aniquilação do partido rebelde no Amazonas”.

---

<sup>261</sup> *Ofício de João Henrique de Matos, comandante militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Souza Soares d'Andréa, presidente da província, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837. Códice 888; Documento 202; APEP.*

Ao contrário do que acreditava e comemorava João Henrique de Matos, todavia a derrota do Ecuipiranga e, por conseguinte, a derrota da Cabanagem ao longo do Amazonas não garantia à região a paz, o  *sossego* e a  *tranquilidade*, para que voltasse a se desenvolver. Como vimos, a Cabanagem deixou uma herança de aproximadamente trinta mil mortos, uma atividade agrícola destroçada (a maioria dos lavradores conformaram as fileiras do movimento cabano), e uma população desterritorializada.

Quando em 1837 o Ecuipiranga foi derrotado pelas forças anticabanas a região do baixo e alto Amazonas vai presenciar uma dispersão do movimento pelo interior de suas matas e vilarejos. Se pensarmos a derrota da Cabanagem na região condicionada a derrota de sua maior fortaleza corremos o risco de uma análise imprudente, na medida em que a força do movimento cabano já havia se espalhado por uma vasta área territorial, alcançando a maioria das vilas da comarca do Alto Amazonas, como em vários documentos se fez sentir este temor pelas forças do governo provincial.

A dispersão era uma tática recorrente nas ações cabanas. Observamos que a pulverização de núcleos de resistência às margens dos grandes e pequenos rios consistia numa marca indelével do movimento ao longo do Amazonas. Evidentemente que perder seu maior ponto, onde suas estratégias eram pensadas e formuladas, onde suas tropas desfalcadas por alguma derrota procuravam refúgio e proteção, para se reorganizarem e voltarem para as batalhas, e onde sentenciavam e executavam seus principais alvos, afetou a força do movimento cabano na região. Mas percebemos, sobretudo nas falas dos presidentes de província, que a região ainda em 1839 proporcionava preocupação às autoridades por apresentar alguns focos de revolta. Em seu relatório como presidente da província, Bernardo de Souza Franco alertava que,

No Amazonas continuam ainda as operações, e difícil será concluir a guerra sem o emprego concorrente dos meios brandos e conciliatórios, atenta a vastidão dos terrenos, que é mister de explorar e proteger. No rio Tapajós, ou perto existem ainda malvados, e o Gêntio Maués por eles seduzido foge, e incendeia suas habitações a aproximação de nossas forças, ou lhe faz emboscadas, e resistência.<sup>262</sup>

Percebemos no trecho da fala de Souza Franco alguns elementos interessantes à análise. Primeiro que constata a preocupação de focos cabanos no rio Amazonas acima, e

---

<sup>262</sup> Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco aos deputados da Assembléia Provincial, em 15 de agosto de 1839, p.1.

também no Tapajós, rio este sempre lembrado nos relatórios por estar ocupado por pontos cabanos ao longo de suas margens. Outra informação importante é a presença de índios da nação Maués compondo os focos cabanos que, quando *seduzidos* pelo movimento, participa efetivamente das ações. Como discutido no capítulo anterior, a participação indígena na Cabanagem ocorreu de forma efetiva e autônoma, no sentido de perceber sua participação no movimento como uma contrapartida sua, para dar vazantes aos seus anseios. E por fim, as palavras do presidente trazem a ideia de uma investida oficial de forma mais branda para alcançar o êxito esperado, numa postura contrária às ações de seu predecessor, o general Soares d'Andréa. Lembremos que a anistia geral, muito propagandeada por Soares d'Andréa (mesmo que chegasse aos rebeldes de forma deturpada, como vimos anteriormente), foi mais amplamente aplicada na gestão de Souza Franco.

No alvorecer da década de 1840, o então presidente João Antônio de Miranda, relatava a importância da anistia e os efeitos que já se passam a colher com ela, como o exemplo vindo do baixo e alto Amazonas, quando um grupo contendo 980 rebeldes com suas *armas reunidas, arcos e flechas*, se apresentaram às autoridades de Luzea, e em outras vilas da região, como Santarém e Óbidos onde mais de 200 soldados desertores também haviam se rendido.<sup>263</sup> A satisfação presente nas palavras do presidente é compreensível, pois, um ano antes, esta região continuava a ser palco de conflitos, como bem relata Souza Franco, onde afirma que “em Luzea há receios de ataques de malvados, que dizem ter atravessado o rio Preto, e reunido dos distritos vizinhos”<sup>264</sup>. Este mesmo evento foi saudado no relatório de Souza Franco, agora como vice-presidente, em 1841. Ele inicia seu discurso congratulando o estado de paz e tranqüilidade que reinava na província, atestando ter “cessado a guerra destruidora” com a rendição de muitos grupos de cabanos, os quais ainda estavam embrenhados nas matas de regiões como o baixo e alto Amazonas, em seus distritos de Monte Alegre e em Luzea, no rio Tapajós, nas proximidades com a província de Mato Grosso.

\*\*\*

Além da inquietação das autoridades provinciais com os focos cabanos, que não haviam sido totalmente extirpados pelas forças do governo, encontramos nos discursos presidenciais uma preocupação a mais com a segurança na província, e que vinha sendo

---

<sup>263</sup> Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, João Antônio de Miranda aos deputados da Assembléia Provincial, em 15 de agosto de 1840, p.7.

<sup>264</sup> Bernardo de Souza Franco, *op.cit.*, 1839, p.2.

observada há um bom tempo, desde os tempos coloniais. Estamos falando das disputas territoriais em áreas de fronteira com outras potências europeias. O conflito diplomático agora em questão relacionava-se com transposição de limite territorial com a França, onde este país avançou seu território para além do estipulado em acordo entre as duas nações. Observemos a fala do presidente Soares d'Andréa,

O governo francês aproveitando-se da debilidade do Brasil pelas suas comoções políticas, e sobretudo, pelo aniquilamento da Força Armada, que tem sido causa de muitas desgraças, desenterrou possessões antigas, e hoje destituídas de todo o fundamento sobre sua linha de limites.<sup>265</sup>

A França teria avançado seus limites sobre o território brasileiro a partir da demarcação natural do rio Oiapoque, colocando um destacamento de 200 homens de 1ª linha e duas embarcações de guerra na altura do Amapá, sob o pretexto de garantir a segurança de seus limites contra a onda revolucionária por qual passava o Pará. A Cabanagem também é referenciada no trecho citado, quando Andréa acusa o governo francês de se aproveitar da comoção por qual estava a passar a província, inclusive com desmantelamento de sua força armada, para aumentar a extensão de seu território sobre o brasileiro. Em 1840, em seu relatório anual, o presidente Miranda acena para a retirada das tropas francesas do território brasileiro, sob a promessa de ser instaurada uma comissão, formada por membros de ambos os países, para solucionar esta pendência diplomática. De fato, um ano depois, observa-se no relatório de Souza Franco sobre a desocupação francesa.

Outra pendência diplomática ocorreu nas áreas de fronteira com a Inglaterra, na região do rio Branco, comarca do Alto Amazonas. A presença de um missionário, o protestante britânico T. Yowd, atuando em missão com indígenas Macuxis e Uapixanas, em território brasileiro, gerou um novo embate acerca das possessões territoriais. Pensando, a princípio ser uma querela religiosa, o governo envia para a região, em 1839, um representante, no caso um missionário, para averiguar a situação e reforçar as diretrizes da religião católica. De acordo com o relatório do presidente Miranda, estas providências surtem os resultados esperados, e o religioso britânico se retira do território ocupado, ocasionando, com isso, o retorno de mais 800 índios à tutela da religião católica. Entretanto, esta querela ultrapassou as questões religiosas, alcançando interesses territoriais. Em 1842, este impasse volta a pauta no relatório do vice-presidente Souza Franco. Em suas palavras, há *trocias de notas diplomáticas* entre o governo imperial brasileiro e o britânico “sobre o direito e posse dos terrenos banhados pelo

---

<sup>265</sup> Idem, p.1.

riacho Pirarára e o lago Amacú”<sup>266</sup>. Decorre que uma comissão foi formada para se discutir os pontos contestados sob a coordenação do coronel João Henrique de Matos que ficou encarregado de explorar os terrenos em litígio, sob as instruções e ordens do governo imperial. Nesta viagem expedicionária, o coronel Henrique de Matos elabora detalhado relatório não só sobre a região contestada, mas faz um panorama geral da situação da comarca do Alto Amazonas.

Sendo assim, em inícios da década de 1840, num momento imediatamente posterior ao movimento cabano, o tenente coronel voltou ao cenário político provincial, com um relatório de uma viagem expedicionária oficial, onde ele retomou o discurso da elite dirigente local, em prol do movimento separatista, pela criação da província do Amazonas. É o que analisaremos no último capítulo desta dissertação.

---

<sup>266</sup> Discurso proferido pelo vice-presidente do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco aos deputados da Assembléia Provincial, em 14 de abril de 1842, p.5.

#### Quarto Capítulo:

### **Depois da guerra cabana: João Henrique de Matos entre memória e as propostas para um novo Amazonas.**

O envolvimento efetivo de uma grande parcela da população (indígenas, negros e tapuias) nos conflitos da Cabanagem, atuando como sujeitos de sua história, extravasando anseios há muito presos dentro de um sistema elitista e racista, e legitimando o conflito armado como forma de alcançar suas bandeiras, levou a elite local do baixo e alto Amazonas a repensar os caminhos, a ela, tortuosos, que a conjuntura da época estava seguindo. Diante disso, várias medidas foram pensadas e um discurso foi sendo criado visando a manutenção de seu *status quo* e o distanciamento das classes populares de lugares de destaques no cenário político da província, espaços estes que elas haviam alcançado nos anos da Cabanagem. Esta nova conjuntura exigia para a elite local uma retomada dos caminhos institucionais para garantir o êxito de seus projetos políticos e manter seu status de setor dominante da sociedade provincial. Começa então a ser construída uma memória negativa do movimento cabano a partir dos discursos e falas das principais autoridades da província e que são assimilados pela sociedade paraense, apoiados em grande medida pela intelectualidade da época.

Foi neste contexto que o tenente coronel João Henrique de Matos empreendeu uma viagem expedicionária aos limites ao norte do Império do Brasil com as terras das Guianas, especialmente, na região de fronteira entre o Rio Branco (a noroeste do alto Amazonas), e a Guiana britânica. Sob as ordens de Bernardo de Souza Franco, então presidente da província, em 1842 uma comissão foi formada para analisar os pontos contestados sob o comando de Henrique de Matos. Em seu trajeto, o militar elaborou um relatório de viagem, onde abordou sua impressão dos locais por onde a comissão passou, sobretudo, o alto Amazonas, origem de seu nascimento<sup>267</sup>. Num tom abertamente crítico, Matos denunciou o estado de abandono em que se encontravam as vilas e freguesias da comarca do Alto Amazonas, apontando responsáveis, e propondo soluções. Dentre o conjunto de soluções possíveis uma se destacava, a separação da região do Grão-Pará, e a criação de uma nova província. Retomando o projeto separatista, Matos correlacionou a crise em que passava a comarca à

---

<sup>267</sup> MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Amazonas em 1845*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Brasília – Rio de Janeiro, 1979.

falta de apoio e investimento por parte de Belém, além da herança fúnebre deixada pela Cabanagem.

Nesse sentido, compreender a relação entre os efeitos do movimento cabano e a retomada do projeto de criação da província do Amazonas, na construção de um novo discurso entre a elite dirigente, é o nosso interesse no quarto e derradeiro capítulo desta dissertação. Propomos então, perceber a Cabanagem não apenas como texto, mas também como contexto, na medida em que políticas de controle social e de desenvolvimento econômico foram criadas, pautadas num rearranjo da mão de obra indígena e na exploração dos recursos naturais, sob o pretexto de reorganizar e revigorar a economia da região rumo ao *progresso*, estagnado após os cinco anos de processo cabano. O discurso da elite local neste novo contexto será analisado pelas palavras do coronel João Henrique de Matos, testemunha ocular (como ele mesmo se reportou), que participou ativamente da contrarrevolução cabana na região, como comandante militar do Baixo Amazonas. Como o relatório possui uma carga pessoal e subjetiva muito forte, propomos realizar uma análise entrecruzada de suas informações com as obtidas nas falas de alguns presidentes de província<sup>268</sup>.

Quando lemos as palavras dos presidentes de província, delimitando de Soares d'Andréa a Silva Vellozo, observamos um eixo central na construção ideológica de seus discursos. As medidas pensadas para reflorescer a economia da província passavam necessariamente, pela garantia da tranquilidade pública, para que a economia da região pudesse alcançar novamente o ritmo do desenvolvimento, perpassando este ritmo por incrementos na agricultura, pecuária, extração de recursos naturais e comércio. Mesma linha de raciocínio adotada por Henrique de Matos em seu relatório. Não causa estranheza, o fato de Matos ser um estadista, assumindo um cargo público, compactuar com a mesma linha ideológica de suas autoridades. O que iremos perceber no decorrer da leitura do relatório de militar, e que vamos discutir no andamento deste capítulo, são duras críticas que ele fez, desde corrupção de autoridades a fatores que atravancam o desenvolvimento da província, que se distanciam, em certa medida, das falas presidenciais.

Os relatórios presidenciais eram organizados por tópicos, correspondentes as áreas de atuação do governo. Para efeito de análise, dentre as áreas, vamos destacar para este estudo as

---

<sup>268</sup> Para este estudo elencamos as falas dos presidentes, Francisco José de Souza Soares d'Andréa (1838), Bernardo Souza Franco, como presidente (1839) e como vice-presidente (1841-42), João Antônio de Miranda (1840), Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1842), José Thomaz Henrique (1843) e Manoel Paranhos da Silva Vellozo (1844).

de *tranquilidade pública, secretaria de governo, relações exteriores, colonização/missões e catequização indígena, comércio/agricultura e economia, estatísticas da província, obras públicas e finanças*. A escolha destas áreas se baseia no relatório de João Henrique de Matos para que se possa realizar a análise comparativa entre seu discurso e o das principais autoridades.

Iniciando o relatório, intitulado por Matos como *Relatório do Estado de Decadência em que se acha o Alto Amazonas*, o relator explana sobre a situação deplorável da comarca, em grande medida, decorrente da “temível época de 1835”, e afirma ser um grande conhecedor da região, sendo testemunha ocular dos processos políticos presenciados pelo Baixo e Alto Amazonas, desde início da década de vinte do século XIX<sup>269</sup>. De fato, retrocedendo um pouco nos anos, deparamos com a presença de Henrique de Matos em importantes acontecimentos políticos da província. Compôs a Junta Provisória de Governo em 1823, e, dado seu currículo, foi nomeado comandante militar do Baixo Amazonas, para combater os cabanos. Tomou posse do cargo em 16 de maio de 1837, substituindo a Lourenço Justiniano da Silva Freire<sup>270</sup>. Foi em seu comando no Baixo Amazonas, que as forças anticabanas iniciaram uma contraofensiva eficaz ao movimento, conseguindo, em muitas vilas, o recuo dos rebeldes e sua dispersão. No capítulo anterior, quando abordamos a dispersão cabana na região, podemos dimensionar a participação do coronel na contraofensiva anticabana.

Ressaltou, em seu relatório, que não teria pormenores em apontar os pontos críticos da região, propondo-se a relatar alguns problemas por qual ela passa, pois seria impossível abordá-los em sua totalidade. Diante do enaltecimento atribuído ao rio Amazonas, considerado, nas palavras do autor, “grande, rico e poderoso pela Natureza, e de todos o Soberano”, sendo aos olhos das “nações mais cultas e civilizadas o ponto de maior

---

<sup>269</sup> Documentos salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Pará atestam a participação do comandante durante a Cabanagem na região, assumindo o posto de comandante militar do Baixo Amazonas. O ofício enviado ao Presidente Francisco José de Souza Soares d’Andréa comunicando a derrota do quartel general dos cabanos da região, o famoso Ecuipiranga, é assinado pelo comandante Matos (documento 202, código 888).

<sup>270</sup> *Ofício de João Henrique de Matos ao presidente Soares d’Andréa*, dando conta de sua posse e das medidas imediatas que iria tomar para informar a situação do comando que estava assumindo. Código 888; documento 138; APEP. João Henrique de Matos nasceu em Barcelos, no dia 07 de abril de 1784, antiga capitania do Rio Negro. Foi deputado da Assembléia Legislativa da Província do Grão-Pará. Foi Cadete, servindo na Guarnição da Fortaleza de Macapá e Membro do Governo Provisório do Pará, em 1823, quando Capitão de Artilharia. Tenente-coronel reformado do 5.º Batalhão de Artilharia de Posição de 1.ª Linha, em 1838 e Comendador da Ordem de São Bento de Aviz. Cavaleiro da Ordem de Cristo, além de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB. Titulação disponível no início de um ofício remetido por ele no dia 05 de maio de 1843. Documento salvaguardado no APEP; SPP; ofícios; caixa 89.

maravilha”, nota-se uma discrepância entre ele e seus habitantes. A situação socioeconômica de seus habitantes não seria condizente com a importância econômica de sua região, que, em suas palavras, “há muito rivalizava com a capital da província em Civilização, Comércio e Agricultura”. Segundo ele,

O Rio Negro a quem a natureza prodigalizou meios e riquezas para fazer um vasto Império e representar um dos pontos mais salientes no Brasil entre as suas mais opulentas Províncias, acha-se reduzido a uma simples Comarca dirigida por um Comandante Militar e um Juiz de Direito, e sua sorte dependendo dos caprichos dos mal-intencionados e ambiciosos; sem um governo de perto que procure tirar as maiores vantagens dos seus produtos naturais, e se empenhe em remover os danos de seus habitantes e dar providências acertadas que tanto necessita<sup>271</sup>.

Já neste primeiro ponto levantado pelo relator, percebemos algumas sintonias e dissintonias de sua fala das falas obtidas dos presidentes, de modo geral. Nos discursos lidos, é evidente a preocupação de enfatizar que a província caminhava no rumo do desenvolvimento, estando todos seus habitantes empenhados neste sentido, percebendo já neste momento, os ventos de prosperidade advindos com a derrota e dispersão dos sujeitos que haviam levado a região ao caos e a miséria, os cabanos. Bernardo de Souza Franco, em relatório de 1841, garante que, graças as medidas de pacificação implementadas por ele, dentre elas a anistia geral, a tranqüilidade pública está restaurada, começando a florescer o comércio e a agricultura<sup>272</sup>. Ao passo que Matos se aproximava do discurso de suas autoridades, acreditando no potencial econômico do alto Amazonas, ele se distanciava quando acusava que sua comarca não estava tendo o devido interesse pelo governo provincial, direcionando esta prosperidade para a região.

Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, o processo de colonização na região amazônica (aqui se subentende província do Grão-Pará), estabelecia uma economia pautada na exploração das drogas do sertão, e uma incipiente, mas existente, atividade agrícola<sup>273</sup>. No período pombalino, foi empreendido na região um projeto de

<sup>271</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.144.

<sup>272</sup> Discurso do vice-presidente Bernardo de Souza Franco, *op.cit.*, 1841, p. 4.

<sup>273</sup> Estudos recentes sobre a economia da Amazônia, tanto colonial, quanto imperial, apontam para a desconstrução de teses que se baseavam numa sobreposição dicotômica da economia extrativista sobre economia agrícola. Pesquisa de Luciana Marinho Batista, no Grão-Pará, baseada nos estudos de Patrícia Sampaio, no Amazonas, aponta para uma relação correlata entre os dois tipos de economias. Esta nova perspectiva analítica, argumenta que, analisando um quadro mais amplo da economia, não se prendendo apenas na circulação de mercadorias, é possível compreender uma vinculação entre as atividades extrativistas e as agrícolas, permitindo assim, o “fluxo de rendas do setor produtivo” (BATISTA, p. 48, 2004) e, conseqüentemente, o acúmulo de

desenvolvimento, que manteve o extrativismo, e intensificou a exploração agrícola, com plantações de cacau, cana-de-açúcar, café, entre outras espécies. A produção era escoada por embarcações simples, que percorriam os rios e afluentes do Amazonas, possibilitando o transporte de bens e de pessoas, mantendo uma rede de comunicação entre as cidades do interior da Província, e com a capital. Segundo Siméia de Nazaré Lopes,

Desde o período colonial, um importante tráfego fluvial no rio e afluentes do Amazonas realizava-se em embarcações de pequeno porte (barcos, canoas), pertencentes aos colonos, comerciantes e sitiantes, que faziam o transporte de bens e de pessoas entre Belém-Manaus e outras cidades (Macapá, Cametá, Santarém e Soure), satisfazendo as necessidades básicas da população.<sup>274</sup>

A grande circulação de mercadorias pelos rios amazônicos levava à preocupação por parte das autoridades em “controlar, disciplinar, legalizar, regulamentar, mensurar e aferir o quantum de mercadorias [eram] trocadas”<sup>275</sup> entre os portos da região. Um elemento que dificultava este controle era a configuração tradicional das moradias regionais, as palafitas às margens dos rios, constituídas de “portos particulares”, onde os moradores poderiam comercializar seus produtos livremente. Esta preocupação era latente na gestão de vice-presidente da Souza Franco. Uma das medidas por ele pensadas para coibir este costume e, assim, garantir o recolhimento dos impostos sobre os produtos, seria limitar e designar os portos de embarque e desembarque das mercadorias, para que, a deficiente força fiscalizadora pudesse realizar sua função a contento. Outra medida a seu ver eficaz seria taxar com uma forte contribuição anual as casas que fazem quintal e cercado aos rios, pois, percebendo a impossibilidade de fiscalização de todas as residências alocadas nas margens de rios, seria uma forma de garantir o retorno alfandegário que não existia. A estas mesmas casas seriam permitidas batidas fiscalizadoras. Defendia estas propostas, pois, condicionava a elas a diminuição das rendas públicas.

---

capital. Para um aprofundamento na questão, cf. BATISTA, *Op. Cit.*, 2004. José Maia Bezerra Neto também nos mostra que o projeto colonial português não deixou de se preocupar com o incentivo ao *cultivo de diversas lavouras e fazendas*, mesmo tendo sobressaído o interesse pela extração das drogas do sertão. Ainda segundo o autor, a partir de 1750, a agricultura comercial e as fazendas (principalmente voltadas à pecuária), passaram a desenvolver um lento processo de substituição de mão de obra indígena pela africana escravizada. Para uma leitura mais arguida desse processo, cf. BEZERRA NETO, José Maia. *Op.cit.*, 2001.

<sup>274</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (Mestrado). 153f. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002, p.120.

<sup>275</sup> Idem, *Ibidem*.

Mais impostos, menos produção: o quadro era triste na região do médio Amazonas. Vimos que, na primeira metade do *oitocentos*, a economia da região, assim como outros aspectos, sofreu um revés, em decorrência dos conflitos sociais recorrentes no primeiro reinado, sobretudo a Cabanagem. Neste, a região sucumbiu numa revolução social, que dizimou cerca de trinta mil almas, “e que só voltou a crescer significativamente em 1860”<sup>276</sup>. Abarcou um amplo território, alcançando regiões distantes do centro político-administrativo da província, inclusive a comarca do Alto Amazonas. Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, os cabanos “estavam senhores de um imenso trecho do território da Província. Alcançavam a fronteira com o Peru, no Solimões”<sup>277</sup>.

Lopes ao citar o trabalho de Patrícia Sampaio, alega que as conseqüências da Cabanagem foram desastrosas para a região. Além da destruição de plantações, ocasionando problemas de abastecimento, o decréscimo populacional, decorrente dos sangrentos conflitos, prejudicou a economia com a falta de mão-de-obra, principalmente a tapuia, assim como a escrava destinada às lavouras. Diante desse funesto quadro, em 1840, “uma das preocupações dos Presidentes da Província do Grão-Pará centrava-se na reestruturação do comércio e de toda a vida social”<sup>278</sup>. Medidas urgentes precisavam ser tomadas para um “reflorescimento” econômico.

Sobre a área da economia, Souza Franco defendia o estímulo ao extrativismo, desenvolvendo o trabalho das populações locais a colheita das drogas do sertão e outras especiarias, como alternativa a falta de mão-de-obra escrava em decorrência, sobretudo, das *desordens* por qual a província passou, dificuldade esta refletida nas atividades agrícolas. De acordo com o vice-presidente, é necessário que o governo efetive atividades de “colheita de especiarias, drogas, e gêneros de diversas espécies, que a Natureza prodigiosamente liberal em nossa província produz espontaneamente, e oferece em gozo ao homem pelo simples trabalho de as colher”<sup>279</sup>. Prosseguindo seu discurso, Souza Franco sustenta a defesa do extrativismo como importante incremento para a economia, mas alerta para a preocupação com a limitação dos recursos naturais, no sentido que esta atividade “não [é] tão segura, e duradoura esta espécie de produção, porque se gasta a origem, perecem as árvores de óleo,

<sup>276</sup> RICCI, Magda. *Op.cit.*, 2010, p.6.

<sup>277</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1979b, p.115.

<sup>278</sup> LOPES, Siméia. *Op.cit.*, 2005, p.121.

<sup>279</sup> Discurso proferido pelo vice-presidente Bernardo de Souza Franco, *op.cit.*, 1841, p.36.

salsa e seringa, e outros gêneros com o demasiado esgoto de sua seve, ou raízes”, mas que até então, tem sido *profícua* e de *mais avultado valor* à Província<sup>280</sup>.

Percebemos tanto no discurso de Henrique de Matos, como nas falas dos presidentes, a importância das riquezas naturais e do papel do governo para gerir estes recursos e levar ao desenvolvimento da região, numa perspectiva fisiocrata, abalizada no progresso econômico, sob a intervenção do Estado, na defesa do interesse “público”, em contraposição ao “privado”. A fisiocracia<sup>281</sup>, fundamentada na teoria da *economia da natureza*<sup>282</sup>, era recorrente nestas críticas que denunciavam o uso irracional, arbitrário e destrutivo dos recursos naturais, como uma das principais causas ao atraso da economia brasileira. Acreditamos que esta relação, da visão de Matos com as ideias fisiocratas, aponta para uma abordagem teórica de como se processava o pensamento intelectual brasileiro acerca das preocupações com o rumo do país, dentro de uma crítica ambiental, formulada no final do período colonial e no decorrer do Brasil monárquico<sup>283</sup>. Cabe não esquecer que o militar era sócio correspondente do IHGB, instituição mantenedora dos debates ambientais da época.

Observemos que Matos não condicionou a crítica situação de sua região somente aos efeitos da Cabanagem, somando-se a eles, a falta de compromisso do poder público e a arbitrariedade de interesses dos *mal-intencionados* e *ambiciosos* particulares. Para este artigo, em sintonia com o próprio relatório analisado, o processo cabano será utilizado como marco para um estudo comparativo da região em seus aspectos políticos, sociais e econômicos, visando compreender estes aspectos dentro de um discurso da elite, reformulado no período posterior à Cabanagem.

---

<sup>280</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>281</sup> A escola econômica fisiocrata, originada no seio do pensamento iluminista, acreditava no valor econômico da natureza. “Os criadores da fisiocracia pretendiam aproximar a ordem econômica daquilo que entendiam como sendo a ordem da natureza”, e possuíam um “ideal essencialmente produtivista” (Pádua, 2002, p.46 e 47).

<sup>282</sup> Segundo José Augusto Pádua (2002) a “economia da natureza” foi uma teoria que defendia o comportamento dos seres naturais, nos espaços naturais, ambos criados por Deus, onde, orientados por leis, estabeleciam um equilíbrio funcional. Cada elemento da natureza possuía uma função, e mantinham relações recíprocas, gerando um sistema de movimentos interdependentes.

<sup>283</sup> Para uma análise mais profícua sobre a crítica ambiental no Brasil imperial cf. PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

Nos anos que se seguem 1835, o movimento cabano alcançou e se consolidou no Baixo e Alto Amazonas. Impotentes em combater as forças “rebeldes”, e sem o apoio suficiente das tropas da capital, o governo da comarca, sitiado na Ilha de Tatuoca, “não poderia resistir a uma força de trinta a quarenta mil homens abastecida de todos os provimentos de boca e de Guerra”<sup>284</sup>. Esta estimativa contingencial cabana se aproxima da levantada pelo padre Antônio Manoel Sanches de Brito no artigo publicado no periódico *Aurora Fluminense* em junho de 1839, calculando-se os cabanos na região em 20 mil. No decorrer do processo, restabelecendo suas cidades e vilas, retomadas do controle cabano, em grande medida pelo esforço de seus próprios habitantes, o Amazonas se depara, segundo palavras de Matos, “com a retribuição que lhes coube, vendo totalmente parar o seu Comércio e sua Agricultura”<sup>285</sup>. Percebe-se um tom de crítica a omissão do governo provincial, tanto aos apelos feitos pelas autoridades locais em conceder-lhes ajuda no combate aos insurretos, quanto ao desenvolvimento de uma região que remete à capital uma média de duzentas a trezentas canoas carregadas de produtos, “do que direitos paga e não recebe para as suas despesas coisa alguma”<sup>286</sup>. Produtos estes, diversificados em mais de cinquenta gêneros de exportação, não sendo suficientemente destinados, a manter e sustentar a população.

Esta crítica de Matos a omissão do governo de Belém em fornecer apoio à região contra os cabanos não foi voz uníssona. Padre Antônio Sanches de Brito explicita sua indignação ante o governo da província pela falta de apoio logístico e estratégico nas ações anticabanas na região. Em balanço que elaborou sobre a contraofensiva aos cabanos, coordenada por ele e por Henrique de Matos, apresentando-o no periódico citado, em tons claros de defesa a uma presumível acusação contra ele de atentar ante a vida do presidente Andréa, ele não teme retaliações em afirmar categoricamente o abandono da região em tempos da revolta. Sentenças do tipo, “o Amazonas abandonado totalmente do governo da capital”, “lutando contra mais de 20 mil rebeldes, sem que eu tivesse notícia alguma da existência do governo”, “prossigui os trabalhos a minha custa, e a pedido de esmolas”, nos

---

<sup>284</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.145.

<sup>285</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.145.

<sup>286</sup> *Idem*, p.146.

permitem compreender o grau de revolta, insatisfação e distanciamento do líder religioso para com o governo central da província<sup>287</sup>.

Alcançando a região do Rio Negro, Matos constatou a decadência em que ela se encontrava. As povoações desta Comarca, entre os anos de 1758 a 1823, calculavam-se trinta e duas, entre vilas, freguesias e lugares, computando 7.200 habitantes livres e 450 escravos, estando reduzidas à época da expedição em número de dezoito. Dentre as vilas, Matos analisou as duas únicas sobreviventes na Comarca do Alto Amazonas, Barcelos e a da Barra do Rio Negro. Ele alertava para o estado deplorável das duas únicas vilas remanescentes da antiga Capitania, e que tiveram algum prestígio naquela época, e indagou se elas estavam assim, era de se imaginar como estariam as localidades menores e menos prestigiadas. Diante disso, defendia a necessidade de um trabalho minucioso de estatística, empregando “pessoas de inteligência”, ou seja, intelectuais das ciências, com o objetivo de percorrer todos os distritos da Comarca, penetrando todos os rios navegáveis e tributários ao rio Negro, aplicando o estudo em diversos ramos para um diagnóstico completo da região. Segundo o militar, a expedição estatística poderia obter informações valiosas à Receita Nacional se porventura houver algum sonegador, ou infrator dos interesses públicos.

Através dos diagnósticos realizados por Matos, percebemos um significativo decréscimo populacional na região, decorrentes dos processos políticos enfrentados na região, e também, de acordo com o relator, pela falta de uma política efetiva por parte do poder central em Belém, visando seu desenvolvimento social e econômico. Este decréscimo dos habitantes e, por consequência a carência de mão de obra, também é percebida dentre as preocupações dos presidentes de província. Souza Franco sinalizava para este problema em 1841, quando alertava para o comprometimento da falta de braços, sobretudo, escravos, para a economia da província, em decorrência das *últimas desordens e comoções políticas* por quais tem passado a região. João Antônio de Miranda alertava um ano antes, em 1840, que a população da província necessitava de sérias providências, pois ela tem *fortemente decrescido*.

Novamente a preocupação por parte da elite provincial girava em torno da questão da mão de obra. Decorridos os anos de conflitos, minando os últimos focos cabanos, fazia-se

---

<sup>287</sup> Artigo de padre Antônio Manoel Sanches de Brito redigido para o periódico Aurora Fluminense, na data de 15 de junho de 1839, n.15.

necessário pensar estratégias de desenvolvimento para a região, e estas estratégias perpassavam pelo incremento da mão de obra, especialmente a indígena. Numa região demograficamente composta, em sua maioria, por índios, muitos ainda *bravios*, era de se esperar que o interesse da elite dominante voltasse para o trabalho indígena. Entretanto, a relação que se pretendia estabelecer entre o interesse econômico e o trabalho indígena, iriam apresentar algumas nuances que se distanciavam da relação estabelecida no período anterior aos cinco anos cabanos.

O que pretendemos pontuar aqui, é que o início dos anos de 1840 apresentava outro momento para a questão da mão de obra indígena no Grão-Pará, e mais especificamente na região do Rio Negro. Mesmo sabendo que o cerne do interesse ainda era desenvolver a região a partir do uso do trabalho e da colonização indígena, apresentava-se neste novo momento um novo olhar ao indígena, uma relação de interesses sob uma nova perspectiva. A participação efetiva de índios e tapuias nos conflitos cabanos, perceptível na documentação, não foi, e nem deveria ser, desconsiderada pela elite local. No período imediatamente posterior a Cabanagem, o tratamento destinado a esta significativa parcela da região deveria ser, no mínimo, sob muita cautela<sup>288</sup>.

Os debates sobre o papel do índio na sociedade brasileira foram constantes em vários Conselhos de Província e, inclusive no Parlamento brasileiro. O pertencimento do indígena à nação brasileira é, de acordo com Sposito, um ponto em aberto, abrandado pela Constituição de 1824 que o via, assim como o escravo negro, sem participação política definida pelo novo Estado que estava sendo criado. No entanto, este tema de vez por outra se fazia ressurgir nas sessões da Assembleia Imperial, em debates que se discutiam entre a assimilação e o extermínio do indígena na formação do Estado brasileiro, e, em âmbito nacional, esta questão só viria a ter uma diretriz geral em 1845<sup>289</sup>, com o *Regulamento acerca das Missões de*

---

<sup>288</sup> De acordo com o estudo de Fernanda Sposito por volta de 1830 se observou uma mudança de atitude por parte das autoridades imperiais para com os indígenas. Analisando a província de São Paulo, ela destaca das documentações que o indígena passa a ser descrito com um olhar mais benevolente, passando a considerar aliados do Estado e não mais inimigos temidos. Diante desta mudança, propostas são apontadas pelas autoridades paulistas no Conselho da Província de São Paulo, visando a necessidade de repensar as relações com os indígenas, superando os conflitos, e demarcando projetos de catequização como forma de agregar esta população. Desse modo, em outubro de 1830 é criada a Sociedade de Catequese e Civilização, cultivando uma forma mais amistosa de tratamento com os índios. Pontuemos a conjugação de dois conceitos centrais nesta diretriz, que se entrecruzam e se fundem para a consolidação de uma nova atitude nas relações com os indígenas, cf. SPOSITO, Fernanda. *Op.cit.*, 2011, p.54.

<sup>289</sup> Idem, p.55.

*catequese e civilização dos Índios*. Frisemos bem a percepção de *âmbito nacional*, pois a questão indígena nos primeiros anos do Império ficou sob responsabilidade de cada Conselho de Província, numa postura liberal e federalista, como já pontuamos aqui. Diante disso, as instancias representativas provinciais assumem o papel deliberativo acerca das relações com os indígenas.

No Grão-Pará a postura ante o indígena se dava pela questão da mão de obra. Desde o início do processo de colonização europeu, o braço indígena foi cobiçado e integrado às atividades econômicas do Estado português, e com a virada do Império, esta situação permaneceu. Pontuamos as disputas políticas em torno desta questão, quando se discutia a importância da manutenção ou extinção, e o controle das Tropas de Ligeiros, entre os grupos políticos do Grão-Pará na década de 1830. Iniciando a década de 1840, decorridos os anos revolucionários, e estancados, mesmo que superficialmente, os conflitos civis, as autoridades da província de voltam a projetos desenvolvimentistas, visando um reflorescimento econômico da região.

A relação entre participação indígena e acréscimo populacional e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico era uma concordância entre as autoridades da província, apesar de Henrique de Matos esboçar sérias críticas à falta de políticas do governo para este assunto. Dentre as falas que mais chamaram a atenção destacamos as de Souza Franco e Antônio de Miranda. Este último inicia sua defesa da importância das populações indígenas evidenciando o decréscimo populacional da província, propondo para este mal duas medidas, consideradas por ele, indispensáveis: a introdução de *braços livres e industriais* à província, e a criação de missões para catequizar *ossos índios errantes*. De acordo com suas estimativas, já existiram na província de 60 a 70 missões, e no momento só contavam três. Menciona a situação do alto Amazonas que, com sua extensa dimensão territorial, dispunha apenas de uma missão. Dos 60 mil índios aldeados computados nos anos das capitâneas gerais, restaram a metade, mas com grandes possibilidades de incorporar ao projeto missionário em torno de 90 mil, se os investimentos forem feitos. Em sua perspectiva, os créditos da crise populacional não devem ser dados apenas para os *povos selvagens* ou para as epidemias. Acredita que, conjuntamente a elas somavam-se os conflitos armados encenados na região, onde o povo ousou pegar em armas contra a *voz do evangelho*, contribuindo assim, para o abandono das missões, e a extinção dos *diretórios dos índios*. Em relação à missão do Forte de São Joaquim, garante ter enviado os socorros pedidos pelo frei Inocentes, como objetos para *mimosear* os índios, assim

como fardamento completo para presentear o tuxaua das etnias. Percebemos aqui um conflito de informações entre a crítica de Matos, de que o Forte não estaria recebendo apoio do governo provincial, e a garantia de Miranda que este apoio foi destinado à São Joaquim.

Souza Franco, em relação à catequização indígena e seu projeto colonizador para a região, considerava as missões ferramentas fundamentais para este retomar o crescimento populacional da província, além de estimular seu desenvolvimento econômico, na medida em que os índios catequizados seriam transformados em mão de obra para a economia. No entanto, divergia da lógica tradicional do processo de catequização sobre a sedentarização indígena aos trabalhos na lavoura. Para ele, os exemplos do equívoco desta forma de colonização são vários, tanto regionais, quanto em outros países, como Estados Unidos e possessões espanholas na América. Alertava o vice-presidente que, “tribos e nações inteiras de índios têm desaparecido da face do Novo Mundo, talvez em parte por causa deste errado sistema de os forçarem a uma espécie de vida contrária a todos os seus hábitos”<sup>290</sup>. Acreditava em alternativas a esta forma de colonizar em uma região como a nossa, variável em possibilidades de incrementos ao desenvolvimento de sua economia, como a citar a extração de seus recursos naturais, produtos que “compõem grande parte de nossa exportação”. Diante disso, Souza Franco defendia um modelo diferente de catequização, onde seria permitida ao índio liberdade para conviver em seu habitat natural, o tempo conveniente a ele, alocando-se sua mulher e filhos nas aldeias como forma de garantir seu retorno a elas. Seria uma forma de sedentarização gradual e progressiva.

Podemos observar aqui, um claro interesse do governo do Pará com o uso da mão de obra indígena nos projetos de colonização para o desenvolvimento econômico da província. Este interesse encontrava-se sob a nova lógica assumida entre Estado e Igreja a partir de 1840. Marcio Couto Henrique pontua que, ao contrário da lógica colonial, onde os grupos indígenas eram submetidos ao controle das ordens religiosas, que detinham certa autonomia em relação à coroa portuguesa, no século XIX, mais precisamente a partir de 1840, as relações Estado e Igreja adquirem um novo rumo, imprimindo mudanças na situação dos índios. A mudança mais significativa foi a preocupação do Estado brasileiro em exercer um maior controle sobre as etnias indígenas e, sobre a atuação missionária. Esta atuação nos leva a outra mudança

---

<sup>290</sup> Discurso proferido pelo vice-presidente Bernardo de Souza Franco, *op.cit.*, 1841, p.15.

importante que foi a introdução de missionários capuchinhos em substituição aos jesuítas, expulsos por Pombal em 1759<sup>291</sup>.

Couto Henrique nos atenta para um período de decadência das missões religiosas na província do Grão-Pará entre as décadas de 1850 e 1860. A ideia dominante nos séculos XVII e XVIII da opulência das ordens religiosas, sobretudo a Companhia de Jesus, não se configurará no século XIX. Criticando a análise das missões oitocentistas, muitas vezes feitas de forma anacrônica, baseando-se em referenciais dos séculos anteriores, especialmente sobre a tônica jesuíta, o autor atenta para as especificidades da atuação missionária no *Oitocentos*. Dentre elas a ausência dos jesuítas, a presença de outras ordens, como as dos Capuchos, o estado de decadência em que se encontravam, levando a uma relação de dependência ao Estado brasileiro, inclusive as missões localizadas na Amazônia. Diante desta conjuntura, a catequese indígena no período imperial, se postula como missão oficial do Estado, dentro do projeto maior de colonização, especialmente da região do Rio Negro, ainda imensamente inexplorada, e constantemente disputada.

Para João Henrique de Matos a solução ao decréscimo populacional também estaria na relação com os indígenas. Em sua perspectiva, a forma cruel que os colonos impõem aos índios, desconstrói o trabalho que os missionários iniciaram desde o começo da colonização. Para o relator, a extinção dos *Diretórios* indígenas muito contribuiu para o abandono das povoações. Então, seria necessário retomar a “catequese e a civilização dos índios para crescer a população, e colonização daquele país deserto e abandonado”<sup>292</sup>. Ressalta a importância de formas para atrair a simpatia dos índios, fazendo que desçam do interior da floresta para as margens dos rios, onde se localizam os povoados. Dentre elas estão a concessão de títulos aos Principais, agraciando-os com a nomeação de capitães, prática esta realizada pelos governos desde a Lei do Diretório, e que permitiram a incorporação indígena ao projeto colonizador das missões, pois

[...] brindando-os com algum uniforme que muito os influi; promovendo os necessários meios para chamarem e fazerem reunir as mais Nações desconhecidas, separando dentre eles os índios ladinos, que foragidos do Serviço Nacional vivem refugiados, e que fazem persuadi-los de que se não

---

<sup>291</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira, nem Pombal: memória jesuítica e as missões religiosas na Amazônia do século XIX*. Revista de Letras Asas da palavra; Universidade da Amazônia; Belém-Pa; 2007; p.212-214.

<sup>292</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.168.

devem sujeitar, nem trabalhar para os brancos, os fará atrais nossa amizade, e confiarem no apoio que se lhes oferece <sup>293</sup>.

Sua proposta de retomada dos Principais e uma política de concessão de privilégios destinada aos grupos indígenas remontam a política pombalina de se criar uma elite indígena. De acordo com André Machado, a incorporação do índio ao projeto colonial português necessitava fundamentalmente da figura do líder indígena, para intermediar o acesso do colono português aos grupos indígenas. Desse modo, a concepção dos Principais advém da ideia do Marquês de Pombal em se criar esta espécie de elite indígena, que receberam vários privilégios com o objetivo de fortalecer a subordinação do índio ante o Império Português<sup>294</sup>. A ideia de retomada da figura do principal no século XIX assegurava ao Estado brasileiro o contato com etnias indígenas ainda tribalizadas com o intuito de incorporar ao projeto nacional este *índio bravo*, tornando-o, o que se convencionou denominar, tapuío.

Permitir certo grau de liberdade aos indígenas, sendo convocado para qualquer serviço que a Nação venha precisar apenas os filhos, deixando os pais livres em suas vivendas, condizia com os debates realizados no Parlamento brasileiro e nas Assembleias Provinciais de uma integração do índio ao projeto de construção do Estado nacional, concedendo a ele certa liberdade, como nos evidencia Fernanda Sposito. Os primeiros índios a descerem também não deveriam ser tão impactados pelo projeto colonizador, permitindo-lhes o cultivo de suas roças, com o objetivo que eles convençam os seus a aderirem aos povoados. Ele também via no casamento entre os soldados do Destacamento e as índias uma forma de povoar as missões.

Acompanhando a nova lógica imperial em relação às missões religiosas e a relação do Estado com os grupos indígenas, apontada por Couto Henrique, Matos também considerava o estabelecimento das missões religiosas como importante alternativa rumo ao desenvolvimento da região. Além de contribuir para a povoação e colonização do território, principalmente em áreas de fronteiras, constantemente disputadas, domesticava nações indígenas ainda em estado “selvagem”, estimulava a economia com a agricultura, a pecuária e a extração das drogas do sertão. A partir desta constatação, Matos descreve e relaciona as diversas nações indígenas do Alto Rio Negro, diferenciando-as em domesticadas e bravas, as que já se empregam no comércio e na lavoura, as que se encontram em áreas de importância em *drogas silvestres*,

---

<sup>293</sup> Idem, p.170.

<sup>294</sup> MACHADO, André. *Op.cit.*, 2013, p.2/18.

mapeando assim, os lugares mais apropriados para o estabelecimento de missões e futuros povoados, como podemos observar na tabela a seguir.

TABELA 8

<b>Relação de etnias indígenas e suas localidades no Alto Rio Negro (1841-1843)</b>		
<b>Rios</b>	<b>Nações indígenas</b>	<b>Observações</b>
Padaguay	Uirina – domesticada	Rio extenso; Extrativismo de drogas silvestres
Igarapé Inxivi	Guaribá – bravios	
Igarapé Teia	Desconhecidas	Muitas etnias bravias
Maraiá	Macus – bravios	Têm assolado a povoação de Nossa Senhora do Loreto
Mariê	Macus – bravios	
Uaupés	Tucunas e Sannas – domesticados	Úteis ao comércio e à lavoura. Amigos dos brancos.
Tiquiê	Diferentes etnias indígenas	Existência de relações comerciais entre os negociantes da região com um índio ladino de uma das etnias, com produtos vendidos aos indígenas, em troca de gêneros do mato, por meio de resgates.
Cachoeira do Panovê	Tariúna	Muito úteis ao comércio; bons práticos das cachoeiras; fabricam farinha; empregam-se na extração de drogas das matas.
	Carará – domesticados	Empregam-se ao comércio e à lavoura
Iapu	Diferentes etnias indígenas	Indígenas desconhecidos por falta de quem os tragam para a catequização.
	Tucunas	Povoação denominada Iauaraté-Cachoeira
	Annajá – domesticados	Malocas denominadas Caruru-Cachoeira; muito úteis ao comércio.
Querani e Uaupés	Diferentes etnias indígenas	Os negociantes compram gêneros do país.
	Manimbá	Povoação de Santa Anna
Isana	Manimbá	Duas povoações de indígenas da mesma etnia que tem como principal, a primeira, o índio Mateus, e a segunda o índio João.
	Boatana	
Cuiari	Diferentes etnias domesticadas	Continuando a navegação deste rio se encontra a maloca do Principal Fragata, com diferentes nações indígenas. Nas cabeceiras deste rio encontram-se diversas etnias bravias.
	Baré	Extinta povoação de São João Batista do Mabé, rio acima a maloca do Principal Crispim José da Nação Manibá.
Chibi	Ariquenas – bravios e antrpófagos	Desta região com um dia e meio de viagem se alcança a povoação de São Carlos, colônia espanhola.

Iurubaxi	Miranhas; Iuri; Pacé – domesticadas	Suas cabeceiras dão trânsito ao braço do rio Iapuru, no rio Solimões.
Solimões		Dilatado e interessante rio; abundancia de salsa em suas margens; dá passagem para a Bolívia com mais facilidade do que o rio Madeira;
Purus	Muras; Purus; Panauari; Cathanaxis	Composto por lagos fecundos de peixe-boi, tartarugas, pirarucu; nas estações de seca se fabrica muito azeite de ovos de tartaruga; os campos que o margeiam são próprios para a pecuária. É um rio importante pois dá passagem para os rio Japurá, Içá, Juruá, Jutahy, Javari e outros menores, todos tributários do Amazonas. Excelentes terras para a lavoura.
Tapauá	Cathanaxis – domesticados Cathuquemias; Mamory e Chinaniri – bravios	Rio largo e extenso. Os Cathanaxis cultivam roças de mandioca, milho, bananeiras, carajuru, urucu e jenipapo.
Mereunim	Puincanary	Rio pequeno e estreito. Nação indígena populosa.
Ituxi	Cathanaxis	Nada consta
Auicimá		
Ciriuny		
Uacimá	Caminará	Nada consta
Observação: no rio Purus tem prestado serviço ao Império o <i>cidadão</i> Manuel Urbano da Encarnação, onde floresta adentro, tem extraído drogas do País e trazendo às margens do rio catorze nações indígenas, fazendo-as povoar e cultivar roças de mandioca e outros cultivo. As nações são:		
Purus	Ciacu	Nação populosa. Têm os beijos cheio de furos, nos quais metem espinhos de pau para fingir barbas. Usam de barretes de penas de pássaros. As mulheres ornem seus pescoços com dentes de macacos. São muito diligentes e ativos ao trabalho.
	Arapá	Nada consta
	Ciuni	Nada consta
	Aporiná	Nada consta
	Canamaré	Povo tratável e conhecido, com fazendas. Usam pesos espanhóis enfiados e pendentes no pescoço. Possuem ferramentas, facões largos, ubás de madeira muito compridas em que navegam. Vestem-se de tangas de pano.
	Iamanadi	Possuem muitas malocas, das quais seis saem para a margem do rio.
Lago Capatini	Quaruná	Nada consta
Lago Prirruruam	Puiaguari	Nada consta

Igarapé Thuman	Amarunan	Nada consta
	Ciriuiini	A maior parte desta nação são bravios, e atacam as outras para lhes roubarem as mulheres e levarem para suas malocas. Em decorrência a esta prática, as outras etnias coadjuvam para aniquilá-los.
Mamuriá	Uanaarri	Rio pequeno.
	Muriná	
	Terroan	
	Mangue	
	Iacuritim	
Madeira	Mura	Abundância de gêneros silvestres. Contem vistosas campinas para a pecuária. Imensos lagos férteis em peixe e tartarugas, podendo de seus ovos fabricar bastante manteiga. Excelentes terras para a lavoura. Facilidade de comunicação com o rio Purus. Os mundurucu são os mais populosos, povoando uma extensão compreendida do rio Canumá até Maués.
	Mundurucu	
	Maués	
Solimões		Nada declarou o relator, afirmando a existência de uma missão na Fortaleza de Tabatinga, fronteira com a América Espanhola, sob os cuidados do frei Martinho da Santa Rosa Lima. Enfatiza o estado de abandono por qual se encontra este rio.

Elaborada por BARRIGA, Letícia Pereira. 2013. Fonte: MATOS, João Henrique de, op.cit., 1970.

Diante disso, Matos elaborou uma análise e correlação entre as populações indígenas e a agricultura e comércio, elencando as etnias indígenas consideradas importantes por ele, com suas vantagens e desvantagens para o desenvolvimento econômico da região. Podemos compreender esta relação estabelecida por Henrique de Matos entre populações indígenas e a agricultura o que Marcio Couto Henrique pontua como preocupação do Império em transformar o índio em um trabalhador agrícola<sup>295</sup>. O objetivo de Matos é indicar lugares alternativos para o estabelecimento de missões religiosas com o intuito da colonização no Alto Rio Negro, e a fomentação da agricultura e do comércio local. Dentre nações citadas, e os locais adequados, exemplifica-se a missão na foz do rio Uaupés,

[...] por ser de muita consideração para o Comércio, e Agricultura, e habitado por muitas tribos [lê-se etnias] de diferentes Nações já domesticadas, e amigos dos brancos com quem comerciam, que extraem muitas drogas, e raridades daquele Rio, em proporção de todos os mais que

<sup>295</sup> HENRIQUE, Marcio Couto. *Op.cit.*, 2007, p.219.

são abundantes em gêneros em maior cópia, a salsa, o cravo, o Puxuri, a Copaíba, o Cumaru, o Breu, a Castanha, a estopa da mesma, a Piaçaba, para a cordaria, as Maqueiras manufaturadas do grelo da Palmeira Menuti [...] preparam ralos de que servem no fabrico das farinhas, Balaios de diferentes formas, finalmente uns assentos de madeira mui baixos de que usam, que os denominam banquinhos de uaúpes<sup>296</sup>.

As habilidades que os indígenas traziam de seus próprios conhecimentos, deveriam ser potencializadas através de instruções fornecidas por mestres, para o desenvolvimento das artes fabris, destacadas pelo autor como “os grandes agentes da prosperidade de um país”<sup>297</sup>. O aperfeiçoamento da mão de obra indígena seria nos ofícios de carpintaria, ferraria, pedreiro, alfaiate e sapateiro. Entretanto, mais uma vez, a região se vê numa situação de penúria, agora em relação a mestres de ofício. A solução proposta por Matos seria deslocar alguns soldados artífices do Destacamento do Forte, para o ensino dos silvícolas. Às índias aldeadas e já “civilizadas” cabia a tarefa de dar “a educação própria e conveniente, como seja o instruírem na feitura da louça, teçômes e o mais”<sup>298</sup>. Aos comandantes militares das vilas mais próximas, ficaria a incumbência de enviar um número suficiente de mulheres às missões para servirem de mestras às índias já catequizadas. Uma medida pouco dispendiosa, mas com um significativo efeito.

Percebemos nos relatos de Matos a preocupação inerente em relação a duas etnias indígenas, os Mura e os Mundurucu. A documentação correspondente aos conflitos da Cabanagem nos possibilitar perceber que os Mura se posicionaram, nos principais levantes, pelos cabanos, e os Mundurucu, rivais históricos dos Mura, atuaram conjuntamente as tropas anticabanas. Mas, ambas as etnias, no momento da expedição e elaboração do relatório, proporcionavam inquietação ao militar. Em relação aos primeiros, Matos expõe a preocupação de um olhar mais argüido por parte do governo central em não deixá-los em abandono, permitindo, dessa maneira, que eles retornassem a sua “primitiva ferocidade”<sup>299</sup>. Quanto aos Mundurucu, o coronel apela as mesmas razões, “ainda que gostem mais de habitar no coração das brenhas”, e por estarem alocados em na extensão do rio Canumá, importante

---

<sup>296</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.170.

<sup>297</sup> Idem, p.176.

<sup>298</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.177.

<sup>299</sup> Idem, p. 172.

área para a agricultura e comércio, além de corresponderem, nesta população, a um número estimado de mil índios catequizados, e uns três mil ainda por catequizar<sup>300</sup>.

O número de índios Mundurucu impressionou Matos, indicando a importância de uma política de catequização na região por meio da criação de missões religiosas que efetivamente atuem em prol do desenvolvimento da região, pois, em sua perspectiva,

O seu comércio, que é tudo fundado na falsa fé do dolo, e cavilação da parte dos aventureiros que todos os dias estão entrando pelo rio acima só se encaminha a prejudicarem os miseráveis silvícolas, com enganos e trapaças. O único meio que julgo obstar essas pestíferas doutrinas, por carreira à torrente ambiciosa de tantas desmoralizações é só com a elevação da Comarca na Categoria de Província, como já dito fica<sup>301</sup>.

Observemos neste ponto uma concordância nos discursos analisados da relação entre catequização indígena e política de povoamento, sobretudo na comarca do Alto Amazonas, que, aos olhos das autoridades, era uma região peculiar da província, pois correspondia a uma extensa área territorial, vinda, assim como toda a província, de um decréscimo populacional, e, por alocar em seus limites, zonas de fronteira. Elementos suficientes, de acordo com Matos, para um olhar mais incidente por parte do governo provincial, e, imperial.

A preocupação à região por conta destes elementos, não inquietavam somente as autoridades locais. Em seu relatório de 1840, o presidente Miranda alertava aos deputados para os problemas vivenciados pelos conterrâneos do alto Amazonas. Em suas palavras, a solução para “levantar este Gigante prostrado, firmando sólidas bases que o façam sobressair” seriam a constituição de missões com a contratação de religiosos, não importando serem eles, espanhóis, italianos ou portugueses, mas que sejam sacerdotes<sup>302</sup>. Defendia também a subdivisão da comarca em quatro jurisdições para dar conta das audiências judiciais em decorrência do quadro reduzido do júri. Mas em nenhum momento foi observado a defesa por parte do presidente da desvinculação da região do Grão-Pará, elevando-a a Província, como discursava João Henrique de Matos. O coronel encontrou eco à sua fala no discurso de Bernardo de Souza Franco de 1841. O então vice-presidente da província declarava

---

<sup>300</sup> Idem, p. 173 e 174.

<sup>301</sup> Idem, p.174.

<sup>302</sup> Discurso proferido pelo presidente João Antônio de Miranda aos deputados da Assembléia Provincial em 15 de agosto de 1840, p.19.

abertamente favorável a transformação do Alto Amazonas em província como meio de melhor governá-la e melhor vigiar suas fronteiras<sup>303</sup>.

Denúncias de descaso à região por parte do governo provincial não eram exclusividade das autoridades militares locais. Em discurso aberto pela defesa causa nacional e do Alto Amazonas o cônego André Fernandes de Souza, vigário-geral do Rio Negro no período inicial do Brasil imperial, denunciava,

[...] opressão e vexames que se tem praticado com os habitantes daqueles distritos, tanto brancos como índios, com tanto estrondo de diminuição da população, que não deixará de enternecer o coração de Sua Majestade Imperial com afetos de compaixão [...] mormente a despovoação de uma província que lhe é tão interessante, e a causa de sua total desgraça [...]<sup>304</sup>.

A acusação de descaso por parte das autoridades à comarca do Alto Amazonas, região do Rio Negro era constante em sua escrita. Acusava-os de “sangue sugas da avareza” e dizia que, “se os missionários eram escandalosos em fazer reverter com demasia em proveito seu e das suas religiões o producto do trabalho dos Indios, não menos eram os directores e commandantes militares”<sup>305</sup>.

Observação pertinente fez Moreira Neto ao analisar a fala do cônego André de Souza, quando este fez uma crítica contundente à atuação dos governantes do Rio Negro nos últimos anos do período colonial (1801-1822). Segundo Moreira Neto, o religioso condenava o desempenho das autoridades caracterizado pela *exploração brutal da mão de obra indígena, pela competência administrativa e pela corrupção de seus atos*. Observemos neste ponto uma consonância entre o pensamento do cônego com a fala de Matos em seu relatório, carregada de críticas e acusações às autoridades da província, sobretudo da capital.

O que tornava importante o legado deixado por André de Souza foi a abrangência de sua análise, compreendendo toda a região do alto Amazonas, constituindo-se assim em importante registro histórico da região, sobretudo no que diz respeito a Igreja nos suspiros finais do período colonial. De acordo com seus relatos, em Barcelos, antiga capital da

---

<sup>303</sup> Bernardo de Souza Franco, *op.cit.*, p.22.

<sup>304</sup> SOUZA, André Fernandes de. (1848: 415), apud, MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Reformulações da missão católica na Amazônia entre 1770 e 1832, In, História da Igreja na Amazônia; Ed. Vozes, Petrópolis/RJ, 1992, p. 248.

<sup>305</sup> SOUZA, André Fernandes de. (1848: 415-416) *Op.cit.*, 1992, p. 248.

comarca, “a Igreja é de boa construção, com bons ornamentos e muitas sagradas imagens”, porém, “não tem tido párocho desde que morreu Luiz Coelho Chucre em 1819, que era ali párocho e foi vigário geral da capitania”<sup>306</sup>. João Henrique de Matos também constatou em seu relatório a carência de sacerdotes na região.

Voltando a análise do relatório e demarcando a relação, participação indígena e desenvolvimento populacional e econômico, passemos a compreender a situação econômica da região, e propostas empreendidas pelo comandante, como alternativas para o progresso do Alto Amazonas. Em relação à agricultura, Matos é contundente em defender áreas apropriadas para as lavouras. Dentre os elementos que ele leva em consideração para a escolha dos locais, está a relação com as etnias indígenas; a importância das tropas para a segurança e facilitação do contato com os índios, valorizando os soldados, com pagamento de soldos, fardamento e alimentação; assim, como a valorização do trabalhador agrícola, sendo ele indígena ou pequeno agricultor; investimento em ferramentas e técnicas agrícolas. Todos estes elementos não terão efeito desejado se não houver um administrador honesto e comprometido com a causa e o interesse público.

Chegando ao Forte de São Joaquim, em abril de 1843, localizado na foz do rio Tacutu, Henrique de Matos deparou-se, em suas proximidades, com uma missão religiosa denominada Porto Alegre, na Serra do Baricó, fundada pelo missionário padre José dos Santos Inocentes da ordem Carmelita calçados e que, segundo estimativas do relatório de Miranda, continha em torno de mil indígenas aldeados. Partindo dos pressupostos acima mencionados, o comandante considera a região com capacidades suficientes para o estabelecimento de roças, fomentadas pelo Estado. Porém, as queixas feitas pelo missionário evidenciam o estado de penúria em que o Forte se encontrava.

De acordo com o padre José, ele possui uma boa relação com algumas nações indígenas. Poderia adquirir a confiança de mais nações se tivesse o apoio de outro missionário e de produtos para facilitar o contato, como ferramentas, pano de algodão, sal, além de outros que vierem necessitar. Se o governo ajudasse, segundo o padre, chamaria todas as nações “amigas” para o serviço nas lavouras de mandioca e outras, porém sem as ferramentas necessárias, isso ficava inviável. Com muito esforço, chegou a construir uma olaria, para a fabricação de telhas e louças, mas “por falta de obreiros e mestres de ofícios que possam

---

<sup>306</sup> SOUZA, André Fernandes de. (1848: 415-416) *Op.cit.*, 1992, p.250.

ensinar a juventude indígena, apenas os aplica em roças de mandioca, algodão, milho, e outras plantações de cana que as vi de grande nutrição”<sup>307</sup>. Além da produção agrícola, as matas em volta da missão eram ricas em espécies de madeira nobre, entre as quais, pau laranja, pau de arco, itaúba, cedro vermelho, marapauba branca (madeira muito leve), intay (de onde se extrai uma resina com o mesmo nome), e muita copaíba.

Diante de todas estas vantagens, o padre defendia que as roças nacionais deveriam ser transferidas para sua missão, pela proximidade que tinham com o Forte, podendo abastecê-lo com a farinha demandada. Investindo ferramentas e mão de obra necessária, ele garante que no prazo de oito dias poderia o Forte ser abastecido. Matos endossava a defesa, justificando que, a manutenção da roças nacionais no lugar que se encontravam, distante do Forte vinte e cinco a quarenta dias, abaixo das grande e perigosas cachoeiras, tornava-se inviável e dispendioso aos cofres públicos, e que o mais acertado a fazer era investir nas qualificadas áreas ao redor de São Joaquim, dentre elas a missão Porto Alegre. A mesma postura de reformulação João Henrique de Matos propunha para um setor da economia com a mesma situação de decadência, e com o mesmo grau em importância destinado a agricultura. Este setor era a pecuária.

#### **4.1. Sem gado não tem consumo – as propostas de João Henrique de Matos para alavancar a pecuária no Rio Branco.**

O relatório destaca três fazendas de gado vacum e cavalari na região do Rio Branco. A primeira *São José*, localizava-se próximo ao Forte. Fundada por “um tal Évora”, após sua morte foi tomada para a Nação, assim como a fazenda de *São Marcos*, fundada por “um tal Sacramento”. A única originada pelo interesse público foi a de *São Bento*. Foi fundada por volta de 1787, pelo governador da extinta Capitania do Alto Rio Negro, o Brigadeiro Manuel da Gama Lobo de Almada, que mandou transportar para seus campos treze cabeças de gado, assim como as novilhas e garrotes que as povoações da Capitania tivessem, sem mexer nas vacas, para que as povoações não interferissem na produção.

Bem, assim como os habitantes, o número do rebanho caiu significativamente. Em 1838 somavam-se, as três fazendas, um total de 3.000 cabeças de gado vacum, e 2.000 de

---

<sup>307</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.151.

cavalar. Este percentual cai para 500 a 600 cabeças de gado vacum e 150 de cavalar, em 1843. De acordo com Matos, o motivo que leva a este decréscimo está relacionado à falta de interesse por parte dos administradores das mencionadas fazendas, assim como dos administradores da própria Comarca. Também, os conflitos da Cabanagem contribuíram significativamente para a mortandade dos animais. Ele relaciona a constante presença de degredados, entre eles, estrangeiros, ocupando cargos públicos importantes, e influenciando autoridades competentes, em prol de seus interesses particulares, como uma condicionante do atraso em que se encontra a região. Acusa, por exemplo, Ambrósio Pedro Ayres, de origem alemã de enriquecer à custa dos cofres públicos, por ter recebido 391 cabeças de gado, como pagamento por seus serviços à época da Cabanagem. Lembremos que Ambrósio Ayres foi um dos militares que comandaram a dispersão cabana na região, atuando pela contrarrevolução no alto Amazonas. Matos relembra dos feitos do dito Ayres em seu relatório quando o associa à derrota do Ecuipiranga.

João Henrique de Matos criticava a atitude do dito comandante quando este solicitou ao governador Marechal Jorge Rodrigues o ressarcimento no valor 2:350\$530 réis pelos serviços prestados, quando sustentou que garantiu de seus recursos o pagamento das tropas a ele subordinadas, e também a posição do governador de consentir tal pagamento, alegando que tantos outros indivíduos também o assim em defesa da pátria e do governo legal sem nada pedir em troca. Como em Óbidos nada obteve de reembolso, Ayres retirou-se com sua tropa para a Vila da Barra do Rio Negro a fim de conseguir seu pagamento exigindo o reembolso em cabeça de gado, no valor de seis mil réis por cabeça. De fato ele alcança sua solicitação, pois como constatava Matos, em agosto de 1837, quando o coronel se encontrava no comando militar do Baixo Amazonas, presenciou a passagem de Ayres com sua tropa em um barco e algumas canoas carregadas de carne seca, concedida pela Provedoria, contribuindo, na opinião do relator, em prejuízos aos cofres nacionais, pois, recebendo um total de 391 bois, a 6 mil réis cada cabeça, perfez o valor por ele, anteriormente solicitado. Calculando rapidamente o preço da arroba por 8 mil réis, valor este cobrado em decorrência da falta do produto na praça, e reduzindo a carne a dez arrobas por boi, Matos chegou a um valor obtido por Ayres de 31:280\$000 réis. Questionadas, as autoridades do alto Amazonas que concederam tal reembolso ao alemão, alegaram que fizeram acordo sentindo-se coagidas por ele, desculpando-se a Tesouraria Geral por tal rombo aos cofres públicos.

Se este evento realmente aconteceu, não podemos afirmar com precisão, mas como se trata de um relatório oficial, tendemos a melhor considerá-la. Obviamente temos que ter o cuidado de problematizar esta informação, levando-se em conta a demasiada subjetividade do relator perante a região inspecionada. Também é importante não relegarmos o sentimento anti-estrangeiro presenciado em suas palavras. Adiante, ele incorrerá sobre a participação de outro estrangeiro nos acontecimentos políticos vividos pela comarca. Atos como os de Ayres, alega o relator, foram praticados pelo italiano Francisco Ricardo Zany, e endossados pelas autoridades brasileiras. Empossado sob os títulos de coronel das extintas milícias desta comarca, depois do Estado Maior do Exército, comendador da Ordem de Cristo, inspetor de todas as fábricas nacionais do Alto Rio Negro e diretor dos produtos da História Natural, ironizando, Matos denuncia que este *importante servidor brasileiro*, por meio das ilimitadas ordens a ele concedidas, mandava e desmandava na produção pecuária das fazendas do Rio Branco.

Além dos degredados estrangeiros, os brasileiros vindos para a província por degredo também foram responsabilizados por Matos como perniciosos ao desenvolvimento da pecuária das fazendas nacionais. Ele cita um degredado vindo de Pernambuco por crime de morte, negro, de nome Francisco Bernardo, que assumiu a administração das fazendas do Rio Branco em 1836, período que consta uma situação de total abandono das fazendas. Aqui estando, foi processado por roubo de gados e enviado á Santarém, por conta dos conflitos do movimento cabano. Encontrado pelos cabanos, foi remetido e solto no Ecuipiranga, onde ao seu comando foi-lhe entregue uma força para ir tomar a Vila da Barra do Rio Negro. Interessante nesta passagem do relatório, a constante referência aos anos da Cabanagem, inclusive indicando a participação de autoridades, anteriormente constituídas, em posições de lideranças cabanas, configurando a mobilidade de posicionamentos, elemento característico da revolução cabana.

Somando-se a isso, a corrupção dos administradores locais foi alvo das críticas de Mattos. Segundo ele, há provas contra Antônio Leal de Barros, também degredado de Pernambuco, que assumiu o comando do Forte em maio de 1839, sob o ordenado de 200 mil réis anuais, e que, além de estagnar o número de cabeças de gado, é acusado de estabelecer uma fazenda para sua filha, desviando todo o gado manso e novilhas para ela, com o consentimento do administrador da Recebedoria Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães. Também há denúncias do transporte de gados das Fazendas Nacionais para as terras de sua

amante, de nome Liberata, onde freqüentemente se encontra, deixando em constante abandono as ditas Fazendas Nacionais, das quais ainda destina carne verde para o sustento de sua família.

O desvio dos vaqueiros para suas fazendas acarreta a queda na produção de carne nas Fazendas Nacionais, o que constatou Matos em 18 de abril de 1843. Ao amanhecer, solicitando leite para o almoço, foi-lhe informado por um vaqueiro, que não havia tal alimento, pois o gado que ainda resta, se encontra disperso por falta de pastores que o conduzisse aos currais. Em relação ao pagamento dos vaqueiros, além de paupérrimos, ainda atrasavam. A comida que deveria ser destinada à alimentação destes trabalhadores, farinha e carne seca, já se encontra em falta, devido o administrador mandar vendê-la para a colônia britânica, ficando o Forte e as Fazendas desprovidas destes gêneros. Ele mesmo revela que foi testemunha ocular, em junho de 1843, da venda de dois cavalos e uma égua por Leal de Barros aos ingleses, mandando gravar por cima das insígnias da Fazenda Nacional, o ferro de sua fazenda.

Para permitir que tais práticas continuassem a acontecer livremente, o administrador burlava a Lei Nacional, permitindo vender aguardente, feita a base de beju de mandioca, aos soldados do destacamento do Forte, causando grandes desentendimentos entre os responsáveis pela defesa e fiscalização da fronteira. Além de omitir dados do número de gados e do ponto dos vaqueiros, constantemente solicitado pela Recebedoria, através do Mapa dos Gados, para uma melhor compreensão da situação das Fazendas Nacionais. A falta de informações em relatórios oficiais por parte da comarca do Alto Amazonas vinha sendo constatada nos relatórios dos presidentes de província. João Antônio de Miranda, em seu discurso de 1840, alegava que o mapa estatístico da província estava incompleto por falta de dados da dita comarca. Mas não explicitava o problema como uma crítica ou acusação à má administração das autoridades locais, como enfatizava Matos, ao afirmar a existência de conluio entre os administradores das fazendas nacionais com os da Recebedoria Nacional, em contraposição ao interesse da Nação.

Diante deste diagnóstico, Matos não tinha dúvida em afirmar às autoridades competentes que, “é suficiente o que tenho [ele] mostrado sobre o assunto e bastante para se vir no verdadeiro conhecimento de onde nasce o decrescimento dos referidos próprios

Nacionais”<sup>308</sup>. Constatando as origens do atraso da região, ele parte para as propostas, com o objetivo de solucionar os entraves, permitindo seu pleno desenvolvimento.

A primeira alternativa seria suspender, no espaço de dez anos, o consumo de carne verde, para que se pudesse parar a matança de gado, conseguindo assim, progredir a criação. Para esta empresa, seria necessário que o governo obrigasse as autoridades das vilas e povoações vizinhas destinarem quatro a seis índios ao Forte para servirem de pescadores, a fim de sustar a matança de gado, e também de obstar a venda de gado *vacum* e cavalar neste período. Justificava a viabilidade da suspensão do consumo de carne tendo por base a experiência dos Fortes de Tabatinga no rio Solimões, São Gabriel das Cachoeiras e de Marabitanas no rio Negro, que conseguem se sustentar a base de peixe, pois não possuem fazendas de gado, e que este exemplo poderia ser seguido pelo Forte São Joaquim do rio Branco, *farto de peixe e de caça*.

Propõe reunir as três fazendas existentes em uma só, para que se possa condensar o trabalho dos poucos vaqueiros que resistem. A fazenda escolhida seria a de São Marcos, por apresentar propícias condições naturais, como os melhores campos e bebedouros para os animais em tempo de seca. Sendo assim, fica sob a responsabilidade do governo provincial ordenar aos administradores locais, a transferência de todo o gado das fazendas de São José e de São Bento, para a fazenda remanescente, assim como empregar todos os anos, “os vaqueiros no trabalho das manadas até se trasladar todo o Gado que existir embrenhados pelas grandes Ilhas de que compõem os dilatados, e vistosos campos do Rio Branco”<sup>309</sup>. Todas estas medidas surtirão o efeito desejado se forem aplicadas por um *assíduo e dirigente* administrador, pois, como garante Matos,

Em uma palavra, apliquem-se os meios, e nomeiem-se bons Empregados que excitados pela ambição de glória, que é sem dúvida o mais poderoso móvel de todas as ações heróicas nas empresas árduas, veremos produzir uma distinta prosperidade tanto no Comércio, e Agricultura, como na indústria, elementos tão necessários para a completa felicidade de um País<sup>310</sup>.

Também considerava necessária a transferência de certo número de novilhas, garrotes e bestas das fazendas do Rio Branco para algumas vilas e povoações com o intuito de

---

<sup>308</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.163.

<sup>309</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.164.

<sup>310</sup> *Idem*, p.165.

expandir a produção de gado no Alto Amazonas, informando, anualmente, ao administrador da Recebedoria, o estado deste gado e sua produção. Estas medidas iriam contribuir para a limpeza dos pastos, que o gado fará nestas áreas, assim como para a constituição de uma reserva de carne para pronto provimento quando a Nação precisar.

Tanto o projeto para a agricultura, quanto para a pecuária, traz em si a questão da mão-de-obra. A utilização dos serviços indígenas era indispensável. A desvalorização deste trabalhador tem sido uma constante nas denúncias feitas por Matos. A falta de ferramentas para a agricultura, e de objetos desejados pelos indígenas, dificultava o acesso às diversas nações espalhadas pela região. E o pior, segundo ele, é desconfiar que os recursos mandados para tais fins, estavam sendo desviados pelo administrador Ribeiro Guimarães. Matos questiona, “como é possível prosperar o trabalho, e haver quem se comprometa ao Serviço Nacional se o *mal* todo provém das más administrações”<sup>311</sup>. Isso reforça a ideia do estabelecimento das roças nos locais indicados pelo comandante, dentre os quais a missão Porto Alegre, pois a administração ficaria a cargo do missionário, e os serviços braçais aos indígenas catequizados por ele, devendo o governo fornecer o apoio logístico necessário às lavouras. Apoio este também solicitado para áreas da defesa militar, em uma região de dimensões extensas e disputas territoriais.

Assim é que João Henrique de Matos solicitava ao Governo da Província, em 30 de junho de 1843, duas peças de grosso calibre, para auxiliar na defesa do mesmo, o que não foi atendido. Observemos novamente neste ponto do relatório de Matos, a crítica feita ante o governo da província em Belém a respeito de falta de apoio e investimento na região<sup>312</sup>. Esta solicitação não atendida nos leva a entrar num tema caro à defesa territorial da região, qual seja a deficiência de uma estrutura militar.

#### **4.2. Entre terras, armas e munição: o pilar para a “paz” na fronteira norte**

Em sua solicitação, João Henrique de Matos informava ao governo em Belém sobre a necessidade de se manter os dois oficiais existentes, o major graduado Hygino José Coelho, comandante de fronteira, encarregados da reedificação do Forte, e o capitão de caçadores

---

<sup>311</sup> Idem, p.167.

<sup>312</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.155.

Domingos José da Costa Pereira para o comando de um destacamento de cinquenta a sessenta praças. Era importantíssima a conservação destes oficiais, na medida em que, os procedimentos feitos pela coroa britânica em relação aos limites fronteiriços, tornavam-se necessária uma força militar permanente, subordinada a comandantes qualificados, para fazer respeitar tal fronteira e manter a disciplina militar entre os soldados. A solicitação de reforço militar para a região do alto Amazonas, sobretudo em áreas de fronteiras, era recorrente em ofícios remetidos de suas autoridades para o governo em Belém. O próprio Matos em seu relatório denuncia o estado de penumbra em que se encontrava as forças militares da região, afirmando que por muito tempo a defesa da comarca do Alto Amazonas chegou a ser feita por seis guardas policiais, comandados por um alferes, “sem espingarda nem munições de guerra, tanto de artilharia quanto de mosquetaria”<sup>313</sup>.

A questão da segurança no norte do Império permeou por muito tempo os debates políticos na Assembleia Provincial e também no Parlamento brasileiro. Lembremos aqui um dos argumentos utilizados pela bancada parlamentar que defendia a criação da Província do Amazonas, liderada pelo deputado Dom Romualdo de Seixas, em 1828, foi justamente a preocupação com os limites territoriais brasileiros da região do Rio Negro. O apelo do projeto separatista se conjugava em duas áreas aqui analisadas, a questão do povoamento da região e a preocupação com as áreas de fronteira. O fato era que, no âmbito nacional, a região amazônica passa a ter mais visibilidade entre os anos de 1830 e 1860. De acordo com estudo de Francivaldo Nunes, estes anos são significativos à região pelo fato de caracterizar “um período onde os elementos constituintes do espaço amazônico são afirmados”<sup>314</sup>.

Como pontuamos nesta dissertação, a região era alvo de constantes interesses por parte dos países europeus que faziam fronteira com o norte do Brasil. O interesse capitalista se intensificou em meados do século XIX, num momento em que a competição internacional se debruçou às áreas tropicais, celeiro de recursos naturais fundamentais para a indústria, assim como espaços ideais para as operações capitalistas. A Amazônia de 1840, analisada por João Henrique de Matos, estava inserida nesta lógica internacional. Sendo assim, um olhar mais acurado à região por parte do Estado brasileiro fazia-se mais que necessário, pois, como nos atenta Nunes, “a definição dos limites territoriais do Brasil com os países de fronteira na

---

<sup>313</sup> Idem, p.156.

<sup>314</sup> NUNES, Francivaldo Alves. *A Amazônia e a formação do Estado Imperial no Brasil: unidade do território e expansão de domínio*. Revista Almanack. Guarulhos, n.03, p.54-65, 1º semestre de 2012, p.55.

Amazônia é apontada também como questão a ser enfrentada pelo governo brasileiro no sentido de assegurar a soberania nacional”<sup>315</sup>. Daí a importância na perspectiva de Matos do reforço militar do Forte de São Joaquim, área de fronteira disputada com a Inglaterra.

Aqueles oficiais deram início à reedificação do Forte em 1842, contando com o serviço de dois pedreiros, dois carpinteiros, dois ferreiros e quatro serventes. Desertando-se os pedreiros, foram substituídos por dois soldados do destacamento. Em 1843, Matos observa apenas dois soldados carpinteiros e um pedreiro, tendo os demais desertados, principalmente por falta de soldo e fardamentos, e a obra parada por falta de material necessário. Desde o início, houve reclamação por parte do material empregado na obra, o qual, segundo Matos, era inapropriado para tal edificação. Além destas dificuldades, a distância da capital da comarca, Vila da Barra do Rio Negro, privava a construção do Forte de recursos. Para piorar a situação, o major Hygino José Coelho solicitava ao governo sua substituição em decorrência do abandono e isolamento em que se encontrava a fortificação, o qual foi substituído pelo tenente de artilharia de terceira classe Felisberto Antonio Correia. Matos critica tal substituição, alegando desqualificação do substituto, o qual reforçava a falta de consideração e o primitivo abandono em que se encontra a região, delegando seu comando a um oficial subalterno. Entretanto o desejo de Coelho em evadir-se do Forte, não estava apenas na sensação de isolamento e esquecimento. Um agravante levou à sua postura. Era comum na região o descontentamento por parte dos soldados. Privados de seus direitos, como soldos, fardamentos e armamentos necessários, eles se revoltavam contra seu comandante, chegando ao homicídio deste em muitas ocasiões.

O clima de tensão entre soldados e autoridades militares era uma situação recorrente na história militar da província. A tradição de levantes militares, segundo Shirley Nogueira, veio para o Brasil com o reforço militar enviado de Portugal e Ilha dos Açores e Madeira na segunda metade do século XVIII. Analisando István Jancsó, a autora atenta que, de início as reivindicações norteavam-se por um processo de insatisfação das tropas devido ao atraso de pagamentos, pela falta de armamentos e munições, e, pelo descontentamento com as autoridades militares imediatas. Eram as “revoltas” e “motins” que tinham por base a ideia de uma “sedição”. Contrariando a ideia de que as revoltas militares, assim como as revoltas populares, ocorreram na província apenas influenciadas pelos ideários da Revolução

---

<sup>315</sup> Idem, p.58.

Francesa, Nogueira afirma que as chamadas “sedições” eram bem anteriores e já ocorriam no norte desde o início de sua colonização<sup>316</sup>.

Ainda segundo Nogueira, observa-se uma constância no número de levantes militares no Grão-Pará nos séculos XVIII e XIX. Sua proeminência ocorreu nos anos de 1755, 1757 e 1774 nas regiões do Rio Negro e Macapá. Em 1800 houve uma intensificação e uma ampliação geográfica dessas revoltas. A autora também destaca que essas revoltas teriam assumido um caráter mais “político”. Escreve que motins como o de 14 de abril de 1823 e o de 15 de outubro de 1823 tiveram um amplo alcance. Nascido em Belém eles se estenderam

[...] para a comarca do Marajó, Cametá, a região do Xingu e a região de Santarém; os levantes de 1824 que ocorreram em Turiaçú, o de Cametá em 1826, os de 1827, 1829, 1830, o de 22 de julho e 7 de setembro de 1831 em Belém e o de 22 de julho de 1832 no Rio Negro<sup>317</sup>.

Para Shirley Nogueira, as motivações para todos estes levantes se resumiram a dois pontos. Primeiro, as fissuras nas estruturas militares. Houve uma série de problemas no final do século XVIII que fizeram pegar em armas uma população bem maior do que a de portugueses. Ao alargamento do armamento se somou uma dura conjuntura política: guerra com a França, tomada de Caiena<sup>318</sup>, retorno das tropas paraenses em 1817, e o crescente uso destas tropas em motins nos anos iniciais do século XIX. Toda esta conjuntura levou a um segundo ponto. Houve uma participação mais ativa da população mais pobre e mestiça nas lutas políticas liberais dos anos de 1820.

Outro setor militar a gerar preocupação às elites da Província foram os marinheiros. Durante os anos de 1830 e 1840 várias medidas foram tomadas para garantir um maior controle sobre este setor militar, desde a entrada e saída de embarcações nos portos à ajuntamentos que agrupavam mais de cinco pessoas. Ana Renata Pantoja, analisando a documentação dos anos de 1830 observa um tipo de licença para a circulação em terra de marinheiros, sobretudo, de estrangeiros. Os seus estudos nos levam a compreender como o

<sup>316</sup> NOGUEIRA, Shirley. *Op.cit.*, 2009, p.178.

<sup>317</sup> Idem, p. 179.

<sup>318</sup> Sobre a disputa de fronteira entre França e Portugal na Amazônia, acirrada com a tomada de Caiena, cf.: CARDOSO,  Ciro  Flamarion. *Op.cit.*, 2011, [http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11\\_dossie2.html](http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie2.html); e, LAPA E SILVA, Iuri Azevedo. *Op.cit.*, 2010.

“mundo dos portos” possibilitava um elo de divulgação e circulação de idéias, dentre as mais comuns, as de liberdade.

Além de um fio condutor de ideias, os navios que aqui ancoravam também traziam práticas de uma cultura da revolta, vindas com os negros africanos. Na travessia do Atlântico, as várias etnias africanas subjugadas em condições de escravidão, deram início a uma relação de trocas culturais, mediante a comunicação por meio de uma linguagem própria, forjada através de reinvenção de tradições. As ideias permutadas entre os tripulantes, sob a condição de escravos, muito provavelmente, circundavam em torno da noção de liberdade, e quando aqui desembarcavam, somavam-se as discussões feitas por seus pares americanos. Este efeito bumerangue, como destaca Pantoja, possibilitava uma renovação nas ideias, pois quando retornavam, para ambos os lados do Atlântico, não eram mais as mesmas, adquirindo contornos e significados renovados. Por isso, não se torna leviano afirmar que as ações sublevadas dos escravos na Amazônia não eram despidas de significados políticos em torno da ideia de liberdade<sup>319</sup>.

Dentro deste universo ao mesmo tempo paralelo e também correspondente aos acontecimentos externos, os marinheiros construíram uma rede de comunicação e solidariedade entre eles e com os comandantes de suas embarcações, permitindo-lhes vantagens, que muitas vezes contrariavam a uma ordem estabelecida. Lendo a obra de J. S. Bromley sobre os flibusteiros do Caribe, Pantoja percebe esta rede estabelecida entre os marinheiros e os comandantes dentro de espaços de autonomia e escolhas, onde suas manifestações de resistência seguiam uma lógica de componentes simbólicos próprios. Para Pantoja, estes *componentes simbólicos* eram construídos de acordo com a experiência vivida e compartilhada entre os marinheiros dentro deste “mundo dos portos”<sup>320</sup>.

Sob esta perspectiva, compreendamos a participação dos marinheiros nos turbulentos anos da década de trinta do século XIX no Grão-Pará. A documentação do período nos dimensiona a incidência de fugas e deserções de marinheiros, de várias nacionalidades e

---

<sup>319</sup> PANTOJA, Ana Rena Lima. *Op.cit.*, 2010, p.178. Para uma percepção mais acurada sobre a importância dos navios como elo de trocas culturais cf. LINEBAUGH, Peter. “Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, nº 06, setembro, 1983.

<sup>320</sup> PANTOJA, Ana Rena Lima. *Op.cit.*, 2010, p.185. Para uma leitura mais precisa sobre as experiências dos flibusteiros, cf. BROMLEY, J. S. “Bandidos no Mar, 1690-1720: Liberdade, Igualdade e Fraternidade entre os Flibusteiros do Caribe”. In: KRANTZ, Frederick. A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 244-264.

tripulações, e, por consequência, as medidas governamentais para o controle desta ocorrência, como a apreensão dos foragidos e recrutamento para suprir a carência de contingente<sup>321</sup>. O recrutamento alcançava uma dupla necessidade, qual seja suprir a redução de marinheiros e o controle social, já que muitos escravos e homens pobres compunham o quadro dos recrutados.

À ação das fugas e deserções somava-se no quadro desesperador para a elite dirigente, as sublevações de marinheiros, compondo o cenário maior de insatisfação da base militar às condições por quais passavam. Compondo as bases militares de diversos atores sociais, dentre negros livres e cativos, brancos pobres, indígenas e camponeses, ou seja, a *gente miúda*, estratos excluídos da sociedade, suas manifestações ante os privilégios de poucos, herdados do projeto colonial, assumiram a violência como elemento transformador. Isso explica, em grande medida, os militares, da base cabe ressaltar, terem sido um dos pilares do movimento da Cabanagem. Decorridos os anos revolucionários, sua situação pouco diferiu das condições precárias em que viviam antes, e por qual ousaram contrastar, como falta de soldo, de fardamento, de alimentação apropriada, de retorno às suas localidades de origem, entre outras mazelas. Tanto que, iniciados os anos quarenta, focos de levantes militares e deserções eram registrados na Província.

No Forte São Joaquim há evidências indicadas por Matos de dois levantes de soldados que resultaram no assassinio de seus comandantes, e ambos ocorreram por insatisfação dos soldados *pelas privações que ali sentiam*. O primeiro levante resultou na morte do alferes Antônio José Bragança, e o segundo, contra o capitão de caçadores Raimundo Veríssimo Neiva, comandante militar da fronteira de São Francisco Xavier de Tabatinga, assassinado a tiros de mosquetaria, no dia 28 de maio de 1844, sob o levante de 22 praças do destacamento de seu comando, que, após o ocorrido, evadiram-se para a *América Espanhola*.

Era comum após o crime a maioria dos soldados desertarem para regiões além da fronteira, hábito fortemente rebatido por Henrique de Matos. Para ele, as deserções deveriam ser coibidas, utilizando-se, como deita a ordem régia de 1765, canoas de observação, e impedindo a fuga para fora do país. Acusa a conivência por parte dos governos vizinhos de asilar em seus territórios brasileiros foragidos, dentre livres e escravos, como constata o governo de Demerara, Guiana Britânica, de dar guarida a desertores brasileiros, ao invés de obstar sua passagem. Além dos soldados, os vaqueiros também cometiam esta prática. De

---

<sup>321</sup> Conferir códices 850 e 984, APEP.

acordo com afirmação do próprio administrador das fazendas nacionais, Antônio de Barros Leal, em maio de 1843 havia desertado seu melhor vaqueiro mais dois paisanos, indo se juntar as mais de cinquenta pessoas que desertaram, entre soldados, vaqueiros e paisanos, migrando-se para a colônia britânica. Isto por que, as condições de vida destes trabalhadores também ficavam muito aquém das desejadas.

O clima de tensão e instabilidade presenciado pela região ao longo do Amazonas durante praticamente toda a primeira metade do século XIX, fornece bases para uma política eficiente do governo brasileiro as áreas de fronteiras na Amazônia. Considerados espaços para esconderijo de desertores e fugitivos, as regiões de fronteira constantemente aparecem como áreas de disputas, não só externas, mas também internas. Na Cabanagem, por exemplo, muitos cabanos fugindo da contraofensiva do presidente Soares d'Andréa, chegaram a alcançar regiões limítrofes com a Venezuela e o Peru<sup>322</sup>.

Diante de tantas preocupações referentes à defesa da região para assegurar a soberania nacional, João Henrique de Matos reforça a necessidade em se organizar uma estrutura militar que passasse, fundamentalmente pela conservação dos Fortes existentes na região, como o de São Joaquim. Mas, o militar entendia uma inviabilidade em seu projeto com a manutenção da região do Rio Negro subjugada política e administrativamente à província do Grão-Pará. E assim, dirige-se à conclusão de seu relatório, apontando soluções ante a crise por qual passava o alto Amazonas, dentro de um projeto maior que condizia a criação da província do Amazonas.

\*\*\*

Chegando ao final do relatório, João Henrique de Matos conclui sua percepção acerca da região em 1840, em duas grandes áreas: a primeira sintetiza os problemas para a decadência em que a Comarca se encontra; e a segunda aponta algumas soluções para tais problemas.

Segundo ele, a *falta* é o elemento que permeia os problemas da região. A falta de um governo sólido, comprometido com os interesses públicos, forte no comando perante situações adversas, como as que a região vem sofrendo desde 1822. A falta de amor ao trabalho rural, predominando no serviço público, homens que só vêm seus interesses

---

<sup>322</sup> RICCI, Magda. *Op.cit.*, 2006.

particulares, em troca de falsas promessas, levando a região a mais plena miséria. A falta de ministros da religião, que a serviço Deus, desenvolvem a catequização e instrução aos povos da região. A falta de magistrados probos, para a execução da Lei, protegendo os *bons*, e penalizando os *malévolos*, impedindo que a Lei seja desprezada, e a imoralidade se estabeleça na Comarca.

O mal por qual passa a comarca do Alto Amazonas não é irremediável. A solução, defendida por Matos, está na sua elevação à categoria de província. Uma província comandada por

[...] um homem que se interesse do bem público, que encaminhe o povo para as suas verdadeiras obrigações; faça cultivar a terra, e aproveitar-se dos bens que a natureza lhe prodigaliza em fecundidade; que tenha força para fazer obedecer, e para fazer desaparecer costumes tão nocivos aos interesses particulares, e a sociedade em geral; por em atividade toda a população fazendo-a ganhar energia; desenvolver a prosperidade pública; dessecar as fontes donde dimanam os obstáculos ao seu engrandecimento; ponha o freio às malvadezas com palavras e bons exemplos; chame os povos à religião de Jesus Cristo, tão própria para adoçar os costumes, e tornar a sociedade amável, e fazer ressurgir o respeito às autoridades e o temor às Leis<sup>323</sup>.

Para facilitar tal governo, em uma região de proporções geográficas continentais, compreendendo em seu território os caudalosos rios Madeira, Solimões e Alto Rio Negro, Mattos defende a subdivisão da futura província em três comarcas ou departamentos, todas subordinadas a um poder central, dirigido pelo presidente. A primeira corresponderia a Vila da Barra do rio Negro, numa área demarcada entre Montanha de Parintins, a comarca do Baixo Amazonas, e o rio Nhamundá. Serviria de residência das autoridades, destinando-lhe a bagatela de capital da província. A segunda comarca seria fundeada na Vila de Egas, no rio Solimões; e a terceira, na Vila de Barcelos, no Alto Rio Negro. Acreditava Matos que com esta divisão administrativa, “contribuiria sem dúvida para o melhoramento da administração governativa daquela província, para a mais fácil fiscalização de direitos”<sup>324</sup>.

Além da perspectiva geopolítica da região, Matos defende um aumento contingencial nas tropas do Destacamento, pelo fato da região ser composta de três Fronteiras: a de Tabatinga no rio Solimões; a de Marabitanas no rio Negro; e a do rio Branco. Comparando à antiga Capitania do Alto Rio Negro, que compreendia em toda sua defesa um total de

<sup>323</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.178.

<sup>324</sup> MATOS, João Henrique de. *Op.cit.*, 1979, p.178.

quarenta e duas praças, ele sustenta a importância de no mínimo trinta soldados por Fronteira, totalizando o contingente de duzentas praças para a comarca, para o fortalecimento da região, assegurando-lhe a soberania nacional, e o bem-estar de seus habitantes.

Sendo assim, João Henrique de Matos finaliza seu relatório, afirmando que, “é o quanto, investigado pelo amor de meu País, tenho a honra de trazer ao conhecimento do Exm<sup>o</sup> Governo da Província, a atual crise em que se acha o Alto Amazonas, digno de mais séria consideração e melhor sorte”<sup>325</sup>, e que, tomadas as medidas por ele apontadas, faria esta comarca “ressurgir do abismo em que presentemente se acha reduzida, e em poucos anos de perseverança veríamos felizes resultados”, com o desenvolvimento de sua agricultura e comércio, “conservando as fontes de riqueza e comodidades que o País oferece”<sup>326</sup>.

Podemos destacar na finalização de Matos uma síntese do discurso remanescente da elite local em defesa da separação do Alto Amazonas e a criação da província do Rio Negro nos anos de 1840. Quando ele se remete de forma afetuosa ao seu “País”, nos dá a dimensão de sua crença na região enquanto uma jurisdição autônoma. Região esta que merecia a “mais séria consideração e melhor sorte”, evidentemente por parte do poder central em Belém, que deveria destinar um olhar com mais atenção e interesse para a comarca. Percebemos a mesma direção, de crítica ao governo do Grão-Pará e de crise de representatividade, quando Henrique de Matos afirma que a região iria “ressurgir do abismo em presentemente se acha reduzida”, presumindo que esta redução ocorria pela falta de investimento à região. E que, tomadas as medidas necessárias, sobretudo desenvolvendo áreas como agricultura e comércio, assim como a conservação das riquezas naturais, numa perspectiva utilitarista da natureza, o “País” (Alto Amazonas) iria alcançar felizes resultados.

João Henrique de Matos assinou e datou seu relatório em 25 de outubro de 1845. Não ficou claro se este era o relatório da missão oficial a ele encarregada pelo presidente Bernardo de Souza Franco, ou se foi um relatório elaborado visando a construção de uma defesa do projeto de criação da província do Rio Negro, sendo o militar um defensor deste projeto. O fato é que, no ano em que o documento foi datado pelo relator, e nos anos subsequentes, o projeto da elite local separatista não foi executado. Apenas em 1851 é que ele viria a ser posto em prática.

---

<sup>325</sup> Idem, p.179.

<sup>326</sup> Idem, p.178.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após dois anos de leitura e elaboração desta dissertação, pontuamos algumas questões que merecem considerações, e que concluem esta etapa da pesquisa. Retornemos ao objetivo inicial deste estudo quando, identificando diversos discursos no cenário político do Grão-Pará na primeira metade do século XIX, nos propusemos a compreender como se distribuía estes discursos e de que maneira eles se apresentaram nos turbulentos conflitos que permearam a sociedade paraense entre 1808 e 1840. Nesse sentido, estabelecemos dois marcos para melhor entender os vários projetos políticos dentro deste contexto, a saber: Independência e Cabanagem, e como eles se desenvolveram, por meio de rearranjos e ressignificações.

A primeira questão que devemos considerar é a desconstrução da ideia tradicional sobre o processo de independência no Grão-Pará, que evidenciava os projetos políticos envolvidos no processo em apenas dois eixos, os dos brasileiros (que defendiam a emancipação de Portugal) e os dos portugueses e afins (que defendiam a vinculação com Portugal). Finalizando este estudo, alcançamos a questão proposta inicialmente. Identificamos dentro destes dois grandes eixos vários projetos com demandas específicas, que atuavam não somente no cenário político em Belém, mas que se pulverizavam nas demais vilas do interior da província. Desse modo, o processo de independência no Grão-Pará foi bem mais complexo do que fora apresentado pela historiografia tradicional.

O próprio entendimento sobre o processo de independência se apresenta como outra questão considerada nesta dissertação. Deslocando sua interpretação de uma “adesão” a um processo exógeno que chegou aqui e foi aderido pela sociedade paraense, compreendemos este processo como uma escolha da elite local, em detrimento da *politização das camadas populares*, e da falta de uma alternativa política que lhes garantisse a manutenção de seu *status quo*. Esta elite decidiu por integrar-se ao projeto de independência do Brasil iniciado nas províncias do sul. Dessa maneira, torna-se mais compreensível o estado de convulsão social vivenciado na província nos anos pós-anexação.

Os diversos projetos políticos que se apresentavam na conjuntura paraense em meados do século XIX remetiam-se às demandas políticas e sociais de setores como a elite local, em geral branca e lusitana, e às camadas populares formadas por brancos pobres, soldados desertores, negros de origem africana ou crioula (geralmente cativos), indígenas e os tapuias. Estes últimos foram evidenciados no decorrer deste estudo. Por ser composição preponderante

nas Tropas de Ligeiros, as vexações pelas quais os tapuias passavam nesta condição, se constituíram em um importante fator para sua participação efetiva nos processos revolucionários da época, sobretudo a Cabanagem.

A Cabanagem é uma questão que também consideramos neste estudo. Tema central que motivou a proposta desta dissertação, nossa leitura do processo cabano também foge as teorias historiográficas mais tradicionais. Deslocando-a de Belém e cercanias, nos propomos a compreendê-la enquanto um movimento plural, heterogêneo e pulverizado em toda a província, simultaneamente. Estabelecendo-a como marco para o desenvolvimento dos discursos políticos do período, vimo-la enquanto um contexto para as reformulações dos discursos e os reordenamentos de posições da elite local nos anos subseqüentes a ela. Destacamos o discurso separatista no Alto Amazonas, com o projeto de criação da província do Rio Negro.

Para este estudo, nos propomos compreender como ele se desenvolveu no curso das transformações e debates políticos vivenciados no Grão-Pará *oitocentista*. Procuramos assim, conhecer e entender – por meio de fontes e estudos bibliográficos – como se apresentou a região do alto e baixo Amazonas, conformada em médio Amazonas, nos anos que precederam o período revolucionário das décadas de 1820 a 1840. Nosso interesse foi compreender o cenário político, econômico e social da região a partir do final do século XVIII e do início do XIX, áreas essas fortemente impactadas pelas políticas pombalinas. Com isso, entendemos os apelos utilizados nos discursos separatistas para convencer o Parlamento Brasileiro da importância do projeto, fundamentando-se nos potenciais econômicos que tinha a região, sobretudo com a abundância de seus recursos naturais, e na preocupação de defesa territorial.

Estes apelos retornaram nas falas da elite local após a Cabanagem. Os cinco anos de conflitos cabanos interromperam o projeto desta elite em recorrer às vias institucionais para alcançar seu objetivo de criação da nova província. Com a “derrota” da Cabanagem, as instâncias representativas voltam a se tornarem os caminhos escolhidos para conseguir êxito no projeto separatista. E neste momento, observamos o retorno dos velhos argumentos utilizados no primeiro projeto apresentado ao Parlamento Brasileiro em 1826. A conjuntura política de 1840 é outra em relação a 1820. Decorridos os funestos anos cabanos, e sob mudança de posturas, especialmente com o indígena, os discursos passaram por ressignificações e rearranjos. Mas, algumas permanências foram identificadas, como a lógica

utilitária no que tange à mão de obra indígena e o projeto de ocupação e colonização para a região.

Sabemos que a história é feita de rupturas e permanências. No caso específico da história da Amazônia essa máxima é facilmente percebida, sobretudo com as *permanências*. Permanece o interesse externo aos nossos potenciais internos. As políticas formuladas e aplicadas na região assumem uma dinâmica de fora para dentro, mantendo o interesse de exploração de seus recursos naturais. Conceitos como os de *desenvolvimento*, *progresso* e *civilização*, agora atrelados aos de *produtividade*, *competitividade* e *desenvolvimento sustentável*, também permanecem.

Decorridos aproximadamente 170 anos do relatório de João Henrique de Matos, os recursos naturais tão simbolicamente explorados por ele como apelo ao desenvolvimento da região, conseguiram alcançar o interesse externo, mas sem a condicionante do desenvolvimento interno. Atualmente, os recursos naturais, que anteriormente foram creditados como inesgotáveis, continuam abundantes e estabelecendo o eixo central dos projetos aplicados à região. Os grandes projetos desenvolvidos para a Amazônia adquirem uma lógica colonial na medida em que visam a exploração de suas riquezas naturais e são projetos pensados e aplicados numa dinâmica de fora para dentro, sem a consulta ou participação dos povos amazônicos.

Segundo Edna Castro, “as dinâmicas históricas nos mostraram que por trás do projeto oficial de integração [da Amazônia] articularam-se grandes grupos privados e importantes interesses de mercado, coerentes com as relações de dominação atualmente hegemônicas” (2010, p.120). E estes grandes projetos contribuem para o acirramento dos conflitos sociais característicos da região, na medida em que consideram os povos tradicionais da Amazônia entraves para seu projeto de desenvolvimento. “Os fatores étnicos e culturais ou determinados pelas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas”<sup>327</sup> pelo homem amazônico,

---

<sup>327</sup> ALMEIDA, Alfredo W. B. de, e MARÍN, Rosa Acevedo. *Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras*. In: BOLLE, CASTRO & VEJMEKA (Orgs.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010, p.141.

são colocados em cheque pelo interesse do agronegócio, reforçando o processo de desterritorialização<sup>328</sup>.

Esta discussão pode parecer *a priori* deslocada das questões levantadas nesta dissertação. Mas – observando-a com um olhar mais argüido – traçamos paralelos entre os discursos criados pela elite de meados do século XIX com os discursos contemporâneos, particularmente com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) dos governos militares a partir de 1970. Entre rupturas e permanências, a importância destinada ao potencial econômico da região, amparado por seus recursos naturais, é identificada em ambos os discursos e interesses. Por outro lado, a preocupação em desenvolver a região não coaduna com os propósitos manifestos.

O imaginário sobre a Amazônia sempre se baseou em torno dos mitos naturais. O relatório da *Comissão Amazônica de Desenvolvimento e Meio Ambiente* atenta para esta leitura sobre a região quando, destinando-lhe referências de possuidora do maior e mais caudaloso rio do mundo, o maior número de plantas e animais, o bosque tropical úmido mais extenso, ainda lhe remete mitos de *Amazônia singular, Amazônia virgem e vazia, Amazônia pobre e frágil, o indígena amazônico como obstáculo para o progresso*<sup>329</sup> (p.7). Desse modo, tornam-se mais do que necessário para a garantia de nossa identidade e formas tradicionais de viver, desconstruir este paradigma imposto pelo olhar do outro em considerar a Amazônia como apenas um patrimônio biótico que precisa ser protegido pela comunidade internacional. Fundamentando-nos na ideia apresentada por Duarte, de contrapor a face humana da floresta à ênfase excessiva da biodiversidade das matas tropicais dada pela mídia internacional<sup>330</sup>, faz-se necessário desconstruir a percepção de uma Amazônia sem mitos.

Assim, concluímos esta dissertação respondendo a questão que nos foi indagada no processo de seleção do mestrado, a saber: “para que serve a história da Amazônia”. Acreditamos que conhecer e discutir a história social da Amazônia torna-se indispensável

---

<sup>328</sup> Marín & Almeida consideram desterritorialização como “o conjunto de medidas designadas como ‘agroestratégias’, que têm sido adotadas pelos interesses empresariais vinculados aos agronegócios, sobretudo na região amazônica” (2010, p.141).

<sup>329</sup> RELATÓRIO da Comissão Amazônica de Desenvolvimento e Meio Ambiente, com a colaboração de Gabriel Garcia Marques. S/d., p.07.

<sup>330</sup> DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, Coleção História &...reflexões, 2005, p.48.

para romper com os velhos preceitos que insistem em permanecer, pelo simples fato do desconhecimento, de considerar-nos como uma região essencialmente composta por recursos naturais, desconsiderando a atuação e resistência do homem amazônico que insiste em produzir sua história.

Retomando os últimos versos do poema da epígrafe, consideramos que a nós, amozônidas, cabe a responsabilidade de quebrarmos os velhos paradigmas e nos confrontarmos com o modelo de desenvolvimento estabelecido. Como diz o poema,

É semente de onde germinará um cordão verde extenso / Na defesa de  
nossos ideais. Suas palavras têm a mesma bitola / Das antigas embarcações  
criadas pelo saber de nossos furos / Meu grito cabano conclama / Versos que  
relembrem nossa luta / Junta, justa, bruta<sup>331</sup>.

---

<sup>331</sup> Poema de Heliana Barriga, 2013.

## FONTES

### Relatórios

BARATA, Francisco José Rodrigues. *Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho*. RHIGB, 1846, Tomo VIII.

MATOS, João Henrique de. Documento: Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Tomo 325, 1979, p. 143-180.

Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, Francisco José de Souza Soares d'Andréa aos deputados da Assembleia Provincial, em 02 de março de 1838.

Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de agosto de 1839.

Discurso proferido pelo vice-presidente do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco aos deputados da Assembleia Provincial, em 14 de abril de 1841.

Discurso proferido pelo vice-presidente do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco aos deputados da Assembleia Provincial, em 14 de abril de 1842.

Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, João Antônio de Miranda aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de agosto de 1840.

Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, Rodrigo de Souza da Silva Pontes aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de novembro de 1842.

Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, José Thomaz Henrique aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de agosto de 1843.

Discurso proferido pelo presidente do Grão-Pará, Manoel Paranhos da Silva Vellozo aos deputados da Assembleia Provincial, em 15 de agosto de 1844.

### Documentação

#### Código 789

Termo de Paz feito entre os povos de Monte Alegre e Vila de Santarém, escrito e assinado por suas principais autoridades em 09 de junho de 1824. Código 789; documento 05; APEP.

#### Código 790

Ofício da Câmara de Faro à Junta Provisória de Governo, em 21 de janeiro de 1824. Correspondência de diversos com o governo. Código 790; documento 05; APEP.

#### Código 888

Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, remetido de Óbidos em 12 de janeiro de 1833. Códice 888. Documento 57. APEP.

Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo ao presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira, datado de 13 de fevereiro de 1833. Códice 888; documento 59; APEP.

Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo ao presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira, datado de 24 de março de 1833. Códice 888; documento 63; APEP.

Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo ao presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira, datado de 26 de abril de 1833. Códice 888; documento 64; APEP.

Ordem do dia publicada aos guardas nacionais de Santarém em 19 de abril de 1833 por Manoel de Azevedo Coutinho Raposo. Códice 888, documento 65, APEP.

Informação encontrada entre os documentos 66 e 68 do códice 888, APEP.

Ofício do sargento ajudante do batalhão José Antônio da Silva ao tenente coronel comandante Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, datado de 01 de maio de 1833. Códice 888; documento 73; APEP.

Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, tenente coronel comandante das Guardas Nacionais em Santarém a José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província, remetido de Santarém em 09 de maio de 1833. Códice 888; documento 76; APEP.

Ofício de João Lourenço da Silva, alferes da Guarda Nacional a José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província, remetido de Santarém em 09 e 10 de maio de 1833. Códice 888; documentos 78 e 79; APEP.

Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, tenente coronel comandante da Guarda Nacional, a José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província, remetido de Santarém em 10 de maio de 1833. Códice 888; documentos 80; APEP.

Ofício de João Pedro da Silva Barreto, alferes e comandante, a Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, tenente coronel comandante das Guardas Nacionais de Santarém, datado de 04 de junho de 1833. Códice 888; documento 86; APEP.

Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, tenente coronel comandante da Guarda Nacional, a José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província, remetido de Santarém em 10 de junho de 1833. Códice 888; documentos 88; APEP.

Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, remetido de Óbidos em 14 de agosto de 1833. Códice 888. Documento 93. APEP.

Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, remetido de Óbidos em 14 de agosto de 1833. Códice 888. Documento 94. APEP.

Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, Bernardo Lobo de Souza, remetido de Pauxis [Óbidos] em 06 de março de 1834. Códice 888. Documento 103. APEP.

Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao presidente da província do Grão-Pará, Bernardo Lobo de Souza, remetido de Pauxis [Óbidos] em 06 de março de 1834. Códice 888. Documento 105. APEP.

Ofício de João da Gama Lobo Bentes, juiz de paz, Bernardo Lobo de Souza, presidente do Grão-Pará, remetido de Pauxis (Óbidos), em 05 de junho de 1834; Códice 888; Documento 107; APEP.

Ofício de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, comandante das guardas nacionais em Santarém, à Bernardo Lobo de Sousa, presidente do Grão-Pará, datado de 04 de agosto de 1834. Códice 888; documento 109; APEP.

Pública Forma lançada pela Câmara Municipal de Óbidos, escrita e assinada pelo escrivão do Juízo e Paz e de Órfãos desta vila, Matheus de Pina Printes. Óbidos, 22 de abril de 1834. Códice 888; documento 114; APEP.

Ofício de Antônio [Macedo] Bulhões, tenente comandante do destacamento em Santarém, a Joaquim José da Silva Santiago, tenente coronel e comandante das armas da província do Grão-Pará, datado de 09 de janeiro de 1835. Códice 888; documento 119; APEP.

Ofício de José Ferreira Rego, capitão da 3ª Companhia do Batalhão de Guardas Nacionais ao presidente da província, Bernardo Lobo de Souza, remetido de Santarém. Códice 888. Documento 121. APEP.

Ofício de Manoel Pedro Marinho, major comandante, a Bernardo Lobo de Souza, presidente da província do Grão-Pará, remetido de Pauxis (Óbidos), em 27 de fevereiro de 1835. Códice 888, Documento 123, APEP.

Ofício do major Manoel Pedro Marinho ao juiz de paz suplente de Óbidos Antônio Francisco de Souza, remetido de Óbidos em 10 de dezembro de 1834. Códice 888. Documento 124. APEP.

Códice 888; documentos 127 e 128; APEP.

Ofício de João Henrique de Matos, comandante militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, presidente da província e comandante das armas, remetido de Santarém em 08 de junho de 1837; Códice 888; Documento 138; APEP.

Ofício de João Henrique de Matos, comandante militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Souza Soares d'Andrea, presidente da província e comandante das armas, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837; Códice 888; Documento 143; APEP.

Termo utilizado por João Henrique de Matos para se referir as suas indisposições com Antônio Firmino Coelho. Códice 888, documento, 156, APEP.

Ofício de Bernardo Pereira de Melo Jenipapo, Comandante do Ecuipiranga, a Antônio Maciel Branches, Comandante Militar, remetido do Quartel do Ecuipiranga em 28 de Junho de 1837. Códice 888; Documento 200; APEP.

Ofício de João Henrique de Matos a Antônio Maciel Branches, remetido de Santarém em 29 de Junho de 1837. Códice 888; Documento 201; APEP.

Ofício de João Henrique de Matos, comandante militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Souza Soares d'Andréa, presidente da província, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837. Códice 888; Documento 202; APEP.

### **Códice 901**

Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 25 de setembro de 1832. Códice 901; documento 54; APEP.

Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 29 de dezembro de 1832. Códice 901; documento 75; APEP.

Ofício remetido pelo presidente da província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, a Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, em 21 de fevereiro de 1833. Códice 901; documento 85; APEP.

### **Códice 1000**

Ofício de Joaquim Rodrigues de Souza, Juiz de Direito e Chefe de Polícia de Santarém, ao presidente da província Marechal Manoel Jorge Rodrigues, remetido de Macapá em 23 de março de 1836. Códice 1000; documento 69; APEP.

Ofício de Joaquim Rodrigues de Souza, Juiz de Direito e Chefe de Polícia de Santarém, ao presidente da província Marechal Manoel Jorge Rodrigues, remetido de Macapá em 18 de abril de 1836. Códice 1000; documento 96; APEP.

### **Códice 1006**

Proclamação escrita por João de Deus Leão, Secretário da Assembléia. Assinada assinado pelos vereadores do Senado da Câmara de Santarém, mais 234 pessoas. Códice 1006. Documento 94. APEP.

### **Códice 1010**

Sessão extraordinária da Câmara Municipal de Santarém, em 20 de março de 1836. Códice 1010; documento 03; APEP.

### **Códice 1013**

Proclamação assinada por Agnello Petra Bitencourt, capitão de fragata e comandante da expedição ao Amazonas, aos habitantes de Alter do Chão, estendida à Vila Franca e seus distritos, a bordo da escuna Rio da Prata, em 15 de outubro de 1836. Códice 1013; Documento 73; APEP.

Resposta dos habitantes de Alter do Chão, a Agnello Petra Bitencourt, remetido do Ponto de Alter do Chão em 16 de outubro de 1836. Códice 1013; Documento 74; APEP.

Termo referenciado pelo vigário Raimundo Sanches de Brito em ofício remetido a seu irmão, o juiz de paz Antônio Manoel Sanches de Brito, do ponto de Santana, em 25 de setembro de 1836; Códice 1013; Documento 85; APEP.

Ofício de Raimundo Sanches de Brito, vigário de Óbidos, a Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, remetido de Vila Franca em 10 de setembro de 1836. Códice 1013; Documento 86; APEP.

Termo lavrado pelas autoridades constituídas da comarca do Alto Amazonas declarando o padre Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, chefe político do Alto Amazonas. Lavrado e assinado em 19 de outubro de 1836. Códice 1013; documento 92; APEP.

Ofício de Ambrósio Pedro Ayres, capitão e comandante dos bararuaenses, à Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, remetido do barco Bararuaense, em 19 de outubro de 1836. Códice 1013; documento 93; APEP.

Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, a Agnello Petra Bitencourt, comandante da força expedicionária ao Amazonas, remetido de Pauxis (Óbidos) em 04 de novembro de 1836. Códice 1013; Documento 100; APEP.

Documento do padre Raimundo Sanches de Brito, Reverendo e Capelão, à Agnello Petra de Bittencourt, remetido de Pauxis em 02 de novembro de 1836; Códice 1013; Documento 103; APEP.

Documento de Agnelo Petra de Bitencourt à Andréa, remetido da Escuna Rio da Prata em Santarém, em 12 de Novembro de 1836. Códice 1013; Documento 107; APEP.

Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, a Agnello Petra Bitencourt, comandante da força expedicionária ao Amazonas, remetido de Pauxis (Óbidos) em 09 de novembro de 1836. Códice 1013; Documento 159; APEP.

Ofício de Ignácio Egídio Gonçalves dos Santos, tenente e comandante da força militar, a Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, a bordo do barco Santo Antônio aportado na vila de Faro, em 30 de outubro de 1836; Códice 1013; Documento 161; APEP.

### **Códice 1052**

Ofício de Agnello Petra de Bittencourt, comandante das Forças Expedicionárias ao Amazonas, a Francisco José Soares d'Andréa, presidente da província do Grão-Pará, remetido da Escuna Rio da Prata ancorado em Santarém, em 31 de janeiro de 1837. Códice 1052; documento 30; APEP.

Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, a Agnello Petra Bitencourt, comandante da força expedicionária ao Amazonas, remetido de Pauxis (Óbidos) em 23 de dezembro de 1836; Códice 1052; Documento 32; APEP.

Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito, juiz de paz de Óbidos, à Manoel Gomes Bentes Pereira, comandante das forças legais do Tapajós, remetido de Pauxis em 5 de janeiro de 1837. Códice 1052; documento 36; APEP.

Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito à Agnello Petra de Bitencourt, remetido de Pauxis em 05 de Janeiro de 1837. Códice 1052; Documento 38; APEP.

Ofício de Antônio Manoel Sanches de Brito à Agnelo Petra de Bitencourt, remetido de Pauxis em [ilegível] de Janeiro de 1837. Códice 1052; Documento 39; APEP.

Ofício de Antônio Firmino Coelho, Capitão Tenente e Comandante das Forças Navais no Amazonas, ao Presidente Andréa, remetido do Pataxo Januária em Santarém em 06 de Junho de 1837; Códice 1052; Documento 238; APEP.

Ofício de Antônio Firmino Coelho, capitão tenente comandante, à Frederico Mariath, capitão de mar e guerra, comandante da fragata naval do Pará, remetido do patacho Januária aportado em Santarém, em 15 de junho de 1837. Códice 1052; Documento 249; APEP.

\*\*\*

Titulação disponível no início de um ofício remetido por ele no dia 05 de maio de 1843. Documento salvo no APEP; SPP; ofícios; caixa 89.

Artigo de Antônio Manoel Sanches de Brito publicado no periódico Aurora Fluminense de 20 de junho de 1839, nº 15, caderno Interior, p.1.

### Sites

[http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia\\_pr&db=cartografia&use=ti&rn=2&disp=card&sort=off&ss=22728641&arg=carta%20topographica%20e%20administrativa%20das%20provincias%20de%20gram%20p](http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=ti&rn=2&disp=card&sort=off&ss=22728641&arg=carta%20topographica%20e%20administrativa%20das%20provincias%20de%20gram%20p).

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00285600#page/1/mode/1up>.

[http://www.portal.ufpa.br/interna\\_minutodauniversidade.php?idMinuto=120](http://www.portal.ufpa.br/interna_minutodauniversidade.php?idMinuto=120).

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALDEN, Dauril. *O significado da produção do cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, 1974.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de, e MARÍN, Rosa Acevedo. *Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras*. In: BOLLE, CASTRO & VEJMEKKA (Orgs.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. RJ: Arquivo Nacional, 2003.

AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial – os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, 298-310.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1782-1850). *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, 1969.

BARRIGA, Letícia Pereira. *O negro na Amazônia, uma história de resistência: Fugas, Quilombos e Cabanagem*. Monografia (Conclusão de Curso). Especialização em História e Cultura da Afro-Brasileira e Africana – Faculdade Integrada Brasil-Amazônia (FIBRA), Belém, 2011.

\_\_\_\_\_. *Ecuipiranga – O Berço Revolucionário no Baixo Amazonas (1835 – 1837)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870*. Dissertação (Mestrado em História Social). 383f. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese (doutorado). 241f. Instituto de Letras – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BIARD, François. *Deux années au Brésil*. Paris: Librerie de L. Hachete, 1862, p.391. Cf. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00285600#page/1/mode/1up>.

BRITO, Adilson J. I. *“Viva a Liberté!”: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

BROMLEY, J. S. “Bandidos no Mar, 1690-1720: Liberdade, Igualdade e Fraternidade entre os Flibusteiros do Caribe”. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BUENO, Silveira. Vocabulário Tupi-Guarani – Português. Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda., 5ª edição, 1987.

CARDOSO, Alanna Souto. *Apontamentos para a História da Família e Demografia Histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790)*. Dissertação (Mestrado em História). 151p. Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A tomada de Caiena vista do lado francês*. In *Revista Navigator*. Vol. 6, N° 11, dossiê 7. 2011, pp.13-23. [http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11\\_dossie2.html](http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie2.html).

CARVALHO, Marcus. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Revista Tempo*, Vol. 3 - n° 6, Dezembro de 1998 ([http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg6-5.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-5.pdf)).

CHARTIER, Roger. *A História Cultural, entre Práticas e Representações*. 2ª edição. Lisboa: DIFEL, 2002 (Coleção Memória e Sociedade).

COELHO, Geraldo Mártires. Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 (coleção História & reflexões).

FERREIRA, Eliana Ramos. Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará – 1835-1860). Tese (Doutorado em História Social). 283p. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FLORENCE, Hércules (1804-1879). *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

GARCIA, Elisa Frühauf. *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional*. *Revista Tempo*, 2007, p.23-38.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828*. *Revista Almanack*. Guarulhos, n.1, p.137-152, 1º semestre, 2011.

HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: the Cabanagem, race, and popular culture in the North of Brazil, 1798-1840*. New York, Cambridge University Press, 2010.

HAUCK, João Fagundes, et.al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – Segunda época – A Igreja no Brasil no século XIX*. Edições Paulinas: Vozes, 3ª edição. Petrópolis/RJ, 1992.

HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira, nem Pombal: memória jesuítica e as missões religiosas na Amazônia do século XIX*. Revista de Letras Asas da palavra; Universidade da Amazônia; Belém-Pa; 2007.

LAPA E SILVA, Iuri Azevedo. *A ordem desejada e a desordem promovida: acordos, motins e mestiços na ocupação da Guiana Francesa (1809-1817)*. 2010. IX, 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Revoltas camponesas no vale do Acará – Grão-Pará (1822-1840)*. Dissertação (Mestrado). 154f. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.

LIMA, Leandro Mahalem. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008.

LINEBAUGH, Peter. “Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, nº 06, setembro, 1983.

LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (Mestrado). 153f. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. Tradução: Lúcia Haddad, e, Marina Maluf, Revista da PUC, Projeto História, São Paulo, nº17, Novembro, 1998.

MACHADO, André Roberto A. *Bajo La sombra de La independência: Gran Pará, La compleja red política em La crisis Del Antiguo Régimen português*, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online], Debates, posto online no dia 08 de fevereiro de 2013. Consultar site: <http://nuevomundo.revues.org/64781>.

\_\_\_\_\_. *O fiel da balança – o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. Revista de História, São Paulo, n.164, p.195-241, jan./jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *O papel do Parlamento nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza-CE, 2009, p.1-11.

\_\_\_\_\_. *A quebra da mola real das sociedades – a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2006.

MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, 281-296.

MONTEIRO, John Manuel. *Entre o gabinete e o sertão. Projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil imperial*. In: \_\_\_\_\_. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo. Tese de livre docência. IFHC/Unicamp. Campinas, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Reformulações da missão católica na Amazônia entre 1770 e 1832, In, *História da Igreja na Amazônia*; Ed. Vozes, Petrópolis/RJ, 1992.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “Posseiros no Oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850)” In: MOTTA, Márcia Maria Menendes e ZARTH, Paulo (Orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1: Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MOURA, Danielle Figuerêdo. *Liberdade em Autos: Histórias de liberdade no Pará 1835 a 1840*. Trabalho de Conclusão de Curso; Faculdade de História; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Pará; Belém, 2002.

MOURA, Silvio Hall de. *Elementos para a história da magistratura paraense*. Universidade Federal do Pará, Belém, 1974.

MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Coleção “História do Pará” – Série “Barão de Guajará”, Conselho Estadual de Cultura, Belém, 1973.

NICOLAZZI, Fernando. *A narrativa da experiência em Foucault e Thompson*. Porto Alegre: Revista Anos 90, v. 11, n. 19/20, p.101-138, jan./dez. 2004.

NOGUEIRA, Shirley. “*A soldadesca desenfreada*”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). 341f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

NUNES, Francivaldo Alves. *A Amazônia e a formação do Estado Imperial no Brasil: unidade do território e expansão de domínio*. Revista Almanack. Guarulhos, n.03, p.54-65, 1º semestre de 2012.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PANTOJA, Ana Renata. *Terra de Revolta: Campesinato, Experiências Sócio-culturais e Memórias Cabanas entre a voz e a letra*. Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFPA, 2010.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos Subterrâneos da Revolta: Trajetórias, Lutas e Tensões na Cabanagem*. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos – 1º volume*. Universidade Federal do Pará – Coleção Amazônica, série José Veríssimo, Belém/PA, 1970.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História de Óbidos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a.

\_\_\_\_\_. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.

\_\_\_\_\_. *O Grão-Pará e o Maranhão*, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.), História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol.2, Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

\_\_\_\_\_. *D. Romualdo de Souza Coelho – Escorço Biográfico*. Belém-Pa, 1941.

RELATÓRIO da Comissão Amazônica de Desenvolvimento e Meio Ambiente, com a colaboração de Gabriel Garcia Marques. S/d.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

RICCI, Magda. *Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824)*. In ARRUDA, José Jobson e outros (org.). De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil. SP: Alameda, 2013, pp. 289-309.

\_\_\_\_\_. *A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840)*, In: MOTTA, Márcia Maria Menendes e ZARTH, Paulo (Orgs). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p.153-170.

\_\_\_\_\_. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista Tempo, 2006. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf> acesso em 10/11/2010.

\_\_\_\_\_. Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto (org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, 519-544.

\_\_\_\_\_. O fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary, e GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

\_\_\_\_\_. *Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos*. In: Anais do Arquivo Público do Pará, Belém, Secretaria de Cultura / Arquivo Público do Estado do Pará, v. 4, T. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT-IFCH, 2001.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará – sob o regime da escravidão*. – 3.ed. rev. ampl. – Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos*. Capítulos da História do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2001.

\_\_\_\_\_. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eduardo & REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na Independência da Bahia, In: *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.

SLEMIAN, Andréa. ‘Seriam todos cidadãos?’ Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2005.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*. 2009. 427f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 1998.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Religião e política no primeiro reinado e regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial Brasileiro*. Almanack Braziliense; versão On-line ISSN 1808-8139; Alm. braz. n.8, São Paulo. Nov. – 2008.

SPIX, Johann B. Von; & MARTIUS, Karl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Série: Coleção Reconquista do Brasil. 3º vol. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.

SPOSITO, Fernanda. *Liberdade para os índios no Império do Brasil. A revogação das guerras justas em 1831*. Revista Almanack, Guarulhos, n.01, p.52-65, 1º semestre, 2011.

\_\_\_\_\_. *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2006.

SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. RJ: Ed. Casa dos Estudos do Brasil, 1957.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.